

Ministério da Saúde
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Escola Nacional De Saúde Pública

*RAÍZES DA VIOLÊNCIA:
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DA PERCEPÇÃO, DA
MOTIVAÇÃO E DA ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE DE ADOLESCENTES
INFRATORES E DE SEUS IRMÃOS NÃO INFRATORES*

por

Maria Cristina de Carvalho Feijó

Orientadora

Dra. Simone Gonçalves de Assis

Tese apresentada com vistas à obtenção do Título de
Doutora em Ciências
na área de Saúde Pública

2001

*“Instrui ao menino no caminho em que deve andar;
e até quando envelhecer não se desviará dele.”
(Bíblia Sagrada, Provérbios.22:6)*

*“A violência mais destrutiva não quebra ossos,
'quebra' mentes. A violência emocional não resulta em morte do corpo,
resulta em morte da alma”. (Perry, 1995)*

Ao Senhor Deus, que não apenas nos cria,
mas também nos sustenta nos momentos
em que não encontramos mais forças próprias. Àquele que nos dá
competência, sabedoria, nos faz sentir seu carinho de Pai e nos brinda
com Sua doce Presença. Obrigada Senhor, pois me encaminhaste e me
fortaleceste até aqui. A Ti, Senhor, seja dada toda honra, todo louvor e
toda glória.

AGRADECIMENTOS

A Prof^a Dr^a Simone Assis, orientadora desta tese, primeiramente por ter me convidado para trabalhar na equipe da pesquisa que deu origem a este trabalho. Segundo, por ter-me dado a oportunidade da realização do doutorado, como sua orientanda.

Simone,

you tem sido mais que uma orientadora, na sua seriedade, no seu nível de exigência, na sua capacidade de criticar e incentivar, você tem sido uma amiga. Você contribuiu muito para o aperfeiçoamento do trabalho, mostrando-me as limitações, as possibilidades, indicando e propiciando literatura. Devo a você a viabilização e o encaminhamento deste projeto. Por ter acreditado em mim e me apoiado, muito obrigada.

Ao Prof. Dr. Olavo G. Feijó, meu querido companheiro de vida, pelo seu incentivo, carinho, constante apoio, disponibilidade e orações.

Olavo,

Seu estímulo nas horas de provação e sua fé na minha capacidade muito me sustentam e me ajudam a seguir em frente. Por tudo isto e por sua compreensão em relação ao tempo em que lhe faltei, para dedicar a este trabalho, eu lhe agradeço.

A Prof^a Dr^a Sarah Escorel, pela participação na banca de qualificação e por sua disponibilidade e orientação na disciplina Pobreza, Desigualdade e Exclusão Social.

A Prof^a Dr^a Margareth Portela, pelo seu carinho e por ter compartilhado de seus conhecimentos estatísticos com tanto desprendimento e interesse no meu aprendizado.

Aos colegas de doutorado Ana Lúcia Escobar, pelo companheirismo e ajuda nas disciplinas que cursamos juntas e Maurício Vasconcelos pela ajuda com seus conhecimentos de informática.

A equipe da pesquisa, psicólogas Patrícia Constantino, Joviana Quintes Avanci, Ana Paula Almeida, Fernanda Alzuguir, Francisca Luzimeire, que participaram das entrevistas e aplicação das escalas.

Aos funcionários do Centro Latino-Americano de Estudos em Violência e Saúde (CLAVES), Cosme Passos, Alessandra Conceição, Marcelo Pereira, Marcelo Motta, pela ajuda e momentos de trabalho e descontração passados juntos.

A FIOCRUZ, CNPq e CAPES, pelo apoio financeiro em diferentes momentos.

RESUMO

Esta tese aborda a infração juvenil a partir do contexto da família de 31 adolescentes infratores do Rio de Janeiro e de Recife, do sexo masculino, e de 31 não infratores, irmãos ou primos destes jovens, tendo como premissa ser esta a primeira instituição social da qual o jovem participa e onde desenvolve seus valores, caráter, personalidade e atitude para com o mundo. Utilizando métodos qualitativos (entrevistas) e quantitativos (escalas psicométricas), a pesquisa procura averiguar a percepção que os jovens têm de seu ambiente e relacionamento familiar, associando-a ao estilo de atribuição de causalidade, ao tipo de motivação do jovem (Ego – externa; Tarefa – interna) e à percepção do clima motivacional familiar (Desempenho– hetero-orientado; Mestria – auto-orientado). O trabalho faz a revisão de literatura das principais teorias acerca do assunto, assim como da teoria sobre atribuição de causalidade e da Abordagem Centrada na Pessoa. Aponta-se as principais características encontradas que diferem o grupo dos não infratores do grupo dos infratores: estrutura familiar mais preservada, maior contato com a família estendida, oferecendo maior suporte social, maior supervisão, desenvolvimento de um sentimento de responsabilidade precoce, história familiar sem envolvimento infracional, motivação tendendo à Tarefa. Com base nas teorias apresentadas, faz-se sugestões no sentido de uma abordagem de prevenção da delinquência, integrando a participação da família, através do método social-cognitivo e da Abordagem Centrada na Pessoa.

Palavras-chave: infração juvenil; família; motivação; percepção; processo atribucional.

ABSTRACT

This dissertation approaches juvenile delinquency from a perspective of the family of 31 male delinquent adolescents, and 31 non delinquents, their brothers or cousins. The premise from which this paper evolves states that the family is the first social institution in which the young individuals participate, and develop their values, character, personality and attitude toward the world. Using qualitative (interviews) and quantitative (psychometric scales) methods the research explores and associates: the perception that the youths have of their family ambience and relationships, their attributional style, their motivation (Ego – external; Task – internal) and their perception of their family motivational climate (Performance – hetero-oriented; Mastery – self-oriented). The work also provides a review of the literature of the main theories on the subject, as well as of the theory on causal attribution and the Person Centered Approach. The main characteristics that differ the group of non delinquents from the group of delinquents are pointed out: a more preserved family structure, more contact with the extended family, offering them a wider social support, more supervision of their behavior, development of an early sense of responsibility, no criminal record in the family history, Task oriented motivation. Based on the presented theories, the author offers suggestions about a prevention approach concerning juvenile delinquency, that integrates the family processes, the social-cognitive method and the Person Centered Approach.

Key-words: juvenile delinquency; family; motivation; perception; attributional style.

SUMÁRIO:

Dedicatória	iii
Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract	vii
Lista de Tabelas e Gráficos	ix
Prefácio	x
Capítulo 1 - Introdução	1
1 - Violência Juvenil Como Problema de Saúde Pública	1
2 - Objetivo Geral	10
3 - Objetivos Específicos	10
Capítulo 2 – Fundamentando as Abordagens Teóricas: A Revisão de Literatura	12
1 - A Adolescência e o Infrator	12
2 - As Principais Abordagens Teóricas da Delinquência	21
2.1- A Família	44
3 - A Abordagem da Cognição Social em Psicologia	59
3.1- A Atribuição de Causalidade	59
3.2 -O Fato Social da Infração como Inferência de Responsabilidade	72
3.3 -Inferência de Responsabilidade e a Discussão dos Fatores Determinantes	73
3.4 -O Julgamento de Responsabilidade na Cognição Social	73
3.5 -Motivação e Percepção	78
4 - Responsabilidade/Liberdade e a Psicologia Humanista-Existencial de Rogers	86
4.1- Aplicações da Abordagem Centrada na Pessoa	92
Capítulo 3 - Questões Metodológicas	99
1 - O Campo	99
2 - Instrumentos Qualitativos	109
3 - Instrumentos Quantitativos	113
Capítulo 4 – Investigando as Raízes: O Núcleo Familiar dos Jovens	127
1 – A Estruturação do Núcleo Familiar	128
1.1 – Estrutura	128
1.2 – Os Cuidados Iniciais	131
1.3 – A Situação Econômica	137
1.4 – História Familiar Progressiva	139
2 – Dinâmica Familiar	141
2.1 – O Relacionamento Familiar	141
2.2 – Violência Física	152
2.3 – Maus-Tratos Psicológicos	156
Capítulo 5 – Atribuição de Causalidade, Motivação, Percepção e Julgamento de Responsabilidade dos Jovens	165
1 – Atribuição de Causalidade Interna x Externa	165
2 – Motivação e Percepção dos Jovens	173
3 – Julgamento de Responsabilidade	187
Capítulo 6 – Considerações Finais	199
Referências Bibliográficas	210
Apêndice 1 – Roteiro de Entrevista	221
Apêndice 2 – Vocabulário Próprio dos Infratores	226
Apêndice 3 – QOTEF e QPCMF	227

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS:

Gráfico 1.1 – Distrib. Dos Atos Infracionais Registrados Na 2 ^a . Vara da Infância e Adolescência do RJ. – 1991-2000	4
Gráfico 1.2 – Taxas de Mortalidade por Homicídios em Adol. – 1980-1995	5
Quadro 2.1 – Características do Desenvolvimento na Adolescência	17
Figura 2.1 – Modelo Teórico-Explicativo para a Delinquência Juvenil	25
Figura 2.2 – Processo de Responsabilidade	76
Gráfico 3.1 – Atos Infracionais Cometidos pelos Entrevistados	105
Tabela 3.1 – Características dos Infratores e Não Infratores – RJ	105
Tabela 3.2 – Características dos Infratores e Não Infratores – PE	107
Tabela 3.3 – Fidedignidade das Escalas e Subescalas	120
Tabela 3.4 – Solução dos Componentes Principais – Rotação Varimax – QOTEF	121
Tabela 3.5 – Solução dos Componentes Principais – Rotação Varimax – QPCMF	122
Gráfico 4.1 – Número de Familiares Trabalhadores na Família – Infratores	138
Tabela 4.1 – Atos Infracionais Pgressos na Família dos Infratores	140
Gráfico 5.1 – Tipo de Atribuição de Causalidade dos Infratores	165
Gráfico 5.2 - Tipo de Atribuição de Causalidade dos Irmãos	169
Gráfico 5.3 – Pontuação dos Jovens em Ego	173
Gráfico 5.4 – Comparando a Pontuação dos Jovens em Ego	174
Gráfico 5.5 – Pontuação dos Jovens em Tarefa	174
Gráfico 5.6 – Comparando a Pontuação dos Jovens em Tarefa	175
Tabela 5.1 – Teste de Wilcoxon para o QOTEF	175
Gráfico 5.7 – Pontuação dos Jovens em Mestria	181
Gráfico 5.8 – Pontuação dos Jovens em Desempenho	181
Gráfico 5.9 – Comparando Mestria entre os Grupos	182
Gráfico 5.10 – Comparando Desempenho entre os Grupos	182
Tabela 5.2 – Teste de Wilcoxon para o QPCMF	182
Gráfico 5.11 – Nível de Responsabilidade dos Infratores	186
Gráfico 5.12 – Número de Passagens dos Infratores pelo Sistema	187

PREFÁCIO

Esta tese tem como **objeto** averiguar a importância da família na constituição da percepção, da motivação e do estilo atribucional de jovens infratores e não infratores, assim como examinar a dinâmica e a estrutura familiar destes adolescentes, apontando possíveis explicações de como estas variáveis podem ou não influenciar o jovem em direção ao ato infracional. As abordagens teóricas principais que embasam o trabalho são as da Cognição Social, mais especificamente, a teoria de atribuição de causalidade de Jones & Nisbett e a Abordagem Centrada na Pessoa, de Carl Rogers.

Por quê **raízes da violência**? O objetivo deste estudo é examinar as primeiras sementes que podem dar origem ao comportamento violento. A tese, em momento algum, pretende afirmar que a família é a única e suficiente causa do comportamento violento. Como uma planta que depende não só de suas raízes para seu crescimento, mas também do sol, da chuva, do tempo e das intempéries, as muitas variáveis estruturais, sociais, as biológicas, as individuais, interagem e contribuem para o encaminhamento do jovem para a infração, como será visto no capítulo 2. No entanto, é na família que ele tem as suas raízes primeiras, que podem ser fortes e saudáveis, ou podem ser débeis e enfermas. Desde a sua concepção, passando pela vida pré-natal, perinatal e pela tenra infância, o indivíduo pode receber no ambiente familiar sol ameno e chuva refrescante, ou ventos e tempestades, sombra ou calor tórrido, pode ser devidamente regado e fertilizado, ou ser agitado em demasia ou ser deixado à mingua. Tendo raízes fortes, o ser humano pode ser mais capaz de resistir às pressões sociais, às enchentes e secas, fazendo brotar em si um ser frutífero, harmonioso, que contribui positivamente para a vida em sociedade. Todavia, não se pode esquecer que por mais firmes que sejam as raízes,

um indivíduo pode ter sua estrutura afetada frente a abalos muito graves, modificando-se, assim, o curso de sua vida. Dar conta da complexidade do potencial de desenvolvimento humano é, certamente, uma tarefa impossível de ser plenamente alcançada racionalmente, pois a todo instante o indivíduo se constrói, mesclando seu próprio potencial ao suporte que recebe de sua família e do meio em que vive, ferindo-se e reconstruindo-se frente às intempéries que a vida lhe provê, numa dança única e irrepitível. Tanto o indivíduo como sua família estão a todo instante moldando-se a um mundo dinâmico, interagindo e se modificando de acordo com as relações físicas e emocionais, sociais, econômicas e culturais que conseguem estabelecer. Por essa razão, o esforço teórico de investigar a influência familiar sobre a entrada do adolescente no mundo infracional necessita ser compreendido como integrante de uma rede de fatores que dinamicamente se articulam para facilitar a entrada no universo infrator.

I

INTRODUÇÃO**1) VIOLÊNCIA JUVENIL COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA**

A violência praticada por crianças e jovens acompanha a história do Homem. Já na cultura greco-romana a percepção da infração juvenil estava presente. Veyne (1992, apud Assis, 1999b:12-13) ilustra o tema em uma de suas citações: *“Volta do teu jantar o mais cedo possível, pois um grupo exaltado de moços das melhores famílias saqueia a cidade”*. A autora revela que no caso de o delito ser descoberto, os jovens eram admoestados pelo governador como forma de punição. Se houvesse reincidência, então eram açoitados e soltos. Por outro lado, a literatura é rica, também, em relatos sobre a violência sofrida por crianças e adolescentes, desde a Antigüidade, passando pela Idade Média, Idade Moderna, até os dias atuais. No entanto, é bastante escasso o registro histórico dos delitos praticados por crianças e adolescentes naqueles tempos.

O cenário brasileiro onde se desenrola a problemática da delinqüência juvenil começa a ser registrado a partir do final do século XIX. As crianças que eram abandonadas por seus pais e estavam desassistidas, moral e financeiramente, passaram a ser chamadas “menores”. Elas vagavam pelas ruas e, ao praticar pequenos delitos, eram postas na cadeia, juntamente com os adultos presos. Mais tarde, quando o número de delitos começa a crescer, devido à desagregação familiar, à migração e à pobreza, estes menores pobres e abandonados passaram a ser chamados de “delinqüentes”. A literatura aponta um total de 59 criminosos na faixa etária entre 9 e 20 anos para o ano de 1894 e o total de 97 para 1895 (Assis, 1999b).

O debate sobre a criança infratora ocupou juristas e educadores, criando-se instituições que cuidavam dela, quer seja para puni-la ou para educá-la, a fim de prevenir novos delitos. Em 1927 foi criado o primeiro Código de Menores do Brasil, cujo objetivo final era a moralização do indivíduo e a manutenção da ordem social. O Estado era, então, tutor dos “menores desvalidos”, vistos pela sociedade como potencialmente perigosos, em virtude de sua miséria e abandono moral.

No século XX, a década de 20 até o início da década de 40, as infrações cometidas por adolescentes no Município do Rio de Janeiro distribuem-se da seguinte forma: de 1924 a 1928 elas aumentam gradualmente; a partir daí, caem um pouco, flutuando entre aumento e decréscimo até 1938, quando começam a subir gradativamente até 1941, perfazendo o total de 3403 delitos, nestes 18 anos. Em 1924 eram um total de 127 infrações; em 1928, 298; em 1941, 248 infrações. Os atos infracionais eram denominados delitos e eram classificados, de acordo com o Código Penal, em: de sangue (atos contra a segurança e a vida da pessoa), de furto (atos contra a propriedade pública ou particular), de roubo (atos contra a pessoa e a propriedade), sexuais (atos contra a honra e o pudor) e delitos diversos (atos que não se enquadram nos demais grupos). Nota-se que não havia na época os delitos por consumo ou tráfico de entorpecentes. Os delitos mais comuns eram os de sangue (39,8% do total no período), seguidos pelos delitos de furto (34,1%), sendo a maior parte (89,5%) cometida por adolescentes do sexo masculino (Cruz Neto et al., 1999).

Em 1964, no início da ditadura militar, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), ligada à Doutrina de Segurança Nacional, para atender ao menor carente e ao menor infrator, sempre seguindo o conceito de penalização da pobreza, relacionando pobreza à criminalidade. O menor infrator

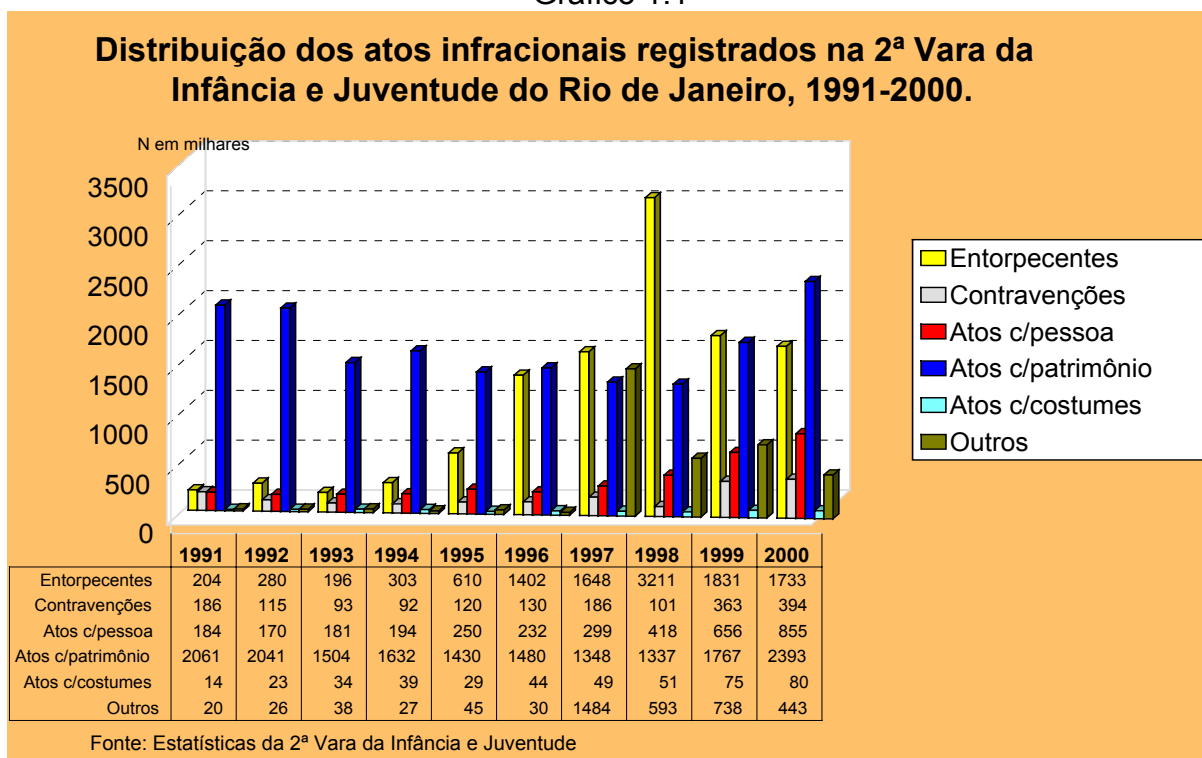
continuava sendo reprimido e apreendido pela polícia, sendo sentenciado pelo Juizado de Menores para a reeducação e a ressocialização, executadas pela FUNABEM e pelas Federações estaduais. Os até então “delitos” passaram a ser categorizados da seguinte forma: crimes contra a pessoa (homicídio e lesão corporal – “delitos de sangue”), crimes contra o patrimônio (junção dos “delitos de furto e roubo”), crimes contra os costumes (estupro, sedução etc. – “delitos sexuais”), contravenções (porte de arma, direção sem habilitação etc.), entorpecentes (tráfico ou uso), outros (falsificação de documentos, desacato a funcionário público etc.) e infrações sem classificação (sem artigo) (Cruz Neto et al., 1999).

De 1960 a 1971 observa-se o crescimento do total das infrações cometidas por adolescentes (12.040), sendo os crimes contra o patrimônio (roubo e furto) os de maior incidência, seguidos pelos crimes contra a pessoa. Neste período aparecem os crimes referentes ao uso e/ou tráfico de entorpecentes, que subiram de 2% em 1960 para 15,3% em 1971. Cruz Neto e colaboradores (1999) afirmam que, pela maior escolaridade dos adolescentes e pela época, quando ocorriam os movimentos de “contracultura” (*hippies* etc), presume-se que grande parte destes atos estivesse relacionada ao consumo de drogas.

Na atualidade brasileira, este cenário não se alterou em quase nada, apesar da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA –Brasil, 1994) e das mudanças com ele advindas. Verifica-se nas pesquisas e na vida cotidiana, o progressivo aumento da infração juvenil: de 1991 a 2000, deram entrada na Segunda Vara da Infância e da Juventude no município do Rio de Janeiro, 36.502 infrações cometidas por crianças e adolescentes. Deste total, 9,4 % foram atos contra a pessoa. Os crimes contra o patrimônio foram responsáveis por 46,5% das infrações. Entretanto, o crescimento das infrações registradas se deve

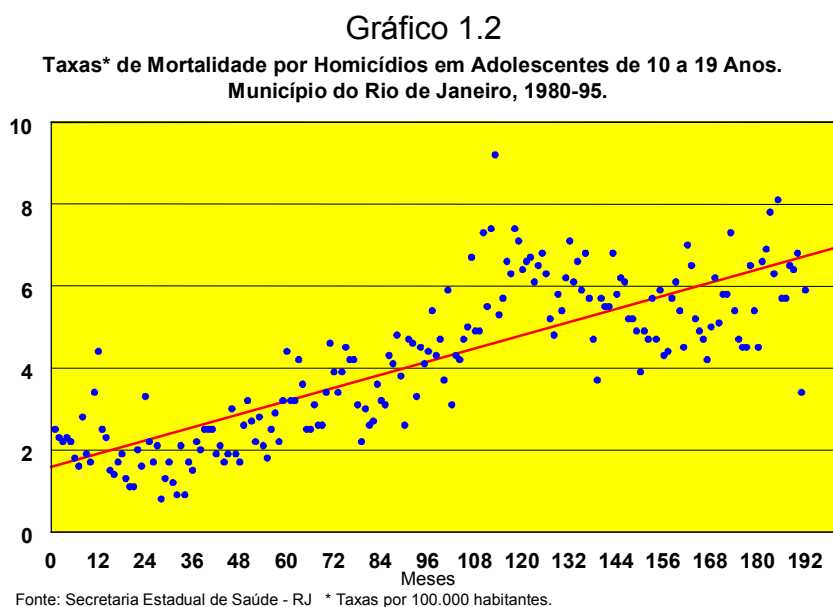
essencialmente à elevação dos atos ligados ao uso/tráfico de drogas, que foi responsável por 31,3% em todo o período e, somente no ano de 1998 respondeu por 53,5% de todas as infrações do ano (gráfico 1.1).

Gráfico 1.1



Ademais, a taxa de mortalidade por homicídio em jovens de 15 a 19 anos no Município do Rio de Janeiro cresceu significativamente, de 1980 a 1995 (gráfico 1.2). Neste contexto é importante observar que **os jovens que morrem assassinados se assemelham muito aos infratores**, em características como idade, escolaridade e inserção social (Souza & Assis, 1996). *“O perfil da mortalidade por causas externas no Brasil segue a tendência mundial, em termos de maior incidência sobre o sexo masculino e faixas etárias mais jovens”* (Minayo, 1994:10). Mais de 90% dos homicídios, no Brasil, atingem homens, e, entre os que estão na faixa etária dos 14 aos 39 anos, o percentual de homicídio é 80%. No sexo masculino, a taxa de crescimento foi de 1,47 (47%); no sexo feminino, o aumento foi

de 28%. A maioria destes homicídios foi efetuada com o uso de arma de fogo (Souza & Assis, 1996). *“Ou seja, são os homens jovens as principais vítimas e os principais agentes. É um homem jovem matando outro homem jovem”* (Zaluar, 1995:232).



Ainda dentro deste perfil, diminui cada vez mais a faixa etária na qual os jovens se encaminham para a delinqüência e na qual os jovens sofrem atos violentos, como homicídio, (Minayo, 1990; Minayo, 1994; Souza, 1994). Além disso, a prática infracional vem acometendo jovens de todas as classes sociais.

A violência (causas externas), junto com as doenças infecciosas, é uma das causas de mortes prematuras desde remotos tempos: as guerras, a crueldade com que os pais tratavam os filhos, o infanticídio, o abandono das crianças recém-nascidas nas portas das casas de outras famílias, nas *Santas Casas* e nas *Rodas dos Expostos*, desde o século XIII na Itália, estendendo-se pela Europa, Estados Unidos e América Latina, até meados do século XX, são exemplos disto (Venâncio, 1999). Com o advento das novas tecnologias de comunicação, da mídia, de um novo código moral e do estágio de consciência social ao qual a humanidade chegou,

tem-se uma nova visão deste fenômeno, que ganha uma maior dimensão, ainda que possa não ser de fato maior. A violência apenas começa a tomar espaço próprio no âmbito da Saúde Pública no final da década de 1980 (Minayo,1994). Isto deveu-se ao expressivo aumento de mortes e lesões por causas violentas em todo o continente americano (Minayo & Souza,1998). Mesmo não sendo um problema específico da área da saúde, a violência a afeta, porque, como afirma Agudelo (1990:1), a violência representa *“um risco maior para a realização do processo vital humano: ameaça a vida, altera a saúde, produz enfermidade e provoca a morte como realidade ou como possibilidade próxima”*.

No Brasil, a proporção de mortes violentas teve um aumento de 29% a partir da década de 1980, passando, então, a colocar-se na segunda posição entre as causas de morte, sendo precedida pelas mortes por doenças cardiovasculares. Os homicídios têm sido o grande “vilão” da Saúde Pública, como nos mostra Souza (1994). O total de homicídios ocorridos na década de 1980 representa 19,8% do total de óbitos por causas externas.

“A violência (...) adquiriu um caráter endêmico e se converteu num problema de saúde pública em vários países” (OPAS, 1995). Seu crescimento contribui para a perda de anos potenciais de vida e evidencia a demanda sobre o sistema de saúde, já que para este convergem todos os resultados da violência, *“pela pressão que exercem suas vítimas sobre os serviços de urgência, de atenção especializada, de reabilitação física, psicológica e de assistência social”* (OPAS, 1993:1). No caso da violência, o papel da Saúde Pública não é apenas ajustar-se à demanda, em termos de equipamentos e recursos humanos para o tratamento das vítimas, mas também e principalmente, voltar-se para a **prevenção** primária.

A idéia da prevenção da infração, através da educação, como forma mais econômica de lidar com o assunto já estava presente no Brasil desde o início do século XX, quando foi criada uma lei na qual o Estado deveria dar assistência aos abandonados e infratores, a fim de prevenir novos delitos. Desde lá, outras iniciativas têm surgido em vários níveis: como o Plano de Integração Menor-Comunidade, atuando através de “núcleos preventivos”, geridos pela FUNABEM; o engajamento dos jovens em atividades desportivas, tanto por iniciativa pública, quanto privada, em algumas cidades do país; o trabalho do conselheiro “adotivo” individual da mesma comunidade do infrator, na cidade de Recife, implantado pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude, são exemplos.

Entretanto, um número pequeno de ações parece ter dado resultados realmente frutíferos para a diminuição da infração juvenil e poucas tratam de atuar na prevenção primária: as estratégias de atuação estão, em maior parte, no nível terciário. É necessário buscar novos métodos e abordagens, através de pesquisas científicas e da integração de várias disciplinas e correntes teóricas, para que se possa estabelecer estratégias eficazes de tratamento e prevenção. Ou seja, para que se possa traçar caminhos de enfrentamento e prevenção, é necessário conhecer a fundo o problema.

Há décadas os estudiosos do assunto vêm afirmando que a pobreza seria a causa direta e mais importante da infração juvenil. Hoje já se tem o conhecimento de que a infração (juvenil ou não) não decorre exclusivamente da pobreza. Cruz Neto e colaboradores (1999:28-29) afirmam: *“É importante frisar, no entanto, que o aumento da criminalidade não pode ser vinculado diretamente ao aumento da pobreza. Uma análise mais atenta dos fatos revela que, ao contrário do que era alardeado, a camada da população que mais sofria com o aumento da criminalidade*

era justamente a menos favorecida, principalmente crianças e adolescentes". Mais e mais, os pesquisadores vêm compreendendo que fatores sociais, associados àqueles ligados mais diretamente ao indivíduo, exercem influência significativa em sua conduta. As instituições sociais, como a família, a escola, a igreja, o governo, desempenham importante papel na formação e encaminhamento do jovem na sociedade. São elas que transmitem e reforçam os valores morais e espirituais no indivíduo.

No entanto, **é a família a primeira instituição à qual o indivíduo pertence e onde forma sua base moral e consciência social. É ela o primeiro tradutor e comunicador dos valores sociais para a criança e o adolescente, podendo influenciar o jovem para a entrada na vida infracional.** Essa influência se dá dentro de um campo de possibilidades de escolhas limitadas, dentro de um possível social. *"Uma análise dos estudos feitos por vários investigadores indica que o lar é de importância crucial no desenvolvimento do indivíduo"* (Titus, 1964:50). É por este motivo que **esta tese privilegia a família, com o objetivo de tentar entender a entrada do jovem na vida infracional, tanto quanto cogitar estratégias de sua prevenção.** Por exemplo: dentro de um mesmo núcleo familiar, qual a dinâmica que contribui para que um filho enverede pelo caminho delituoso e um outro filho siga trilha diferente? Quais os fatores que protegem um indivíduo do caminho infracional e quais os que contribuem para que ele entre por este caminho? Por outro lado, é forçoso reconhecer que a constituição do caráter e da personalidade do indivíduo não se dá apenas em função dos valores transmitidos pela família. A psicologia ensina que mais do que enfatizar valores, é importante conhecer como o indivíduo os **percebe** e os **interpreta**, a partir de sua própria **motivação pessoal**, a qual influenciará seu modo de interagir com a sociedade: se ele se vê participando diretamente do que ocorre em sua vida e na vida dos outros e

se ele se julga responsável por seus atos. Para chegar a tal conhecimento, é necessário averiguar mais a fundo as condições das famílias dos infratores, como eles as percebem e a maneira como este convívio os influencia no envolvimento com a delinquência. Conhecendo-se os fatores protetores é possível reforçá-los, através de estratégias de modificação de comportamento, criando programas de **promoção da saúde**.

Este trabalho procura caminhar nesta direção, utilizando tanto o método qualitativo, como o quantitativo, na coleta e tratamento dos dados. Para dar conta desta complexidade do tema, foram entrevistados, de um lado, jovens infratores que estavam cumprindo medida sócio-educativa em instituições de internação e semi-liberdade nos municípios do Rio de Janeiro e Recife (duas cidades que apresentam os maiores índices de infração juvenil no país) e, de outro lado, jovens irmãos ou primos destes infratores. Além disto, a tese envida esforços para o diálogo entre algumas teorias sobre violência e a postura de certas abordagens da Psicologia. Esta é uma tentativa, ainda que incipiente, de se aumentar e operacionalizar os instrumentos da Psicologia que ajudem, primeiro, a compreender a influência familiar no envolvimento do jovem com a infração, discutindo, nomeadamente, o papel da motivação e da percepção, bem como seu impacto no processo dos infratores adolescentes de avaliarem seus atos e de se julgarem responsáveis ou não. Em segundo lugar, existe o objetivo de melhor equipar educadores e responsáveis, que interagem com os adolescentes dentro das várias instituições sociais, possibilitando-os a catalisar mais eficazmente os objetivos da prevenção da infração juvenil.

Para esta averiguação justifica-se, de início, o uso da Cognição Social, em Psicologia, já que é ela a abordagem que trata da motivação, da percepção, da atribuição de causalidade e do julgamento de responsabilidade. Fez-se uso,

também, dos conceitos da Abordagem Centrada na Pessoa, de Carl Rogers (Psicologia Humanista-Existencial), para se debater opções individuais e indicar possíveis caminhos psicológicos de prevenção. É neste contexto que a presente tese constitui uma tentativa de introduzir o binômio responsabilidade/liberdade na discussão acadêmica da infração juvenil. Além disto e, conseqüentemente, tem o objetivo de sugerir a aplicação dos princípios rogerianos aos processos institucionais que lidam com a delinqüência juvenil.

2) OBJETIVO GERAL

Nesta tese pretende-se investigar a contribuição da convivência familiar para a entrada ou não do jovem na vida infracional, e sua influência na atribuição de causalidade e no julgamento de responsabilidade do adolescente infrator e seu irmão não infrator.

3) OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1 - Descrever e analisar a realidade familiar de adolescentes infratores, segundo suas próprias visões, pesquisando vivências emocionais e existenciais que costumam estar presentes na vida destes jovens.

2 - Descrever e analisar a realidade familiar dos irmãos dos infratores e compará-la com a experiência dos infratores.

3 - Analisar e comparar as respostas dos infratores com a de seus irmãos às duas escalas que averiguam motivação e percepção do clima motivacional familiar.

4 - Averiguar que tipo de atribuição de causalidade¹ os infratores (atores) e seus irmãos/primos (observadores) fazem, nas suas avaliações da entrada para a vida infracional.

5 - Debater o binômio responsabilidade/liberdade, na discussão acadêmica da infração juvenil, segundo a Psicologia Humanista-Existencial (Carl Rogers).

6 - Cruzar os dados referentes a: realidade familiar, percepção e motivação do clima motivacional familiar, atribuição e responsabilidade referente ao ato infracional - de modo que se possa discutir o tema da infração juvenil, pensando a questão da prevenção.

Esta tese contará com uma breve revisão de literatura sobre a adolescência, sobre as principais teorias da delinquência juvenil, dando maior enfoque ao núcleo familiar; sobre as bases teóricas discutidas, dentro da Cognição Social, sobre a atribuição de causalidade, a motivação e percepção; e sobre os conceitos que envolvem a Abordagem Centrada na Pessoa. Abordará os métodos empregados no estudo de campo, amostra, instrumentos de coleta de dados e métodos de análise, tanto qualitativa, quanto quantitativa. A seguir, o leitor encontrará a análise dos dados colhidos nas entrevistas dos infratores e dos não infratores sobre o núcleo familiar, assim como uma discussão destes dados com a teoria já desenvolvida. Adiante, a tese tratará da análise e do debate teórico dos dados acerca da atribuição de causalidade, motivação e percepção do clima motivacional familiar e do julgamento de responsabilidade dos dois grupos entrevistados. Finalmente, nas considerações finais, procurará discutir e cruzar os achados dos capítulos anteriores, levantando sugestões de atuação e prevenção da infração juvenil.

¹ O processo de atribuição de causalidade é chamado por Regato (1997) de estilo **atribuicional** e por Silva (1999) de estilo **atribucional**, uma tradução mais direta do termo inglês *attributional*. Esta última forma será a adotada nesta tese.

II

**FUNDAMENTANDO AS ABORDAGENS TEÓRICAS:
A REVISÃO DE LITERATURA**1) A ADOLESCÊNCIA E A INFRAÇÃO

Antes de abordar a infração juvenil, é necessário contextualizar o infrator dentro do seu período de vida que é a adolescência, entendendo suas fases e as transformações que são vivenciadas por ele. Diversas são as abordagens teóricas que enfocam a adolescência (do latim *ad*=para frente; e *dolescere* =crescer com dores), cada qual com sua própria caracterização quanto aos principais aspectos que a definem e a demarcam. Há autores que fixam este período entre os 11 ou 12 anos até os 18 anos; outros o estendem até os 21; outros, ainda, afirmam que a adolescência só termina quando o jovem consegue sua completa independência financeira e emocional, deixando o lar dos pais. Há, além disso, a discussão quanto à adolescência incluir ou não a puberdade (do latim *pubertate* = idade da humanidade) e se estas duas etapas do desenvolvimento são universais: alguns teóricos consideram que a puberdade é um período que antecede a adolescência; outros postulam que estes são conceitos sobrepostos, sendo que a puberdade se refere aos aspectos biológicos e a adolescência, aos aspectos psicológicos.

Ainda que a noção de adolescência não seja nova, datando da Grécia Antiga, o conceito de adolescência como um período do desenvolvimento humano é relativamente recente (Günther, 1999). O *Novo Dicionário da Língua Portuguesa de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira* (versão eletrônica,1996) define adolescência como:

“1. O período da vida humana que sucede à infância, começa com a puberdade, e se caracteriza por uma série de mudanças corporais e psicológicas (estende-se aproximadamente dos 12 aos 20 anos).”

2. *(Psicologia) Período que se estende da terceira infância até a idade adulta, marcado por intensos processos conflituosos e persistentes esforços de auto-afirmação. Corresponde à fase de absorção dos valores sociais e elaboração de projetos que impliquem plena integração social.*”

Sillamy (1998:12), em seu *Dicionário de Psicologia*, a define como “a época da vida situada entre a infância, que continua, e a idade adulta”. Este autor demarca seu início entre os 12 ou 13 anos e seu fim entre os 18 e 20 anos. Ele afirma que os limites de idade para seu aparecimento e duração vão depender do sexo, da raça, das condições geográficas e dos meios sócio-econômicos.

Zimerman (1997) defende a idéia de que a adolescência abrange três níveis de maturação e desenvolvimento. O primeiro deles, a puberdade, vai dos 12 aos 14 anos, caracterizando-se pelas mudanças corporais. O segundo, a adolescência propriamente dita, estende-se dos 15 aos 17 anos, marcando-se pelas mudanças psicológicas. O terceiro seria a adolescência tardia, indo dos 18 aos 21 anos e delineando-se pela busca de uma identidade própria, seja individual, grupal ou social.

Embora haja diversidade de opiniões quanto ao início, término e ao que envolve o adolescer, há hoje, porém, um consenso entre os autores no sentido de afirmar que este período do desenvolvimento humano assinala-se por ser uma fase confusa, marcada por vulnerabilidades, ambivalências e conflitos, ligados à constituição da identidade pessoal e social do indivíduo. Estes conflitos decorrem em função dos ajustamentos requeridos, de um lado, pelas mudanças fisiológicas e pelas modificações na estrutura e funcionamento do corpo, associadas à puberdade, e, de outro lado, pelas implicações do seu papel social: independência, identificação sexual, amizades, identificação e preparo profissional, escolha de uma filosofia de

vida para sua orientação (Mussen et. al., 1973). O confronto com todas estas experiências pode fazer emergir um ser frágil (Fonseca, 1986).

As modificações fisiológicas e morfológicas relacionadas à puberdade se dão no início da adolescência, quando se evidencia a maturação sexual, em torno dos 11 aos 15 anos de idade. Nos homens, a puberdade se inicia (internamente) com o alargamento da próstata e das vesículas seminais e se evidencia (externamente) pelo aparecimento dos pêlos pubianos. A glândula pituitária estimula as glândulas sexuais, aumentando a produção de hormônios sexuais (testosterona) e o crescimento de espermatozóides. Estes níveis mais elevados de testosterona são responsáveis, entre outros fatores, para os adolescentes do sexo masculino manifestarem maior agressividade sexual e comportamento agressivo mais acentuado (Mussen et al., 1977).

Juntamente com as mudanças físicas, o jovem experimenta mudanças subjetivas e este desenvolvimento põe em jogo seu sentido de autoconsciência, necessitando de tempo para a integração destas mudanças na sua identidade de forma positiva e com autoconfiança. Um dos adventos que ocorrem nesta fase é a passagem da dependência da família para a dependência do grupo de pares (amigos) como forma de segurança, identificação e aceitação (Mussen et al., 1977).

Os relacionamentos pais-filhos estão intimamente ligados ao desenvolvimento da independência pelo jovem. Aqueles pais que adotam práticas democráticas, explicando o porquê das regras de conduta e das expectativas, possibilitam que os filhos acelerem a adoção de independência de forma responsável. Pode-se identificar, na cultura ocidental e, principalmente cultura brasileira, uma diferença na maneira de criação dos filhos de cada sexo. Enquanto as meninas são criadas para uma maior submissão e dependência, desde cedo, os

meninos são estimulados a desenvolver independência, auto-afirmação e uma atitude mais agressiva entre seus pares. A eles, geralmente, também é dada maior liberdade de ir e vir (Mussen et al., 1977).

Outro aspecto muito importante que tem início na adolescência é a escolha de uma profissão/ocupação. *“A profissão pode oferecer aos adolescentes um modo socialmente aprovado de obter satisfações diretas ou indiretas de motivos que não são totalmente gratificantes de outros modos... A escolha de uma profissão e a subsequente participação nela pode ajudar a cristalizar e a reforçar o autoconceito de um adolescente.”* (id: 482). Este dado pôde ser constatado entre os jovens entrevistados para esta pesquisa. Já cedo, muitos deles procuravam uma ocupação como forma de se sustentar e/ou ajudar seus pais/irmãos. Muitas vezes, o tráfico era o caminho encontrado para dar conta não só das exigências financeiras e de consumo, como também da necessidade de auto-afirmação dos adolescentes.

A questão de construir a própria identidade é sumamente importante, na adolescência. Cada indivíduo possui uma necessidade de se perceber como um ser único e distinto das demais pessoas, ainda que compartilhe valores e atitudes com outros. Ou seja, cada um precisa desenvolver seu próprio senso de identidade: seus limites (fronteiras) individuais, sua autoconsistência, sua integridade. O adolescente precisa construir uma identidade própria, onde se perceba diferente dos outros, ainda que com pontos em comum, e com uma estabilidade no decorrer do tempo: a pessoa que é hoje tem consistência com a que foi ontem. Na adolescência a questão da identidade toma maior vulto em virtude das rápidas mudanças tanto físicas como sociais e das exigências intelectuais e profissionais. Ele passa a se preocupar com a sua imagem perante as outras pessoas, tendo que conciliá-la com seus reais sentimentos, com seus papéis sociais e habilidades. A capacidade de

cada indivíduo configurar-se (imaginar-se) em sentido abstrato, como se fosse um observador, ajuda na aquisição de identidade individual bem definida. De acordo com Erickson (1972), esta postura cognitiva é um complemento na produção de um sentido de identidade, já que ele tem que escolher delimitadamente seus compromissos pessoais, ocupacionais, sexuais e ideológicos. Nesse exercício, o apoio dos pais, companheiros e instituições sociais tem importância fundamental para a formação de uma identidade positiva. A identidade negativa *“baseia-se em todas as identificações e papéis que, em momentos críticos do desenvolvimento, foram-lhes apresentados como sumamente indesejáveis ou perigosos e, também, como os mais reais”*. Ela pode advir, também, da *“necessidade de encontrar e defender um nicho próprio contra os ideais excessivos exigidos ou por pais morbidamente ambiciosos”* (Erickson, 1972: 175).

A crise de identidade é, segundo este autor, normal na adolescência, significando um definir dos seus limites face às exigências da sociedade, como antes acontecera face à família. Se o jovem não chega a uma resolução desse conflito, depara-se com uma confusão de papéis, que o pode levar a optar por uma identidade negativa para satisfazer a sua necessidade de ser reconhecido pelos outros. Os comportamentos desajustados têm, em princípio, caráter transitório e experiencial. Erickson (1972) chega a sugerir que os indivíduos que não experimentaram esta crise na adolescência e que não a ultrapassaram, são adultos menos saudáveis e menos maduros. Tais comportamentos desajustados podem, entretanto, vir a ter conseqüências graves no ajustamento social e pessoal do indivíduo quando, por exemplo, entram em confrontos com a Lei e as autoridades, dos quais resultem punições legais e conseqüente estatuto de “delinqüente”.

Fenwick e Smith (1996, apud Tomaz, 1998) propõem três fases para a adolescência, apresentando os principais aspectos que as definem (quadro 2.1):

Quadro 2.1: Características do desenvolvimento na adolescência

Fase Inicial 11-14 anos	Fase Intermediária 15-16 anos	Última Fase 16-18 anos
Preocupação com a aparência corporal	Menos centrado em si mesmo, torna-se mais capaz de assumir compromissos.	Idealismo.
Alterações hormonais, com alterações de humor.	Pensa com maior independência e toma suas próprias decisões.	Envolvimento com a vida, o trabalho e os relacionamentos extrafamiliares
Afirmações de independência como um indivíduo não mais como parte da família (busca da identidade pessoal).	Experimenta continuamente para descobrir a auto-imagem na qual se sinta mais confortável. Auto-referência regride.	Necessidade de definir rumos que o levem à independência financeira e emocional. Maior capacidade de estabelecer relacionamentos sexuais estáveis.
Protestos e comportamento de desafio	Começa a estabelecer seu próprio padrão de valores; desenvolve um senso moral mais pessoal.	Sente-se adulto, em pé de igualdade com a família.
Supervalorização das amizades e identificação com o grupo.	Começa a estabelecer laços de amizade mais íntimos e mais estáveis.	Praticamente apto a se tornar um adulto independente e auto-suficiente.
Necessidade de fazer parte de um grupo.	Aceitação da própria sexualidade, estabelecimento de relacionamentos sexuais que envolvam sentimentos que o adolescente pode até aqui jamais ter experimentado.	
Forte senso de justiça: os problemas são analisados pelos extremos e sempre a partir do ponto de vista do adolescente.	Ampliação do campo de interesses intelectuais, maior curiosidade e consciência do mundo. Capacidade para pensar em termos abstratos e lidar com questões hipotéticas ou teóricas. Podem se evidenciar habilidades intelectuais específicas. Pode manifestar um grande interesse por alguma modalidade de arte. Aumenta a disposição para arriscar-se física e intelectualmente. Vontade de viajar e interesse pelos esportes “radicais”.	

Tomaz, 1998: 19

Como se vê no quadro 2.1, é já na faixa etária entre 11 e 14 anos que o adolescente mostra comportamentos de independência. Foi nesse momento que alguns dos jovens infratores entrevistados para esta pesquisa saíram de casa, ou se

ausentaram por períodos longos. Na fase intermediária, encontramos infratores que já haviam tido relacionamentos afetivos que envolviam coabitação e filhos. Porém, nenhum deles mostrou maturidade suficiente para levar os relacionamentos adiante, ou para se responsabilizar pelo cuidado e educação dos filhos. Na última fase, quando há maior necessidade de definir rumos para a independência financeira, encontramos alguns dos infratores mais comprometidos, geralmente aqueles cuja recuperação e a ressocialização se tornam mais difíceis.

Mussen e colaboradores (1977) destacam que a adolescência é uma época da vida na qual a pessoa concentra grande preocupação com problemas e valores morais, e é nesta época, em virtude de seu desenvolvimento cognitivo, que ela possui a habilidade necessária para lidar com eles de maneira mais aprimorada. As exigências sociais e as constantes mudanças nos valores e cultura da sociedade requerem que o adolescente reavalie suas crenças e valores, além da sua própria demanda emocional. Conforme a evolução da adolescência, pode haver um aumento da preocupação com aspectos interiores e com a própria consciência do indivíduo, podendo tornar-se mais orientado pelos padrões internos (valores e modelos de comportamento) do que pelos externos, chegando até a ser orientado para decisões de consciência e princípios éticos universais de justiça. O desenvolvimento cognitivo é uma condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento moral. Este seria o resultado de uma habilidade progressiva para perceber e interagir com a realidade social, para organizar e integrar a experiência social (Mussen et al., 1977).

A obra de L. Kohlberg (apud Tomaz, 1998) descreve os três níveis do desenvolvimento moral, cada um com 2 estágios, perfazendo um total de 6 estágios. O primeiro nível é o **pré-convencional** e se define por ser pré-moral. Situa-se neste

nível os estágios 1 e 2. O primeiro se caracteriza pela orientação para a punição e a obediência: se a ação é punida, ela é moralmente errada; se não for punida, ela é considerada moralmente correta. As pessoas que se enquadram no estágio 2 consideram corretas as ações que satisfaçam suas próprias necessidades, ou, por vezes, as dos outros (hedonismo instrumental relativista). O **nível convencional** vem em segundo na teoria de Kohlberg. Neste nível se localizam os estágios 3 e 4. O estágio 3 se define pela orientação do “bom menino”, de manutenção de boas relações e de aprovação dos outros. O estágio 4 se distingue pela orientação para a autoridade, para a lei e para a manutenção da ordem social. O terceiro **nível** é chamado de **pós-convencional**, fazendo parte dele os estágios 5 e 6. No estágio 5 a moralidade é a de contrato e de lei democraticamente aceitos. O estágio 6 assinala-se pela orientação para as decisões de consciência e princípios éticos universais de justiça, reciprocidade e igualdade de direitos humanos. Tomaz (1998) mostra os resultados das pesquisas de Kohlberg, Gregg, Gibbs, Basinger, Bzuneck e Carlo, entre outros, que de maneira geral, **situam os adolescentes infratores no primeiro ou segundo estágio do nível pré-convencional**. Não é objetivo deste trabalho abordar a fundo e discutir o problema de formação do julgamento moral dos adolescentes. O tema é aqui mencionado apenas como dado ilustrativo, para mostrar que há estudiosos preocupados com estas questões, como também indicar que estes estudos apontam problemas que são observados entre jovens em conflito com a Lei, distantes de ideais tão amplamente desejados numa sociedade desprovida de consciência, ética e justiça.

Dentre os aspectos da adolescência apresentados, a construção da própria identidade e a definição de uma profissão são os que falam mais de perto aos indivíduos abordados nesta tese. A busca de uma identificação em um universo de possibilidades sociais tão restrito torna mais difícil o encontro de uma profissão,

para os não infratores e, ainda mais, para os infratores, uma vez que sua escolaridade é mais baixa que de seus irmãos/primos e suas características individuais dificultam a adoção de um modelo conformista com a sociedade.

2) PRINCIPAIS ABORDAGENS TEÓRICAS DA DELINQUÊNCIA JUVENIL

Debater a questão do adolescente infrator implica, *ipso facto*, em acompanhar o debate jurídico nacional, referente à responsabilidade social quanto ao adolescente e, por outro lado, referente à atribuição de responsabilidade ao adolescente que infringe a lei. Rizzini (1995) descreve a evolução histórica da legislação brasileira sobre o adolescente, começando com o Código Criminal do Império, de 1830, que instituiu as Casas de Correção, para infratores a partir dos 14 anos. Focaliza, também, o Código Penal de 1890, que responsabilizou o delinqüente a partir dos 9 anos de idade. O Juízo de Menores é criado em 1923, procurando abordar a delinqüência da criança e do adolescente segundo critérios sociológicos, psicológicos e biológicos específicos da faixa etária (Rizzini, 1995). O Código de Menores de 1927 focaliza o tema da responsabilidade penal, ampliado depois pelo Código Penal de 1940. O Serviço de Assistência aos Menores (SAM) foi criado em 1941. O SAM foi substituído pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), em 1964 (Vogel, 1995). Em 1979 é instituído o Código de Menores. As experiências negativas de todas essas instituições pressionaram na direção de se criar, em 1990, o *Estatuto da Criança e da Adolescência* (ECA) que “*dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente*” (art. 1º, p. 7).

“Com a promulgação do ECA (Lei no. 8.069, 13/07/1990), a ‘doutrina de situação irregular’ presente no Código de Menores, cede lugar à ‘doutrina de proteção integral’, que visa garantir os direitos básicos a crianças e adolescentes, independente de sua raça ou classe social. Sob esta nova base, o ECA foi elaborado segundo os princípios da descentralização e participação, reordenando as formas de atuação junto ao segmento infanto-juvenil” (Cruz Neto et al., 1999:30).

O ECA veio renovar o tratamento judicial e a nomenclatura utilizada em relação à criança e ao jovem infrator. Considera criança a pessoa até 12 anos incompletos e adolescente, aquela entre 12 e 18 anos de idade (ECA, Título 1, Art.

2º). O adolescente passou a ser julgado por delitos previstos em Lei e a receber a **medida sócio-educativa**, dependendo da gravidade do ato e das condições de cumpri-la. No ECA estão previstas as medidas sócio-educativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional, e as medidas específicas de proteção (art. 101): encaminhamento aos pais ou responsável, orientação temporária, matrícula e frequência obrigatória em escola oficial, obrigação de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico.

Dos vocábulos que perderam a propriedade após o ECA, destacam-se “menor” e “delinqüência”, termos estes que carregam um sentido depreciativo e estigmatizante. No lugar do primeiro empregam-se agora os termos que designam o indivíduo na sua faixa de desenvolvimento: criança e adolescente. O Juizado de Menores passou a se chamar *Juízo da Infância e da Juventude*. No lugar de delinqüência, passou-se a empregar o termo *ato infracional* ou *jovem em conflito com a Lei*, que designa a conduta praticada por crianças ou adolescentes, prevista pelo Código Penal ou pela Lei de Contravenções Penais (Carneiro & Cavalcanti, s/d). Porém, a literatura internacional utiliza a expressão delinqüência juvenil, a qual será utilizada neste trabalho quando se fizer menção a autores estrangeiros e quando houver um diálogo entre a teoria e os dados dos entrevistados.

Na Epidemiologia encontra-se a origem de um novo enfoque na busca da compreensão da delinqüência juvenil e dos caminhos para sua prevenção. Desta disciplina vem o conceito de **fatores de risco** para a infração. Fatores de risco são “*as circunstâncias do ambiente ou as características das pessoas, herdadas ou adquiridas, que lhes conferem uma maior probabilidade de acometimento, imediato ou futuro, de um dano à saúde*” (Pereira, 1995:484).

Desde o conhecimento inicial sobre o assunto até o momento atual da teoria, em termos de fatores de risco para a delinquência, houve um longo percurso, que pode ser contemplado em Bloom (1996). Primeiramente acreditava-se que altos níveis de estresse biopsicosocial operando em um indivíduo vulnerável produziria altos níveis de disfunção. Porém, novas informações surgiram (ou foram, finalmente, reconhecidas), mostrando que, mesmo vivendo em condições estressantes, algumas pessoas se tornavam adultos saudáveis. O conceito da pessoa vulnerável, à mercê de forças internas ou externas, sofreu rigoroso escrutínio. Depois de anos de estudos e de novas conceituações, surgiu um pressuposto teórico, que levou em consideração a natureza adaptável do ser humano, refletindo as idéias de teóricos da cognição social, como Piaget e Bandura (apud Bloom, 1996): altos níveis de estresse não interfeririam na expressão do comportamento social funcional, no caso do que se acreditava, até então, serem indivíduos “invulneráveis”.

A idéia de crianças invencíveis e resistentes ao estresse, embora sedutora, não resistiu ao absolutismo do termo invulnerabilidade. As evidências mostravam que existiam graus de competência e não pessoas totalmente invulneráveis ou totalmente vulneráveis. Os pesquisadores descobriram que as pessoas podem ser competentes em algumas áreas (por exemplo, na área externa – com orientação a tarefas) e não tão competentes em outras (por exemplo, em relação a problemas emocionais).

Após o conceito de risco, de vulnerabilidade, hoje se fala muito na noção de *resiliência*, como a capacidade que a pessoa tem de “fazer frente às adversidades da vida, superá-las e sair delas fortalecida, ou inclusive transformada” (Grotberg, 1996, apud Alvarez, 1999). O pressuposto desta idéia é que altos níveis de estresse vindos do âmbito pessoal, familiar e social, devido à ação de

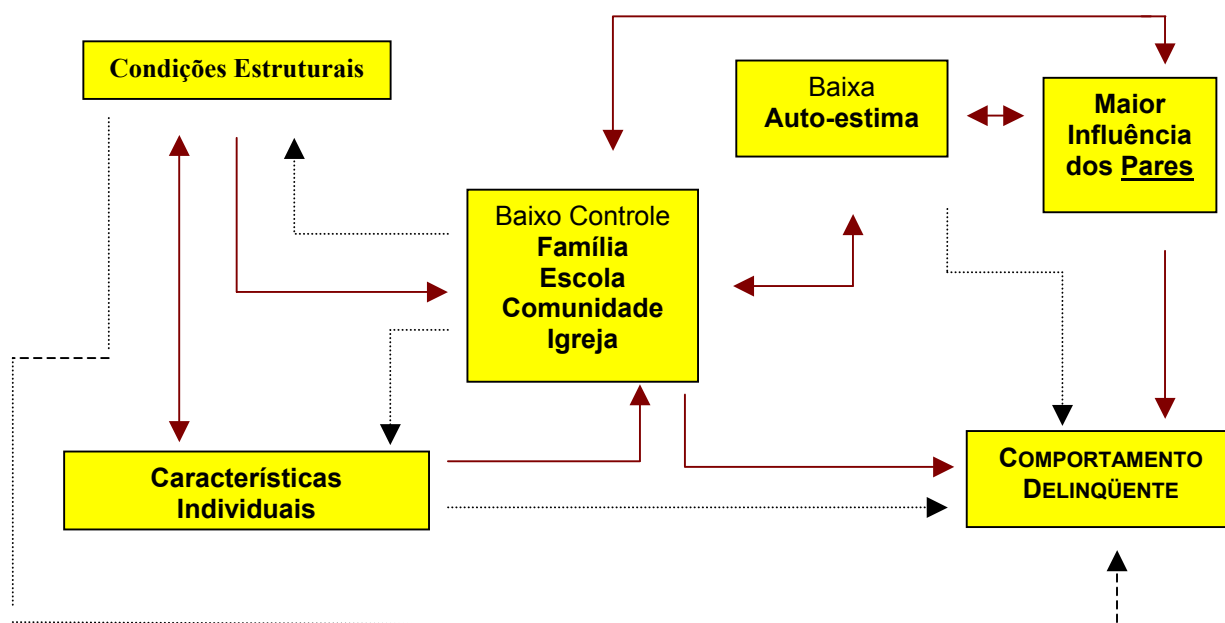
determinados **fatores protetores**, podem resultar em um adulto funcional e saudável, um indivíduo resiliente, quando o peso destes fatores é maior que o de fatores estressantes. São exemplos de fatores protetores contra a delinqüência, no nível familiar, a coesão da família, uma boa estrutura familiar, a união entre os irmãos. São exemplos de fatores de risco, a desarmonia familiar, baixo nível de escolaridade materna e alto nível de estresse materno.

A idéia de resiliência não está ligada à ausência de risco ou estresse, mas sim à idéia de prevenção. Se conhecemos os fatores de risco para um dado evento negativo aos quais está exposto um indivíduo ou grupo e se sabemos quais os fatores que poderiam se contrapor a tais eventos, é possível desenvolver programas que promovam a resiliência e diminuam o risco.

A violência e, por conseguinte, a infração juvenil, não podem ser entendidas de maneira simples e direta. Já há o entendimento entre os estudiosos do assunto de que se trata de questão complexa e, até, controversa. Existem muitas teorias que tentam dar conta deste fenômeno social, porém todas se mostram parciais (Minayo & Souza, 1998).

Existem alguns autores que construíram modelos que tentam explicar a origem da delinqüência, ou aqueles que agrupam as diversas teorias com este objetivo, dentre eles pode-se citar Clemente (1986, apud Clemente & Molero, 1994), Pasquali e colaboradores (1987) e Shoemaker (1996). Este último autor, além de mais atual, parece ter sido mais bem-sucedido em sua tentativa. Em função disto, seu modelo (figura 2.1), que leva em conta a idéia de fatores de risco, foi selecionado para apoiar o arcabouço teórico aqui construído da infração juvenil.

Figura 2.1: Modelo Teórico-Explicativo Da Delinqüência Juvenil



Schoemaker (1996: 259 - as linhas contínuas significam relações mais fortes e as descontínuas mais frágeis)

O propósito do autor com este modelo foi apresentar uma explicação seqüencial e integrada da delinqüência baseada na análise de algumas teorias. Nele são propostos três níveis de conceituação: **estrutural**, **individual** e **sócio-psicológico**. Os fatores estruturais, em geral, são apresentados como exercendo maior influência no vínculo social do que as variáveis individuais. Além disso, dentre as condições estruturais, a anomia e a desorganização social teriam maior impacto nos vínculos sociais do que os sistemas econômicos ou políticos. Os fatores biológicos e psicológicos têm igual peso e podem agir independentemente das condições sociais, embora os dois possam interagir. As condições estruturais e individuais influenciam indiretamente a delinqüência, primeiramente através dos controles sociais e, depois, através de associações da auto-estima e da influência dos pares. Entretanto, pode haver, por vezes, uma ligação direta entre a delinqüência, tanto com os fatores sociais, quanto com as características pessoais. A posição central do modelo é ocupada pelo baixo controle social, ocasionado pelas

situações estruturais e/ou individuais. O modelo prevê que a conexão entre o vínculo social e a delinqüência se dá através da baixa auto-estima e o aumento da influência negativa dos pares. Ele deixa lugar, entretanto, para uma relação direta entre delinqüência e vínculo social enfraquecido (Schoemaker, 1996).

“A figura é baseada na suposição de que os primeiros vínculos sociais do jovem são com adultos, geralmente em situações institucionais conformistas. Laços enfraquecidos com estes adultos diminuem a auto-estima e aumentam a probabilidade de influências negativas dos pares nas atitudes e comportamentos do jovem, especialmente um adolescente. Cada fator, vínculos sociais enfraquecidos, baixa auto-estima, ou influência negativa de pares, pode contribuir diretamente para a delinqüência, mas em conjunto, o efeito é poderoso” (id.:260).

Vejamos mais de perto as teorias que fazem parte de cada nível do modelo. O nível **estrutural** (pertencente às condições sociais) está relacionado com as teorias que atribuem a origem da delinqüência predominantemente aos fatores sociais, associados aos aspectos situacionais e pessoais. Insere-se neste nível a *teoria da desorganização social* e a *teoria da anomia*. Segundo estas duas teorias, as estruturas e instituições sociais estariam em um estado de desorganização, que levaria à incerteza e à confusão, deixando o indivíduo vulnerável ou suscetível ao comportamento delinqüente. Acredita-se, neste caso, que os fatores sociais controlam a delinqüência e, quando estes fatores se tornam instáveis, sem controle, os jovens seriam menos capazes para resistir aos atos infracionais. Tais explicações teriam maior nitidez na análise da delinqüência das camadas populares, uma vez que estas teorias foram criadas para tentar explicar as maiores taxas de delinqüência na classe trabalhadora (Schoemaker, 1996).

Ao se fazer este tipo de recorte na busca de explicações para o fenômeno, procura-se comprovar a noção de “classes laboriosas, classes perigosas”. Nessa explicação é utilizada a idéia de fatores internos à comunidade, mas as taxas são expressões de fenômenos sociais mais amplos, que relacionam

este grupo com os demais grupos sociais e, portanto, a razão não está no grupo em si, mas na sociedade como um todo.

A teoria da desorganização social tenta explicar os delitos cometidos por grupos, organizados em gangues, atribuindo este comportamento à ruptura dos controles sociais tradicionais que operam na comunidade e à incapacidade das organizações para resolverem problemas da comunidade coletivamente. Esta desorganização das instituições comunitárias seria o resultado da rápida industrialização e do processo de urbanização e imigração das áreas urbanas, que levariam à competição e à dominação, das quais adviria o desenvolvimento dos valores criminais, em substituição dos valores tradicionais (Schoemaker, 1996). A instabilidade e a patologia social, de acordo com Shaw e McKay (1969, apud Schoemaker, 1996), conduziriam os jovens e as crianças a sistemas morais conflitantes, pois elas estariam expostas ao sucesso econômico e à reputação elevada de indivíduos com comportamento criminoso. O grau de identificação destas crianças com tais indivíduos dependeria da força de controles sociais exercidos em sua vida, particularmente os do **ambiente familiar**.

Shaw & McKay (1969, apud Schoemaker, 1996) encontraram correlações entre taxas de delinqüência e algumas características econômicas, tais como: instabilidade e não crescimento econômico; número de famílias que estavam em dispensa temporária do trabalho e taxas de dependência financeira, por exemplo. Segundo os autores, estas relações, entretanto, não configuram uma causa para a delinqüência; elas apontam uma condição subjacente que levaria diretamente à delinqüência, à qual chamaram de *desorganização social*. Anos mais tarde, os autores deixaram de lado este termo e passaram a adotar os conceitos *organização social diferenciada e diferenças de valores*.

A teoria da desorganização social, por sua acurácia¹, contribuiu como um ponto de partida para a compreensão da delinqüência, principalmente no que tange à participação dos fatores sociais. No entanto, ela se mostra incompleta, pois deixa de levar em consideração alguns aspectos, como as diferenças culturais e étnicas, além de não ressaltar o porquê das altas taxas de delinqüência estarem concentradas em determinadas áreas do espaço urbano. Explicações em outros níveis, como o individual, o institucional, o cultural e o sócio-psicológico, devem ser pesquisadas para se estabelecer diferenças entre delinqüentes e não-delinqüentes.

Outra teoria que se insere neste nível é a da *Anomia*, que se refere às condições sociais mais amplas. O conceito foi desenvolvido por Émile Durkheim, em 1933, a partir da idéia de que a sociedade é mantida coesa através de um sistema de interdependência funcional, de divisões de papéis e especializações, no qual as pessoas passariam a depender umas das outras para sua sobrevivência. Durkheim não conseguiu relacionar as condições de anomia ao comportamento delinqüente. Isto foi, mais tarde, concebido por outros teóricos que seguiram seu pensamento, sendo Robert Merton, em 1938, o que deu maior contribuição para o desenvolvimento da teoria.

A teoria da anomia diz respeito às inconsistências entre as condições sociais e as oportunidades individuais para o crescimento, a satisfação pessoal e a produtividade dentro de uma sociedade. Então, se a disponibilidade de empregos e de outras atividades que permitam ao indivíduo atingir as metas que são postas pela sociedade não é suficiente, os possíveis resultados desta situação de anomia são a frustração e a alienação individuais. Se um grande número de pessoas se encontrar em tal circunstância de desvantagem em relação às atividades econômicas legais,

podem ser motivadas a praticar atividades ilegais e a delinquir. Segundo a teoria, esta relação entre anomia e delinquência é direta (Schoemaker, 1996).

Neste corpo teórico incluem-se explicações que privilegiam o aspecto econômico, como a **necessidade de sobrevivência**. O jovem, seja por abandono ou por pobreza extrema, entraria pelo caminho da infração como forma de sobreviver e aumentar a renda familiar. Outra explicação seria a **desigualdade econômica**: “...dentro do mesmo nível econômico, os países com maiores índices de desigualdade têm maiores índices de violência” (Werner, 1990:20). Outro aspecto do fator econômico é o **desemprego**. O autor levanta questões quanto à real contribuição dos fatores econômicos, pelo menos diretamente, para o aumento da delinquência. Eles trariam “efeitos sobre formas de organização social” (Schoemaker, 1996).

A teoria da anomia explica que há uma discrepância entre os alvos estabelecidos pela sociedade (cultura) e os meios pelos quais os indivíduos possam alcançá-los. Por exemplo, nos países do ocidente o objetivo é ter sucesso financeiro, porém os meios para atingi-lo, a disponibilidade de educação e de empregos, não estão uniformemente distribuídos na sociedade, levando a possíveis sociais distintos, em função da inserção de cada indivíduo. As reações dos indivíduos ao estado de anomia varia de acordo com a sociedade, podendo ser de aceitação ou rejeição aos objetivos culturais ou aos meios estruturais oferecidos. Estas reações estariam associadas aos tipos de crimes perpetrados numa sociedade. Merton (1938, apud Schoemaker, 1996) estabelece cinco tipos de reações possíveis. A mais comum, numa sociedade em estado de anomia estável, é a *conformidade* com os objetivos e os meios constituídos, a qual não levaria a nenhum tipo de comportamento desviante. A segunda reação é a *inovação*, na qual o indivíduo

aceita os objetivos, porém rejeita os meios legítimos de atingi-los, podendo estar ligada aos delitos de roubo. A terceira reação chama-se *ritualismo*, quando os objetivos são rejeitados e os meios são rigorosamente seguidos. A este tipo de comportamento não se conecta nenhuma ação delituosa específica, apenas um comportamento neurótico desviante. A quarta reação Merton denominou *retirada* ou *retrocesso (retreatism)*: tanto os objetivos, quanto os meios são rejeitados, podendo envolver o uso de drogas ilegais. Por final, a quinta reação denomina-se *rebelião*, abrangendo a rejeição dos objetivos e meios, como também o desejo de substituir os vigentes por novos. Esta reação levaria a atos de destruição de propriedade pública e privada e crimes contra a ordem pública.

Apesar da aceitação que esta teoria tem recebido na literatura especializada, encontram-se nela alguns problemas. Um deles refere-se a como traduzir as condições sociais em forças capazes de influenciar o comportamento do indivíduo. Uma possível resposta, segundo Merton, estaria nos padrões de interação suscitados por indivíduos vivendo em coletividades em diferentes graus de anomia. A influência das condições sociais sobre o comportamento do indivíduo estaria, então, em padrões de interação. O conceito de *privação relativa* (refere-se às comparações que um indivíduo faz em relação a si próprio e em relação à situação social dos seus pares na sociedade) poderia influenciar padrões de interação. Por exemplo: algumas pessoas podem ter diferentes percepções acerca de seus problemas em situação de anomia, não optando por um comportamento delinqüente. Segundo esse raciocínio, os pobres se comparariam entre si e não com pessoas de classes superiores. Esta teoria se refere também aos objetivos e aos meios usados pelos jovens para galgarem o status que julgam ideal, em termos de pressões que sofrem no ambiente escolar ou na família.

É importante lembrar que a desorganização social e a anomia estão intimamente ligadas com a questão da exclusão social e as vulnerabilidades do indivíduo. Segundo Escorel (1999 : 259) este é um *«processo que envolve trajetórias de vulnerabilidade, fragilidade ou precariedade e até ruptura dos vínculos nas dimensões sociofamiliar, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana e, ainda, uma zona integrada por diversas manifestações de processos de desvinculação nos diferentes âmbitos »*. Talvez, a mais grave forma de exclusão seja a econômica, pois pode gerar outros tipos de exclusão. Quando o país, por questões políticas, administrativas, ou como resultado de um processo mundial, não gera emprego para seus cidadãos, deixa de lado, geralmente, os menos preparados, os que já se encontram em uma zona menos privilegiada. O desemprego estrutural, por sua vez, aliena uma parcela da população que anteriormente se encontrava inserida na sociedade, com papéis definidos. A quebra de vínculos leva a um conjunto de vulnerabilidades que operam como obstáculos difíceis de superar, podendo conduzir o indivíduo e/ou membros de sua família a condições e situações extremas de vida na rua e à delinquência.

O nível **individual** do modelo apresentado trata das teorias que consideram mecanismos internos do indivíduo como influenciadores do comportamento infrator, tanto nos seus aspectos biológicos, quanto nos psicológicos.

As teorias mais recentes que tratam dos **aspectos biológicos** alegam que estes seriam propriedades predisponentes para a delinquência, não sendo, porém, fatores determinantes. Elas teriam uma interação com fatores ambientais (ambiente familiar, desempenho escolar, associação com pares, inserção social), podendo, então, afetar a influência da biologia sobre o comportamento. Esta

interação é uma via de mão dupla: tanto os fatores ambientais podem ser moldados pelos fatores biológicos, como podem influir neles. Existem algumas vertentes distintas, no grande marco teórico da teoria biológica sobre a delinqüência, que privilegiam uma ou outra explicação, como veremos a seguir.

Uma das explicações existentes é a teoria do *somatotipo*, que é a forma geral do corpo, considerando o desenvolvimento relativo de suas várias partes, comparando-se umas com as outras. O formato e a estrutura corporal seriam correlacionados com o caráter e o comportamento, o que ajudaria a vislumbrar os indivíduos mais afeitos ao ato delinqüente. Esta teoria foi construída, inicialmente, por Cesare Lombroso, em 1911 e desenvolvida por outros teóricos, entre eles, William Sheldon (Schoemaker, 1996). Os criminosos teriam, então, características físicas, como grandes maxilares, maçãs do rosto pronunciadas, orelhas em formato de maçaneta, entre outros, que os distinguiriam das pessoas seguidoras da Lei.

Mais tarde, com Sheldon (1949, apud Schoemaker, 1996), foram definidos três tipos físicos básicos: endomórfico (suave, redondo e gordo), associado a um comportamento extrovertido e bonachão; mesomórfico (musculoso e de estrutura sólida), de comportamento assertivo e agressivo; ectomórfico (magro, franzino e fraco), cujo comportamento se caracteriza pela sensibilidade, timidez e introversão. Em estudo com 200 sujeitos, o autor estabeleceu que o somatotipo para o comportamento delinqüente seria o mesomórfico, o qual foi confirmado em estudos de outros teóricos, que concluíram que a delinqüência seria uma combinação de fatores ambientais, biológicos e psicológicos. Concluíram, então, que não existiria uma personalidade delinqüente entre os mesomórficos, mas sim que este tipo aparecia mais entre os delinqüentes porque estaria mais bem equipado para atos infracionais, quando estivesse sob pressão, em função de condições sócio-culturais.

Os estudos realizados não conseguiram estabelecer uma relação causal entre somatotipo e delinqüência. Quando muito, as teorias chegaram a expandir as idéias que começaram a associar a delinqüência com um problema físico e corporal, para tratar a questão de forma mais ampla, biopsicosocial. Por esta razão, não é aceita a tese de que a delinqüência seja um resultado direto do tipo físico da pessoa.

Outra teoria que tenta explicar a delinqüência no âmbito biológico é a da *hereditariedade*, segundo a qual o comportamento seria influenciado por fatores biológicos, transmitidos de pais para filhos. As pesquisas que tentaram averiguar a veracidade desta teoria trabalharam tanto com o método da árvore genealógica, quanto estudando pares de gêmeos monozigóticos, dizigóticos e de irmãos não gêmeos e comparando taxas de concordância entre os pares para crime e delinqüência. Devido a inúmeras falhas metodológicas destes estudos (por exemplo, amostra pequena e não representativa, incerteza na determinação de gêmeos mono e dizigóticos, falha no controle das variáveis ambientais), a interpretação dos resultados se torna difícil, dando margem a dúvidas. Além do mais, sabe-se hoje que os fatores ambientais exercem influência no indivíduo antes do nascimento, como veremos adiante, dificultando, assim, a determinação da influência da hereditariedade. As conclusões mais prudentes a que os autores chegam são: primeiro, que a hereditariedade tem menor participação para a delinqüência juvenil do que para o crime², talvez devido à necessidade de se completar um processo de maturação, antes que uma predisposição genética possa se manifestar completamente; segundo, que as variáveis hereditárias interagem com as ambientais na produção do comportamento delinqüente (Raine, 1993; Schoemaker, 1996).

A teoria dos *problemas de aprendizagem* ou do *desenvolvimento cognitivo* também faz parte dos modelos biológicos que tentam explicar o comportamento infrator. Estes problemas envolvem dificuldades da fala, audição, leitura, escrita ou aritmética, sendo as mais comuns a *dislexia*³, a *afasia*⁴ e a *hipercinesia*⁵. A rigor, não se conhece as causas dos problemas de aprendizagem. Entretanto, crê-se na possibilidade dos fatores ambientais, tais como as condições emocionais e estruturais do lar e a falta de estimulação adequada da criança pela família, fazerem parte de sua etiologia.

Estes fatores estariam ligados à delinqüência da seguinte forma: as dificuldades de aprendizagem provocariam atitudes negativas dos familiares, dos colegas e dos professores, em relação à criança que, em vista destas atitudes e de seu desempenho ruim, procuraria se associar a outros colegas, que também teriam o mesmo mau desempenho, relacionamento ruim com os professores e problemas na escola, e, por fim, atos delinqüentes (Leca, 1996). A autora verificou que os infratores de sua amostra teriam seu desenvolvimento intelectual estacionado no estágio de operações concretas (segundo a teoria de Jean Piaget⁶), o que impediria os jovens de se apropriar da lei como uma abstração, o que propiciaria mais facilmente as condições para que eles se tornassem delinqüentes, perseverando neste comportamento.

“Suas carências cognitivas explicam suas dificuldades tanto escolares quanto de aprendizagem social (...) Suas carências são acompanhadas de uma dificuldade em compreender seus fracassos, interpretados, em seu olhar, como uma perseguição e jamais como o resultado de sua incompetência. Eles vão tendo, pouco a pouco, menor engajamento escolar e ficam rapidamente desmotivados, não possuindo um nível de raciocínio suficiente e adequado para freqüentar a escola” (p.297).

Assim, eles vão se enfadando com o ambiente escolar e passam a ter um comportamento hostil em relação à escola, caso a família não atue no desenvolvimento de suas motivações para o estudo. Passam a receber dos

professores a etiqueta de “aluno incapaz”, deteriorando sua auto-imagem. A falta de elo com a escola dificultaria o envolvimento do jovem com a sociedade; eles tenderiam a preencher a necessidade de aceitação e de uma auto-imagem positiva unindo-se aos pares que apresentam um conjunto de problemas semelhante. Além disso, Leca (1996), citando Piaget e Kohlberg, afirma existir um paralelismo entre a evolução intelectual e o desenvolvimento moral, estando ligadas, desta forma, a inteligência e a conduta social. Quanto menos intelectualmente desenvolvido for o indivíduo, menor será seu nível de desenvolvimento moral. *“Os jovens podem ter um discurso de acordo com as expectativas morais de um magistrado, por exemplo, conforme o constrangimento intelectual que este ‘superior’ exerce sobre ele, sem, entretanto, tê-los adquirido (...)A única motivação é o interesse pessoal para evitar a punição, esta sempre considerada como injusta”* (p. 298). A autora sugere, então, que se deva recorrer a um processo de remediação cognitiva, a partir da idéia de que a inteligência é educável.

Uma associação causal entre os problemas de aprendizagem e a delinqüência ainda não foi claramente estabelecida e, enquanto estudos metodologicamente bem estruturados não tomarem lugar, o máximo que se pode afirmar até agora é que a participação destes fatores no comportamento delinqüente seria através de outras variáveis, tais como o fracasso escolar e a rejeição social. Nem todas as crianças com problemas de aprendizagem e déficit cognitivo são delinqüentes, o que sugere que um ambiente familiar favorável possa ser um fator protetor contra a delinqüência para crianças com estas deficiências (Raine, 1993; Schoemaker, 1996).

“Estudos mais recentes demonstraram que criminosos psicopatas podem ser caracterizados pela dominância da recompensa e pela incapacidade de inibir

respostas previamente ligadas às recompensas e, sob certas circunstâncias, eles demonstram evidência de uma habilidade superior para a aprendizagem.” (Raine, 1993:241). Existem, entretanto, achados consistentes de que os delinquentes têm quocientes de inteligência (QI) relativamente menores, o que é indicativo de disfunção do hemisfério esquerdo do cérebro e de uma ruptura no processamento da linguagem.

Além destas teorias, Raine (1993) em seu livro *The Psychopathology of Crime*, faz uma extensa revisão de literatura sobre as pesquisas que envolvem o nível biológico (psicopatologia, evolução, genética, neuroquímica, neuropsicologia, psicofisiologia, hormônios, dieta, gestação, complicações no parto, aparência física) para averiguar sua relação com a delinquência e, mais de perto, o crime. Os estudos sugerem possíveis relações. Em Neuroquímica, baixos níveis de serotonina foram encontrados em pessoas alcoólicas, com transtornos de personalidade e com histórico de violência; baixos níveis de norepinefrina foram encontrados em indivíduos alcoólicos, com personalidade *borderline* e em depressivos. Em Neuropsicologia, há algumas evidências de que os lobos frontais estariam comprometidos em pessoas que cometeram delitos graves, por exemplo. Em um dos estudos neste campo, Deckel e colaboradores (1996) sugerem que quanto maior o nível de ativação do lobo frontal esquerdo, menor a probabilidade de se diagnosticar desordens de personalidade anti-social e problemas de comportamento em crianças. Estudos que utilizaram técnicas de imagem cerebral, como ressonância magnética, tomografia computadorizada, entre outras, levantam hipóteses de que uma disfunção cerebral frontal possa caracterizar transgressores violentos e disfunções frontais e temporais possam ser características de transgressores sexuais. Em Psicofisiologia, surgiram evidências de subestimulação eletrodérmica, cardiovascular e cortical para o desenvolvimento de comportamento criminoso.

Porém o número de estudos e o rigor metodológico não são suficientes para afirmar uma relação causal direta e incontestável, necessitando, estas áreas, de mais pesquisas metodologicamente bem planejadas (Raine, 1993).

Ainda no nível individual do modelo (Figura 2.1) inserem-se as teorias que enfatizam as **características da personalidade**, mostrando que seus atributos são fundamentais para a compreensão da delinqüência, ao considerá-los conseqüentes das experiências vividas pelo indivíduo. A personalidade seria, então, um misto das influências do meio com a bagagem genética individual.

A primeira tentativa de se averiguar isoladamente a participação dos fatores mentais no comportamento delinqüente e criminoso foi através da criação do conceito de insanidade e, mais especificamente, a insanidade moral. Os delinqüentes e criminosos teriam uma deficiência hereditária de sentimentos morais básicos. Esta idéia de traços psicológicos herdados levou à fusão das características psicológicas e biológicas na explicação da delinqüência. A partir da criação de testes psicológicos de inteligência, logo no início do século XX, começou-se a investigar a influência deste aspecto no comportamento criminoso e delinqüente, embora em estudos anteriores se tivesse pressuposto que a inteligência fosse uma característica herdada e, portanto, biológica (Schoemaker, 1996).

No decorrer do século XX, os estudos sobre o lado psicológico da delinqüência se tornaram bastante expressivos, incluindo conceitos como deficiência mental, distúrbios psiquiátricos e configurações gerais da personalidade. Os três pressupostos básicos aceitos entre as abordagens psicológicas que estudaram a delinqüência eram: 1) sua causa básica se encontra dentro de padrões do indivíduo e de seu desenvolvimento. O comportamento delinqüente seria uma manifestação de distúrbios internos subjacentes. 2) O distúrbio psicológico que origina o

comportamento infrator teria começado na tenra infância e se tornaria uma característica do indivíduo. 3) Como o problema se manifesta no sujeito, o foco da atenção para a sua solução e a modificação do comportamento deveria se concentrar no indivíduo. A delinquência era vista como uma resposta aos problemas psicológicos, estes, por sua vez, oriundos de condições biológicas ou ambientais.

Um dos ângulos psicológicos pelo qual se pressupôs uma relação causal com a delinquência foi a inteligência: um menor quociente de inteligência levaria diretamente o indivíduo a atos delinquentes, pois ele seria menos capaz de julgar um comportamento como imoral e a complexidade de uma dada situação, assim como teria menor controle sobre seus desejos e emoções. Q.I.'s menores prejudicariam o processo de socialização das crianças, porquanto elas teriam menor capacidade de compreender o mundo onde vivem, além de terem maior probabilidade de serem criados por pais cujos Q.I.'s também seriam baixos. Mais tarde, com o resultado de várias investigações, passou-se a falar em uma influência indireta da inteligência sobre o comportamento delincente, já que esta afeta outros fatores que estão mais diretamente ligados a ela, como a socialização e a experiência escolar. Embora seja possível haver uma relação indireta entre as duas variáveis, o poder da associação é fraco, sendo maior para alguns adolescentes, porém não forte para todos.

Outro aspecto psicológico pelo qual tentou-se estudar a delinquência foram as características gerais da personalidade. Os estudiosos que apoiavam esta teoria propunham que a delinquência seria uma manifestação de conflitos subjacentes dentro do contexto psicológico do indivíduo. Um de seus pressupostos é que a personalidade se formaria principalmente na infância, podendo receber influências no decorrer do desenvolvimento humano. Um outro pressuposto é o de

que um traço específico, ou um conjunto coerente de traços, caracterizaria o perfil geral da pessoa na vida e, conseqüentemente seu comportamento como um todo. A suposição de que uma causa “negativa” deveria preceder uma conseqüência “negativa”, como a delinqüência, também faz parte deste corpo teórico. Este conjunto de traços de personalidade é, aqui, considerado anômalo; ele agiria na produção do comportamento delinqüente. Esta linha teórica se baseia no conceito de uma “personalidade nuclear”, ou seja, o delinqüente teria um conjunto de valores e atitudes dominante, que controlaria e guiaria seu comportamento.

A idéia de uma personalidade nuclear pode levar a avaliações forçadas e errôneas, uma vez que inventários de personalidade não foram construídos para apreender uma identidade nuclear das pessoas. Mesmo através de entrevistas é difícil avaliar e medir a complexidade e a variabilidade de pensamentos, humor e comportamentos de cada pessoa, nas suas experiências diárias de vida. Então, uma abordagem mais profícua para as variáveis psicológicas seria aquela que investigasse atributos (traços) de personalidade e não uma personalidade nuclear. Além disso, as pesquisas têm mostrado que os caminhos que levam à delinqüência podem ser explicados por padrões de educação e criação dos filhos e por outras influências que a família e o meio exercem sobre a criança, inclusive na formação do seu caráter e de sua personalidade.

Alguns traços de personalidade relacionados ao infrator são a impulsividade, a inabilidade nas inter-relações, a ausência de culpa e a insensibilidade à dor alheia e às transgressões. Em Psicologia, três hipóteses básicas para a motivação do comportamento delinqüente são veiculadas: o hedonismo (procura de prazer e evitação de dor), a manutenção de um nível ótimo de excitação e a escolha racional (peso entre custo e benefício). A impulsividade é

um conceito que estabelece uma ligação entre estas três idéias. Pessoas impulsivas tendem ao hedonismo, a procurar sensações para elevar seu baixo nível de excitação e a dar mais peso à gratificação imediata, no lugar de custos e benefícios mais longos (Farrington, 1993).

Armistead et al. (1992) examinaram o perfil psicológico de delinqüentes e não delinqüentes, comparando a avaliação dos dois grupos feita por seus professores através da *Revised Behavior Problem Checklist*. Eles encontraram escores maiores para os primeiros em todas as seis subescalas do instrumento, tanto dos problemas de comportamento externalizados, quanto dos não externalizados, com destaque para os transtornos de conduta, a ansiedade e o comportamento psicótico.

Tinklenberg e colaboradores (1996) encontraram evidências indicativas de que altos níveis de auto-repressão são preditivos de um menor número de apreensões futuras, após ter sido preso uma primeira vez. Ou seja, se o adolescente consegue sentir responsabilidade pelo seu ato, não age impulsivamente, se auto-questiona, sente alguma consideração pela vítima e se auto-interroga, é mais provável que ele não incorra em uma reincidência.

Igualmente, Weinberger & Gomes (apud Tinklenber et al., 1996) chegaram à conclusão de que experienciar⁷ angústia (*distress*) no início do dia é preditivo de auto-repressão durante o dia e, depois, ao final do dia, de extravasar a angústia em algum tipo de comportamento infrator. Assim, a angústia pode ter maior validade preditiva para o nível de auto-repressão, o qual, por sua vez, prediz a propensão ou não para atos criminosos.

O próximo nível do modelo proposto por Schoemaker (1996) é o **sócio-psicológico**, referindo-se à influência da quebra de vínculos sociais do jovem com a família, a escola, a igreja, o Estado, responsáveis pelo controle social do adolescente, à auto-estima e à influência de grupos de jovens sobre o comportamento do infrator. É importante ressaltar que esta quebra de vínculos se dá, primeiramente, quando o Estado, ou a escola, ou a família ou demais instituições deixam de fornecer ao jovem uma situação na qual ele se sinta inserido e com pelo menos alguns recursos para realizar suas potencialidades.

A teoria do controle social foi formulada, primeiramente, pelos pesquisadores Sheldon & Eleanor Glueck e mais tarde com Travis Hirschi, que construíram modelos para tentar explicar o comportamento delinqüente. Os primeiros sustentam que a falta de suporte familiar (patologia familiar, decorrente da indiferença emocional dos pais e da falha de supervisão) levaria a definições delinqüentes (atitudes favoráveis à violação da lei), que resultariam em comportamento delinqüente e, por final, em associações delinqüentes (grupos de gangues; pares negativos). Já o modelo de Hirschi postula que a falta de suporte familiar levaria a definições delinqüentes, que poderia tanto conduzir diretamente ao comportamento delinqüente, como poderia resultar em associações delinqüentes, estas levando, por fim, ao ato infracional (Pasquali et al., 1987).

Uma socialização fraca (pouca ou nenhuma exposição a um processo de aprendizagem social efetivo) e a vida em uma comunidade desorganizada leva a laços sociais enfraquecidos com a sociedade convencional, o que, por sua vez, pode conduzir a um vínculo maior com grupos de pares anti-sociais e à delinqüência (Farrington, 1993). Neste sentido, as instituições sociais desempenham papel fundamental para a construção do caráter e a socialização positiva do jovem. Uma

delas é a Igreja, nas suas várias formas de crença. Vários estudos tentaram averiguar a participação da religião como fator protetor contra a delinqüência. Embora haja discrepâncias entre eles, as pesquisas mais recentes indicam que há uma relação entre religião (principalmente freqüência e participação na igreja) e envolvimento infracional, especialmente nas comunidades onde a religião é muito influente e com tipos de infração cujas sanções legais são ambivalentes (Schoemaker, 1996). DuRant et al. (1994) verificaram que, entre outras variáveis, a participação freqüente em atividades religiosas estava associada com a resiliência de adolescentes negros urbanos, levando-os a apresentar escores mais altos nas medidas de propósito na vida e menores índices de comportamento violento.

Outra instituição significativa no controle do jovem é a escola. Já vimos anteriormente, no nível individual, que as dificuldades de aprendizagem exercem influência no envolvimento infracional do adolescente. Um dado também importante foi estabelecido por Hirschi (1969, apud Schoemaker, 1996): indivíduos que não têm vínculo com a família também não apresentam afiliação com a escola. Além disso, o autor averiguou que possuir uma atitude positiva em relação à escola e aos professores está associado a menores taxas de delinqüência. Schoemaker também comenta a pesquisa de Zingraff e colaboradores, publicada em 1994, cujos resultados levaram à conclusão de que um bom desempenho acadêmico (notas, freqüência e bom comportamento) reduz o risco de delinqüência juvenil, fazendo acreditar que **estimular a permanência na escola e um bom desempenho pode ajudar a diminuir as taxas de delinqüência**. Igualmente, O'Donnell, Hawkins & Abbott (1995) encontraram o vínculo e o desempenho escolar como algumas das variáveis importantes que discriminam entre o envolvimento ou não em comportamentos anti-sociais de adolescentes entre 12 e 13 anos de idade.

As instituições sociais também são importantes na constituição da auto-estima do indivíduo, já que ela é grandemente influenciada pelas relações estabelecidas com os adultos e com os pares. Se o jovem tem desde cedo experiências ruins em seus relacionamentos, com vínculos enfraquecidos, tanto na família como na escola ou comunidade, é de se esperar que ele desenvolva um auto-conceito negativo. Isto dificulta o estabelecimento de relações positivas com outros adultos e com pares conformistas (que seguem os padrões da sociedade), aumentando, assim, a chance de o adolescente se associar a grupos não conformistas e delinqüentes, que o “aceitem” e com quem ele possa ter uma relação mais aberta, na tentativa de elevar sua autoconfiança. Por outro lado, um auto-conceito positivo fornece uma espécie de proteção contra as pressões externas que levam à delinqüência, independentemente de classe social (Schoemaker, 1996).

Dentre as instituições sociais, maior destaque se dá para a família, pois ela é a instituição capaz de exercer maior controle (estabelecimento de regras, horários, punições e recompensas) sobre o jovem, assim como é na família que o indivíduo vivencia suas primeiras experiências de relações inter-pessoais, desenvolvendo ali modelos de comportamento, seu caráter e personalidade. É neste sentido que se dá a sua importância como fator de risco ou de proteção contra a infração.

2.1) A Família

Basicamente, há dois aspectos centrais na constituição do núcleo familiar: a **estrutura** e o **relacionamento** (Werner, 1990; Schoemaker, 1996). A primeira vem sendo estudada há bastante tempo no que se refere à sua influência no ato infracional. Ela inclui os lares desfeitos, onde um ou ambos os pais são permanentemente ausente, em virtude de morte, abandono ou separação. Faz-se aqui uma ressalva quanto à possibilidade das diversas conseqüências que podem advir das diferentes causas da desagregação do lar: a perda de um dos pais devido à morte traz sentimentos e uma carga emocional distinta de um afastamento por um divórcio.

Schoemaker (1996), cita os achados dos trabalhos de Glueck & Glueck de 1950, Rosen & Neilson de 1978 e Wells & Rankin de 1991, para certificar a importância da estrutura familiar no encaminhamento do jovem à infração: 1) a maior parte dos infratores provinha de lares desfeitos; 2) a probabilidade de se encontrar delinqüentes em famílias desagregadas é três vezes maior do que em lares onde existam os pais presentes; 3) a associação mais forte entre delinqüência e estrutura familiar se dá entre populações de jovens que foram colocados em instituições ou que estão sujeitos a programas de tratamento por ordem judicial.

Cabe aqui questionar a visão de desagregação familiar. O modelo aí utilizado implica uma imagem tradicional que se baseia apenas no lar com pai, mãe e filhos, sem considerar as condições sociais do entorno da família. As pesquisas têm mostrado que, embora exista uma fraca associação entre estrutura familiar e encaminhamento do jovem à infração, esta ligação estaria mais nos efeitos da dissolução do casal sobre o relacionamento familiar, do que no fato em si da ausência do pai ou da mãe. Neste sentido, uma dimensão crucial da estrutura

familiar é a sua **desagregação e conseqüentes problemas econômicos**. As mães que criam seus filhos sozinhas são forçadas a trabalhar fora para sustentar a casa. Por isso, têm menos tempo, ou recursos financeiros para pagar alguém para vigiar o comportamento da prole, ficando os jovens com “más companhias” e, muitas vezes, buscando dinheiro nas ruas. Pertencer a uma classe social menos favorecida também pode implicar em viver em uma comunidade desorganizada, o que, por sua vez, enfraquece os laços com a sociedade convencional e aumenta a ligação com grupos de pares anti-sociais, associando-se, então, estas condições de vida com a delinqüência (Werner, 1990; Farrington, 1993, Schoemaker, 1996).

A mudança da estrutura familiar, geralmente com a saída do pai, seja por morte ou evasão, coloca sobre a mulher a responsabilidade de prover os outros membros, fazendo com que o grupo caia nos estratos inferiores de renda. Figueiredo e colaboradores (1990) mostraram que mais da metade (\pm 60%) das famílias da região metropolitana do Rio de Janeiro chefiadas por mulheres sem cônjuge é pobre, revelando ser este o bloco mais vulnerável à pobreza. O segundo lugar fica com a camada das famílias chefiadas por mulheres com filhos, acrescidos de outros membros (44,8%), que contribuem de alguma forma para o aumento da renda. Os autores concluem que:

“1) A ausência de um dos cônjuges, quando há filhos, é o principal fator de risco na insuficiência de renda que caracteriza a pobreza. 2) A presença de filhos por si só, por acarretar, principalmente no caso de menores, um encargo econômico importante, também parece aumentar a vulnerabilidade à pobreza para os casais (p.62).

No trabalho de Moura (1991) percebe-se a importância da integração dos aspectos econômicos, estruturais e a questão familiar. O autor relata que os aspectos econômicos têm maior influência nas famílias que são mais desintegradas,

uma vez que a competição e a violência entre os membros, se alimentadas, podem fomentar o desaparecimento da estrutura familiar.

A desagregação familiar também pode causar problemas psicológicos que levariam à delinqüência, seja por conflitos quanto à identidade sexual, seja por falta de atenção e carinho, interpretados como rejeição, ou ainda, seja pela *“necessidade das crianças adotarem uma atitude mais ‘valente’ para proteger a casa”* (Werner, 1990: 36).

Outra consequência da ausência do marido é a “circulação de crianças”. As mães, muitas vezes, mandam os filhos morar em casa de parentes ou em instituições, ou por não terem condições de criar todos os filhos, ou quando se juntam com outro companheiro, que não está disposto a criar enteados. A pesquisa de Adorno (1997) sobre jovens internos na Febem de São Paulo mostra que a estrutura da família destes adolescentes tem uma presença marcante da figura materna, seja pela ausência do pai, seja pela sua negligência na participação dos assuntos familiares.

Pasquali et al. (1987:160) afirmam que *“o efeito da ausência dos pais sobre a delinqüência dos filhos é indireto”*, uma vez que a mesma proporciona a alteração da dinâmica familiar, *“sendo esta sim causa direta da delinqüência”*.

O outro aspecto do núcleo familiar é o **relacionamento** dos seus membros, que afeta toda a sua dinâmica. A qualidade das relações envolve três fatores: conflitos conjugais, relações pais-filhos e padrões de disciplina e supervisão - todos fatores-chave no encaminhamento do jovem para a delinqüência (Schoemaker, 1996).

Quanto à disciplina e à supervisão, a criança e o jovem aprendem a ter uma consciência forte e que a infração é um comportamento errado, no caso de serem criados em um lar onde os pais sejam favoráveis às normas legais, mantendo uma supervisão de perto do comportamento da prole e punindo comportamentos anti-sociais com o uso de **disciplina na base do amor** (Farrington, 1993). Caso a disciplina que o pai emprega com seu filho seja errática, negligente ou super rigorosa, como também caso a supervisão da mãe seja inadequada, pode-se ter uma predição para a delinqüência juvenil (Glueck & Glueck, 1950, apud Schoemaker, 1996).

As relações conjugais desempenham um importante papel na trama da delinqüência (Werner, 1990; Sakuta, 1996). Se o pai está presente, mas a família briga muito e é infeliz, gerando desavenças, rejeição, abandono e outras formas de maus-tratos e problemas psicológicos, há maior probabilidade de algum dos filhos seguir o caminho da infração do que quando o pai não está presente, mas o ambiente familiar é harmonioso. Klein et al. (1997) encontraram as variáveis conflitos conjugais e estado civil como preditoras de delinqüência severa.

Nas relações pais-filhos, os fatores que são preditivos de delinqüência são o afeto do pai pelo filho, o afeto da mãe pelo filho, a coesão familiar e a comunicação familiar. Cashwell & Vacc (1996) sugerem, pelos resultados de seu estudo, que a coesão familiar é de grande influência no comportamento delinqüente, já que ela pode influenciar a escolha dos pares. Eles dizem que viver em um ambiente familiar coeso reduz a probabilidade de o adolescente se envolver com pares desviantes. Peiser & Heaven (1996) acharam as relações familiares como importantes preditoras da auto-estima de adolescentes australianos do sexo masculino. Klein et al. (1997) afirmam ter encontrado associação entre relações

mãe-filho, humor depressivo da mãe, comunicação materna, habilidade materna de resolver problemas e delinqüência grave/prisões/condenações. Segundo Clark & Shields (1997) uma boa comunicação familiar protegeria a criança do comportamento infrator. Se o jovem tiver comunicação com pelo menos um dos provedores, ele tenderia a se envolver em atos delinqüentes menos severos. A análise da relação entre comunicação e a freqüência ou taxa de delinqüência sugere uma associação significativa entre comunicação aberta e nível de delinqüência.

Citando o trabalho de vários pesquisadores, Schoemaker (1996) ressalta que os adolescentes cujos pais os trataram com firmeza, respeito e amor tenderiam menos à delinqüência do que aqueles que tinham pais que xingavam, ralhavam e resmungavam constantemente e que só expressavam aceitação e afeto quando os filhos apresentavam bom comportamento. O autor relata ainda que a identificação afetuosa que cria vínculos com os pais e a intimidade da comunicação com o pai também estão associados com o comportamento infrator: *“a natureza das interações pais-criança e atmosfera geral dentro do lar, quer seja desagregado ou intacto, têm sido consistentemente relacionadas à delinqüência”* (p. 177).

Os resultados da pesquisa de Hoge & Andrews (1996) mostram que há um elo entre a relação familiar, problemas estruturais e delinqüência. As relações negativas entre pais e filhos e as deficiências na educação dos mesmos estavam associadas com níveis mais altos de infração e com o menor ajustamento geral dos jovens. As variáveis potencialmente protetoras encontradas no estudo foram quatro: relações positivas com os pares, bom desempenho educacional, resposta positiva à autoridade e uso efetivo do tempo de lazer. As análises de correlação apontaram que cada um dos fatores estava significativamente associado com as medidas de resultado, ou seja, a presença do fator se relacionava com menores níveis de

reincidência e com um ajustamento geral mais positivo. Eles descobriram que uma resposta positiva à autoridade pode, também, servir como um pára-choque, que sugere que as variáveis de atitude são fatores importantes no comportamento infracional.

Um dado encontrado por Richters & Martinez (1993) revela que o nível de adaptação das crianças estava relacionado às características dos seus lares: as chances de insucesso de adaptação aumentavam enormemente quando elas viviam em lares instáveis e/ou inseguros. Além disso, o insucesso de adaptação não aumentava por causa do número de adversidades sofridas, mas sim apenas quando estas adversidades contaminavam ou destruíam a estabilidade e/ou segurança de seus lares.

Moura (1991) mostra que, para a construção de um lar equilibrado e saudável, não basta a presença física do pai ou da mãe; mais importante é o que ele chama de 'presença psicológica', que funciona como um aglutinador grupal. Esta presença se revela na disponibilidade para ouvir e aconselhar, para incentivar, para instilar nos filhos a importância da cooperação grupal, nas iniciativas em buscar ajuda onde for possível. O autor afirma que uma imagem de 'figura forte' só pode ser construída com afetividade, disponibilidade, investindo energia e com uma presença atuante. O autor argumenta, ainda, que o grau de integração de uma família é determinado pelas percepções que os membros sustentam em relação ao grau de envolvimento para com os demais membros. Ele aponta a falta de solidariedade como responsável pela situação de desgaste e desintegração das famílias.

Adorno (1997) relata o envolvimento da figura paterna dos infratores com o alcoolismo e, em consequência deste, uma dificuldade de relacionamento entre os pais e seus filhos, chegando a episódios de violência física. Constata, também, o

que parece ser uma dificuldade, por parte das mães, em se relacionar com os filhos, de forma a conhecer e lidar com seus traços de personalidade, assim como com os motivos que os levaram à infração. Para elas o filho é sempre bom, carinhoso, reagindo com surpresa frente ao seu comportamento transgressor.

Outra constatação da pesquisa de Adorno (1997) é a recorrente carência emocional vivida pelos adolescentes infratores. Num relato de uma mãe, o autor dá a idéia de como seu filho pode ter vivenciado a falta de um membro da família com quem possa conversar, desabafar e obter um melhor encaminhamento na vida. O relato mostra, por sua vez, o conformismo ou a falta de capacidade da mãe para perceber a situação emocional e a necessidade de orientação do jovem.

Pasquali e Andrade (1986), em um estudo com 127 jovens que apresentavam conduta normal, 57 que faziam uso de drogas e 25 delinqüentes, verificaram que o pai é uma presença emocional muito apagada na vida dos adolescentes estudados, não sendo considerado como amigo por nenhum dos três grupos. A mãe se salienta, como a figura amiga e controladora, para os jovens normais e drogados e, como rejeitadora, para os delinqüentes. Os autores citam as pesquisas de Pasquali & Araújo e de Ribeiro & Pasquali, que confirmam os resultados obtidos em seu estudo. Nestas o pai também aparece como uma figura irrelevante, assumindo, quando muito, o papel de provedor material e nunca na função de disciplinador.

As diferenças individuais com relação ao uso de drogas são profundamente afetadas pela relação pais-filho: Brook e colegas (1989) afirmam que uma relação afetuosa, onde se procure resolver os conflitos, protege o adolescente da drogadicção, principalmente as drogas pesadas. McGarvey et al. (1996) também

encontraram maior nível de problemas familiares entre infratores aprisionados que faziam uso de drogas, do que entre aqueles que não o faziam.

Pedersen (1994), usando um instrumento bastante consagrado na literatura (*Parental Bonding Instrument*), demonstra que cuidado e controle - aspectos do vínculo familiar - têm uma relação clara com ansiedade/depressão e/ou delinqüência. *“A relação é mais forte entre estes sintomas e a percepção de pouco cuidado: pouco cuidado advindo do pai constitui o preditor mais forte de ansiedade/depressão e pouco cuidado advindo da mãe constituindo o preditor mais forte de delinqüência”* (p. 986). Uma associação direta e significativa entre vínculo familiar e comportamento desviante (delinqüência e uso de drogas, álcool e cigarro) também foi o resultado encontrado por Sokol-Katz e colegas (1997).

Glasgow et al. (1997), em seu artigo sobre estilos de criação empregado pelos pais, atribuições dos adolescentes e desempenho educacional, utilizaram a categorização de estilos de criação que Baumrind criou: o autoritário, o competente (*authoritative*) e o permissivo. Mais tarde, Maccoby & Martin transformaram esta tipologia, caracterizando as famílias de acordo com seu nível de demanda (controle, supervisão, exigência de maturidade) e de resposta (calor, aceitação, envolvimento). Os pais que se caracterizam por um baixo nível de demanda e um alto nível de resposta praticam um estilo de criação indulgente: eles são tolerantes, calorosos e aceitadores, mas exercem pouca autoridade, permitindo que o adolescente mostre pouca maturidade e cuide de sua própria regulação. Por outro lado, os pais que não mostram demanda, nem resposta revelam um estilo de criação negligente: não monitoram o comportamento dos filhos, nem apóiam seus interesses. Enquanto os pais do primeiro estilo de criação se preocupam com os filhos, os do segundo estão preocupados apenas com seus próprios problemas, desapegando-se da

responsabilidade na criação dos filhos. Um terceiro tipo de estilo de criação seria o autoritário, no qual os pais tentariam moldar e controlar o comportamento dos filhos de acordo com um conjunto de padrões, enfatizando a obediência, a ordem e o respeito à autoridade.

O quarto estilo abarca os pais competentes, que revelam habilidade, equilibrando os níveis de demanda e resposta, estabelecendo regras e fazendo com que sejam cumpridas com firmeza, controlando a conduta de seus filhos, usando métodos não punitivos para discipliná-los, caso desobedeçam as regras. Eles reforçam a idéia de um comportamento social responsável e maduro, mas também são calorosos e apóiam seus filhos, encorajam a comunicação pais-filhos, dando atenção ao ponto de vista das crianças e reconhecendo os direitos tanto dos pais, como dos filhos (Glasgow et al.,1997).

As crianças que foram criadas por pais com autoridade geralmente obtêm maior pontuação nas avaliações de competência psicossocial e menor pontuação em medidas de *distress* interno e problemas de comportamento, o que transcende aspectos de gênero, etnia, classe social ou estrutura familiar. Já aquelas que receberam uma educação por pais negligentes são as que, dentre os quatro tipos de criação, revelam menor nível de ajustamento psicológico, competência social e desempenho acadêmico (Glasgow, 1997). Na pesquisa de Peiser e Heaven (1996) foi a disciplina punitiva a que melhor predisse delinqüência masculina. O estilo de criação, então, revela-se um importante preditor para o ajustamento geral do adolescente, assim como para seu tipo de atribuição e engajamento nas atividades gerais.

Nesta mesma perspectiva, o uso de uma orientação positiva por parte dos pais, incentivando o jovem nas atividades escolares, com uma cobrança firme, mas

não agressiva, ajuda a aumentar seu desempenho acadêmico. O uso de hostilidade, por outro lado, diminui o sucesso acadêmico do adolescente (Melby & Conger, 1996).

O abuso de crianças, quer seja físico ou psicológico, é outro aspecto da relação familiar. Nas famílias onde há várias pessoas para cuidar das crianças (sejam os pais, os avós, tios ou agregados) há menor probabilidade de as crianças sofrerem maus-tratos, pois o trabalho é dividido entre os membros sem sobrecarregá-los, principalmente quando a prole é numerosa. Quando a mãe cria sozinha seus filhos, a probabilidade de ocorrerem maus-tratos aumenta; além disso, ela se preocupa menos com comportamentos irresponsáveis das crianças, visto que não há como supervisionar de perto cada um dos filhos e, ao mesmo tempo, prover o sustento da família (Werner, 1990).

O estudo de Meneghel, Giugliani e Falceto (1998), realizado em Porto Alegre, evidencia que os filhos que mais recebem punição física são os mais velhos, os que trabalham fora e pertencentes a famílias de baixa renda. Outrossim, os adolescentes que eram mais punidos tinham mais chances (8 vezes mais) de serem violentos com os irmãos. Um maior número de relatos de violência sofrida veio dos jovens da escola pública. As autoras descobriram, também, que os adolescentes considerados agressivos na escola foram mais punidos que os não agressivos. Elas mostram, ainda, que algumas famílias estavam tão despedaçadas que a raiva foi o único sentimento que conseguiam manifestar. As famílias mais punitivas eram as mais rígidas, as que menos dialogavam e as que apresentavam maior número de conflitos entre os irmãos.

Igualmente, Assis (1992) em pesquisa com escolares do ensino público e privado de Duque de Caxias (RJ), desvendou que 52,8% do total de sua amostra

sofria violência por parte de um ou de ambos os pais. Extrapolando este percentual para a população escolar do município, na época do estudo, a autora revela que se tratava de um número aproximado de 10.955 crianças sofrendo de violência física no lar. Assis (1999b) faz uma comparação entre Brasil, Chile e Estados Unidos, de dados de três estudos realizados em épocas diferentes. Ela revela as elevadas taxas de prevalência de abuso físico nas famílias (só do pai, só da mãe e ambos), sendo os EUA (57,9; 67,8; 63,5) o detentor das maiores taxas, seguido do Chile (41,6; 58,5; 62,9) e do Brasil (39,2; 45,6; 31,6).

O abuso psicológico é uma outra vertente da violência doméstica. Na definição de Garbarino e colaboradores (1986), maus-tratos psicológicos são uma agressão orquestrada por um adulto no desenvolvimento do eu e da competência social da criança, um padrão de comportamento fisicamente destrutivo, que toma 5 formas:

- **Rejeitar** - o adulto recusa reconhecer a importância da criança e a legitimidade das necessidades da criança.
- **Isolar** - o adulto separa a criança de experiências sociais normais, impede a criança de fazer amizades e faz a criança acreditar que ela está sozinha no mundo.
- **Aterrorizar** - o adulto ataca a criança verbalmente, cria um clima de medo, ameaça-a e amedronta-a e a faz acreditar que o mundo é excêntrico e hostil.
- **Ignorar** - o adulto priva a criança de estimulação essencial e reação, reprimindo seu desenvolvimento emocional e intelectual.
- **Corromper** - o adulto conduz negativamente a socialização da criança, estimula-a a se engajar em comportamento destrutivo, reforça este desvio e torna-a inadequada para a experiência socialmente aceita.

A combinação de agressão, grau de punição e atitudes de rejeição, por parte dos pais, medidas quando as crianças tinham 7 a nove anos de idade, foram as variáveis que Viemerö (1995) encontrou como preditoras de criminalidade em sujeitos finlandeses, no início da idade adulta.

Assis (1999b) retoma estudo realizado nos Estados Unidos em 1988, segundo o qual 2,2 em cada 1.000 crianças sofrem maus-tratos psicológicos, em forma de **agressão verbal**, **ameaças** e **confinamento**. Ela diz, ainda, que o reconhecimento e a atenção para este tipo de abuso, dentro do setor saúde no Brasil, datam de pouco tempo. Cita dados de instituições do Estado de São Paulo, revelando que 8,5% das denúncias são exclusivas deste tipo de violência. As delegacias de polícia do Rio de Janeiro investigadas pela autora nem chegam a receber este tipo de queixa.

Segundo Fraser (1996) pesquisas atuais indicam que, mesmo sem ter intenção, algumas famílias criam seus filhos de forma a responder à autoridade com hostilidade: elas não os supervisionam adequadamente, punem severamente, falham no estabelecimento de limites, deixam de recompensá-los quando apresentam comportamento social positivo e usam de coerção na interação com eles. Quando intervêm no comportamento agressivo da criança, geralmente é por meio de gritos, ameaças, empurrões e surras, para coagi-la a ceder. Assim, estas crianças tendem a desenvolver poucas habilidades para resolver problemas, na maioria das vezes, respondendo com agressividade nestas situações e usando de violência para atingir seus objetivos. Nas palavras de Assis (1994): *“...o círculo se fecha, ou seja, as distintas formas de violência se interligam, favorecendo a reprodução e manutenção de um sistema familiar violento”*.

A **negligência** é outro tipo de violência comum nas famílias. Neste caso, os responsáveis pela criança ou adolescente deixam de prover suas necessidades materiais e emocionais, falhando em fornecer alimentos, vestimentas, cuidados médicos, educação e segurança. No Brasil, embora se saiba que a negligência seja uma ocorrência comum no grupo familiar, fica extremamente difícil detectá-la em termos de incidência, uma vez que é necessário separá-la da real carência de recursos econômicos e sociais, tão flagrante em nosso país (Assis, 1999b).

Pode-se dizer que a questão da infração juvenil não é de fácil abordagem ou solução. O número de atos infracionais praticados por jovens das classes média e alta são em número muito menor. No entanto, eles têm se tornado mais evidentes na mídia, embora quase não se encontre estes jovens em estabelecimentos de internação. Vê-se o aumento do alcoolismo entre os adolescentes, tanto dos menos favorecidos, como daqueles que vivem em situação abastada materialmente, mas afetivamente negligenciados ou, até, negligenciados por seus pais, que não têm tempo, ou vontade, ou não sabem como lidar com seus filhos. Os jovens das camadas sociais menos favorecidas vivem no que Moura (1991) chama de estado de tensão constante, entre fantasia e realidade. São submetidos às pressões da mídia para o consumismo: os brinquedos, os aparelhos eletrônicos, as roupas de marca, as músicas, os shoppings, os lugares da moda, o estilo de vida jovem – típicos da classe média e alta. No entanto, a realidade em que vivem é bem diferente: condições de habitação precária, baixa qualidade de alimentação (e, às vezes, falta de alimento), roupas simples (muitas vezes herdadas ou doadas), a falta de brinquedos, de espaço e tempo para o lazer, o trabalho duro (dentro e fora de casa). Ainda no lar, a dinâmica familiar não ajuda a equilibrar o quadro de tensão: a falta de apoio, a violência sofrida, a falta de incentivo, a ‘figura fraca’ dos pais e sua impotência diante das dificuldades da vida e a obrigatoriedade do trabalho, tendo

que contribuir com algum dinheiro em casa – tudo isto, ou apenas alguns destes fatores, contribuem para o adolescente (ou até a criança) abandonar seu lar e, também, envolver-se com a delinquência.

Todas estas situações a que a criança e o adolescente são expostos, leva-os a um estado de vulnerabilidade, a qual é colocada por Kingery e colegas (1997), nas formas de: 1 - apanhar, 2 - ser atacado ou tocado inapropriadamente na escola, 3 - ser exposto a armas na escola, 4 - ausência do pai no lar, 5 – baixo nível educacional da mãe. Este estado vulnerável funciona como um mecanismo potencial para uma maior probabilidade da criança desenvolver comportamento violento, na escola ou fora dela.

Assim como o ambiente onde a criança vive pode fazê-la vulnerável, também pode contribuir para sua **resiliência**, através dos fatores protetores. Stouthamer-Loeber e colaboradores (1993) descobriram que algumas variáveis podem exercer tanto o efeito de risco, quanto o protetor, como por exemplo, confiabilidade, motivação escolar, delinquência dos pares, supervisão e relacionamento com os pais. Dentre os seus resultados, os autores afirmam que os fatores protetores tendiam tanto a promover a não delinquência, quanto a suprimir a delinquência mais séria.

Grossman et al. (1992), observaram que a coesão familiar, o *locus* de controle⁸, a comunicação pais-filhos e o relacionamento com um adulto afetivamente significativo que não fosse genitor, funcionam como fatores protetores contra o humor angustiado⁹, cabular aula, problemas com a lei, fuga de casa e baixa auto-estima, mesmo em adolescentes sob risco.

Fergusson & Lynskey (1996), pesquisaram crianças neo-zeolandesas do nascimento aos 16 anos. Definiram os adolescentes resilientes como aqueles que tiveram maior exposição à adversidade familiar durante a infância e demonstravam uma ausência de uma vasta série de problemas externalizados (uso de drogas, infração e problemas escolares) durante a adolescência. Os sujeitos resilientes se caracterizaram como aqueles que apresentavam maior Q.I., pouca procura por aventuras perigosas e destrutivas e menor afiliação com colegas delinqüentes. Estes fatores atuavam cumulativamente de maneira a influenciar a probabilidade de maior resiliência aos problemas.

Diante da literatura apresentada, pode-se dizer que a delinqüência juvenil é uma questão complexa, resultado de um amplo espectro de fatores. Porém, ressalta-se o grau de importância da família, chegando-se à mesma conclusão de Pasquali et al. (1987:161), que diz: *“Resulta disso que fatores internos da família são preponderantes na compreensão do fenômeno da delinqüência juvenil”*.

3) A ABORDAGEM DA COGNIÇÃO SOCIAL EM PSICOLOGIA

3.1) A Atribuição de Causalidade

Em geral, as pessoas demonstram necessidade de saber as causas ou apontar a responsabilidade dos acontecimentos diários, como uma forma de curiosidade e, também, de conhecer o mundo ao seu redor e controlar os acontecimentos. Tendem, então, a procurar encontrar invariâncias entre causas e efeitos. À busca de explicações para o porquê dos acontecimentos dá-se o nome, em Psicologia Social, de atribuição de causalidade.

A teoria da atribuição de causalidade se origina com Fritz Heider, em 1944 e ganha corpo com outros teóricos da Psicologia, como Jones e Davis; Kelley; Jones e Nisbett; Bernard Weiner, como é possível ver adiante, em ordem cronológica do desenvolvimento da teoria. Ela estuda as relações interpessoais, com o objetivo de se entender o processo de percepção (como um indivíduo percebe o outro e como ele mesmo se percebe) e quais as implicações de tal processo para o trato em sociedade.

Heider (1970) diferencia duas formas de causalidade: impessoal e pessoal. A causalidade *impessoal ou externa* é aquela cuja causa do evento é atribuída às circunstâncias ou a fatores ambientais. Nesse caso, os efeitos variam de acordo com as condições, estando separados das pessoas e intenções. *“Este tipo de causalidade percebida está associada às filosofias do determinismo do comportamento”* (McDavid & Harari, 1980:205). A causalidade é *pessoal ou interna* quando a causa de um evento é atribuída à(s) pessoa(s) diretamente envolvida(s). *“Esta espécie de causalidade envolve filosofias sobre a liberdade da vontade e sobre as opções volitivas do indivíduo. Ela parece ser mais típica do comportamento*

*humano de cada dia e a teoria da atribuição está mais diretamente relacionada com a análise desta espécie de causalidade percebida” (McDavid & Harari, 1980:205). Neste caso a ação é intencional, mesmo que inconsciente. O que caracteriza tal tipo de causalidade é a **eqüifinalidade**, ou seja, a invariabilidade dos fins e a variabilidade dos meios, dependendo das condições: “... no caso de causalidade pessoal, o fim invariável é devido à pessoa. Como a pessoa controla as linhas causais que dela emanam, é não apenas a fonte inicial da mudança provocada, mas continua a ser a sua causa persistente” (Heider, 1970: 121).*

Exemplificando: se uma pessoa é ameaçada por uma chuva de granizo ou por uma avalanche, tudo o que ela tem que fazer é procurar abrigo para escapar do perigo; mas, se a pessoa é ameaçada por outra pessoa com uma arma, ela está mais exposta ao perigo, pois, ainda que corra, quem a ameaça pode correr mais rápido, ou pode antecipar seus movimentos. Esta terá que tentar usar meios para escapar da situação, enquanto a pessoa que tem a arma e a intenção de atirar (invariabilidade dos fins), usará meios diferentes para atingir seu objetivo (variabilidade dos meios).

Heider faz uma distinção que se mostrou importante no desenvolvimento da teoria da atribuição: o ser capaz (*can*) e o tentar (*try*) do sujeito da ação. O *can* envolve habilidade, capacidade por parte do sujeito ao interagir com as dificuldades ou facilidades do ambiente. O *try* envolve tanto a intenção (aspecto direcional), quanto a intensidade do esforço (aspecto quantitativo) que o sujeito emprega, constituindo estes dois os aspectos da **motivação**.

Existem níveis distintos estabelecidos por Heider (1970) para se atribuir a causalidade a uma pessoa, dependendo do empenho do sujeito e da participação das forças do ambiente na execução da tarefa. A responsabilidade pessoal, assim,

seria variável, relativamente à contribuição de fatores ambientais e ao engajamento pessoal do autor da ação.

O nível 1 é chamado de *Associação*, abrangendo um conceito mais global, onde “a pessoa é considerada responsável por qualquer efeito que esteja, de qualquer forma, ligado a ela, ou que pareça, de alguma forma, ter essa relação” (Heider, 1970: 133). Um exemplo deste nível de atribuição são aquelas pessoas que julgam que todos os alemães (como raça ou pertencentes a um país) são culpados pela ocorrência da Segunda Guerra Mundial e por todas as atrocidades nela cometidas.

No nível 2, da *Causalidade*, o indivíduo é responsabilizado por tudo que tenha feito, sendo julgado não por suas intenções, mas pelos efeitos causados por sua ação. O julgamento aqui é caracterizado por uma causalidade impessoal.

O nível 3 é denominado de nível da *Previsibilidade*, sendo o sujeito da ação responsabilizado na medida que poderia ter previsto as conseqüências de seu ato e lhe faltou esforço ou capacidade para tomar controle da situação e evitar o acontecimento do fato. Neste nível não há intenção da ação, por isto, envolve causalidade impessoal.

No nível 4, denominado nível da *Intencionalidade*, é caracterizada completamente a causalidade pessoal, na qual o indivíduo tem a intenção de causar o efeito ou tem por objetivo que algo ocorra.

O nível 5 envolve a *Justificabilidade*: as atribuições feitas neste nível são compreendidas como resultado da ação do meio exterior sobre o sujeito. Os motivos deste são atribuídos ao ambiente (entendido também como as outras pessoas); o

sujeito age, contudo sua responsabilidade sobre o fato é dividida com os motivos que o levaram a praticar o ato.

Uma contribuição importante de Heider (apud McDavid & Harari, 1980) foi a discussão de que as pessoas, em geral, preferem tecer atribuições internas, mais do que externas. Ou seja, tende-se a perceber que a causa do comportamento de uma pessoa reside dentro dela, porque a percepção está mais focada na pessoa do que na situação, a qual é mais difícil de descrever. Heider (1970) ainda fez afirmativas, acerca do processo de atribuição de causalidade, que vieram, mais tarde, a ser confirmadas pelo trabalho de Jones e Nisbett (1972, apud Dela Coleta, 1982). Constatou que o indivíduo percebe a si mesmo e aos outros de maneiras diferentes: a pessoa percebe a situação do outro e faz um julgamento atribuindo a causa à pessoa, enquanto esta (a envolvida no fato) faz atribuição ao objeto.

Uma outra nota de interesse que Heider (1970) destacou foi a tendência a se atribuir os bons atos ou resultados a si mesmo e os atos ou resultados ruins aos outros, ou ao ambiente. Dessa forma, a pessoa consegue manter um alto nível de ego e de auto-estima. Estas afirmações deram origem aos estudos de alguns teóricos sobre *egotismo*.

Em Aronson et al. (1998) vê-se que esta observação de Heider é o começo para se ampliar o entendimento sobre como as pessoas fazem atribuições. É o caso, em 1965, da *Teoria da Inferência Correspondente*, de Edward Jones & Keith Davis, que descreve o processo pelo qual se chega a uma atribuição interna – como se infere disposições, ou características internas de personalidade, a partir de comportamentos ou ações correspondentes. Eles se preocuparam, principalmente, com a questão da *atribuição impessoal*, ou seja, com o processo de atribuição de propriedades disposicionais por um perceptor¹⁰ ao ator de um determinado efeito.

Jones e Davis (apud Rodrigues, 1979:153) definem correspondência como sendo “*a medida em que o ato e a característica ou atributo subjacente são semelhantemente descritos pela inferência*”. Assim, quando se diz que alguém é violento, está-se afirmando que este alguém está disposto a agir de modo agressivo diante de uma série de situações – está-se inferindo a intenção e a disposição da pessoa diretamente a partir do seu comportamento.

Jones e Davis (apud Dela Coleta, 1982) estabeleceram quatro critérios ou fatores básicos para o perceptor ter certo grau de certeza no seu processo de fazer inferências (ou seja, grau de correspondência entre atos e disposições). Estes fatores são dinâmicos e interconectados, e sua variação determina o nível de certeza do perceptor quanto às inferências feitas acerca das disposições e intenções do ator. Os critérios são:

- Efeitos não comuns – Quando um indivíduo tem um certo comportamento em uma dada situação, é porque ele optou por este comportamento dentre várias alternativas possíveis de resposta, que poderiam causar outros efeitos. Se ele optou por se comportar de tal forma, descartando as demais, pode-se dizer que estas outras alternativas resultariam em efeitos diferentes daqueles resultantes da ação selecionada. Este ato de escolher entre possíveis comportamentos é repetido em toda a vida de cada pessoa, resultado de sua cultura, de sua história, da observação de comportamentos de outras pessoas e de comportamentos anteriores do próprio indivíduo em situações semelhantes ou não. É sempre proveitoso comparar os possíveis motivos e efeitos associados às escolhas de comportamento e às alternativas rejeitadas, porque “*quanto menor o número de motivos e efeitos similares entre essas duas classes de alternativas, maior volume de informações será obtido acerca das razões que levaram o sujeito a se comportar daquele modo particular, naquela situação*” (Dela Coleta,

1982:31). Este é um dos fatores que influenciam a qualidade das inferências em relação às disposições do ator e a isto se chama de busca dos efeitos não-comuns. Por outro lado, quanto mais possíveis motivos determinantes da ação do sujeito o observador puder encontrar, menos informação e segurança ele terá a fim de efetuar inferências a respeito do comportamento do ator. Então, quanto maior o número de efeitos comuns relacionados às alternativas escolhidas e às rejeitadas, maior a dificuldade de inferir disposições norteadoras dos comportamentos e mais difícil será fazer corresponder atos e disposições.

- Relevância hedônica dos efeitos ao perceptor – *“A ação do ator é agradável e reforçadora, ou desagradável e punitiva ao perceptor, e sua importância na inferência de disposições reflete-se no postulado fundamental de que a correspondência da inferência ato/disposição é função direta da participação da pessoa do perceptor, de seu envolvimento, da relevância do ato para sua pessoa. Isto é, quanto mais relevante o ato da pessoa-estímulo ao perceptor, mais este está inclinado a afirmar ser tal ato a expressão de dada intenção e disposição correspondente”* (Dela Coleta, 1982: 31).
- Personalismo dos objetivos em relação ao perceptor – *“Este critério trata da hipótese de que a simples presença do perceptor contribui grandemente para que o ator expresse aquele comportamento, dado concreto das suas intenções em provocar determinado efeito no perceptor, e naturalmente associado ao aumento de correspondência, pelo envolvimento pessoal do perceptor na ação”* (id.:32-33).
- Extremidade ou desejabilidade social dos atos e efeitos – Este critério é um elemento que influencia a certeza da correspondência de inferência ato/disposição e que tem duas suposições básicas: 1- Através de suas ações, o homem procura objetivos e efeitos desejáveis na cultura em que vive; 2- Devido à

sua alta frequência e à sua alta probabilidade de ocorrência em cada situação, os eventos socialmente desejáveis fornecem pouca informação quanto à diferença entre as pessoas. Assim, estes eventos mascaram o significado específico de uma determinada ação, não informando tanto sobre o sujeito, quanto os comportamentos extremos ou com baixa desejabilidade social. Ou seja, quando o indivíduo se comporta de acordo com o esperado, com as regras preconizadas, pode-se ter pouca informação acerca dele, pois não se pode saber se ele é assim mesmo, ou se está agindo para seguir as regras e ser aceito. Mas, quando o indivíduo se comporta de modo diferente do socialmente desejado, não está desempenhando um papel a ele destinado; então, pode-se dizer que ele está sendo autêntico. Assim, o número de efeitos não-comuns a outras pessoas e a outras situações diminui, possibilitando, desta maneira, maior volume de informação sobre a intenção e sobre a disposição do ator.

Abrangendo todos os quatro fatores e traçando um postulado geral, pode-se afirmar que a correspondência de inferência entre um ato e as intenções e disposições sobre as quais está baseado varia inversamente à desejabilidade social e ao número de efeitos não-comuns que estão relacionados a este ato, e varia diretamente à relevância hedônica e ao personalismo do ato e efeito analisados (Dela Coleta, 1982).

Este modelo construído por Jones e Davis contribuiu, sem dúvida, para o desenvolvimento e a sistematização dos princípios da teoria da atribuição, porém apresenta em seus princípios teóricos um sério problema referente à suposição de linearidade das variações no processo de correspondência de inferências atos/disposições. O ato de atribuição de causalidade, muito provavelmente, não segue leis que disponham relações lineares bem definidas entre o aumento de uma

variável e seu efeito em uma outra variável. Dada a complexidade do comportamento humano e do processo social, é bem mais certo que haja outras explicações baseadas em modelos não-lineares.

Como passo seguinte, Daryl Bem (1967, 1972, apud Dela Coleta, 1982) contribuiu para a estruturação da *Teoria da Autopercepção*, que sistematizou os conhecimentos para a compreensão da **auto-atribuição**, isto é, a atribuição de propriedades disposicionais ao ator pelo próprio sujeito, oferecendo explicação causal de atitudes, emoções, sentimentos e outras disposições internas.

Raciocinando sobre uma pesquisa de Festinger e Carlsmith relatada em 1959 (conf. Dela Coleta, 1982: 40), Daryl Bem queria apresentar nova explicação para os achados deste estudo e oferecer elementos relativos às explicações propostas para a teoria da dissonância cognitiva. Ele deduziu que os sujeitos do experimento eram, além de atores, observadores de seus próprios comportamentos e formulou três postulados:

1 – Ator e observador envolvidos em um mesmo fenômeno utilizam processos idênticos de inferência a fim de alcançar as características disposicionais que podem explicar aquele efeito; ou seja, ambos estão na mesma situação.

2 - *“... indivíduos chegam a conhecer suas atitudes, emoções e outros estados internos, parcialmente inferindo-os das observações de seu próprio comportamento aberto e/ou de circunstâncias nas quais este comportamento ocorre”* (Dela Coleta, 1982: 42).

3 – Este postulado é decorrente do segundo: *“... na medida em que os fatores externos são fracos, ambíguos, ou não interpretáveis, o indivíduo está funcionalmente na mesma posição que um observador externo, um observador que*

deve necessariamente se basear nesses mesmos fatores externos para inferir os estados internos do indivíduo” (id.: 43).

Desta maneira, o perceptor é um observador do seu próprio comportamento, no entanto, só tem condições de fazer inferências sobre o mesmo se este acontecer em circunstâncias livres de controle e de submissão às contingências de reforço. Ao fazer atribuições de causalidade às suas próprias ações, o sujeito necessita preservar o equilíbrio entre estas atribuições e sua auto-estima, para se resguardar dos possíveis efeitos prejudiciais que a atribuição de um evento negativo possa lhe ocasionar.

O autoconceito é, também, afetado pela auto-apresentação, que é mediada pelo papel que a reação das outras pessoas (audiência) desempenha. Harvey e Weary (1985) salientam que existem muitas evidências para mostrar que as auto-avaliações são influenciadas pelo *feedback* recebido de terceiros.

Desenvolvendo a teoria da atribuição, Kelley (1967, 1972, apud Aronson et al., 1998), integrou as diferentes abordagens sobre atribuição, mesclando em uma só teoria a causalidade pessoal, a causalidade impessoal e a atribuição dos atos da própria pessoa e dos outros. Ele abordou a questão enfocando o primeiro passo da percepção social: isto é, como as pessoas decidem fazer uma atribuição interna ou externa. O autor se preocupa mais em estabelecer critérios objetivos através dos quais se possa fazer inferências subjetivas, com certo grau de certeza subjetiva das atribuições feitas. Eles não constituem, entretanto, fundamento para sua validade objetiva.

O processo de atribuição de causalidade é dependente da informação relativa à situação total, conseguindo maior segurança para a atribuição realizada

quando a informação possuir maior volume e estabilidade. A informação é bastante estável quando sua variabilidade é pequena e, desta maneira, o erro de todo o processo é minimizado. O autor utilizou o modelo de análise de variância para fundamentar e desenvolver seus postulados. *“No caso da atribuição de causalidade, tomando como paradigma este modelo, o sujeito que efetua a atribuição teria a tarefa de esclarecer as ligações existentes entre dados efeitos e as possíveis causas que possam explicá-los, quais desses elementos causais covariam com quais efeitos, bem como de quais causas esses efeitos são totalmente independentes”* (Dela Coleta, 1982: 50). O modelo de covariação de Kelley se aplica a instâncias múltiplas do comportamento, através do tempo e de diferentes situações. Ele distingue três grandes classes de variáveis independentes, integradas em um modelo analógico, e que são elementos causais, capazes de explicar, isolada ou inter-relacionadamente, as ocorrências dos eventos: as pessoas, as entidades e as situações (tempo e modalidade envolvidos).

O perceptor, então, sendo observador ou ator, procuraria levantar informações acerca dos elementos mencionados acima, para a formação de critérios que pautariam a explicação oferecida a um dado evento qualquer (Kelley, 1967, apud Rodrigues, 1979 e Regato, 1997). São eles:

- **Distintividade** – Este critério se relaciona com a atribuição de ocorrências de eventos a uma certa característica, e à causalidade destas ocorrências, no caso de se registrarem somente quando aquela característica está presente, e não se registrarem na sua ausência.
- **Consenso** - A informação de consenso se refere a como outras pessoas reagem ao mesmo estímulo (geralmente da mesma forma).
- **Consistência na Modalidade** - A informação de consistência se refere à freqüência constante de dado comportamento do mesmo ator, com relação ao

mesmo estímulo, ainda que as circunstâncias e sua interação com o estímulo variem.

- **Consistência no Tempo** – O mesmo comportamento diante daquele estímulo deve estar presente através do tempo.

Fazendo uma analogia entre a atribuição fundamentada na razão entre o critério distintividade e os outros três critérios, com a estatística F usada em análise de variância, Kelley (apud Rodrigues, 1977) diz que quanto menor o denominador da fração, ou seja, quanto menor for a variabilidade dos últimos três critérios, e quanto mais nítida for a relação mudança/origem visível desta mudança, maior certeza a pessoa terá na sua inferência. Em outras palavras: se diferentes pessoas reagem ao mesmo estímulo da mesma forma (consenso), se o ator apresenta sempre o mesmo comportamento diante do mesmo estímulo independentemente das circunstâncias (consistência na modalidade), se esta reação a dado estímulo não varia com o tempo (consistência no tempo) e se o comportamento varia dependendo da presença ou não de uma dada característica (distintividade), então o observador poderá inferir causalidade com maior certeza.

Até então, os teóricos da atribuição focalizaram a atenção ou apenas nas pessoas que praticaram os atos, ou apenas naqueles que as observavam, ou então não traçavam diferenças suficientes entre estes dois processos: o atuar e o observar. Jones e Nisbett (1972, apud Dela Coleta, 1982; Aronson et al., 1998) sistematizaram bem os pressupostos teóricos da atribuição, fazendo uma distinção nítida dos processos atribucionais utilizados por atores e observadores, através da *Teoria das Perspectivas Divergentes*.

Estes autores constataram em seus estudos que o ator da ação inclina-se a fazer atribuições externas, destacando o papel do meio-ambiente e das

circunstâncias na causação do comportamento, enquanto que o observador tende a fazer atribuições internas, segundo as disposições e características do ator, conferindo-lhe responsabilidade pelos acontecimentos. Descobriu-se que os observadores detêm a crença de que os atores possuem conjuntos de respostas predeterminadas e traços de personalidade razoavelmente estáveis, que regulam os comportamentos observados. Os observadores têm a prática de classificar os atores e compará-los com outros atores. Esta tendência dos observadores fazerem sempre atribuições internas é chamada de **Erro Fundamental de Atribuição**. (Aronson et al., 1998). Os atores, por sua vez, vêem seus próprios comportamentos originários de dadas circunstâncias confrontadas no momento. Não aceitam a categorização de sua personalidade, acreditando que esta não seria determinante de seu comportamento em todas as circunstâncias, mas seria sim um conjunto de valores, possibilidades e estratégias de ação ao enfrentar os estímulos do ambiente, produzindo reações predizíveis e controláveis (Dela Coleta, 1982).

Existem, na literatura, três fatores que ajudam a explicar as diferenças de atribuição entre atores e observadores (e o Erro Fundamental de Atribuição). Um deles é a diferença na obtenção de informações da situação e das pessoas. A informação sobre as causas situacionais do comportamento nem sempre está disponível para os observadores ou é muito difícil de interpretar adequadamente. Aos observadores restam apenas os elementos diretamente observáveis do comportamento do ator, como suas expressões faciais e as inferências que se possa fazer dos seus estados internos. Se não se sabe o que aconteceu àquela determinada pessoa durante o seu dia, ou sua vida, se não se sabe como aquela pessoa interpreta aquela dada situação, não se pode fazer um julgamento correto dos efeitos da situação sobre seu comportamento. Já os atores dispõem de informações, com certa confiabilidade, dos seus estados interiores (psicológicos e

fisiológicos) e das intenções que determinariam a escolha da ação em pauta (Aronson et al., 1998).

Um segundo fator são as diferenças no processamento das informações obtidas, que é a chamada *Saliência Perceptiva*. Quando se tenta explicar o comportamento de alguém, usa-se o foco de atenção pessoal como ponto inicial, e, geralmente, esse foco se volta para a pessoa e não para a situação, pois esta é praticamente invisível para o observador. Assim, a ação do indivíduo passa a ser vista como uma manifestação de suas características. Para o ator o meio externo, que se constitui da situação estimuladora e das outras pessoas envolvidas, é vivenciado como o responsável pelo acontecimento, porque este é o elemento preponderante, o foco de sua atenção, sendo a sua própria pessoa um elemento a mais na estrutura total. Desta maneira, o ator consegue, também, estabelecer um equilíbrio entre suas cognições, buscando harmonizar as tensões decorrentes das constantes solicitações e interferências do ambiente (Dela Coleta, 1982).

O terceiro fator explicativo são as diferenças motivacionais de atores e observadores, baseado na manutenção ou incremento de auto-estima, por parte de ambos os elementos envolvidos no processo de atribuição. Em virtude da maior parte das pesquisas sobre atribuição causal tomar por base um fator negativo, os atores tendem a manter o equilíbrio interno e a proteger-se da culpa pelo fracasso, atribuindo às variáveis externas a causalidade do fenômeno. No que tange aos observadores, atribuindo a causalidade do fenômeno às características e traços dos atores, estariam diminuindo seus pares, o que manteria e até elevaria sua posição no conceito do seu grupo. Quando há um sentimento negativo em relação ao ator, esta tendência aumentaria e, diminuiria, quando houvesse sentimentos ou elos positivos entre ator e observador. Além do mais, descobriu-se em alguns estudos

que os atores fazem atribuições internas quando sua conduta é positiva e atribuições externas quando é negativa (Dela Coleta, 1982).

Geralmente, em Psicologia Social, usa-se o termo **atribuição** tanto para causalidade quanto para responsabilidade. Entretanto, Weiner (1995) faz uma distinção entre os dois termos: reserva atribuição para a causalidade e prefere usar **juízo** ou **inferência** para a responsabilidade, termos estes que serão seguidos neste trabalho. Isto será visto com mais detalhe em tópico posterior.

A teoria da atribuição foi exposta em sua evolução histórica, com a contribuição de cada teórico para o seu aperfeiçoamento. Cada um deles enriqueceu em maior ou menor grau a teoria, mas foram **Jones & Nisbett** que, aproveitando os aportes anteriores, a aprimoraram até o nível aqui apresentado, o qual é utilizado nas pesquisas atuais em Cognição Social. Pretende-se, nesta tese, averiguar que tipo de atribuição de causalidade os infratores (atores) e seus irmãos/primos (observadores) fazem, quando avaliam a entrada para a vida infracional, de acordo com estes dois autores.

3.2) O Fato Social da Infração como Inferência de Responsabilidade

Este trabalho começa, do ponto de vista da sociedade, com uma situação de fato: os sujeitos da pesquisa foram declarados culpados, pela instituição judicial, porque se envolveram em um tipo de comportamento considerado anti-social pela sociedade. Após ter sido avaliada sua conduta, ela foi enquadrada dentro do sistema legal e declarada infração. Os jovens foram alvo de um processo social de juízo de responsabilidade.

Quando o sistema jurídico declara alguém culpado, isto equivale a dizer que o referido cidadão teve a **liberdade** de optar pelo cumprimento da lei, mas, mesmo desafiando as sanções legais, **decidiu** pela não obediência. Teórica e praticamente, o sistema legal só imputa responsabilidade quando pré-existe liberdade: ninguém pode ser responsável se não for livre – por outro lado, o fato natural de ser livre implica, conseqüentemente, o peso da responsabilidade.

3.3) Inferência de Responsabilidade e Discussão dos Fatores Determinantes

O sistema das leis, objetivado em ação pela magistratura, tem por função **julgar e declarar**. Seu objetivo é caracterizar comportamentos, ora sancionando-os como socialmente positivos e, portanto, aceitáveis; ora adjetivando-os como socialmente negativos e, conseqüentemente, como inaceitáveis.

Mas a Justiça, na realidade, não é cega: no seu processo de julgamento, ela busca detectar fatores mitigadores e fatores dolosos no contexto factual da infração. Isto significa dizer que o sistema jurídico não é radicalmente determinista, na sua postura de declarar diferentes níveis de responsabilidade. Ao declarar que houve fatores atenuantes ou agravantes na realização de uma infração, a lei tenta negociar a difícil relação entre a liberdade/responsabilidade da subjetividade do infrator e o contexto pressionador e determinador das imposições do meio ambiente, com seus instrumentos de poder, de intimidação, de coibição.

3.4) O Julgamento de Responsabilidade Na Cognição Social

Uma das questões que vêm sendo estudadas nas últimas décadas pela Psicologia Social é exatamente o problema do controle da causa e a percepção de

responsabilidade, na avaliação social do comportamento. Bernard Weiner é um dos nomes de maior projeção entre os pesquisadores e teóricos deste campo.

O problema do julgamento de responsabilidade, no que se refere à maneira como a sociedade julga o comportamento dos indivíduos, foi bem desenvolvido em um artigo clássico de Weiner (1993), denominado “*On Sin Versus Sickness: A Theory of Perceived Responsibility and Social Motivation*”, e, mais tarde, no livro “*Judgments of Responsibility*” (1995). Nestes trabalhos, ele discute as interconexões entre crenças causais, inferências sobre responsabilidade, ódio, compaixão e uma variedade de respostas sociais, incluindo ajuda e punição.

Weiner (1995) constrói seu raciocínio sobre o processo de responsabilidade fazendo algumas distinções básicas. A primeira é sobre causalidade pessoal e impessoal, ou aquilo que geralmente se chama de “locus de causalidade”. Os julgamentos de causalidade não implicam causalidade pessoal: um negociante pode falir em virtude de recessão econômica, uma pedra pode ser a causa de um acidente de carro etc. Para a designação de responsabilidade deve ser feita a distinção entre causalidade pessoal e situacional. Um julgamento de responsabilidade não deve ser igualado ao julgamento de causalidade, já que para se chegar ao primeiro deve haver convicções de causa pelo envolvimento humano (causalidade pessoal).

A segunda distinção a ser feita é entre algo que é controlável e algo que não o é (“controllability X uncontrollability”). Tomemos o exemplo da obesidade. Se uma pessoa é obesa em virtude de um problema na tireóide, então ela não pode ser julgada responsável pelo seu excesso de peso porque não pode controlar a causa, mesmo que esta esteja dentro da pessoa. Por outro lado, se a pessoa é obesa em razão de comer demais, ela é tida como responsável por sua obesidade, porque ela

tem controle sobre a causa. Então, o julgamento de responsabilidade requer que as causas de uma dada condição possam ser volitivamente mudadas. Por conseguinte, a responsabilidade está estreitamente ligada com liberdade e escolha; ela necessita de causalidade interna e controlável.

Em outra publicação, Weiner (1997) também fala sobre a importância da **estabilidade** de uma causa. As causas podem ser percebidas como temporárias, como esforço ou sorte, ou estáveis, como atitude ou personalidade. A estabilidade da causa está diretamente relacionada às expectativas do comportamento futuro: se a causa de um crime é tida como sendo estável, então se espera que o mesmo tipo de crime possa ser cometido no futuro por aquela pessoa. *“Expectativas altas em relação à atividade criminal no futuro devem levar ao endosso de punições mais severas”* (p.332).

Uma terceira distinção traçada por Weiner refere-se à diferença entre controle da causa (“causal controllability”) e responsabilidade. O controle da causa se refere às características da causa – no exemplo acima, a falta de atitude para controlar o comer – e responsabilidade se refere ao julgamento formulado sobre uma pessoa – no nosso exemplo: o obeso deveria comer menos. O processo de inferência de responsabilidade começa pelo entendimento da causa e, depois, enfoca a consideração da pessoa. Por isso, o autor prefere usar o termo “julgamento de responsabilidade” e reserva atribuição para a causalidade.

Ainda há, neste tópico, uma consideração a se fazer. É possível que um julgamento de responsabilidade não seja aplicável, mesmo que a causa seja interna e controlável. Isto porque pode haver **circunstâncias mitigadoras** que atenuem ou eliminem a responsabilidade moral da pessoa. Um exemplo disso seria o estudante que vai mal em um exame, por falta de dedicação aos estudos e esforço, porque

teve que dedicar seu tempo cuidando de um familiar doente. Outro exemplo bastante comum, em que não se infere qualquer responsabilidade, é o do policial que fere ou mata uma pessoa que está preste a ferir outra(s). As circunstâncias que, por serem mitigadoras, absolvem uma pessoa de responsabilidade, podem ser difíceis de se julgar. Imagine-se que um assaltante aponte uma arma para a cabeça de uma pessoa, exigindo que seja ajudado no assalto. A pessoa em questão pode não ser julgada responsável por coletar o dinheiro das carteiras dos outros. Mas, se a ameaça tivesse sido “se não me ajudar, vou quebrar teu nariz”, ou “vou te dar uma surra”, então as circunstâncias já não seriam tão decisivas para suspender um julgamento de responsabilidade.

Até aqui, viu-se que o processo de responsabilidade é iniciado por um evento. Caso haja um julgamento de causalidade pessoal, uma causa controlável e nenhuma circunstância mitigadora, então é possível estabelecer uma inferência de responsabilidade (Figura 2).

Figura 2.2: Processo de Responsabilidade



(Weiner, 1995:12).

No entanto, é necessário entender melhor a complexidade do processo. Entra aqui a quarta distinção, feita por Weiner: intenção versus negligência, que se refere ao grau de responsabilidade. Quando se julga o grau de responsabilidade de uma pessoa ao cometer determinado ato que poderia ser controlado, procura-se saber se este foi intencionalmente cometido ou se aconteceu devido à negligência. Como exemplo, pode-se citar a diferença entre homicídio doloso (intencional) e homicídio não premeditado; ou ainda a fraude na declaração de renda e um erro de cálculo ao fazer tal declaração.

O raciocínio de Weiner (1995) não pára por aqui: ele vai mais adiante e faz a distinção entre responsabilidade e culpa. A responsabilidade, independentemente de contexto, é afetivamente neutra, enquanto a culpa transmite negatividade emocional. A culpa é determinada, em parte, pela magnitude das conseqüências do ato. Isto não se aplica para a responsabilidade. O autor explica que a culpa é uma cognição social semelhante à responsabilidade, porém é um conceito carregado de ambigüidade, devido ao seu componente afetivo. Sugere, então, utilizar-se raiva (e seu oposto, a simpatia) no lugar de culpa, para fazer a mediação entre percepções de responsabilidade e ação social. A vantagem desta abordagem, segundo o autor, seria sua capacidade de explicar tanto ações positivas, como louvor e ajuda, como respostas negativas, tais como reprimenda e punição.

Weiner (1995) examina como julgamentos inferidos a nós mesmos e aos outros se relacionam com problemas como dificuldade de comunicação ou relacionamento. Por exemplo, membros de uma família que comunicam hostilidade e criticismo, quando um de seus membros, com problemas de esquizofrenia ou

depressão, é tido como responsável pela sua disfunção, incorporam uma atitude familiar que aumenta a probabilidade de recidiva. Ou quando os pais insultam ou são brutos com seus filhos: eles tendem a acreditar que suas vítimas quiseram perturbá-los e que foi isto que os levou à agressão.

Segundo o autor, o julgamento de responsabilidade e seu significado se manifestam tanto no contexto criminal, onde o juiz e os jurados têm que determinar culpabilidade, como também em muitas outras situações da vida. *“A prática poderosa e predominante de julgar os outros como responsáveis ou não, fornece um fundamento para a construção de uma teoria geral de motivação social”* (Weiner, 1993: 957).

As abordagens de atribuição têm tido bastante ênfase nas teorias da Psicologia Social e têm sido aplicadas na questão da realização pessoal, no que diz respeito à percepção de causas de sucesso e fracasso individual. *“Uma estrutura de atribuição que inclui crenças causais, emoções e ação é aplicável à percepção do outro e ação social, como também a autopercepção e esforços de realização”* (ibidem).

Segundo Weiner, a compreensão mais adequada do comportamento social, no que se refere ao julgamento de responsabilidade e à atribuição de causalidade, deve incluir a problemática da motivação e da percepção (Weiner, 1993: 959).

3.5) Motivação e Percepção

Uma visão sistêmica, bem abrangente, do comportamento consciente e, portanto responsável, teoriza que existem dois fatores básicos na compreensão da conduta humana: a motivação e a percepção (Feijó, 1998).

Definir motivação e percepção sistemicamente pode iluminar a busca de explicações e de intervenções, no processo do comportamento. Um dos conceitos populares do verbo *motivar* (do latim **motivus** = que move) é o que acredita no poder das causas externas, advindas do meio ambiente, como iniciadoras e moldadoras do comportamento. Esta conceituação, de caráter mais “sociologista”, praticamente reduz motivação ao incentivo e ao estímulo que vêm de fora para dentro. Exemplos bem simples deste conceito: 1. Gerentes de empresa que assumem (e praticam) a teoria de que o simples aumentar do salário é incentivo que irá, automaticamente, aumentar o comportamento produtivo do empregado; 2. Pais de família que se circunscrevem em dar aos filhos a melhor alimentação e as melhores escolas, acreditando que nutrição e instrução, por si só, constituem motivação suficiente para eles crescerem como pessoas bem comportadas e produtivas na sociedade.

A teoria do incentivo se complica quando os comportamentos previstos não acontecem. No caso do empregado, por exemplo, quando as condições humanas do ambiente de trabalho não são adequadas, mesmo que o salário aumente, nem sempre a produtividade será satisfatória. Quanto às crianças que tiveram alimentação adequada, se elas não tiverem recebido afeto do pai ou da mãe, ao invés de crescerem adultos satisfeitos e com um bom relacionamento social, poderão tornar-se indivíduos cheios de frustrações e de inseguranças, sempre exigindo as atenções dos outros sobre si, ainda que para isso adotem comportamento anti-social ou delinqüente.

Resta, então, a hipótese da motivação intrínseca (Penna, 1980). Esta teoria não menospreza as influências do meio ambiente. Entretanto, ao invés de considerá-lo a causa única determinante do comportamento, ela encara o entorno

cultural do ente humano como pano de fundo, como fator de influências adjetivas sobre o indivíduo. Em outras palavras, o ambiente, com suas instituições da família, da escola e de outras menores, não deveria ser responsabilizado pelas mudanças substantivas e estruturais da pessoa.

Neste contexto, faz sentido citar a teoria e as pesquisas de Lipton (1995), sobre *memória celular*. Na sua hipótese, ele descarta a premissa de Darwin, de que o equipamento genético tem um poder determinista e definitivo sobre a estrutura e o comportamento humano futuro. Lipton, após realizar várias pesquisas na área de biologia celular, segue a postura de Lamarck, segundo a qual a função básica dos genes é o registro das características e das exigências do meio ambiente. Concomitantemente, à medida que vão fazendo o registro em sua memória celular, os genes catalisam os recursos adaptadores do Ácido Desoxiribonucléico (DNA) via Ácido Ribonucléico (RNA), gerando os necessários comportamentos orgânicos da adaptação produtiva ao meio ambiente.

Traduzindo a hipótese de Lipton para um vocabulário de psicologia, é possível dizer que a realidade exterior deve ser considerada, propriamente, como um ponto de referência, no processo individual de auto-realização. E que essa auto-realização possui motivação intrínseca.

A auto-realização tem a ver com as necessidades que o indivíduo registra, na sua atividade constante de ser e de vir-a-ser, no ambiente em que vive (Rogers e Kinget, 1977). Estas necessidades têm um leque extenso: vão desde o comer e o dormir, até aquelas de natureza estética, política, econômica e espiritual. A necessidade é um fenômeno: isto é, ela é constatada, vivenciada e interpretada. Um fenômeno, uma vez constatado, não aceita ser negado - quando muito, ele se presta a ser avaliado, interpretado ou re-interpretado. Estes comentários, é forçoso

reconhecer, não apresentam receita única, que explicaria o começar e o instalar-se de todas as formas de necessidade. Mas eles ajudam a ver a importância de uma necessidade, uma vez constatada pela pessoa.

A necessidade, uma vez registrada, exige que se tomem providências e que, se possível, se faça o necessário para satisfazê-la (independentemente de se saber, ou não, porque ou como ela se originou). Tome-se o exemplo de uma criança que, na sua casa, todos os dias assiste seu pai desrespeitando a sua mãe, agredindo-a verbalmente e, às vezes, fisicamente. Ao constatar que nem a sua mãe, que é adulta, possui segurança garantida na sua família, a criança passa a temer pelo seu bem-estar. Instala-se nela uma intensa necessidade de proteção e de imunidade, causando-lhe uma postura de medo, um comportamento defensivo, ou um sentimento de vingança (caso ela tome o partido da mãe).

Sabe-se que tudo aquilo que venha ao encontro de uma necessidade, com capacidade de satisfazê-la (ou eliminá-la), desperta interesse naquele que possua a necessidade (teoria do *drive* – Penna, 1980; Weiner, 1990). Interesse nada mais é do que a relação de conveniência que se instala entre uma necessidade e a coisa capaz de satisfazê-la. Uma vez que algo adquira, para o indivíduo, a qualidade de “ser interessante”, este algo passa a ter importância, a ter valor. Como o comportamento flui naturalmente das necessidades e das coisas que as satisfaçam; e como as coisas com capacidade de satisfazer necessidades causam interesse, adquirindo a qualidade de valor, segue-se que é possível afirmar que o comportamento, porque ele é iniciado e orientado pelas necessidades, pode ser considerado como originado intrinsecamente.

Isto significa dizer que o comportamento não é gratuito: ele é motivado. E que a motivação do comportamento é, acima de tudo intrínseca, porque é baseada

nas necessidades que um indivíduo sinta: *“...o comportamento motivado ocorre essencialmente a fim de atingir algum objetivo futuro e não devido a uma causa passada. Ou seja, os motivos podem ter propósitos e ser teleológicos, atribuindo o comportamento, em algum grau, a causas no futuro”* (Farrington, 1993).

Neste ponto, é possível perguntar: por quê em uma mesma família hipotética, onde existem cinco irmãos, que têm os mesmos pais, moram na mesma comunidade, compartilham o mesmo tipo de criação, ambiente emocional e situação sócio-econômica, quatro “decidem” estudar e trabalhar, levando uma vida moralmente aceita e esperada pela sociedade, porém um deles “escolhe” o caminho da infração?

Um dos possíveis caminhos, nessa discussão, é o da *percepção*. Percepção é a organização e a interpretação das sensações, para se tomar conhecimento do real (Dushkin, 1970; Sillamy, 1998). A sensação nada mais é do que o registro de estímulos físicos, pelos dos órgãos dos sentidos. Através dos estudos de psicofisiologia, demonstrou-se que a sensação é basicamente um processo biológico, *“uma reação específica do aparelho receptor às estimulações do meio (“lei da inércia específica dos nervos”)... A sensação, que depende mais do aparelho nervoso do que da natureza do estímulo, é mais uma reação biológica do que um conhecimento”* (Sillamy, 1998:214). Assim que uma sensação chega à mente, ela é classificada, identificada e avaliada: tudo isto, à luz do repertório de experiências prévias e dos valores pessoais do receptor. *“A percepção é feita daquilo que é dado diretamente pelos órgãos dos sentidos, mas também da projeção imediata no objeto de qualidades conhecidas por inferência... A percepção é uma relação do sujeito com o objeto: este tem suas próprias características, mas é com minha subjetividade que o percebo”* (Sillamy, 1998:178). Por isto, é possível

dizer que as percepções revelam a subjetividade do perceptor e explicam o seu comportamento.

Tal definição de percepção explica porque, dentro de uma “mesma família” hipotética, diante das mesmas condições, os irmãos **percebem diferentemente** e reagem diferentemente. As percepções dos jovens estão baseadas tanto em ações objetivas diferenciadas, dos pais e dos outros membros, como também em sua própria subjetividade de interpretação.

Alguns psicólogos norte-americanos estudiosos da cognição em Psicologia Social (Nicholls, 1984; Ames, 1988; Duda, 1989 e Ames, 1992) resolveram pesquisar o impacto da motivação e da percepção sobre o comportamento, com a intenção de criar escalas capazes de avaliar e prever conduta. De início, fizeram investigações que se aplicavam ao comportamento escolar. Como seu embasamento teórico apresentava bastante solidez, verificaram que seus instrumentos de medida podiam ser adaptados a outras situações, além da sala de aula: a partir daí, criaram uma versão especificamente para o ambiente do esporte e da atividade física. As autoras acima citadas, entre outros, verificaram que o tipo de clima motivacional do ambiente em que a criança ou o jovem convive influencia seu grau de envolvimento com as atividades que está desenvolvendo, sua persistência, suas expectativas, o tipo de competitividade (se consigo mesmo ou com os outros), a superação de limites.

Seguindo os mesmos princípios e os mesmos critérios, tem-se concluído que os instrumentos têm o potencial de ser aplicados na vida de instituições organizacionais, como é o caso da família. Esses instrumentos, adaptados ao ambiente familiar, foram utilizados como um aporte original desta tese de doutorado.

Exatamente pelo fato de ter construído um contexto teórico que permite explicitar os valores subjetivos dos indivíduos, nas suas relações de diálogo e interdependência com as dimensões dos valores sociais, é que a Cognição Social foi escolhida como a primeira fundamentação teórica para o estudo motivacional da infração juvenil. Se um jovem é declarado infrator é porque foi considerado responsável – e, se declarado responsável, certamente é porque se que teve liberdade para tomar decisões. A pergunta, então, se impõe: quais os motivos pessoais que levam um jovem a decidir pela infração e qual o peso que o ambiente familiar exerce nesta decisão?

Weiner é um importante teórico da Cognição Social, tendo aperfeiçoado a teoria da atribuição, fazendo a diferenciação entre esta e o julgamento de responsabilidade. Entretanto, esta tese não objetiva utilizar seus conceitos na análise dos dados dos jovens entrevistados. A teoria de Weiner foi utilizada até aqui para desenvolver um raciocínio acerca do julgamento de responsabilidade, a fim de introduzir o conceito de liberdade, fazendo um contraponto com a questão da responsabilidade e com estratégias de enfrentamento e prevenção.

A Psicologia Humanista-Existencial, em especial a abordagem de Carl Rogers, tem o aparato teórico e o desenvolvimento da técnica que melhor instrumenta para este objetivo. Por quê a Abordagem Centrada?

As duas principais linhas da Psicologia da Aprendizagem são o Comportamentalismo (Behaviorismo – de B. F. Skinner) e a Abordagem Rogeriana. A primeira considera o homem uma “*tabula rasa*”, o qual pode ser completamente moldado pelos estímulos do ambiente externo. Esta linha teórica desconsidera qualquer possibilidade de “natureza humana”, de instintos, ou de qualquer bagagem individual. O ser humano é uma criatura previsível, passiva, governada pelo meio.

Ele pode ser manipulado, através do controle de estímulos ambientais. Não há nesta concepção qualquer espaço para a liberdade individual de escolha ou para a responsabilidade. Esta visão determinista pode produzir problemas sérios, principalmente na área jurídica, quando se discute a imputabilidade da culpa.

Já na concepção Existencial-Humanista (Rogers) o homem é a fonte de todos os seus atos. Ele é essencialmente livre para fazer escolhas em cada situação, sendo a consciência humana o foco desta liberdade. O comportamento é a expressão do mundo interno do sujeito. Esta teoria não nega o ambiente externo, a influência do meio e admite que ele contribui para a produção do comportamento. É da interação dos fatores individuais e ambientais que resulta o agir. Mas sempre o homem tem a liberdade para a tomada de decisão, não estando à mercê, pura e simplesmente, dos fatores externos.

No ponto de vista desta autora, a Abordagem Centrada é a concepção teórica que mais fornece subsídios para se discutir teoricamente o problema da liberdade e da responsabilidade, assim como para se pensar estratégias de prevenção.

4) RESPONSABILIDADE / LIBERDADE E A PSICOLOGIA EXISTENCIAL-HUMANISTA DE CARL ROGERS

O movimento conhecido como Existencialismo teve início na Europa da II Guerra Mundial e combateu toda forma filosófica ou psicológica de determinismo, chamando a atenção para a importância essencial da unicidade de cada ser humano. Dentre outras coisas, esta postura sobre o personalismo implicou em rejeitar fórmulas universais e absolutas para a avaliação e o julgamento do comportamento humano. Em outras palavras, uma abordagem relativa era pregada para a descrição e interpretação da conduta pessoal. Dentro do território da filosofia, o nome mais marcante do movimento existencial foi Jean-Paul Sartre, com sua frase “*somos condenados a ser livres*” (Sartre, 1956: 489). Sartre, bem como os demais existencialistas, não está preocupado com a conotação popular e tradicional do termo “ser livre” – esta expressão sempre focaliza a implicação do “direito de ir e vir”, isto é, da manifestação explícita e comportamental das posturas subjetivas. O existencialismo começa antes da objetividade da chamada “conduta livre” – ele afirma que liberdade constitui um atributo inato, isto é, a **capacidade natural** de escolher, de decidir, de optar (este é o sentido real do “somos condenados a ser livres”). No contexto da maioria dos autores, filósofos ou psicólogos, influenciados pela abordagem existencial, discutir o problema da liberdade envolve, precipuamente, discutir as dimensões sociais do **exercício** da liberdade. Praticar a liberdade é praticar a capacidade **inata** de escolher e decidir: é neste contexto que o problema humano do exercício da liberdade perde o direito de ser tratado como um fenômeno exclusivamente subjetivo e tem que assumir as limitações e as sanções da vida comunitária. Estaria aí, talvez, a base do dito popular, que ensina: “a minha liberdade termina, quando começa a do outro” (Titus, 1964).

Este reconhecer do contexto cultural do exercício da liberdade não é suficiente, entretanto, para um psicólogo se converter às doutrinas de algum sociólogo determinista. Para o psicólogo existencialista, a outra face natural da liberdade é a responsabilidade. Porque o ser humano é livre, automaticamente é responsável e não tem o direito de atribuir aos outros, ou ao ambiente, a responsabilidade por seus atos (May, 1974).

Em psicologia, uma das discussões mais abrangentes sobre a liberdade pessoal de tomar decisões é encontrada na obra de Carl Rogers (1977, 1978a, 1978b, 1985), o criador da **Abordagem Centrada na Pessoa**. Esta linha teórica evoluiu da chamada “psicoterapia centrada-no-cliente”, para uma abordagem que pode ser empregada não só em psicoterapia, mas também em educação, empresa, instituições sociais, política e nas mais variadas relações interpessoais. Ela foi desenvolvida sob uma perspectiva de que a pessoa que procura ajuda não deve ser tratada como um paciente dependente, mas como um **cliente responsável**.

O autor define liberdade não como o direito da pessoa exprimir todos os seus impulsos, quando queira e de qualquer modo, sem ordem ou regulação. Ao definir o tema, Rogers afirma:

“A liberdade de que se trata aqui (...) relaciona-se essencialmente com a experiência, isto é, com os fenômenos internos. Consiste no fato de que o indivíduo se sente livre para reconhecer e elaborar suas experiências e sentimentos pessoais como ele o entende. Em outras palavras: supõe que o indivíduo não se sinta obrigado a negar ou a deformar suas opiniões e atitudes íntimas para manter a afeição ou o apreço das pessoas importantes para ele” (Rogers & Kinget, 1977:46).

O indivíduo desfruta desta liberdade quando sente que pode expressar aquilo que sente e experiencia e, ainda assim, percebe preservado o afeto das pessoas que desempenham um papel importante em sua vida. Em outra publicação, Rogers acrescenta:

“Percebo esta liberdade de que estou falando, então, como existindo numa dimensão diferente da de seqüência determinada de causa e efeito. Encaro-a como uma liberdade que existe na pessoa subjetiva, uma liberdade que ela corajosamente emprega para viver as suas potencialidades” (1985:293).

Rogers não era filósofo: sua teoria sobre o comportamento humano emergiu da sua experiência clínica, na qual ele descobriu que a saúde mental não era algo que viesse de fora para dentro, mas algo existente no potencial interno de cada cliente. O papel do clínico seria o de descobrir os traços e características da pessoa e possibilitar que estes viessem à tona para sua auto-realização. Em suas palavras:

“... não poderia explicar a mudança positiva que pode ocorrer na psicoterapia se dela tivesse de omitir a importância do senso de escolha livre e responsável por parte de meus clientes. Acredito que esta vivência de liberdade de escolher constitui um dos elementos mais profundos subjacentes à mudança” (Rogers, 1985:292).

A Abordagem Centrada na Pessoa está fundamentada na idéia de que em todo organismo há um movimento, em fluxo subjacente, para uma realização construtiva de suas possibilidades intrínsecas. Este movimento recebeu o nome de **tendência à atualização**. O alicerce conceitual de Rogers, sobre a necessidade humana de auto-realizar-se eficazmente, reside na sua afirmação de que as pessoas possuem uma natureza positiva e construtiva. A tendência natural do indivíduo é a de expressar este traço positivo e construtivo, permitindo-lhe relacionar-se eficazmente consigo mesmo e com as pessoas ao redor. **O indivíduo somente se comporta negativamente quando o entorno social coloca empecilhos ou cria relacionamentos inadequados ou injustos.** Milhollan & Forisha (1978) afirmam que *“uma das contribuições primordiais de Rogers (é a de que) dado um **ambiente não ameaçador**, no qual o indivíduo possa experimentar os vários possíveis modos de ser, à sua disposição, a congruência com a realidade aumentará e o crescimento positivo recomeçará”* (p. 148, grifo meu). A tendência natural da pessoa é a de se

expressar positivamente, por isso que o comportamento negativo não consegue causar bem-estar.

A tendência à atualização coordena o exercício de todas as funções do organismo, sejam físicas ou psíquicas, objetivando desenvolver suas potencialidades, de modo a assegurar sua conservação e seu enriquecimento (desenvolvimento integral), considerando as possibilidades e os limites impostos pelo meio. *“O que a tendência atualizante procura atingir é aquilo que o sujeito percebe como valorizador ou enriquecedor – não necessariamente o que é objetiva ou intrinsecamente enriquecedor”* (Rogers & Kinget, 1977:41). Se o indivíduo pode organizar sua experiência em um ambiente livre de fatores perturbadores graves, sua organização será encaminhada no sentido da maturidade e de um comportamento racional e social eficaz.

No entanto, é importante frisar que o indivíduo, sua tendência à atualização e sua noção de “eu” fazem parte de um mundo fenomenológico. Conseqüentemente, o importante não é apenas o cunho intimamente positivo das condições, mas principalmente a **percepção** destas condições pelo indivíduo. A tendência atualizante está sempre agindo e buscando a conservação e o enriquecimento do eu, opondo-se a tudo que comprometa o eu, quer seja diminuindo-o, desvalorizando-o, ou contradizendo-o. Portanto, a tendência à atualização do eu vai ser mais ou menos eficaz, dependendo de quão realista é a noção do “eu” (Rogers & Kinget, 1977).

Exemplificando: suponhamos um indivíduo que tenha uma habilidade inata para a música. Porém, sempre que ele exerça qualquer movimento no sentido da concretização desta habilidade (seja cantando, seja tentando dominar um instrumento musical), sua mãe, ou outro membro da família, tece comentários

negativos quanto ao seu desempenho (Este familiar pode estar movido por qualquer força, até mesmo pela sua noção de “eu”. No caso da mãe, ela poderia acreditar que dela não sairia ninguém que pudesse ser bom em qualquer atividade, não reconhecendo qualquer valor em seu filho). Com o repetido desencorajamento, o indivíduo aceita (percebe) estes comentários como uma verdade e desiste. No futuro, ainda que uma pessoa, de fora da família, sugira uma demonstração de seus dons, para sua avaliação, visando à concessão de uma possível bolsa de estudos, este indivíduo poderá interpretar esta ocasião como um risco potencial, uma ameaça à conservação de seu “eu”. Seu bom senso dirá que é melhor não fazer papel ridículo e, então, declinará do convite, preservando, assim, a imagem que tem de si mesmo.

No caso de um infrator, um exemplo seria a mãe que constantemente diz que o filho é um preguiçoso, que não dá para nada, que vai virar um “marginal”, tratando-o como tal, elogiando seus outros filhos e fazendo-o crer que ele “é um caso perdido”.

Toda a filosofia rogeriana da psicoterapia evolui desse seu conceito sobre a natureza humana. No gozo de sua liberdade – isto é, de sua capacidade inata de tomar decisões – o indivíduo se realiza saudavelmente quando vivencia seus traços positivos e construtivos. O infrator, aquele que desenvolve conduta destrutiva e anti-social, dentro da abordagem rogeriana, poderia ser recuperado quando a sociedade, nas suas distintas instituições, institucionaliza os quatro princípios básicos da *Abordagem Centrada-na-Pessoa*: **compreensão; tolerância; respeito; aceitação** (Rogers & Kinget, 1977).

A **compreensão** é a condição primordial do diálogo terapêutico, não apenas na sua acepção cognitiva, em termos de apreensão do sentido das palavras,

mas também como indicativa de uma atitude fundamentalmente afetiva, simpática e acolhedora. Ela se divide em compreensão verbal e não-verbal, manifestando-se de diversas formas (fisionômica, lógica, dinâmica, empática).

A **tolerância** aqui não é usada no seu sentido comum de indulgência ou condescendência, mas sim com a noção de não julgamento. Tolerância, no sentido rogeriano, é algo incondicional, estendendo-se a tudo o que o cliente julga ser necessário tratar: não somente o material tabu, como na psicanálise, mas também confidências importantes e assuntos puramente triviais e corriqueiros. A lógica desta atitude é conseqüente da sua coexistência com a redução da angústia, importante para que o cliente abandone a atitude de defesa e possa caminhar na direção do crescimento. Assim, preservado de ameaças, pressões ou exigências, podendo recorrer a mecanismos de proteção conscientes ou inconscientes temporariamente, o indivíduo se sente à vontade e tende a abandonar suas defesas, descobrindo-se aos poucos (Rogers & Kinget, 1977).

O **respeito**, na perspectiva rogeriana, vai além do sentido convencional, desejável em qualquer profissão ou nas relações interpessoais. Ele é incondicional e gratuito, independente do que o cliente possa ter feito para merecê-lo. O conceito se baseia na idéia de que o cliente é um ser único e portador de um valor profundo e *a priori*. Não se está falando aqui acerca da noção de reverência pela vida, mas sim do respeito pela *“estrutura única, de certa forma concreta, da experiência acumulada e do modo experiencial próprios do cliente. Esta estrutura nasce da conjugação de um equipamento genético, constitucional, único, com um conjunto de influências do meio igualmente único.”* (Rogers & Kinget, 1977:135). Tendo consciência de que o seu cliente possui uma experiência única, desenvolvida ao longo de anos, o terapeuta se conscientiza de que esta faz do cliente uma pessoa mais competente

para selecionar uma linha de conduta compatível com suas necessidades, valores e capacidades – isto é, o indivíduo é capaz de avaliação, de escolha, de decisão. Estando comprometido com um processo de melhoramento e saneamento do eu, o cliente se revela um ente que escolhe (decide) sobrepujar seu estado atual.

A **aceitação** é a fusão da compreensão, da tolerância e do respeito, revelando-se numa atitude de *acolhida* de maneira incondicional. O terapeuta “*aceita o cliente na sua totalidade, tal qual existe, hic et nunc*” (Rogers & Kinget, 1977: 136). O terapeuta atenta tanto para o material positivo e negativo trazido pelo cliente, quanto para a configuração específica que tal material apresenta no momento da entrevista. Então, o que é aceito é “*a totalidade do dado existencial, a pessoa enquanto sistema dinâmico de atitudes e de necessidades na sua orientação atual*” (Rogers & Kinget, 1977:137).

4.1) Aplicações da Abordagem Centrada na Pessoa

Os trabalhos preventivos do comportamento social desajustado atuam em vários níveis. No nível primário implicam a criação de condições que evitem o aparecimento de comportamentos desviantes. No nível secundário procura-se evitar a concretização de determinados desvios para grupos de risco. Já no terciário, trabalha-se com a recuperação e reinserção de jovens que apresentem comportamentos desviantes. A obra de Rogers procura mostrar como estes princípios operacionais funcionam, em qualquer nível, nas várias dimensões institucionais da sociedade, seja nos grupos de encontro, na vida empresarial, nos relacionamentos afetivos, na escola, ou na família.

Uma abordagem centrada-na-pessoa, aplicada ao ambiente familiar, **começa logo na gestação e no parto**. A maneira da mãe gestar o bebê já se

diferencia: ela fala com ele, brinca, o estimula e está constantemente ligada com a criança, desenvolvendo desde cedo o apego com o feto. *“O sentimento de apego que a mãe expressa com relação ao seu filho tem um profundo significado social. Ao perceber e vivenciar o afeto e o cuidado da própria mãe, o feto e a criança adquirem instrumentos humanos de relacionamento adequado consigo mesmos e com os outros”* (Feijó, 1997:35).

O **parto centrado-no-bebê** segue o método do obstetra francês Frederick Leboyer, cuja preocupação central está voltada para os sentimentos e o bem-estar do neonato. Já se sabe hoje, através dos estudos da Medicina e da Psicologia Pré e Perinatal, que o bebê nasce com uma pele bastante sensível, e é capaz de ouvir e distinguir sons, de ter sentimentos, desde a vida intra-uterina. O parto natural é a forma escolhida para trazer a criança ao mundo, a não ser que haja complicações que ponham em risco a vida da mãe e/ou do bebê. A mãe é preparada para os procedimentos que o médico vai seguir e para as primeiras reações de seu filho, que se espera que sejam normais. As luzes são suaves, a sala de parto é silenciosa, o toque da equipe médica na criança nascitura procura ser cuidadoso, para que se previna traumas. A criança nasce tranqüila, sem chorar profusamente, emitindo apenas alguns gritos ou suspiros e é colocada sobre a barriga da mãe, onde o calor, os sons do organismo materno e o contato com sua pele vão acalmá-la e propiciar uma transição harmoniosa do ventre para o mundo exterior. Só depois que o cordão umbilical pára de pulsar, ele é cortado. Quando a criança parece pronta, é tirada do contato do corpo da mãe e colocada em água aquecida entre 36° e 37° centígrados, a temperatura corporal. Depois de limpa, relaxada, tendo tido oportunidade para explorar o ambiente, esticar seus membros e fazer alguns movimentos, ela é colocada em roupa aquecida. Os registros fotográficos destes recém-nascidos

revelam seres calmos, exploratórios, sem pânico ou medo, nem com indicações de dor (Rogers, 1978a; Feijó, 1997).

Este método de abordar o processo de nascimento é extremamente importante, pois respeitando o nascituro/neonato e tentando compreendê-lo, reduz-se grandemente as cicatrizes e o trauma do nascimento. Um estudo francês que acompanhou bebês que nasceram por este método até a idade de três anos, mostrou-os livres de problemas de alimentação e de sono, estando mais alertas, coordenados e brincalhões do que outras crianças (Rogers, 1978a).

Nos **relacionamentos familiares** baseados em um modelo centrado-na-pessoa, os filhos são tratados como pessoas únicas, merecedores de respeito, tendo o direito à própria avaliação de sua experiência, sendo livres para escolher seus caminhos. A eles é ensinada, também, a responsabilidade pelas conseqüências destas escolhas. Por outro lado, os pais respeitam a si próprios e aos parceiros, tendo, cada um, direitos que não podem ser anulados pelos filhos. Os problemas e controvérsias do casal, ou do relacionamento pais-filhos, são encarados com abertura, sendo dada a cada um liberdade para efetuar suas escolhas, sejam elas de caráter afetivo, profissional ou pessoal. A família estabelece um relacionamento que pode expressar diversos sentimentos e seus membros se engajam em ouvir com aceitação, preservando cada um o direito a seus próprios sentimentos, os quais devem receber a mesma atitude de aceitação dos outros membros. Não é algo fácil de se por em prática, mas certamente a experiência clínica de tantos terapeutas rogerianos tem mostrado que ele é um investimento valioso e que traz ótimos resultados.

Escrevendo acerca da noção de liberdade experiencial, Marian Kinget mostra “os dois lados da moeda”, caso o equilíbrio do sistema de comunicação interna seja ou não mantido:

“A educação da criança e as relações humanas em geral não podem certamente ser concebidas sem alguma ameaça à integridade (entendida aqui como um estado de autenticidade da percepção consciente da experiência) do indivíduo. Quando estes atentados à liberdade experiencial são relativamente raros, e se produzem em um contexto de aceitação e de respeito indubitáveis, eles quase não acarretam, aparentemente, conseqüências nocivas. Por outro lado, quando – em qualquer idade que seja – as condições de existência são tais que exigem um divórcio praticamente constante entre a experiência e sua representação, o indivíduo perde sua tranqüilidade, sua autoconfiança e sua eficácia. Fica submetido a uma angústia generalizada, não sabe mais nem o que pensa, nem o que quer. É incapaz de tomar decisões ou de tirar delas as satisfações esperadas. Está desprovido de valores já comprovados, enraizados na experiência pessoal e capazes de servir de base a um comportamento relativamente estável, eficaz e satisfatório” (Rogers & Kinget, 1977:49).

Adolescentes que vivenciaram incompreensão, intolerância, desrespeito e não aceitação, desde os primeiros relacionamentos familiares, porventura escolherão uma vida de acatamento das leis e das instituições, quando elas confirmam o tratamento de julgamento, de desrespeito e de rejeição?

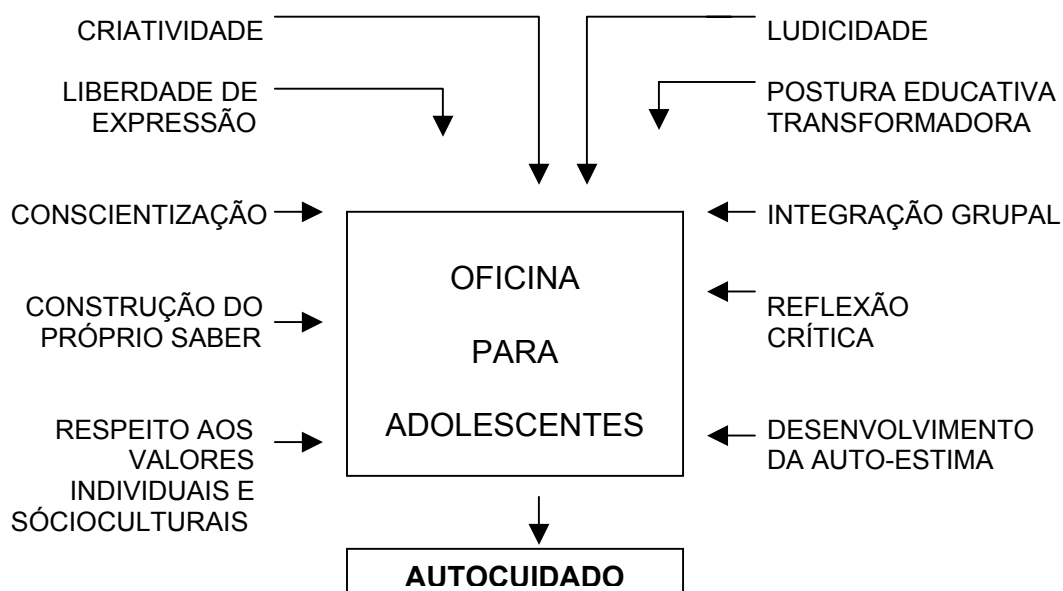
Esta mesma abordagem pode, também, ser aplicada **na escola**, não apenas com vistas à melhora do desempenho escolar - isto seria uma conseqüência – mas, principalmente, objetivando realçar comportamentos e conceitos relacionados com o desenvolvimento pessoal e social. Na Abordagem Centrada, os estudantes devem ser confrontados com temas que tenham significado e relevância para eles. Eles têm liberdade para decidir os assuntos que são enfocados pelo professor, assim como para escolher a melhor forma de adquirir tais conhecimentos. Então, o conteúdo programático é adaptado para cada grupo de alunos, de acordo com seus interesses e necessidades. O ensino não se dá do professor para o aluno, como na escola tradicional: uma das formas possíveis de se trabalhar neste método é através de um contrato acertado entre o professor e os alunos a fim de se decidir os temas a

serem pesquisados, os meios para alcançar as informações e quando o professor vai interferir para ajudar os alunos. São estes últimos que se envolvem na busca e aquisição do conhecimento, usando os meios disponíveis fornecidos pelo professor e pela instituição. O professor funciona mais como **um facilitador da aprendizagem**, do que como um detentor de todo o saber, que dita as regras e julga seus alunos. Neste modo de trabalho, estes também participam da sua própria avaliação, aprendendo a fazê-lo com responsabilidade (Rogers, 1985).

Uma aplicação prática desta abordagem pode ser vista no trabalho de Serra e Cannon (1999), que desenvolveram uma proposta metodológica de educação em saúde para adolescentes, visando capacitá-los à **promoção da saúde**, através da mudança de atitudes e de comportamentos. Utilizando os conceitos da Abordagem Centrada - auto-realização, noção de “eu” e autoavaliação - as autoras constroem ferramentas educacionais para facilitar os jovens às mudanças de atitude almejadas. Conhecendo-se melhor, desenvolvendo sua autoconfiança, sua criatividade, sua receptividade e sua responsabilidade, o adolescente pode, então, ser o agente de seu desenvolvimento, em seu meio.

“Esta metodologia que media o processo de capacitação, favorece o desenvolvimento de potencialidades e de possibilidades de auto-realização, imprescindíveis para o desenvolvimento da pessoa e sua inter-relação com a realidade. Essas são as bases do conhecimento que precisam ser adquiridas de forma crítica, consciente e responsável, em função da transformação e aperfeiçoamento social, político e cultural que o adolescente sofre” (Serra & Cannon, 1999: 277-78).

As oficinas educativas, que funcionam segundo a proposta das autoras acima, seguem o enfoque exposto no diagrama seguinte (p.280):



(Serra & Cannon, 1999:280)

Utilizando-se deste enfoque, com uma postura de aceitação e liberdade, o educador respeita as características do grupo, estimulando sua atenção e motivação, para que sejam facilitadoras da aprendizagem.

Este enfoque proveitosamente empregado por Serra e Cannon pode ser aplicado de forma abrangente, não apenas na saúde, mas em qualquer área que se queira trabalhar com crianças, adolescentes ou adultos, objetivando desenvolver auto-estima, autoconfiança, autoconhecimento, respeito, responsabilidade, além, é claro, de melhor viabilizar o conhecimento. Não se trata de uma tarefa simples de ser posta em prática, mas certamente são inúmeros seus benefícios. É neste sentido que a Abordagem Centrada na Pessoa pode ser um instrumento eficaz na prevenção da violência e na recuperação dos infratores.

Neste contexto, é preciso alertar quanto ao perigo de uma conclusão apressada: já que se admite que o jovem infrator é livre e, portanto, teve a opção de não delinquir, pode parecer perfeitamente válido declará-lo o único responsável por seus atos e, conseqüentemente, tratá-lo como culpado exclusivo da delinqüência. Esta conclusão precipitada é tão irrealista e injusta, quanto a sua contrapartida

determinista, que exclui completamente qualquer imputação de culpa, uma vez que o comportamento infrator nada mais é do que um subproduto, uma consequência inescapável das pressões impostas pelo meio ambiente natural e cultural. Por isso, mesmo admitindo o potencial inato da capacidade de escolha – liberdade – a investigação imparcial do entorno do delinqüente forçosamente aponta para circunstâncias bloqueadoras e coibidoras da prática social da liberdade. Esta é, aliás, a base jurídica e psicológica para a figura dos fatores mitigadores, no julgamento de responsabilidade.

¹ Acurácia é um termo amplamente utilizado em epidemiologia, que designa exatidão, precisão. O dicionário Michaelis 2000 o define, também, como “propriedade de uma medida de uma grandeza física que foi obtida por instrumentos e processos isentos de erros sistemáticos” (p. 55).

² Entenda-se por crime o ato de violação da lei praticado por um indivíduo adulto.

³ Envolve problemas de leitura, principalmente a inabilidade de interpretar símbolos gráficos.

⁴ Refere-se a deficiências visuais e auditivas, que podem levar à dificuldade de falar.

⁵ Refere-se a movimentos musculares excessivos, tanto pequenos quanto grandes músculos. Equipara-se à hiperatividade e quase se sobrepõe às deficiências químicas.

⁶ Piaget concebeu o desenvolvimento intelectual em uma série de períodos, divididos em estágios, que culminam na adolescência, quando a pessoa adquire a habilidade para usar regras transformacionais em sua forma mais abstrata. O primeiro período é o sensório-motor (até um ano e meio de idade), o segundo é o pré-operacional (de 1 ½ anos aos 7 anos), o terceiro é o de operações concretas (dos 7 aos 12 anos) e o quarto é o de operações formais (dos 12 anos em diante).

⁷ Experimentar é definido pelo dicionário Michaelis 2000 como experimentar (p.923). Em Psicologia, área onde é muito usado, este vocábulo traz uma conotação mais ampla, que vai além da aquisição de informação. É uma vivência.

⁸ *Locus* de controle – informação que indica se a causa do sucesso ou falha é interna ou externa (Aronson et al., 1998:124).

⁹ Humor caracterizado principalmente por um sentimento de angústia, na maior parte do dia.

¹⁰ Aquele que percebe; observador.

III

QUESTÕES METODOLÓGICAS

A idéia original da presente pesquisa surgiu, inicialmente, de um trabalho articulado com o *Family Life Development Center*, da Universidade Cornell – EUA e o Centro Latino Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (CLAVES/ENSP/FIOCRUZ), que levou à realização de uma investigação denominada *Jovens que Matam e Irmãos que não Matam: Dimensão e Significado do Ato Infracional*, financiada pelo convênio Ministério da Justiça/UNESCO e sob a coordenação da Dra. Simone Gonçalves de Assis, orientadora desta tese. A pesquisa da Dra. Simone recebeu o “Prêmio Sócio-educando 1998”, oferecido pelo UNICEF, ILANUD, ANDI e Fundação Dpaschoal e os achados do referido estudo foram publicados no livro *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta* (Assis,1999a).

O objeto desta tese é um recorte inédito da referida pesquisa coordenada por Assis. Para atingir os objetivos específicos estabelecidos nesta tese, foram utilizadas estratégias metodológicas qualitativas e quantitativas, como entrevistas, escalas psicométricas de motivação e percepção, diários de campo dos entrevistadores e prontuários dos infratores.

O projeto desta tese foi aprovado pelo parecer nº 46/00 do Comitê de Ética em Pesquisa da ENSP/FIOCRUZ, emitido em 05 de maio de 2000.

1) O CAMPO

Todo o **trabalho de campo** da pesquisa foi realizado entre abril e dezembro de 1997. Foram entrevistados 62 adolescentes, que se dividiram em dois

grupos: a) 31 que praticaram ato infracional e por isso cumpriam medidas sócio-educativas¹ de internação² em instituições no Rio de Janeiro (20) e Recife (11); b) 31 irmãos ou primos não infratores (20 no Rio de Janeiro e 11 em Recife).

A **equipe** multiprofissional de pesquisadores compôs-se de uma médica, quatro psicólogas, um sociólogo, todos com nível de especialização em psicologia ou epidemiologia e saúde pública, além de três estagiárias de psicologia. Esteve sob a supervisão de consultores em metodologia qualitativa. Na etapa preparatória foram efetuados: treinamento com a equipe; elaboração do roteiro de entrevistas; contatos com as Varas da Infância e Juventude do Rio de Janeiro e Recife; com o Departamento Geral de Ação Sócio-Educativa - DEGASE/RJ e a Fundação da Criança e do Adolescente – FUNDAC/PE³, com as Instituições de internamento (Instituto Padre Severino-IPS, Escola João Luiz Alves-EJLA e Presídio de Paratibe - PE) e de Semi-liberdade no Rio de Janeiro (com a diretora geral dos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor – CRIAM e com os diretores das Unidades). Para a realização das entrevistas, assim como para o acesso aos prontuários e processos dos infratores, foram requisitadas as autorizações dos Juizes das Varas do Juizado da Infância e da Adolescência (responsáveis legais pelos adolescentes), e de todos os diretores das instituições envolvidas

A primeira instituição a que tivemos acesso foi a **Escola João Luiz Alves - EJLA**, inaugurada em 1928 e a mais antiga dentre as atuais unidades de atendimento aos infratores no Rio de Janeiro. Recebe jovens que já possuem a sentença de internação proferida pelo juiz. Estes são encaminhados pelos Juizados da Infância e Juventude das diversas comarcas do Estado do Rio de Janeiro, após ter sido proferida a medida sócio-educativa em audiência. Todos são tutelados do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - Comarcas da capital e do interior.

A segunda entidade pesquisada foi o **Instituto Padre Severino – IPS**, responsável pela execução da medida de internação provisória. Ou seja, compete à mesma, a custódia temporária dos adolescentes encaminhados pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), e pelos Juizados da Infância e Juventude das diversas comarcas do Estado do Rio de Janeiro, para execução de breve estudo do caso por equipe especializada, localização dos responsáveis pelo jovem e, posteriormente, apresentação do mesmo à autoridade judiciária, tendo sido ouvido anteriormente pelo Ministério Público. Os adolescentes ficam no IPS aguardando a sentença do juiz que definirá a medida sócio-educativa adequada a ser cumprida por eles. A permanência do jovem nesse instituto não deve ultrapassar o período de (45) quarenta e cinco dias (ECA, art. 108). O juiz pode se decidir pela medida de semi-liberdade ou liberdade assistida nos CRIAM, internação na EJLA ou por medidas mais leves.

A terceira instituição incluída na pesquisa foi o **Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Menor (CRIAM – RJ)**. Este é constituído por pequenas unidades, planejadas para cerca de 40 internos. Tinha como objetivo inicial criar uma retaguarda descentralizada de apoio à ressocialização do jovem infrator, através da integração de recursos, apoiada por uma política de cooperação técnica interinstitucional e um alto nível de participação comunitária. Por questões políticas, a proposta original dos CRIAM's vem sendo implementada, porém muito aquém do esperado. Foi observado no trabalho de campo que a cooperação entre instituições e o apoio da comunidade mostram-se escassos, o que dificulta sobremaneira a almejada ressocialização. Os CRIAM's são responsáveis pela execução das medidas sócio-educativas de liberdade assistida⁴ e de semi-liberdade⁵.

O objetivo inicial da pesquisa era entrevistar jovens que tivessem cometido atos infracionais graves, como homicídio, estupro e latrocínio. No entanto, no início do trabalho de campo isto se tornou difícil, devido aos empecilhos de colaboração de alguns diretores das instituições, fato este que foi contornado à medida que transcorria o trabalho e que foi conquistada a confiança da equipe e dos próprios jovens. Os infratores inicialmente selecionados nas três instituições do Rio de Janeiro foram indicados pelos diretores e técnicos. À medida em que os pesquisadores conviviam na instituição, os próprios entrevistados passaram a identificar colegas que haviam cometido os atos infracionais dentro dos parâmetros da pesquisa. Após confirmação com os técnicos, a equipe entrava em contato com os adolescentes. Solicitava-se que fosse indicado o interno sem informar por qual artigo específico o jovem estava respondendo e sem que se soubesse quaisquer outras informações sobre os mesmos. Desta forma, foram realizadas muitas entrevistas sem se ter conhecimento algum da infração cometida pelo adolescente e de sua história de vida, o que isentava os pesquisadores de possíveis influências “a priori” e de posturas preconcebidas em relação aos jovens.

O contato com os jovens infratores transcorreu de forma tranqüila. Era dado aos jovens o direito de se recusarem à entrevista. Deixava-se claro para cada adolescente que sua participação não iria contribuir em nada para uma melhoria na sua condição atual (processo judicial), a fim de evitar a participação em troca de algum favor ou regalia. Era explicado, também, que sua identidade nunca seria revelada, nem seria levado ao Juiz o que cada um revelasse para cada entrevistadora. Apenas 2 adolescentes indicados não quiseram ser entrevistados. À medida que as entrevistas eram realizadas e o trabalho era conhecido, alguns adolescentes procuraram alguém da equipe porque queriam conversar, precisavam desabafar, demonstrando a necessidade de serem ouvidos por alguém que se

interessasse por eles, por suas histórias e conflitos. Com um determinado jovem, esta pesquisadora teve mesmo a impressão de que este queria liberar algum tipo de sentimento de culpa que poderia carregar dentro de si, devido à pesada carga vivenciada dentro do tráfico e nas instituições de internação.

Os **critérios de seleção** dos irmãos e primos dos infratores começaram mais rígidos e foram sendo flexibilizados, à medida que as dificuldades foram surgindo. A inclusão dos primos foi uma estratégia para lidar com os casos em que não havia irmãos disponíveis para serem entrevistados na família. Esta opção introduziu uma diferenciação extra para a pesquisa, pois a maioria dos primos vivia em núcleos familiares distintos e possuía vivências comunitárias também diversas. Procurou-se contornar este problema selecionando-se um primo que fosse intimamente próximo ao infrator nos anos de convivência no bairro, na escola, na família.

Os principais motivos da impossibilidade de entrevistar alguns irmãos e primos dos infratores foram: famílias vivendo no interior, que não responderam aos telegramas e telefonemas; inexistência de irmão ou primo com idade (irmão ainda criança); famílias em que os irmãos também são infratores; jovens totalmente afastados das famílias, impedindo o acesso dos pesquisadores aos familiares; e também a recusa do contato, pela não resposta aos telefonemas e telegramas de jovens da capital. Foi prevista uma diferença de idade de cerca de três anos entre os irmãos ou primos, o que em alguns casos foi impossível de se manter. Então optou-se por trabalhar com aquele irmão/primo que tivesse relação mais íntima com o infrator, por causa das dificuldades acima mencionadas.

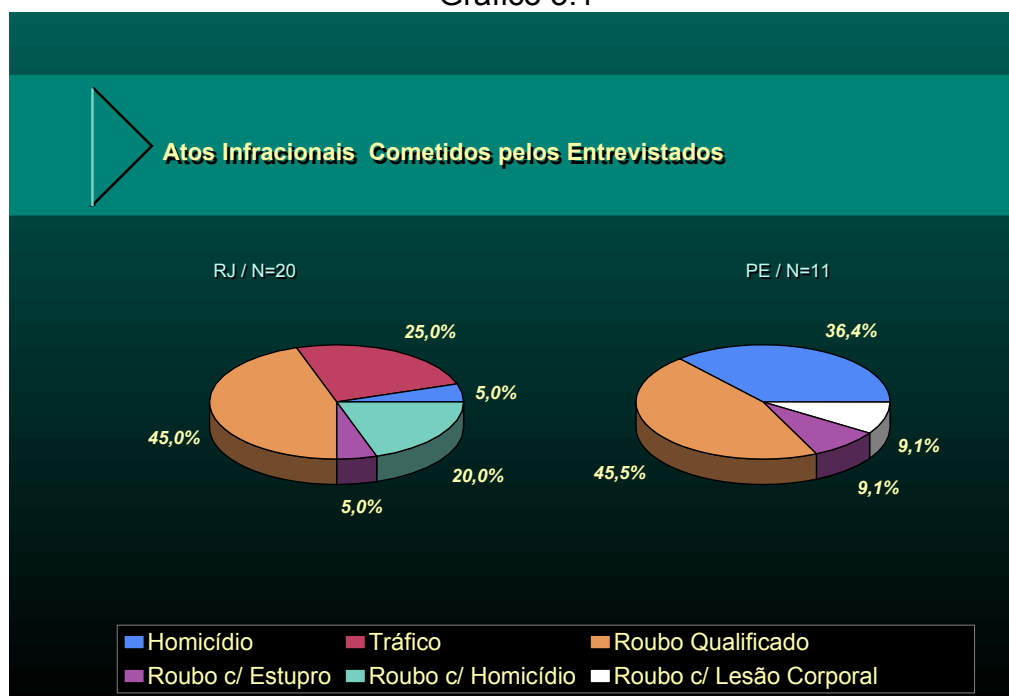
Foi paga uma quantia em dinheiro aos irmãos/primos entrevistados para ajudar no transporte e alimentação. Embora muitos deles tenham dito que não

estavam participando pelo dinheiro, mas sim para ajudar o irmão, ou mesmo outros jovens, para que não viessem a estar na condição de seu irmão, também revelaram que esta quantia estava sendo importante no orçamento do mês e, alguns, disseram até que ela veio a calhar.

Outra revelação interessante que, tanto os infratores, como seus irmãos fizeram, foi do bem-estar em terem sido ouvidos, em terem podido falar de si para alguém que escutasse, permitindo pensar em coisas que não tinham tempo ou organização para fazê-lo.

Os jovens infratores entrevistados foram apreendidos por cometerem os seguintes atos infracionais, previstos no Código Penal (Brasil, 1983): homicídios (artigo 121CP), tentativa de homicídios (artigo 121, 14 II CP), roubo qualificado (artigo 157 CP) e lesões corporais graves (artigo 129, parágrafos 1, 2 e 3 CP), estupro (artigo 213 CP) e tráfico de drogas (artigo 12 CP). Ainda que os jovens tivessem recebido a medida de reclusão por um destes atos, eles podem ter cometido outros que não foram detectados pelo Sistema Penal, mas que foram relatados pelos jovens durante as entrevistas. O perfil de todos os infratores entrevistados, segundo os artigos pelos quais se encontram internados, pode ser visualizado no gráfico seguinte:

Gráfico 3.1



As características dos infratores e seus irmãos/primos podem ser visualizadas na tabela 3.1. A faixa de idade dos infratores encontra-se entre 13 e 18 anos, estando 50% nos 17 anos. Em relação aos não infratores, a idade variou bastante entre 15 e 34 anos.

Tabela 3.1: Características dos Infratores e Não Infratores – RJ

INFRATOR	INSTITUIÇÃO	IDADE	ESCOLARIDADE	IRMÃO/PRIMO	IDADE	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO FAMILIAR
Carlos	EJLA	17	4 série 1º	Almir	21	2 série 2º	Primos, vivem juntos
Cassio	IPS	17	4 série 1º	Alberto	29	5 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Cleiton	IPS	17	5 série 1º	Amauri	18	6 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Bernardo	IPS	17	6 série 1º	Alencar	15	8 série 1º	Primos, vivem juntos
Bruno	CRIAM	17	3 série 1º	Arnaldo	14	5 série 1º	Primos, vivem em lares distintos
Cleisson	EJLA	13	5 série 1º	Ademir	16	5 série 1º	Primos, vivem em lares distintos
Breno	EJLA	16	5 série 1º	Aloísio	23	3 série 2º	Primos, vivem em lares distintos
Clemer	CRIAM	18	2 série 1º	Adriano	16	5 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Caetano	CRIAM	16	5 série 1º	Ademar	26	5 série 1º	Primos, vivem em lares distintos
Benedito	IPS	17	5 série 1º	Afonso	24	4 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Cléber	IPS	15	7 série 1º	Alexandre	15	1 série 2º	Primos, vivem em lares distintos
Benjamim	EJLA	16	1 série 1º	Adilson	23	6 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Célio	EJLA	17	1 série 1º	Alan	21	1 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Clodoaldo	EJLA	17	5 série 1º	Álvaro	32	7 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Celso	IPS	17	5 série 1º	Alessandro	34	8 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Claudio	IPS	15	3 série 1º	Ângelo	23	5 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Cassiano	IPS	17	5 série 1º	Anderson	19	7 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Caio	EJLA	14	1 série 1º	André	15	4 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Clovis	IPS	15	4 série 1º	Antonio	16	2 série 1º	Primos, vivem em lares distintos
Cristiano	EJLA	16	6 série 1º	Augusto	20	8 série 1º	Irmãos, vivem juntos

Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, para assegurar o sigilo das identidades. Foram utilizados nomes que iniciam pelas consoantes B, C e D para os infratores do Rio de Janeiro. Os não infratores do Rio receberam nomes que iniciam com a vogal A.

Os irmãos e primos dos infratores do Rio de Janeiro foram, em sua maioria, entrevistados na sede do CLAVES; poucos o foram nas instituições em que seus irmãos estavam internados, devido à dificuldade de espaço físico e de autorização para a entrada desses adolescentes na instituição. Embora a equipe tenha considerado essa opção como não ideal, foi a alternativa mais prática encontrada.

A única instituição investigada em Pernambuco, o **Presídio de Paratibe**, na cidade do Recife, faz parte de um complexo composto por centros de atendimento a jovens infratores da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC. Os serviços especialmente prestados para a população infratora são desenvolvidos em unidades de atendimento chamados Centros de Socialização - CESOC, responsáveis pela execução de programas de proteção e sócio-educativos, funcionando 24 horas por dia em regime de plantão, com três modalidades de atendimento para o infrator: Centro de Atendimento Inicial – CETRI; Centros de Internação Provisória - CENIP; e Centros de Ressocialização do Adolescente – CERAD.

Quanto ao **mecanismo de seleção** dos infratores em Recife, foi efetuado um levantamento de todos os internos ali recolhidos por infrações aos artigos objetos da pesquisa. Das reuniões efetuadas restaram 23 jovens que possuíam irmãos ou primos que poderiam ser entrevistados e que moravam na cidade do Recife, de forma a facilitar o contato com os familiares.

Com a posse dessa lista duas pesquisadoras foram para o Presídio e permaneceram por duas semanas no CERAD. Foram entrevistados 11 adolescentes, selecionados da listagem de forma aleatória, com idades variando de 14 a 18 anos, sendo 53,3% da faixa dos 17 anos (tabela 3.2).

Com a autorização desses jovens foi feito o contato telefônico e por telegrama com os irmãos e primos, os quais foram entrevistados, em sua maioria, na própria sede do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP), no centro da cidade do Recife, entidade esta que facilitou o acesso das entrevistadoras ao CERAD. A faixa de idade dos irmãos/primos variou entre 15 e 24 anos. Podem ser lidas suas outras características, na tabela 3.2. Os nomes dos infratores de Recife se iniciam pela consoante R e os não infratores, pela vogal E.

Tabela 3.2 – Características dos Infratores e Não Infratores - PE

Infrator	Idade	Escolaridade	Irmão/primo	Idade	Escolaridade	Situação familiar
Rodrigo	17	5 série 1º	Eduardo	20	8 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Raimundo	15	5 série 1º	Edson	20	1 série 2º	Irmãos, vivem juntos
Ronaldo	15	5 série 1º	Eli	18	5 série 1º	Irmãos, vivem em lares distintos
Reginaldo	16	6 série 1º	Edilson	15	5 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Renato	16	1 série 1º	Edmundo	18	6 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Ramon	18	NI	Edgar	24	NI	Irmãos, vivem em lares distintos
Ricardo	17	6 série 1º	Elton	19	7 série 1º	Primos, vivem em lares distintos
Reinaldo	17	3 série 1º	Eder	20	NI	Primos, vivem em lares distintos
Romário	18	6 série 1º	Elói	17	6 série 1º	Irmãos, vivem juntos
Rafael	17	6 série 1º	Elias	20	2 série 2º	Irmãos, vivem juntos
Raí	17	3 série 1º	Eríck	18	5 série 1º	Primos, vivem em lares distintos

Após superados os obstáculos institucionais, foi efetuado o **contato inicial com os jovens infratores**. Iniciou-se com um diálogo informal, durante o qual explicávamos o caráter de anonimato da pesquisa, que a entrevista seria conduzida por profissionais externos à Instituição, que seus depoimentos não fariam parte dos arquivos da instituição e que lhes era facultado o direito de prosseguir ou não com a conversa. Tais medidas visavam colocar os jovens mais à vontade para relatarem suas experiências de vida. Em seguida, o adolescente era questionado quanto à possibilidade de contatar seus familiares e sobre o seu aceite para a gravação da entrevista. Da listagem original, além dos dois jovens que se recusaram

a ser entrevistados, quatro não permitiram a gravação, pelo menos no primeiro contato. Outros dois solicitaram que se desligasse o gravador na hora em que comentaram os atos infracionais que haviam cometido.

Foram realizadas **duas entrevistas** com cada jovem infrator, com duração média de 60 minutos por sessão. Com os irmãos e primos foi realizada apenas uma sessão, de cerca de 90 minutos, devido à dificuldade operacional de terem que vir duas vezes à instituição. Ao final do contato com os jovens, eram aplicadas as escalas para avaliação da sua motivação e da sua percepção do clima motivacional familiar, descritas mais adiante.

A dificuldade em lembrar fases da vida ficou muito evidente, bem como a falta de hábito de falar de suas experiências, especialmente de lembrar os fatos em ordem cronológica. Esta impossibilidade também foi encontrada por Belém e colaboradores (1998), entrevistando jovens que cometeram atos infracionais leves no Rio de Janeiro. Contudo, a mobilização dos sentimentos esteve sempre presente, expressando-se em suas faces, na gesticulação das mãos, no lacrimejar dos olhos, nas reticências dos relatos, demonstrando o quanto os temas abordados tocavam fundo em suas vidas. Reiteradas vezes se ouviu dos jovens, infratores ou não, a afirmação de que tinha sido a primeira vez em suas vidas que alguém os ouvia falar sobre si próprios por tanto tempo. Sentiam-se finalmente prestigiados e escutados. Os infratores estavam tão habituados a falar do ato infracional, que muitas vezes começavam a relatá-los sem que isso fosse solicitado, demonstrando uma certa surpresa quando se começava a perguntar sobre sua vida inteira e seus sentimentos, desde o nascimento. Elói foi um dos jovens que relatou como se sentiu na entrevista: *“só tenho a dizer que eu gostei muito de me abrir com uma pessoa que está entendendo o que eu quero dizer. [...] Se tivesse outra oportunidade eu*

viria novamente". Desta forma, a equipe acreditou ter contribuído, mesmo que timidamente, para a auto-reflexão e compreensão destes jovens sobre si próprios.

Em alguns casos em que as pesquisadoras sentiram maior necessidade de apoio para os internos, os técnicos da instituição foram contatados no sentido de dar maior atenção ao adolescente, sem que fosse revelado nada sobre o conteúdo das entrevistas. Em alguns momentos as pesquisadoras se sentiram impotentes para lidar com as solicitações feitas pelos jovens, do tipo "*a senhora pode me arrumar um emprego?*"

Também serviram como material para análise, os diários de campo efetuados durante o desenvolver da pesquisa, os relatos técnicos contidos nos prontuários existentes nas instituições e os processos das Varas da Infância e Juventude (quando localizados), utilizados especialmente para recompor a trajetória institucional destes jovens. Tal estratégia segue a indicação de Minayo (1993:128), quando afirma "*as situações recolhidas através da história de vida devem ser complementadas pela perspectiva de outros atores sociais que se relacionam com os fatos focalizados*".

Decidiu-se manter a fala dos jovens tal qual eles se expressaram.

Portanto, sempre que for feita uma citação proveniente deles, pode parecer que a autora esteja cometendo erro de gramática.

2) INSTRUMENTOS QUALITATIVOS

Terminada a etapa de trabalho de campo, o processamento das informações contidas nas entrevistas foi efetuado através da transcrição e organização dos dados para a aplicação da técnica de análise de conteúdo segundo

dois **corpi** de análise: *infratores* e *não infratores*. Da leitura exaustiva do material surgiram os núcleos de sentido que serviram de base para a análise.

Esta pesquisa utilizou como técnica principal, em sua abordagem qualitativa, a *história de vida* de jovens do sexo masculino, selecionados por amostragem por conveniência. Segundo Denzim (1970:257), este é o melhor método para se estudar processos de socialização, emergência de um grupo, estrutura organizacional, nascimento e declínio de uma relação social e respostas situacionais a contingências cotidianas.

Para descrever e analisar a realidade familiar dos jovens infratores e de seus irmãos/primos (objetivos específicos 1 e 2) foi realizada, a partir da narrativa de cada entrevista, a análise qualitativa das histórias de vida, utilizando-se a técnica de *Análise de Conteúdo* (na sua variante *Análise Temática*), segundo Bardin (1979). A autora define a análise de conteúdo como “*um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens*” (p.42). Na *Análise Temática* trata-se a informação contida nas mensagens, classificando seu conteúdo em temas e analisando seu significado. Ou seja, classifica-se o conteúdo das entrevistas em temas gerais, chamados **núcleos de sentido**, que, por sua vez, são divididos em “gavetas”, chamadas **categorias**. Esta classificação se dá através da escolha de critérios, para que se possa estabelecer uma certa ordem na massa de dados e se consiga objetivar aquilo que o pesquisador procura encontrar. As categorias devem seguir as seguintes regras:

1. homogeneidade: não se deve misturar conteúdos;

2. exaustão: deve-se esgotar a totalidade do texto;
3. exclusividade: um mesmo elemento do conteúdo não pode ser classificado em duas categorias diferentes;
4. objetividade: diferentes codificadores devem chegar a resultados iguais;
5. adequação ou pertinência: as regras devem ser adaptadas ao conteúdo e ao objetivo.

Para facilitar o desenvolvimento das entrevistas, foi elaborado um **roteiro semi-estruturado**, adaptado do modelo da pesquisa norte-americana original (Garbarino e Bedard, 1996). É uma seleção de tópicos de interesse e, portanto, nenhum jovem respondeu a todos os itens, já que o transcorrer da entrevista é que direcionava o diálogo. Os temas ou categorias que se referem ao *núcleo Família* são os seguintes:

- **estrutura familiar** - quem são as pessoas que moram e convivem com o adolescente, desde sua infância até o momento de sua apreensão; contato com família estendida e outras pessoas que tenham se vinculado à família: padrasto/madrasta, cunhados, filhos adotivos, madrinha etc.

“Mãe eu tenho, pai não. Meu pai eu não conheci, não.” (Cristian); *“Meu pai morreu eu tinha 1 ano”* (Dener).

- **relacionamento familiar** - como o jovem se relaciona com os membros de sua família nuclear e estendida e como ele vê a relação dos membros entre si. Averigua se a criança tem figuras adultas próximas exercendo papéis protetores.

“Adoro, amo demais meu pai...” (Clodoaldo); *“O que você sente quando pensa na sua mãe? - Revolta por ela não ter cuidado da gente”* (Dener).

- **instabilidade nos cuidados iniciais** - busca-se averiguar a estabilidade do padrão de cuidados, especialmente no início do desenvolvimento da criança (Bowlby, 1989; Rutter, 1989), a supervisão na frequência escolar e no lazer.

“Estudos têm demonstrado que muitos diferentes tipos de cuidado são efetivos, desde que sejam estáveis. O pior cenário é quando a criança muda de provedor para provedor, ou é enviada para abrigos ou asilos” (Assis, 1999a:48)

“Que as minhas irmãs falavam...quando a minha mãe saía, elas ficava tomando conta de mim, cuidando de mim” (Dorival).

- **experiência de violência física** - baseado em dados da literatura especializada quanto ao papel da violência física como uma ameaça para o desenvolvimento.

“Me batia de cabo de vassoura, com aquele cinto, aqueles fios de rádio. Já chegou até uma vez a quebrar um prato na minha cabeça” (Cristian).

- **experiência de maus-tratos psicológicos** - baseado nos achados de que maus-tratos psicológicos (isolar, rejeitar, aterrorizar, ignorar e corromper) são importantes para a determinação de um comportamento violento no futuro (Garbarino, Guttman & Seeley, 1986).

“Ele ficava xingando e falando que não gostava de mim. Eu falava que não gostava dele também” (Denilson).

- **situação econômica** - como são as condições financeiras/materiais da família; verifica se a família dispõe de infra-estrutura para atender as necessidades básicas da criança (quem são as pessoas que levam dinheiro para casa; se a renda é proveniente de economia legal; se o jovem teve que trabalhar logo cedo ou se pode experienciar a infância ou teve uma entrada prematura na adolescência/vida adulta).
- **história familiar pregressa** - levanta dados de envolvimento com infração, vivência de violência (homicídio, suicídio, acidentes de trânsito).

“Ah, eu fiquei triste e fiquei pensando em tudo. Aí eu falei, aí minha mãe falou ‘isso é coisa da vida’. Aí eu fui compreendendo. Aí hoje eu nem penso mais nisso. Eu procuro não pensar mais nisso” (Célio).

A hipótese neste núcleo é a de que haverá diferenças nas vivências familiares entre infratores e não infratores, sendo que os primeiros tenderão a

apresentar vivências mais negativas, ou mais lacunas nos relacionamentos e na provisão das necessidades afetivas, do que os segundos, principalmente quando se compararam aqueles que vivem em lares distintos.

Para abordar o tipo de atribuição de causalidade dos jovens (objetivo específico 4), também foi feita a análise de conteúdo do *núcleo Ato Infracional*, segundo a **categoria causalidade interna/externa** (verifica a que o infrator e seu irmão atribuem a entrada na vida infracional). A idéia era aproveitar o rico material já colhido nas entrevistas para a realização de tal análise. Nesta, o objetivo é comparar o tipo de atribuição de causalidade do infrator com o do não infrator. **A hipótese é a de que os infratores (atores) tendem a fazer uma atribuição externa ao envolvimento com a infração e os não infratores (observadores) tendem a fazer uma atribuição interna.**

Além de desenvolver um diálogo com a teoria para abordar a questão do julgamento de responsabilidade (objetivo 5), dentro do *Núcleo Ato Infracional*, foi realizada a análise de conteúdo da **categoria envolvimento com a infração** (verifica principalmente se o infrator se julga responsável, além do(s) tipo(s) de crime(s) cometido(s) e se houve reincidência).

3) INSTRUMENTOS QUANTITATIVOS

Para a averiguação do clima motivacional familiar (objetivo específico 3), no final da segunda entrevista, foram aplicadas as escalas: “Questionário Sobre Orientação Tarefa e Orientação Ego na Família” (QOTEF) e “Questionário Sobre Percepção do Clima Motivacional na Família” (QPCMF), para levantar dados quantitativos acerca da percepção do adolescente em relação à motivação prevalente no ambiente familiar e da sua própria motivação. **O uso das duas**

escalas significa uma complementação na interpretação ou no entendimento das motivações e percepções dos infratores e de seus irmãos. Não se está aqui restringindo as possibilidades de compreensão da subjetividade dos sujeitos, mas sim está se empreendendo uma tentativa de apreender algumas dimensões desta subjetividade.

O primeiro instrumento, desenvolvido por Duda (1989), Chi e Duda (1995) para a área do esporte e recebeu o nome de *Task and Ego Orientation in Sport Questionnaire* (TEOSQ, ou QOTEE em português), visando a detectar a motivação (intrínseca ou extrínseca) dos sujeitos, de acordo com sua perspectiva de vida (objetivo ou orientação). O segundo instrumento de Walling, Duda e Chi (1993), teve o objetivo de medir como o sujeito percebe o clima motivacional do seu ambiente: recebeu o nome de *Perceived Motivational Climate in Sport Questionnaire* (PMCSQ, ou QPCME em português).

Os questionários são instrumentos do tipo Likert, com 5 possibilidades de resposta: 1-não concordo mesmo, 2- apenas não concordo, 3- não faz diferença, 4- apenas concordo e 5- concordo mesmo. O QOTEE é composto por 13 itens, sendo 6 itens da subescala Ego, que tem uma pontuação mínima possível igual a 6 e máxima de 30, com média de 18. Os demais itens pertencem à subescala Tarefa, que tem pontuação mínima possível de 7 e máxima de 35, com média de 21. O QPCME é composto por 21 itens, sendo 12 da subescala Desempenho (mínimo 12, média 36, máximo 60) e 9 da subescala Mestria (mínimo 9, média 27 e máximo 45). Confira no Anexo 3.

Ambos os instrumentos, de construção simples e de embasamento teórico sólido, vêm tendo ampla aceitação internacional, além dos Estados Unidos, recebendo validações nacionais na Inglaterra, Grécia, Espanha e Brasil. Mais do que

cinquenta artigos científicos sobre eles têm sido publicados em revistas internacionais indexadas (Li et al., 1996; Biddle et al., 1995; Treasure & Roberts, 1994; Guivernau & Duda, 1994; Duda, 1989; Nichols, 1984; entre outros).

No Brasil, com a devida autorização da Dra. Joan L. Duda (Purdue University, EUA) ambos os testes, na sua forma para o esporte, foram validados por Feijó, O. G. & Feijó, M. C. (1997). Foi feita a tradução para o português, a *backtranslation*, o estudo da fidedignidade (consistência interna) e da validade de constructo.

Com relação ao **Questionário Sobre Orientação Tarefa e Orientação Ego no Esporte** (QOTEE), na subescala EGO, a amostra obteve uma pontuação média de 3,001 (DP $\pm 0,818$ pontos) e a moda foi de 2,670, revelando uma distribuição normal. Na subescala TAREFA a pontuação média foi de 4,5 (DP $\pm 0,373$ pontos) e a moda 5,0. A distribuição da pontuação tende à direita, ou seja, a amostra revelou uma tendência maior para uma atitude Tarefa do que para Ego. Um dos fatores que afetam a fidedignidade de um teste ou escala é a “Faixa de Aptidão”, ou seja a variabilidade do grupo na pontuação do constructo que se está medindo. Ainda que a fidedignidade da escala total seja alta, se suas subescalas se constituem de um número pequeno de itens, o coeficiente destes tendem a ser mais baixos do que o da escala total (Downie, 1967). Como a amostra obteve uma faixa restrita de pontuação em Tarefa, isto, provavelmente, afetou a fidedignidade (consistência interna - alfa de Cronbach) do instrumento, que foi: $\alpha = 0,64$ para a Escala Total, $\alpha = 0,74$ para a subescala Ego e $\alpha = 0,61$ para a subescala Tarefa (Feijó, O.G. & Feijó, M. C., 1997). Estes coeficientes de consistência interna, embora não sejam altos como se desejaria, são aceitáveis, principalmente devendo-se ao ocorrido com relação à faixa de aptidão.

Para a apreciação da validade, foi realizada a Análise Fatorial, através do método dos *Componentes Principais*, com rotação ortogonal (*Varimax*) e do método de *Fatoração dos Eixos Principais*, com rotação ortogonal (*Varimax*) e rotação oblíqua (*Direct Oblimin*). Nesta última, o delta foi igual a zero para permitir o surgimento de todos os fatores importantes.

A configuração dos dois fatores ficou parecida nas três análises realizadas. A solução escolhida para interpretar os fatores foi a primeira, *Componentes Principais* com rotação *Varimax*, porque nesta solução todos os treze itens obtiveram carga fatorial representativa em um fator e as cargas revelaram-se maiores do que nas outras duas análises. O autovalor (*eigenvalue*) do fator 1 foi de 2,62868 e do fator 2 de 2,38544, o que é considerado bom (mínimo de 1). A Variância Explicada para o fator 1 foi de 20,2% e do fator 2 de 17,6%, perfazendo a Variância Total 37,8%, resultado bom, tanto para cada um dos fatores, como para a Escala Total.

Com relação ao **Questionário Sobre Percepção Do Clima Motivacional No Esporte** (QPCME), na subescala *Mestria*, a amostra obteve uma pontuação média de 39,3 (DP= 4,6 pontos) e moda de 41,0. A distribuição da pontuação está mais para a direita, revelando uma tendência da amostra a *Mestria*. Na subescala *Desempenho*, a amostra apresentou uma pontuação média de 31, 836 (DP= 8,872) e moda = 31,0.

Ainda para o QPCME, com relação à fidedignidade, o coeficiente de consistência interna para a Escala Total foi: $\alpha = 0,72$; para a subescala *Mestria* foi: $\alpha = 0,75$ e para a subescala *Desempenho* foi: $\alpha = 0,80$, revelando boa de precisão. Após a análise fatorial pelos dois métodos e rotações, a solução escolhida foi, também, *Componentes Principais* com rotação *Varimax*. O autovalor do primeiro

fator foi 4,54 e do segundo fator foi 3,03. A Variância Explicada do fator 1 ficou em 21,6% e do fator 2 em 14,6%, perfazendo uma Variância Total de 36,2%. No primeiro fator, todos os 12 itens da subescala Desempenho foram representados com cargas fatoriais significativas. No segundo fator, todos os 9 itens da subescala Mestria obtiveram cargas fatoriais representativas. Somente os itens 8 e 11 apresentaram cargas fatoriais significativas em mais de um fator.

Os fatores de ambas Escalas apresentam estrutura simples, e itens com conteúdos semânticos semelhantes agrupados em fatores distintos. Os parâmetros psicométricos das duas Escalas se apresentaram bons e elas se mostraram válidas para serem aplicadas à população a que se destinam: esportistas (Feijó & Feijó, 1997).

Na versão americana, também foi feito o estudo da validade preditiva do QPCME, que tem interesse em verificar qual o grau de capacidade de um teste prever um critério. Foram utilizados dois instrumentos como critérios: *“Performance Worry”*, uma escala de 8 itens e a escala de 3 itens *“Team Satisfaction”*. A hipótese era de que os escores da subescala Mestria se correlacionariam com os do *“Team Satisfaction”* e os escores da subescala Desempenho seriam correlacionados com os do *“Performance Worry”*, o que foi de fato verificado (Walling et al., 1993).

A escala **Questionário de Orientação Tarefa e Ego no Esporte** seleciona as pessoas em **dois grupos**, de acordo com sua *motivação*: as pessoas orientadas (*motivadas*) para TAREFA e as pessoas orientadas para EGO. As pessoas do tipo **TAREFA** têm as seguintes características: 1. **Elas têm maior motivação intrínseca, maior nível de alegria e de esforço na execução da tarefa**; 2. **Sentem-se realizadas quando desempenham bem o que quer que elas tenham que fazer**; 3. **Ao encontrar problemas e obstáculos, sentem-se**

motivadas a se esforçar ainda mais, para enfrentar bem o desafio; 4. Tendem a revelar espírito esportivo em seu comportamento e a acreditar que o sucesso é alcançado através de esforço e trabalho árduo.

As pessoas do tipo **EGO** caracterizam-se por: 1. **Auto-realização** significa vencer alguém: as pessoas só têm valor quando derrotam os outros, a motivação é extrínseca (o referencial é tipicamente externo). 2. **Acreditam** que o sucesso reside na posse de habilidade superior; 3. **Ao perceber** obstáculos pesados ou adversários com maior habilidade, o tipo EGO perde a motivação, ou fica com medo, ou desiste. 4. **Diante da possibilidade de usar** meios ilegais ou agressivos para vencer o adversário, o tipo EGO não tem dúvida em utilizá-los.

A escala **Questionário de Percepção do Clima Motivacional no Esporte** distribui a *percepção* dos respondentes como MESTRIA (“Mastery”) ou DESEMPENHO (“Performance”). O termo **Mestria** é encontrado no dicionário da Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e no dicionário Michaelis 2000, como sinônimo de sabedoria, perícia, profundo conhecimento. Ele é uma variante do termo arcaico *Maestria*, que tem o mesmo significado. **A percepção de um ambiente orientado para MESTRIA (envolvendo Tarefa) abrange o uso de estratégias de aprendizagem mais efetivas, uma preferência por tarefas que envolvam desafio, uma atitude mais positiva em relação ao grupo e a crença de que o esforço leva ao sucesso. A percepção de um ambiente orientado para DESEMPENHO (envolvendo Ego) está associada a relatos de menores níveis de alegria na execução das atividades e a expressão de que possuir habilidade superior leva ao sucesso**

O tipo de motivação que a pessoa desenvolve na família tende a se manifestar em qualquer outro ambiente, porém, ele é passível de modificação. Por exemplo: se o ambiente escolar onde a criança estuda é orientado a Tarefa/Mestria, mesmo que a criança seja Ego, ela pode aprender que terá melhor rendimento e relacionamento interpessoal se valorizar mais o esforço pessoal e a superação de obstáculos.

Comparando as duas escalas, os autores demonstraram que o grupo Tarefa tem características do grupo Mestria, enquanto que existe uma equivalência entre o grupo Ego e o grupo Desempenho. Ames & Archer (apud Walling et al., 1993) descobriram que a percepção de alunos quanto ao clima motivacional (Mestria ou Desempenho) da sala de aula de segundo grau, predizia índices motivacionais importantes.

O uso de ambos os testes, adaptados ao ambiente familiar, no contexto da mesma casa, pretendeu indicar as diferentes percepções e motivações dos jovens infratores e dos não infratores, classificando os sujeitos individualmente e o grupo total como tendendo para uma motivação do tipo **Tarefa** ou **Ego** e a percepção dos jovens quanto às suas famílias tendendo para **Mestria** ou **Desempenho**. Após a adaptação dos instrumentos para o ambiente familiar (apenas a mudança dos termos do esporte para os equivalentes para a família)⁶, os instrumentos, então, passaram a se chamar **Questionário de Orientação Tarefa e Ego na Família** (QOTEF) e **Questionário de Percepção do Clima Motivacional na Família** (QPCMF). Os parâmetros psicométricos (consistência interna das escalas totais e das subescalas e configuração dos fatores) das escalas adaptadas ao ambiente familiar se mostraram semelhantes aos das escalas aplicadas ao esporte

Na presente pesquisa, estes instrumentos foram processados em microcomputador, utilizando-se os programas EPI-INFO 6.0 e SPSS-Win 8.0. Foi feito o cálculo da fidedignidade (consistência interna) para ambas as Escalas, através do *alpha de Cronbach* e, também, procedeu-se a análise fatorial, para a averiguação da validade de constructo das Escalas. Utilizou-se tanto o método dos *Componentes Principais*, quanto o método da *Fatoração dos Eixos Principais*, fazendo uso de rotação ortogonal (Varimax) e oblíqua (Direct Oblimin) em ambos os métodos. Uma descrição detalhada sobre análise fatorial pode ser encontrada em Feijó (1997a). Os resultados podem ser vistos na Tabela 3.3. Observa-se que os coeficientes obtidos estão dentro dos parâmetros aceitáveis previstos na literatura, que indica um coeficiente em torno de 0,70. Embora se desejasse valores mais altos, pode-se dizer que ambas as Escalas possuem uma boa precisão.

Tabela 3.3 – Fidedignidade das Escalas e subescalas

	QOTEF	QPCMF
Ego	0,66	
Tarefa	0,63	
Mestria		0,75
Desempenho		0,70
Total	0,70	0,70

Foi realizada a análise fatorial das Escalas para verificar sua validade de constructo, ou seja, se o que as variáveis estão medindo o que se pretende medir e se os itens estão reunidos de acordo com conteúdos semânticos semelhantes. Como as soluções fatoriais de ambas as Escalas ficaram parecidas, foi escolhida a solução apresentada pelo método dos Componentes Principais com rotação Varimax, uma vez que esta ofereceu maiores coeficientes de correlação. A tabela 3.4 mostra os resultados para o Questionário sobre Orientação Tarefa e Orientação Ego na Família (QOTEF).

Tabela 3.4 – Solução dos Componentes Principais – Rotação Varimax - QOTEF

Item	Fator 1	Fator 2
1 (Ego)	0,266	0,476
2 (Tarefa)	0,600	0,075
3 (Ego)	0,046	0,683
4 (Ego)	-0,198	0,731
5 (Tarefa)	0,668	-0,090
6 (Ego)	-0,253	0,668
7 (Tarefa)	0,689	-0,129
8 (Tarefa)	0,205	-0,017
9 (Ego)	0,590	0,313
10 (Tarefa)	0,438	0,324
11 (Ego)	0,271	0,619
12 (Tarefa)	0,535	0,375
13 (Tarefa)	0,632	0,027
Autovalor	3,102	2,130
% Variância	23,863	16,387
% Cumulativa	23,863	40,250

Como pode ser visto na tabela 3.4, com exceção do item 8, todos os itens da subescala Tarefa têm carga fatorial significativa (pelo menos 0,30) no fator 1 e todos os itens da subescala Ego “carregam” no fator 2. O item 9 teve carga fatorial significativa nos 2 fatores, sendo a maior no fator 1. Ambos autovalores estão acima da unidade e a variância explicada por cada fator está acima de 2,5, como requer a literatura. A variância total é bastante expressiva. O Questionário sobre Orientação Tarefa e Ego na Família demonstra seu constructo bem dimensionado nos seus dois fatores ou subescalas. Com exceção do item 9 (subescala Ego), que apresentou cargas fatoriais importantes em ambos os fatores (porém maior no fator 1, que agrega os itens de Tarefa), todos os outros itens apresentaram cargas fatoriais fortes nos respectivos fatores a que pertencem. Ambos autovalores estão bastante acima de 1 e a variância explicada por cada fator também é bem grande, sendo a variância da escala total de 40,25%, o que é um índice muito expressivo.

A Tabela 3.5 mostra os resultados para o QPCMF. Observa-se que os itens 3 e 17 não obtiveram carga fatorial suficiente em nenhum fator e os itens 14 e 20, que pertencem a subescala Desempenho, “carregaram” no fator 1, que contém os itens da subescala Mestria.

Tabela 3.5 - Solução dos Componentes Principais – Rotação Varimax - QPCMF

Item	Fator 1	Fator 2
1 (Desempenho)	0,374	0,396
2 (Mestria)	0,729	-0,049
3 (Desempenho)	0,227	0,259
4 (Mestria)	-0,652	-0,09
5 (Mestria)	0,716	-0,081
6 (Desempenho)	-0,294	0,549
7 (Desempenho)	-0,076	0,303
8 (Desempenho)	0,058	0,628
9 (Desempenho)	-0,013	0,713
10 (Mestria)	0,602	0,036
11 (Desempenho)	-0,238	0,618
12 (Desempenho)	-0,034	0,502
13 (Mestria)	0,550	-0,082
14 (Desempenho)	0,516	0,099
15 (Mestria)	0,695	-0,213
16 (Mestria)	0,516	-0,331
17 (Mestria)	0,097	0,025
18 (Desempenho)	-0,246	0,639
19 (Mestria)	0,602	-0,261
20 (Desempenho)	0,418	0,147
21 (Desempenho)	-0,063	0,689
Autovalor	4,364	3,060
% Variância	20,779	14,570
% Cumulativa	20,779	35,348

O Questionário sobre a Percepção do Clima Motivacional Familiar apresentou uma solução fatorial um pouco inferior à do QOTEF. A subescala Mestria obteve 8 dos seus itens “carregando” no fator 1, sendo que apenas um item (17) não apresentou carga fatorial suficiente para ser considerada. Dos 12 itens da subescala Desempenho, nove “carregaram” no fator 2, dois tiveram cargas fatoriais importantes no fator 1 e um item não demonstrou carga suficiente. Os valores dos autovalores foram superiores aos do QOTEF e a variância explicada por cada fator foi satisfatória, perfazendo uma variância total de 35,35%.

No total, pode-se dizer que os aspectos psicométricos de ambas as escalas estão dentro dos parâmetros aceitáveis pela literatura.

Como não se teve acesso aos instrumentos “*Team Satisfaction*” e “*Performance Worry*”, utilizados como critérios e, na falta de outros, não foi feito o estudo da validade de critério (preditiva ou concorrente) para as Escalas. Por esta razão e, também, pelo fato de que as escalas foram pela primeira vez adaptadas

para uso no núcleo familiar, deve-se ter cuidado na consideração dos resultados encontrados nesta tese. Com a realização de novos trabalhos, os resultados obtidos poderão ser confirmados e o conhecimento na área ampliado.

Os resultados dos infratores foram confrontados com os resultados de seus irmãos/primos não infratores. Para a análise comparativa dos resultados de ambos os grupos, além das técnicas da estatística descritiva (média, moda, mediana, desvio padrão), foi utilizado o teste não-paramétrico de *Wilcoxon* (para duas amostras relacionadas), para comparar os resultados dos infratores com os não infratores. Os dados da pesquisa não satisfazem às condições de mensuração da prova paramétrica *t*. Segundo Siegel (1975), para que a prova *t* se torne mais poderosa certas condições devem ser satisfeitas:

1. As observações devem ser independentes, ou seja, a escolha de um determinado elemento para inclusão na amostra não deve influir na escolha de outros elementos.,
2. As observações devem ser extraídas de populações com distribuição normal.
3. As populações devem ter a mesma variância.
4. As variáveis em questão devem ser medidas, pelo menos, em escala intervalar.

As condições 1, 2 e 3 não são satisfeitas pelos dados da pesquisa. Entretanto, a título de exploração dos dados, foi realizado o *Teste t para amostras pareadas*. Os resultados obtidos se mostraram equivalentes àqueles do teste de *Wilcoxon*. Por este motivo e por ser mais apropriado, vamos apresentar apenas os resultados da prova de *Wilcoxon* no capítulo de resultados. A *prova de Wilcoxon* pode ser utilizada quando o pesquisador pode dizer que o resultado do membro de um par é maior do que o de outro, assim como fazer o mesmo julgamento em relação às diferenças relativas a dois pares quaisquer da amostra.

As **hipóteses de trabalho**⁷ utilizadas (H_0 e H_a) para o “Questionário Sobre Orientação Tarefa e Ego na Família” (QOTEF):

H_0 : Não há diferença entre os graus de motivação em relação à orientação Ego dos infratores e de seus irmãos.

H_a : Os graus de motivação em relação à orientação Ego dos dois grupos são diferentes.

H_0 : Não há diferença entre os graus de motivação em relação à orientação Tarefa dos infratores e de seus irmãos.

H_a : Os graus de motivação em relação à orientação Tarefa dos dois grupos são diferentes.

Espera-se (hipotetiza-se) que os infratores tendam a apresentar maior pontuação na motivação Ego do que Tarefa e que os não infratores tendam a apresentar maior motivação Tarefa do que Ego.

Em relação ao “Questionário Sobre Percepção do Clima Motivacional na Família” (QPCMF), são seguintes as **hipóteses**:

H_0 : Não há diferença entre os graus de percepção em relação a orientação Desempenho da família dos infratores e de seus irmãos.

H_a : Os graus de percepção em relação à orientação Desempenho da família dos dois grupos são diferentes.

H_0 : Não há diferença entre os graus de percepção em relação à orientação Mestria da família dos infratores e de seus irmãos.

H_a : Os graus de percepção em relação à orientação Mestria da família dos dois grupos são diferentes.

Hipotetiza-se que os infratores demonstrem maior percepção da orientação Desempenho e menor da orientação Mestria. Dos não infratores é esperada maior pontuação na percepção orientada a Mestria e menor na percepção orientada a Desempenho.

É importante ressaltar aqui uma preocupação das entrevistadoras durante a aplicação das escalas. Elas observaram que alguns infratores tendiam a dar respostas que contrariavam o que haviam dito no decorrer das longas entrevistas. As entrevistadoras questionaram se eles tentaram dar respostas que achavam que seriam mais apreciadas por elas, tentando passar uma imagem positiva. Outra possível suposição é a de que se assustaram ao ver seus depoimentos cristalizados em um papel, como um documento. Apesar disso, as entrevistadoras anotaram as respostas às escalas tal qual os jovens as informaram. Dentre os aspectos que podem interferir na qualidade dos dados de uma entrevista por parte do informante, Haguette (1995) ressalta o *“desejo de agradar o pesquisador, especialmente quando ele percebe suas orientações e seus posicionamentos”* (p.89). Ora, os infratores sabem que as entrevistadoras não fazem parte do mundo infracional e, como mostra Tomaz (1998), os infratores possuem um nível razoável de julgamento moral (no seu trabalho, maior do que os não infratores), por isto podem deduzir quais sejam as respostas moralmente aceitáveis pelas entrevistadoras. Goode e Hatt (1975) também falam que o entrevistador *“deve também ter presente o fato de que seu informante está tentando conhecer os motivos do entrevistador, respondendo ao embaraço deste...Ele responde, então, à imagem que crê o entrevistador possui sobre ele.”* (p.241). Certamente que esta tendência poderia influenciar tanto as longas entrevistas gravadas, quanto o momento da aplicação das escalas. Pela experiência de campo, acredita-se que o grau de envolvimento durante as narrativas sobre suas vidas foi muito maior do que aquele demonstrado ao tentar

sintetizar seus pensamentos em respostas categóricas do tipo concordo muito ou pouco. Se esta tendência se confirmar, os resultados finais dos métodos estatísticos a serem aplicados poderão ser afetados, o que será comentado no capítulo sobre os resultados.

¹ Um ponto a se esclarecer são os termos técnicos empregados em linguagem jurídica, de acordo com o ECA (1994): quando se tratar de pena empregada ao indivíduo adolescente por ter cometido uma infração, diz-se **medida sócio-educativa**. O submeter-se à medida chama-se **cumprir medida**, ou **cumprimento** da medida; quando o jovem é detido, diz-se **ser apreendido**. Quando se trata de infância e juventude, não se emprega os termos pena e prisão, linguagem esta utilizada para adultos.

² A medida de internação só pode ser aplicada em caso de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves ou por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta (Brasil, 1994 - ECA, art.122). É importante ressaltar que a natureza da infração é condição necessária, mas não suficiente à aplicação desta medida. Para isto, deve-se considerar também as circunstâncias do ato praticado e a capacidade do adolescente em cumprir a medida. O período máximo de internação não pode exceder a três anos, e a liberação é compulsória aos vinte e um anos (ECA, art.121).

³ Tem como objetivo promover, no âmbito estadual, a política de atendimento à criança e ao adolescente abandonados na forma da lei, e aos envolvidos e autores de atos infracionais, visando garantir as políticas de direitos e proteção especial.

⁴ Medida de acompanhamento, auxílio e orientação ao adolescente por pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. Tem o prazo mínimo de 6 meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida. Visa promover socialmente o adolescente e sua família, supervisionar sua frequência escolar e orientar para a profissionalização (Brasil, 1994).

⁵ Medida que prevê a permanência em instituição determinada pelo Juiz, sem prazo fixo. Pode ser aplicada desde o início ou como forma de transição para regime aberto, sendo possibilitada a realização de atividades externas. É obrigatória a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, utilizar os recursos existentes na comunidade (Brasil, 1994).

⁶ Por exemplo, a questão 3 do QOTEE – Eu me sinto vitorioso no esporte quando eu jogo melhor que meus colegas - no QOTEF ficou: Na minha família, eu me sinto vitorioso quando eu faço algo melhor que meu(s) irmão(s).

⁷ Em teste de hipóteses, a hipótese nula é a proposição com a qual se trabalha, é ela que se testa, por isto ela aparece sempre em primeiro lugar. A hipótese alternativa vem em segundo lugar, na disposição das assertivas. Ademais, a terminologia mais correta para expressar o resultado do teste emprega os termos rejeitar ou não rejeitar a hipótese. Há quem utilize o termo aceitar a hipótese, porém não é o mais adequado, uma vez que não se pode, com toda a certeza, sem qualquer dúvida ou possibilidade futura de a hipótese vir a estar errada, dizer que ela está certa, aceita, mas apenas pode-se dizer que, no momento, com a amostra utilizada, dadas as evidências, não se pode rejeitar tal hipótese (cf. Larson, 1982.).

IV

INVESTIGANDO AS RAÍZES: O NÚCLEO FAMILIAR DOS JOVENS

A influência da família na gênese da infração juvenil foi investigada nesta tese a partir das categorias especificadas no capítulo anterior sobre métodos. É importante lembrar que a base familiar na qual se sustenta a maioria dos estudos nesta área, principalmente os internacionais, está calcada nos padrões vigentes por muitos anos, da família de classe média. É preciso ter em mente que as famílias aqui investigadas não fazem parte deste segmento social e que, mesmo neste, os padrões vieram se modificando nas últimas décadas do século XX. A família nuclear como, até então, era concebida, na sua formação com pai, mãe, irmãos e a família estendida como uma ramificação onde se poderia encontrar suporte social, sofreu transformações, agora se constituindo em famílias matriarcais, ou famílias com dois ou mais núcleos, já que os pais formaram novos lares com membros adicionais, dando oportunidade para os jovens alternarem os lares onde residem.

Estas mudanças trazem reflexos, também, na economia familiar, uma vez que a renda existente que era dividida por um certo número de pessoas tem, agora, que ser compartilhada por mais indivíduos. Às vezes, ocorre um resultado positivo desta nova conformação: novos membros vêm contribuir financeiramente para o sustento familiar, tornando-se, assim, um evento positivo.

Outro ponto, que é essencial para consideração, é a influência que a família sofre da comunidade onde se localiza, da cultura do meio, da economia vigente no país e do controle do Estado. Assim, embora este estudo se atenha ao núcleo familiar, sabe-se que este se estrutura de acordo com um entorno maior, evidenciando-se a complexidade que permeia a constelação familiar.

Na seção 1 serão enfocadas a conformação e a base familiar dos jovens, em que condições e qual foi o ambiente emocional onde se desenvolveram. Na seção 2 será abordada a dinâmica familiar: diante do quadro apresentado, como os rapazes se relacionam com os membros do seu núcleo familiar e da família estendida.

1) A ESTRUTURAÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

1.1) ESTRUTURA

A grande maioria dos jovens infratores entrevistados procedeu de lares desagregados, cujos pais se separaram e, por vezes, formaram novas famílias. Somente 25% dos infratores provêm de lares nucleares completos, onde os pais vivem juntos, sendo que 46% dos pais e 13% das mães tinham ou falecido (homicídios, atropelamento, doenças) ou abandonado o lar, tendo saído completamente do convívio familiar.

“Meu pai morreu quando eu tinha 2 meses” (Cristiano).

“Meu pai morreu dez anos depois da minha mãe” (Cássio).

Também 46% deles moravam somente com a mãe; os restantes residiam ou com ambos os pais, ou só com o pai, ou com os avós, ou com os irmãos, sendo que 4 adolescentes relataram morar sozinhos, geralmente em hotéis ou no ambiente do tráfico. As famílias com mais de 3 filhos somaram 61%; 39% com até 3 filhos; sendo que 55% dos infratores eram filhos caçulas. Por este motivo, tiveram menos tempo de convívio com o genitor, assim como sofreram mais a ausência da mãe, uma vez que, sem o auxílio do pai e com uma prole numerosa, esta tinha que trabalhar para o sustento do lar, repercutindo na qualidade da atenção e do cuidado maternos, gerando óbvias conseqüências negativas na vida destes jovens. Ainda por serem caçulas, alguns sofreram menos adversidades financeiras do que seus

irmãos mais velhos (que tiveram que trabalhar desde cedo para a manutenção da casa, preocupando-se também com o cuidado dos irmãos mais novos), tendo sido mais mimados e adulados e tido menos oportunidade de desenvolver um senso de responsabilidade precoce.

Em 19% dos casos, os pais tinham constituído um novo lar com outra companheira, sendo o convívio dos adolescentes com esta precário ou inexistente. As mães também reestruturaram seu lar em 29% dos casos, o que evidencia uma maior convivência dos filhos com a figura materna e com os padrastos. Devido à dificuldade que os jovens apresentaram de formar uma história lógica e com a temporalidade adequada, não foi possível estabelecer quantos(as) companheiros(as) os pais já haviam tido até o momento da entrevista, referindo-se estes dados à última união ainda vigente mencionada pelos jovens. Diante disto, as famílias passam a ter filhos de pais diferentes, ocorrendo mesmo o desconhecimento do pai biológico, como Cássio relata: *“eu tinha um pai que era meu, mas só que não era meu pai não. O meu pai é outro, fui conhecer agora, tem um ano e tal”*.

Ainda quanto à estrutura, há relatos de pessoas fora da família nuclear vivendo no mesmo lar dos jovens. Estas pessoas são avós, tios, primos, madrinha, filhos adotivos e até pessoas amigas que são consideradas como familiares. Em geral, estas pessoas ajudam a mãe a tomar conta e cuidar dos filhos e, também, participam das despesas da casa. Nem sempre ocorre de morarem todos numa mesma casa. Alguns dividem um mesmo quintal, onde cada um tem a sua casa, ou constroem seu lar no andar de cima.

Com relação aos não infratores, o que mais os distinguiu na estrutura familiar foi sua maior convivência com as figuras paterna e materna, certamente por

serem mais velhos, o que lhes deu oportunidade de desfrutar da companhia do pai e, às vezes, da mãe, antes de sua morte ou abandono do lar. Certamente, isto refletiu na supervisão e controle do jovem, tendo estes apresentado, em geral, uma maior escolaridade do que seus irmãos/primos infratores. Além disto, eles, muitas vezes, tiveram que ajudar logo cedo no sustento da casa, fazendo com que desenvolvessem um sentimento de responsabilidade para com a mãe e os irmãos, orientando sua vida para o trabalho.

Outro aspecto que distingue os não infratores de seus irmãos/primos é o maior contato que tiveram na infância, ou ainda têm, com a família estendida, revelando maior apoio familiar na supervisão e controle dos filhos, quando estes não podiam contar com a(o) mãe/pai.

No ato de sair de casa e buscar um outro local de residência, sendo este no caso dos jovens relacionados ao tráfico o próprio local de “trabalho”, vê-se as características próprias da adolescência que são a busca e a crise de identidade, assim como os conflitos vivenciados e a quebra de alguns vínculos para a constituição de novos.

Como foi visto no capítulo 1, estudos têm evidenciado que a estrutura familiar é um aspecto relativamente importante para o encaminhamento do jovem ou não à delinqüência. A separação do casal pode criar situações que influenciam na produção da delinqüência, uma vez que as mães que criam seus filhos sozinhas, são forçadas a trabalhar fora a fim de sustentar a casa, tendo menos tempo para vigiar a prole e exercer controle sobre seu comportamento (Werner, 1993; Schoemaker, 1996).

Embora este aspecto familiar seja relevante, deve ser visto de maneira particular, relativizando-se sua importância, uma vez que a estruturação e organização das pessoas de baixa renda são diferenciadas da classe média. A importância maior está na rede de suporte familiar (através da família estendida) e social (através das organizações sociais governamentais ou do terceiro setor), assim como nos relacionamentos familiares. Se a mãe dispõe de familiares que a ajudem a educar e supervisionar os filhos, não só elas podem ter sua preocupação reduzida, como os filhos estariam mais protegidos das influências negativas de pares e de outros fatores de risco para a infração.

1.2) CUIDADOS INICIAIS

Fazendo parte do desenvolvimento infantil e dos cuidados iniciais da criança se encontram os períodos pré e perinatal. As informações dos jovens sobre este período de sua vida se mostraram muito limitadas e em alguns jovens, inexistentes. Ainda que eles falassem algo de sua vida intra-uterina, de seu nascimento e da sua amamentação, os dados fornecidos eram incompletos e, às vezes, duvidosos. Pode-se notar que este é um assunto tabu entre mães e filhos, sendo mais discutido com as filhas. Alguns adolescentes, ao comentarem o pouco que sabiam sobre o assunto, falavam mais sobre a gestação, parto e amamentação das irmãs, ou sobre o que eles tinham ouvido a mãe comentar com estas. A resposta mais freqüente era como a de Clodoaldo: *“Ela (mãe) nunca falou nada disso comigo”*. O mais comum eram informações apenas sobre se o jovem foi ou não amamentado ao seio e por quanto tempo, sem que ele soubesse responder perguntas acerca da gravidez e do parto: *“Mamei no peito da minha irmã. Ela tinha um filho da mesma idade que eu agora”* (Cássio). Ainda assim, constatam-se alguns relatos de jovens que sabiam que não haviam sido desejados por suas mães, de

algumas tentativas malsucedidas de aborto e de agressões físicas sofridas pela mãe no período gestacional.

Houve apenas dois casos em que um infrator e um não infrator informaram que a sua gestação foi planejada e desejada:

“Eu sou o filho que ela mais queria ter” (Carlos).

“Ela disse que foi o presente maior do mundo que ela teve, foi quando ela soube que ela estava grávida. E quando ela soube que era homem ela ficou mais contente ainda” (Edmundo).

As pesquisas vêm mostrando, cada vez mais, a importância dos cuidados pré e perinatais e sua relação com enfermidades físicas e emocionais. Chamberlain (1995), Verny (1995) e Feijó (1997) nos mostram que psicólogos, psiquiatras, neurologistas e educadores têm aprendido, seja através de pesquisas, da prática clínica ou da experiência pessoal, que o ser humano é capaz de sentimentos, sensações e de aprender desde o ventre materno. O bebê pode saber sobre violência desde o útero até o nascimento. Se sua mãe é agredida, ou amada o nascituro irá sentir isto: fetos cujas mães receberam um choque elétrico enquanto estavam passando roupa permaneceram sentados eretos e imóveis por dois dias, mesmo depois de suas mães terem se recobrado da experiência. Chamberlain (1995) expõe também que práticas brutais durante o nascimento, como o fórceps e toda a rotina que ainda vem sendo praticada, sem levar em conta as capacidades do bebê, como a circuncisão e as cirurgias sem anestesia, são potenciais fatores de trauma, com conseqüências emocionais até a vida adulta do indivíduo.

Um estudo de Adrian Raine e colaboradores (1994) demonstra que a rejeição materna precoce junto com complicações de parto predis põem a criança à prática de crime na idade da adolescência. Raine (1993) encontra evidências para classificar o comportamento criminoso como uma desordem clínica, resultante de problemas estruturais e metabólicos na área pré-frontal do cérebro, assim como de

outras disfunções e danos cerebrais. Estes cérebros mal construídos foram desenvolvidos sob condições adversas durante a gravidez.

Perry (1995) explora em seu artigo os caminhos da formação do cérebro e as experiências vivenciadas ainda intra-útero e nos primeiros anos da infância que podem levar a uma malformação¹ cerebral, predispondo o indivíduo a um comportamento mais impulsivo, reativo e violento. Ele afirma:

“Estas vítimas carregam suas cicatrizes de outras maneiras, geralmente em um profundo vazio, ou em relacionamentos emocionalmente destrutivos, vivendo desconectados de outras pessoas e roubados de parte de sua humanidade. Os efeitos da negligência emocional na infância predispoem à violência, diminuindo a força da capacidade de modulação de impulso subcortical e cortical e diminuindo o valor de outros seres humanos, devido à incapacidade de empatia ou de simpatizar com eles” (p.7).

Com relação aos cuidados iniciais, constatou-se um padrão comum à maioria dos jovens entrevistados: eles não tiveram os cuidados da mãe na maior parte do tempo, sendo deixados com alguém da família. Somente 26% dos infratores tiveram os cuidados da mãe desde o nascimento em “tempo integral”. Em função do trabalho, ou por não querer se dedicar aos filhos, ou por ter ido morar com outro companheiro, ou ainda por abandono total, a maior parte das mães deixava seus filhos com os irmãos mais velhos (20%), com uma avó ou tia (39%), em creche, ou com empregada. Foram encontrados, também, alguns adolescentes que ficaram sob os cuidados do pai, em virtude da morte da genitora por suicídio, câncer ou por outras enfermidades. Não se tem noção de como estas crianças foram cuidadas pelos outros familiares. Questiona-se a qualidade do cuidado da parte de irmãos ainda crianças.

Bernardo é um caso de abandono físico e afetivo da mãe, que deixou o lar para morar com outro companheiro e de abandono afetivo do pai. Na época de sua apreensão estava morando com seu pai e seus avós paternos. O pai, apesar de

dividir o mesmo teto, é distante, trabalha o dia inteiro e, pelo relato do adolescente, assim como de seu primo, não dá atenção e nem carinho ao filho. A avó tenta suprir a ausência dos pais, exagerando em desvelo para com o neto, o que acaba por surtir efeito negativo na atenção e cuidado para com o primo e outros netos que dividem o mesmo lar.

“-Antes de sua mãe morar com ele, ela morava com você?”

-Morava.

-E você não gostou quando ela foi morar com ele?

- Eu não gostei, não gostei dele, não gostei dela se juntar com ele”
(Bernardo).

“-Quando você era pequeno ela (mãe) saía para trabalhar e vender essas coisas, você ficava com quem?”

-Eu ficava com as minhas irmãs e meus irmãos” (Cassiano).

Percebe-se, em boa parte do relato dos infratores, uma falta de cuidado e atenção das mães e dos pais pelos seus filhos. Pôde-se constatar que algumas mães e pais nunca compareciam nos dias de visita nas instituições, deixando os filhos abandonados ao sistema judicial. Nem sempre isto fica evidente para o jovem ou é motivo de queixa. Muitas vezes eles justificam as mães e, até, elogiam-na por ter provido pelo lar e por eles.

A supervisão adequada de higiene, de alimentação e da frequência escolar ficou, por vezes, prejudicada. Muitos relatam que passavam o dia na rua brincando, engajando-se em atividades ilícitas e entrosando-se com “más companhias”, ainda que dissessem para a mãe que iam para a escola. Em alguns casos, a mãe ou os avós consentiam a ausência às aulas, deixando, assim, uma falha no cuidado com a escolaridade.

Em geral, os comportamentos da criança não chegam a ser percebidos, não sendo dada a atenção necessária para seu controle social. Quando a família se

dá conta - usualmente quando o jovem é detido – ele já é infrator e, via de regra, já praticou vários atos infracionais, sendo apreendido pela última infração. Quando a família toma consciência do comportamento do infrator antes da apreensão, este é visto sem maiores conseqüências, sem se pensar no seu comprometimento, na sua responsabilidade e no envolvimento que a família deveria ter na educação do jovem. Em alguns casos, a mãe até sabe do envolvimento do filho, não fazendo nada para removê-lo do caminho ilegal, aceitando até o dinheiro fruto da transgressão. Outras parecem ter os olhos fechados para a vida do filho em geral, que não trabalha, some de casa e num dia aparece ofertando dinheiro à mãe, dizendo-lhe que conseguiu um trabalho. O relato de Cláudio exemplifica:

*“... às vezes eu fumo muito, fico com preguiça de ir pra casa e durmo na rua(...)
-Quanto, mais ou menos, você tira por mês?
-O máximo que a gente pegou até hoje foi R\$7000,00.
-O que você fez desse dinheiro?
-Eu dei 500 reais pra minha mãe, falei que eu tava trabalhando...”*

Cleiton é outro exemplo:

*“-A sua mãe aceitava o seu dinheiro?
-Quando ela não sabia aceitava.
-Mas depois que ela soube ficou...
-Aí ficou mais difícil. Aí eu tinha que fazer o quê: eu dava pro meu irmão, dava um tempo, aí eles não sabem de nada mesmo, falava que tinha achado...e tá legal, criança mente pra caramba...”*

Os não infratores tiveram mais supervisão de um adulto e mais cuidados da mãe na infância: quatorze jovens revelaram que ficavam com a genitora, sendo que um deles depois dos 2 anos de idade foi morar com a avó. Seis outros permaneciam aos cuidados das(os) irmãs(os) mais velhas(os), quando a mãe saía. Seis deles ficavam com suas avós. Um teve a atenção do pai e os demais ficavam com alguém fora da família, como madrinha, babá ou empregada.

O caso de Eli e Ronaldo é ilustrativo da diferença no cuidado e supervisão entre os dois grupos. Eles são irmãos apenas por parte de mãe, que morreu de câncer quando Eli tinha 11 anos, Ronaldo 8 e sua irmã mais nova 6. Desde os 2 anos de idade que a avó materna cuidava de Eli. Quando a mãe dos meninos faleceu, sua avó falou para o pai de Eli, que mora em outra cidade: *“B. me dê o menino pra eu criar. É melhor que a gente aqui é tudo mulher, aí a gente tem mais entrosamento com o menino, a gente dá uma disciplina melhor, mais rígida, não vai faltar nada pra ele. Você venha ver seu filho sempre que quiser”*. Os outros dois irmãos ficaram aos cuidados do pai (padrasto de Eli), que fazia todas as vontades de Ronaldo e não atentava para sua frequência escolar.

A atenção estável que a criança recebe da parte de pelo menos um de seus provedores é fundamental para o seu desenvolvimento afetivo, intelectual e social. A estabilidade do contato com pelo menos um provedor é o aspecto mais importante neste período da vida. Outro aspecto que também é importante é a qualidade do cuidado. Tendo carinho, afeto, cuidado e proteção, o ser humano tem melhores condições de se tornar um indivíduo resiliente, mais bem preparado para enfrentar as adversidades da vida e mais capacitado para desempenhar seu papel em sociedade (Rutter, 1989; Cohler, 1991; Bloom, 1996).

John Bowlby (1989), falando sobre o papel do apego no desenvolvimento da personalidade, cita o modelo de apego ansioso com evitação, no qual o indivíduo não tem nenhuma confiança de que ao procurar cuidado terá resposta e ajuda por parte do provedor. Ao contrário, sua expectativa é a de ser rejeitado. Quando isto ocorre, freqüentemente a pessoa procura viver sua vida sem o amor e a ajuda dos outros, tentando tornar-se emocionalmente auto-suficiente e, mais tarde, pode ser diagnosticada como narcisista.

É importante, porém, lembrar aqui que estas mães acabam por ter que lidar com um volume de trabalho e de responsabilidade bastante pesado, em função do tamanho da prole e por, freqüentemente, terem que prover sozinhas o sustento afetivo e material da família.

1.3) SITUAÇÃO ECONÔMICA

Em sua grande maioria, os entrevistados pertencem à população de baixa renda, sem maiores recursos, cujas ocupações refletem trabalho não especializado, com menor remuneração. Em geral, a escolaridade dos provedores é baixa, não passando do ensino fundamental.

Poucos jovens vêm de famílias de classe média baixa. Esses adolescentes relatam possuir bens e melhores condições de moradia, carro, seguro saúde, televisão, videocassete, aparelho de som. Alguns deles revelam que os pais possuem renda de imóvel(eis) alugado(s).

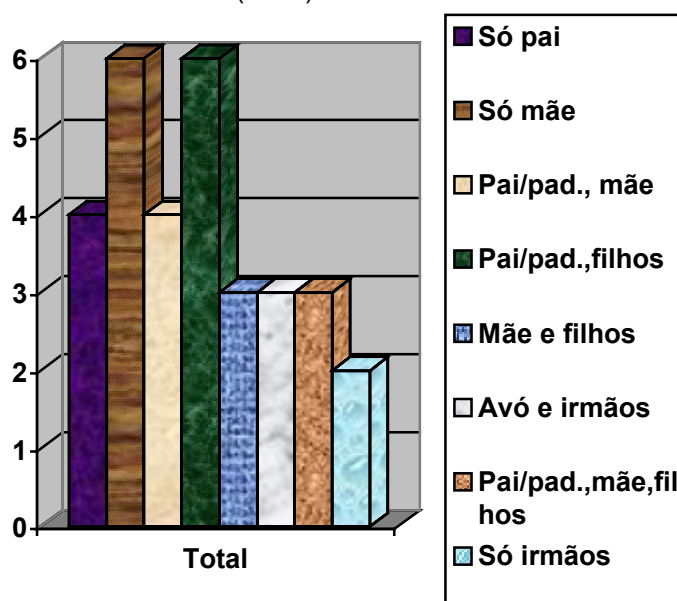
As condições de moradia dos jovens variam, porém a maioria, embora refira possuir casa própria, reside em locais menos privilegiados da cidade, em favelas e bairros mais pobres. Muitos relatam que suas casas são feitas de tijolo, sendo algumas pintadas, outras somente emboçadas, outras sem emboço, outras têm parte de madeira e parte de tábuas e algumas são construídas só com tábuas.

Alguns jovens revelam que passaram sérias dificuldades quando crianças ou adolescentes mais jovens, como falta de comida e de infra-estrutura econômica para suprir as necessidades básicas da família. Outros conseguiram satisfazer determinados desejos de consumo, porque seus pais têm melhores salários e os irmãos mais velhos trabalham, ajudando a renda familiar. Cléber tem as

necessidades básicas satisfeitas em casa, porém tem necessidades típicas de um adolescente atual: o desejo de consumir roupas de marca. Em função disto, planejou um assalto a ônibus, que resultou na sua apreensão.

Entre os infratores, a distribuição das pessoas que trabalham nas famílias nucleares pode ser vista no gráfico 4.1:

Gráfico 4.1- Número de Familiares Trabalhadores – Infratores
(n=31)



As profissões exercidas são diversas, tais como: doméstica, servente, cozinheira, pedreiro, segurança do Ministério da Fazenda, porteiro de hotel, comerciária, comerciante, portuário, embarcado da Petrobrás, vendedor, padeiro, DJ, encarregado de fábrica de cerâmica, dono de firma de conserto de fotocopiadoras, gerente de ferro velho, enfermeira, pensionista, babá, eletricitista, funcionário da CEDAE, funcionário da CBTU, artesão, cabo do exército, costureira, vidraceiro.

A situação econômica dos primos foi analisada separadamente, uma vez que se trata de núcleo familiar distinto. A distribuição dos trabalhadores ou dos que

provêm renda fica da seguinte forma: só o pai/padrasto - 4; pai, mãe e filho - 1; avó, avô, tio e irmão - 1; pai avó e avô - 1; o próprio - 2; o próprio e a mãe - 1; só irmãos - 1. As profissões que surgiram foram: faxineira, pintor de letras, aposentado(a), pedreiro, lanterneiro, portuário, auxiliar de bombeiro, pedreiro, caminhoneiro, construtor de letreiros, frentista, vendedor, comerciário.

É comum nestas famílias as freqüentes trocas de emprego e de ocupação, assim como períodos em que há falta de trabalho e remuneração. Este quadro freqüentemente vivenciado, propicia o estabelecimento de um clima emocional instável, cujos componentes são a insegurança e a frustração. Configura-se uma situação propícia para ruídos na comunicação dos indivíduos do grupo familiar e, por conseqüência, possibilidades de fracasso no desempenho de papéis familiares (Muza, 1996).

3.1.4) HISTÓRIA FAMILIAR PREGRESSA

Esta categoria refere-se aos fatos ocorridos na família do adolescente, no que tange a agravos à saúde, envolvimento ou não em atos infracionais e história de violência.

Com relação aos agravos à saúde, onze infratores relataram: problemas psiquiátricos envolvendo tio e mãe; problemas neurológicos do próprio jovem; alcoolismo relacionado ao pai, mãe, primo e tia; acidente vascular cerebral do pai; pneumonia do próprio jovem; tumor cerebral do irmão; problema cardíaco.

O alcoolismo é um problema que chama a atenção nas histórias destas famílias. Sabe-se que esse é um fator que contribui para a maior incidência de violência física, briga e separação do casal e envolvimento em ações ilícitas.

O envolvimento da família dos adolescentes em atos infracionais está descrito na tabela 4.1.

Tabela 4.1. Atos Infracionais Progressos na Família dos Infratores

Atos Infracionais	Total
Assalto (primo, Irmão, Tio)	3
Infratores (s/ inf. do ato – tia, primos, irmãos, cunhado)	4
Jogo do bicho (pai, mãe e avô)	2
Homicídio (pai, primo)	2

Vê-se na tabela acima que 11 adolescentes (36%) relatam história familiar de envolvimento infracional.

Os relatos de história de violência sofrida na família incluem suicídio (mãe, tio), acidente de carro (pai), espancamento (mãe) e assassinato (pai, tio, primos, irmãos). Um dos infratores expressa seu sentimento e sua elaboração ao falar sobre o assassinato do tio:

“Ah, eu fiquei triste e fiquei pensando em tudo. Aí eu falei, aí minha mãe falou ‘isso é coisa da vida’. Aí eu fui compreendendo. Aí hoje eu nem penso mais nisso. Eu procuro não pensar mais nisso” (Célio).

A fala de Célio mostra como este tipo de ocorrência é comum na vida das pessoas que moram neste tipo de comunidade de baixos recursos. Os assassinatos freqüentemente não são investigados e a família tem de se conformar com a perda do ente querido e a falta de justiça para quem lhes tirou a vida.

A história familiar dos primos foi analisada separadamente. Aparecem como agravos à saúde problemas neurológicos (tia), AIDS (mãe e pai), alcoolismo (pais), epilepsia (irmão), câncer (mãe), meningite (o próprio).

Não foi encontrada entre os primos história de violência sofrida ou envolvimento infracionais da família. Alguns infratores relatam a experiência de terem sido influenciados por primo, cunhado, irmão ou pai que já praticavam delitos, inclusive eles tiveram contato logo cedo com armas, tráfico e a violência praticada por terceiros. O fato dos primos não possuírem familiares infratores certamente favoreceu seu engajamento em atividades legais.

2) A DINÂMICA FAMILIAR

2.1) RELACIONAMENTO

As entrevistas dos infratores e de seus irmãos/primos desvendaram um ambiente onde as relações familiares estão repletas de desentendimentos e desafetos, de problemas de comunicação entre os pais e destes com seus filhos e da família em geral.

O primeiro detalhe que chama a atenção é o fato dos adolescentes infratores demonstrarem maior dificuldade em falar sobre seus sentimentos, sobre a maneira como os membros da família se relacionam entre si e como eles se relacionam com a família. Muitas vezes, eram usados apenas monossílabos ou poucas palavras para responder a tais perguntas. Alguns infratores e a maioria dos irmãos conseguiam elaborar melhor suas respostas, fazendo enormes relatos de suas histórias. No entanto, a maior parte dos infratores não conseguia fornecer mais do que pequenas respostas e, até por vezes, não conseguia fornecer resposta alguma. Este fato pode ser devido não apenas à baixa escolaridade destes jovens, mas também à sua dificuldade em lidar com as questões afetivas e emocionais.

No tocante ao relacionamento com o **pai**, dos infratores que puderam relatar sua história de convívio (mesmo aqueles que perderam o genitor por morte

ou abandono), 36% disseram manter ou ter tido bom relacionamento: *“Adoro, amo demais meu pai...”* (Clodoaldo); *“Ele é amoroso comigo. Ele gosta de me dar conselho pra sair dessa vida.”* (Cláudio). Outros 17% demonstraram ter um relacionamento razoável. Cleiton, por exemplo, afirmou que o relacionamento com seu pai era melhor antes do seu envolvimento. Os que afirmaram ter um relacionamento ruim somaram 13%. É o caso de Reinaldo, que relata não aceitar o pai por ser policial, por ter abandonado a família e ter construído outra e por demonstrar preferência por sua irmã.

Já 46% dos irmãos/primos disseram manter bom relacionamento com a figura paterna: *“-Como é a sua relação com ele (pai)? -É muito boa. A gente assiste jogo juntos. Agora que eu não estou indo jogar futebol com ele, por causa do horário da escola, mas a gente conversa bastante”* (Alexandre). Esta diferença de relacionamento entre os dois grupos, pode ser considerada como um dos fatores que contribuem para a entrada do jovem na infração, como vimos no capítulo 1 (Pasquali & Andrade, 1986).

Três jovens não infratores asseguraram que o relacionamento não é bom: *“-Como é a vida dele? – Ah, só bebendo, não pára de beber, arrumando confusão. – Você tem contato com ele ainda? – Não, ele só tem contato com esse irmão que fugiu... sempre foi o preferido dele”* (Adriano). Sete dos entrevistados não contam mais com o pai, ou por morte, ou por abandono.

A grande maioria (78%) dos infratores afirmou se dar bem com a **mãe**: *“Amo demais a minha mãe. Sinto tudo por ela. Dou minha vida por ela.”* (Clodoaldo); *“Sempre ia ver a minha mãe, todo dia...que eu não consigo ficar sem ver a minha mãe, senão eu fico triste...”* (Benedito). O relacionamento com a figura materna é descrito como bom e a mãe como paciente, conselheira. Alguns dizem que a mãe é

preocupada em dar conselho para que o jovem não entre, ou então, saia da vida do crime, para que ele não use drogas e não se envolva com “más companhias”. Como nos diz Zaluar (1994):

“Esta visão masculina do mundo do crime é matizada pela referência constante à mãe como freio ao envolvimento com o crime. A descoberta que a mãe pode fazer da origem do dinheiro trazido para casa, a vergonha e preocupação subseqüentes, o sofrimento que ela tem quando o filho está preso são parte de um discurso moral e sentimental que fala das raízes para deixar a vida do crime.” (p.82)

A mãe, que geralmente provê sozinha, ou ajuda no sustento da família, é valorizada pelo jovem como aquela que deu tudo para ele, que se sacrificou e criou os filhos sozinha. Mesmo as mães que não trabalham, ou que tiveram ajuda do pai ou do padrasto, são vistas como a provedora em um sentido mais amplo, como a figura que dá afeto, que dá estrutura à família e que zela pelos filhos.

Ela é a figura predileta destes jovens, que a têm como uma presença boa e constante em suas vidas, indicadora do certo e do errado. Alguns deles defendem a mãe no relacionamento com o pai ou padrasto. A imagem que muitos destes jovens têm das mães parece um tanto idealizada, descrevendo-as como uma figura sem defeitos, encontrando explicações para todos os seus, incluindo os mais inadequados. Se a mãe usa de violência, a culpa é do jovem que fez “coisa errada”. Este é um dos pontos de diferença entre infratores e irmãos quanto à percepção da mãe, como veremos adiante.

Dois infratores apontaram ter um relacionamento insatisfatório com suas mães e quatro outros já não as têm mais. Raí se queixa que a mãe trabalhava a semana toda, dormindo no emprego e só voltava para casa no final de semana. A supervisão, o controle, o cuidado, o diálogo e a presença que servem de guia, tão essenciais na infância, ficaram prejudicados na vida deste jovem.

A relação dos não infratores com a mãe é vista como boa por 52% dos entrevistados:

“Minha mãe é super carinhosa com a gente. Eu sou fã dela e ela é minha fã. Meu pai também. A gente se dá bastante”.(Almir)

“Eu posso dizer que minha mãe e meu pai são bem pra frente, entendeu. Totalmente assim... não ficaram quadrados, né, evoluíram com a geração”.(Aloísio)

Quatro jovens disseram ter um relacionamento razoável. Em dois casos o relacionamento é ruim e seis jovens não contam mais com a mãe. Pelas suas exposições, pode-se ver que os não infratores têm uma visão mais realista e humana da mãe, ponderando entre seus defeitos e qualidades, mostrando que ela erra, mas também produz coisas boas, apontando seus sofrimentos e lutas.

“-Ela é batalhadora... cuida legal de nós.

-Ela é carinhosa?

-Ela até era, mas depois que entrou pra Igreja Universal, eu não sei o que aconteceu com ela que tudo ela diz que a gente está com o diabo no corpo...Eu e minha mãe ultimamente não estamos falando muito bem não, por causa dessas coisas” (Ângelo).

Poucos infratores relataram ter **padrasto**. Dos que possuem 6 disseram que o relacionamento é bom; um, que é razoável; e três asseveraram um relacionamento bastante ruim: *“Ele é muito assim, não sei como dizer, a gente discute muito, a gente briga. Se eu pudesse matar ele eu matava. Eu já falei que eu vou matar ele”* (Bernardo).

Dos não infratores que disseram ter padrasto, dois não têm convivência com ele; um não tem bom relacionamento; e cinco demonstram um bom convívio.

Apenas quatro infratores possuíam **madrasta** na época da entrevista, sendo que um disse ter um relacionamento ruim com ela e três não têm convivência. Um dos não infratores, que é irmão por parte de pai e mãe, disse ter madrasta e manter uma boa relação; dois são primos e um é irmão por parte somente de mãe.

No que concerne ao **relacionamento entre os irmãos**, 65% dos infratores e 81% dos irmãos/primos revelaram gostar e se dar bem com eles. Em geral, as irmãs mais velhas, que cuidaram dos caçulas, recebem o afeto deles, mantendo uma relação amistosa e até servindo de conselheira. As irmãs caçulas eram, por vezes, também alvo de atenções e cuidados.

“Meus irmãos, a minha relação com eles são muito ótima” (Cassiano).

“-Como é a relação com os seus irmãos?”

-Boa...eu sempre procuro ajudar as minhas irmãs e acho que a relação com elas são tudo ótimas...” (Alan)

Oito infratores e três não infratores demonstraram ter um relacionamento melhor com alguns irmãos do que com outros. Benjamim, filho caçula, nutre uma boa relação com seu irmão do meio, que demonstra preocupação com ele, mas tem um caso difícil com seu irmão mais velho, em função de não gostar da esposa dele. Este caso será mais explorado na seção sobre violência física.

“-Você não se dá bem com a sua irmã?”

-Não, ela já puxou o meu pai; já vem de sangue ruim, faz coisa que não me agrada.” (Adriano)

“-Você não se dá com o seu irmão?”

-Só com ele que não dou. Com o outro se dou melhor.

-Como você se sente em relação a esse irmão?

- Nem dou muita confiança a ele quando ele vai lá em casa. Quando eu estou ele vai lá pros fundos.” (Benjamim)

Um infrator e um não infrator dizem não se dar bem com os irmãos. Cássio disse ter um relacionamento ruim com todos os irmãos por sua própria culpa. Desabafa que os irmãos o aconselhavam para não se envolver no tráfico e ele não os ouvia, até que um deles disse que não aceitaria tráfico dentro de casa. Cássio saiu do lar, alugando um lugar para morar. Reconhece agora que eles estavam certos.

Ainda nesta categoria, um infrator relata um relacionamento distante com os irmãos; outro afirma que tem ciúme dos pais com a irmã; e outro confessa que brigava muito com os irmãos, mas acha que depois da internação a relação está bem melhor.

O **relacionamento conjugal dos pais** é um categoria do relacionamento que se mostrou bem parecida entre os dois grupos, apontando que os jovens não se distanciaram em sua percepção neste particular. Não houve uma ocorrência predominante: os entrevistados relataram várias situações que se dão no dia-a-dia dos pais. Há casos em que os pais vivem juntos e se dão bem, uns até com lar mais harmonioso. Outros relatam que os pais vivem juntos, porém com relacionamento conturbado, freqüentemente brigando. Nestes últimos, há casos de violência física cometida pelo marido. Alguns entrevistados disseram que os pais são separados, porém mantendo um relacionamento amigável, e o pai dá assistência financeira e afetiva à família. Cinco infratores e seis irmãos/primos relataram que seus pais são separados e não se vêem mais. Nestes casos, há relatos de adultério, alcoolismo, violência física sofrida pela mãe e pelos filhos e de abandono do lar.

No **relacionamento de mãe/pai com companheiro(a)** surgiram 10 relatos de infratores e 9 de seus irmãos/primos em que um dos pais tem um companheiro(a) com quem se dá bem:

“Gosto que ele é muito bom... É um rapaz trabalhador.” (Benedito)

“-Você se dá bem com seu padrasto?”

-Eu me dou. Ele é legal, boa pessoa.

-Trata bem a sua mãe?”

-Trata bem, não briga.” (Afonso)

Três infratores e um não infrator afirmaram que a relação do pai ou da mãe com o(a) companheira(o) é problemática:

“-O meu padrasto não gosta muito da gente, não. Quer dizer, nunca tive uma ajuda dele, assim dinheiro, nem um realzinho, assim, pra nada. Nunca tive dele, não.

-Por quê?

-Ele não gosta mesmo da gente...quando a gente chegava perto dele, até no chegar perto ele se distanciava. Ele chegava em casa mandando jogar o lixo fora, nem perguntava se a gente trabalhou, se a gente fez alguma coisa...a gente sentia ali que ele não gostava da gente...” (Clóvis)

No tocante à **família estendida**, parece não haver muita união dos membros das famílias nucleares com o restante dos membros. Os infratores, principalmente, se mostraram mais afastados da família estendida. O mais comum foi os dois grupos terem mais contato e melhor relacionamento com a família da mãe (36% dos infratores e 23% dos irmãos). Três infratores e três dos irmãos dizem manter mais contato com a família do pai. Neste caso, o que acontece é que a família da mãe mora ou em outra cidade, ou em bairro afastado da comunidade dos jovens.

Ocorreram sete relatos (23%) de infratores e onze (36%) de não infratores que revelaram o contato e a boa relação com a família de ambas as partes: *“-Você tem contato com todos eles [primos]? -Todos eles. Moram próximo da minha casa”*.(Clodoaldo)

Os infratores que têm pouco ou nenhum contato com a família estendida somam 30% do total e os não infratores, 20%.

Há ainda 3 irmãos/primos que mostraram não se dar bem com a família de ambas as partes. Este tipo de resposta não foi encontrada entre os infratores, talvez por sua tendência de encobrir a realidade de sua própria situação afetiva e da sua família. Amauri, ao falar dos primos e Anderson, da família do pai, ilustram bem o problema:

“-Nunca se demo bem. Desde pequeno sempre brigando...”

-Você considera sua família unida?

-Considero...mãe, pai e irmãos só.” (Amauri)

“-Vocês vão sempre lá ou só de vez em quando?

-Uma vez na vida ou outra. Só quando é final de ano mesmo...A minha mãe fala que eles maltratava muito ela. Que a gente vai lá, a gente é bem tratado. Porque vir procurar a gente eles não vêm, não. Quando a gente vai lá, eles representa uma coisa. A minha mãe fala outra.” (Anderson)

O **relacionamento com os avós** se mostrou mais próximo entre os não infratores. Para muitos os avós foram ou ainda são os responsáveis por seu cuidado e educação e convívio cotidiano. Nem sempre os jovens conheceram tanto os avós paternos como os maternos, mas a maioria demonstra carinho e afeição por aqueles com quem se relaciona(ou). Alguns mostram preferência por este ou aquele avô/avó; apenas André deixa claro seu desagrado com ambos os avós: *“Muito enjoado eles... Fala demais”*.

Dezenove infratores foram perguntados sobre como gostariam que fosse sua família, caso pudessem **efetuar alguma mudança**. Treze responderam que não fariam nenhuma modificação, que a família está bem da maneira como é. Esta resposta reflete a falta de perspectiva de futuro, o conformismo e até a falta de ligação afetiva com os parentes mais próximos. Muitos dos infratores relatam vestirem-se de “doutor” para visitarem shoppings, dormir em hotéis, dirigir carros etc. Ou seja, conhecem pelo menos algumas possibilidades de um mundo diferente do deles para traçarem uma comparação com o seu, criando a possibilidade de almejarem um pouco mais. Olhando do ponto de vista do pesquisador, pelos relatos e pela sua história de vida, estes adolescentes deveriam expressar o desejo de um ambiente melhor para hoje e para o futuro. No entanto, não é isso o que se depreende ao serem perguntados, também, sobre o que mudariam na sua comunidade: uma das respostas foi a de que não acrescentariam nada, ou que a comunidade é boa do jeito que está. Vivem em áreas onde há escassez de serviços,

alguns até básicos, de pouca ou nenhuma opção de lazer e de trabalho. Eles deixam a impressão de que a dura realidade com que lidam no seu dia-a-dia faz esgotar seus sonhos e secar até as lágrimas: *“Chorar não vai adiantar nada”*.(Cristiano)

Cinco infratores responderam que gostariam que a família fosse mais unida, brigando menos, com mais harmonia, sendo que um deles acrescentou *“e com mais dinheiro”*.

Quanto aos irmãos, doze rapazes responderam a esta pergunta. Cinco alegaram que a família poderia continuar do mesmo jeito: *“Eu acho que do jeito que a minha família está, está bom. A única coisa que eu não gosto muito é que minha avó, depois que o meu avô morreu, ela bebe muito”*.(Arnaldo)

Cinco registraram seu anseio por uma família mais unida, sendo de um deles o desejo também por mais dinheiro: *“Eu ia tentar reunir assim pra gente ser unido, legal mesmo... Mais unido entre os irmãos. Porque do resto eu não ia tentar não”*. (Anderson).

Um jovem expôs a vontade de que sua mãe fosse mais carinhosa e que gostaria de ter mais dinheiro para poder ajudar a família: *“... única coisa é que eu pensava assim era de gravar um disco e ajudar a minha mãe e meus irmãos. Comprar uma casa boa pra minha mãe, meus irmãos. Uma vida melhor [...] Ah, eu gostaria igual assim a mãe dos meus outros amigos, chega assim e beija, pô, eu acho legal”*.(Afonso)

Outro adolescente disse que mudaria a situação do irmão infrator, levando-o para trabalhar.

Alguns não infratores foram perguntados quanto ao **seu sentimento em relação aos seus irmãos/primos**. Dezesesseis relataram sentimentos de afeto, preocupação com o infrator e tentativas de aconselhá-lo, sendo que um deles admitiu sentir falta do tempo de infância. Três outros disseram que se relacionam bem, mas que não têm muita proximidade. Apenas um adolescente afirmou que não gosta do irmão, porque este fica lhe aporrinhando e dando soco.

“Eu sinto saudades do tempo que morava todo mundo junto, a gente brincava de esconde-esconde... Eu sinto falta do Cláudio”. (Ângelo)

“Sinto falta dele. – O que você gostaria de falar para ele se ele estivesse aqui agora? – Que eu amo ele”.(Amauri)

“É boa, não tem briga entre a gente. É a gente conversa, cansei de dar conselho a ele”.(Anderson)

Foi pedido, também, a alguns irmãos/primos para expressarem o **sentimento da família em relação ao infrator**. Quatro falaram da preocupação e do apoio da família. Um deles afirmou que o infrator tem uma relação próxima com a família. Outro revelou que o infrator não tem relação próxima com os pais, mas goza do apoio total da avó paterna; e um último relata a falta de apoio da mãe para com o filho infrator.

Depreende-se das entrevistas dos irmãos/primos que a ajuda que a família oferece ao infrator varia entre conselhos ou surras. Pouco se falou a respeito da afetividade, do controle da frequência escolar, de se procurar ajuda profissional em centros comunitários ou de serviços gratuitos. O máximo que os irmãos e os próprios infratores relataram foi a ajuda na procura de trabalho. Parece que as próprias famílias se sentem perdidas, não se dando conta do auxílio que podem fornecer ao ente infrator. Raimundo descreve o sentimento da família em relação a

sua situação como algo definitivo, com o qual já se conformaram: *“Eles não podem fazer mais nada, eu tô aqui”*.

A família tem como papel preponderante a educação dos filhos, a orientação para o desenvolvimento de suas potencialidades e a condução do convívio social. São os pais que ajudam os filhos no crescimento sadio, na conquista de maturidade e da autonomia (Mielnik, 1993). Os pais têm o papel de orientar os filhos quanto às condutas éticas, motivações, seus direitos e deveres, sua vida espiritual, sexual, social e outros aspectos que o ser humano aprende e consolida ao longo de sua formação. A união e o bom relacionamento do casal são primordiais na construção de um lar equilibrado e saudável. É importante que os filhos percebam harmonia e solidez na estrutura familiar. É neste período que vão ser formados os conceitos de viver em sociedade, amor, solidariedade, respeito de limites, regras, leis (Muza, 1996).

A figura materna tem participação essencial no processo de desenvolvimento e educação da criança, desde a concepção, passando pela infância e adolescência, pois seu relacionamento com o filho é íntimo, tendo início na gravidez, continuando por toda a vida. É neste período, quando se conscientiza das mudanças fisiológicas que ocorrem no seu corpo, que começa a se desenvolver o apego materno, essencial para a qualidade do relacionamento a ser estabelecido com o novo ser (Feijó, 1997).

A função do pai é, do mesmo modo, valiosa para a criança, não apenas como provedor material básico, mas também como a figura que ensina aspectos sociais relevantes para a formação de seu filho. Vem dele a imagem de força, segurança, proteção e o afeto que ele provê é diferente daquele advindo da mãe. Ao demonstrar carinho, compreensão e tranqüilidade, o pai colabora para o equilíbrio e

saúde da criança, desde a concepção, assim como fornece o apoio e suporte de que a mãe necessita para desempenhar seu papel. O pai que não impõe limites e é ausente no estabelecimento de ordem e de conduta moral, traz ao jovem uma imagem de abandono, rejeição e solidão, resultando-lhe em prejuízo afetivo e social. O que freqüentemente acontece é o homem não acompanhar as constantes mudanças socioculturais que mexem com o papel do homem e da mulher e, assim, quando não se ausenta totalmente de suas responsabilidades no lar, ele termina por perpetuar o seu antigo papel de manutenção das condições materiais da família, deixando à mãe o equilíbrio emocional dos filhos (Muza, 1996).

2.2) EXPERIÊNCIA DE VIOLÊNCIA FÍSICA

A maioria dos entrevistados experienciou algum episódio de violência familiar e muitos também sofreram agressão física em casa. Alguns, logo que perguntados, diziam que nunca haviam apanhado. Porém, quando foram mais investigados, diziam que ou o pai, ou a mãe, ou ambos, ou algum outro membro da família já haviam perpetrado algum tipo de punição física contra eles, ainda que leve. Isto dá a idéia de que o “apanhar” ficaria mais marcado na memória ou no sentimento destas pessoas (principalmente entre os infratores), quando o ato tivesse uma intensidade maior, a ponto de deixar marcas físicas. Um dado que revela a naturalização da violência é que muitos julgam a violência física infligida pelos pais como um fato normal da vida, principalmente quando o ato é cometido pela mãe: *“Ah! Mas tapa de mãe não dói, não.”* (Clemer). Há casos em que houve relato de violência por mais de um membro da família, seja pai, mãe, avô/avó, tia/tio, irmãos ou padrasto.

A figura que mais pune fisicamente, seja de forma leve ou de modo bem mais severo, é a **mãe** (42% entre os infratores e 59% entre os irmãos/primos). Esta

diferença nos números pode ser entendida de três maneiras: uma, pela explicação idealizada com que os infratores descrevem a mãe e seu relacionamento com ela; outra seria a maior convivência que os não infratores tiveram com a genitora; a terceira seria a forma como algumas mães tendem a tratar os filhos caçulas, com menos rigor, controle e mais mimos.

“A minha mãe tinha comprado danoninho e eu pedi pra tomar. Ela falou que era da minha irmã, pra levar pro colégio. Eu falei então não vou deixar ela dormir essa noite, que eu estou com o diabo no corpo. Aí ela disse ‘então eu vou tirar o diabo de cima de você’. Foi e pegou um pedaço de pau e começou a me bater”. (Cléber).

“Ela não chega e procura explicação, não. Ela chega e vai logo espancando... O negócio dela é cipó, um pedaço de pau, chinelo, murro. Ela não dá tapa, ela dá murro” (Erick).

“-Já bateu de machucar mesmo? – É, de quebrar mesmo... eu não, mas os meus irmãos já. Eles têm tudo a cabeça quebrada que a minha mãe quebrou” (Anderson).

Em segundo lugar vem o **pai** como a figura que mais pune (23% entre os infratores e 53% entre os não infratores) sofreram ou sofrem violência física cometida pelo genitor:

“... uma vez saí de casa porque ele queria bater em mim. Fui morar num barraco aqui embaixo. Depois ele veio chorando...filho volta pra casa; eu não queria fazer isso com você...” (Ronaldo)

“O meu pai só se dá bem comigo... Ah, os meus irmãos não gosta dele, não. Que ele batia muitos nos garotos ... os garotos se revolta...Eu apanhava menos” (Clemer).

“Muito. Chegou uma vez já até a acordar a gente pra bater... estava bêbado...O meu irmão mais velho chegou a bater nele. Mas aí ele pegou a gente e bateu muito” (Adriano, irmão mais velho de Clemer).

Não foi possível identificar quem pune mais severamente, se a mãe ou se o pai. Usualmente, pensa-se que a mãe bate mais porque passa mais tempo com os filhos e o pai, quando usa a punição física, esta é mais severa do que a da mãe. Esta distinção não ficou evidente na fala dos jovens entrevistados, uma vez que alguns relatos apresentam a mãe empregando punição física intensa.

Há mais histórias de violência **entre pais** do que violência entre mãe e padrasto. Surgiram também casos de desentendimentos entre padrastos e enteados. Os relatos dos irmãos Clemer e Adriano são ilustrativos de como o infrator vê com olhos diferentes os pais e o relacionamento familiar. Ao ser perguntado sobre o relacionamento de seus pais e se há violência física, Clemer diz que o pai só bateu uma vez na mãe. Seu irmão conta que o número de agressões à mãe é maior, fala das surras sofridas por ele e seus irmãos e expõe o alcoolismo do pai.

“... ele pegava a vara de goiaba, dava nas pernas com raiva. Às vezes raspava a cabeça da gente e batia. Eu tenho esse nariz aqui com problema que ele me deu tesourada...Na minha mãe também. Era, às vezes, quando chegava bêbado em casa, batia também. Só quando chegava bêbado. Às vezes quando não chegava, procurava briga” (Adriano).

A violência física **entre irmãos** foi constatada em 13% dos infratores e 7% dos não infratores. O caso de Benjamim chama a atenção pela gravidade do abuso. Benjamim, como outros infratores, começou a ter problemas com os irmãos quando entrou para o tráfico. Ele não gostava da mulher de seu irmão mais velho e chegou a bater nela. Este episódio levou-o a enfrentar a raiva do irmão, que bateu tanto nele, de forma que teve de ser internado em hospital.

“Teve uma surra que eu fique até internado... Ah, isso aí foi com meu irmão.Fiquei no hospital, eu estava assim passando mal já....porque ele ia casar com a mulher e eu não gosto que ela vá lá em casa, aí ele começou a falar e eu dava uma porrada nela. Falei que eu não queria ela lá” (Benjamim).

O caso de Antônio também mostra a agressividade do irmão:

“Porque qualquer coisinha ele já quer bater nos outros... Ele falou que se me encostasse no flipper, ia me dar um soco...estava eu e meu irmão...dentro do flipper. Ele foi arrebentou o chinelo do meu irmão, me deu um tapa, deu um no X...” (Antônio).

Houve, ainda, relatos de agressão física por outros membros da família, como tios e avós. Cinco infratores e quatro irmãos relatam que não sofreram violência dos pais.

Durant e colaboradores (1994), em pesquisa sobre adolescentes negros que vivem em cidade, concluíram que o relato de uso de violência estava significativamente correlacionado com o grau de conflito familiar e a severidade da punição física e da disciplina.

Gilligan (1996) em seu livro “Violence: Our Deadly Epidemic and its Causes”, relata que os criminosos violentos são objetos de violência desde a mais tenra infância. Eles viram parentes próximos serem assassinados, foram torturados, estuprados e participaram de inúmeros sofrimentos familiares. Diz o autor que o grau de violência e crueldade a que foram expostos estes homens na infância é tão extremo e incomum, que dá um novo significado ao termo abuso infantil.

Observou-se que muitos jovens entrevistados não se sentiam confortáveis em falar sobre abusos e violências sofridos. Alguns, como dito antes, chegaram a dizer que nunca haviam sofrido violência e, depois, relataram as surras e palmadas vivenciadas. Não foi investigada, por isso, qualquer história de abuso sexual vivida por estes jovens.

Acredita-se ser a violência algo tão comum nas famílias e comunidades destes adolescentes, que, muitas vezes, ela passa como algo natural e inevitável na vida. Esses jovens aprendem em suas casas, com os vizinhos, com sua comunidade, que a maneira de agir diante de algo que não lhes agrada é violenta, muitas vezes utilizada para extravasar as frustrações, a impotência e a raiva acumuladas de uma vida sem vislumbre de dias melhores, de desrespeito e mágoas

vivididos. Eles viam seus avós, seus pais e seus irmãos fazendo isso com outros e com eles mesmos. Trata-se de um modelo aprendido que faz parte do imaginário social destes adolescentes, desde crianças, ocorrendo, assim, o que se chama de “circularidade da violência”, que passa de geração a geração e de uma camada social a outra. Segundo Mielnik (1993), a manifestação da violência surge não repentinamente, mas de forma lenta e progressiva.

Muza (1996), falando sobre a violência, descreve como um de seus fatores a extrema pobreza e a condição de moradia destas famílias. Seus lares são situados em favelas e assentamentos que terminam por serem excluídos dos bens e serviços da cidade. As famílias numerosas e com pessoas agregadas moram em casas precárias, de tamanho mínimo, o que dificulta a intimidade e facilita a promiscuidade. Com toda a problemática do trabalho mal pago, temporário e monótono, aliado às condições de moradia e ao número de pessoas em uma mesma casa, as relações familiares se tornam estressantes, e a violência é usada como mediadora das relações entre pais e filhos.

Um elemento ligado à violência doméstica é o uso do álcool, sendo um dos fatores de acirramento dos conflitos. Esta situação agrava-se quando o cônjuge está desempregado, enfrenta pressões econômicas ou tem conflitos familiares (Bronfman, 1993).

2.3) EXPERIÊNCIA DE MAUS-TRATOS PSICOLÓGICOS

O tema dos maus-tratos psicológicos foi algo difícil de ser abordado. Sem direcionar a pergunta, encontra-se dificuldade para investigar a questão dos maus-tratos, uma vez que os jovens do sexo masculino estão menos acostumados a expor seus sentimentos. Além disso, os entrevistados, especialmente os infratores, não

possuem um vocabulário muito extenso para se expressarem com maiores detalhes. Quando a pergunta era direcionada, alguns diziam que não haviam sofrido maus-tratos, embora seu discurso anterior tivesse enunciado uma série de experiências de sofrimentos psicológicos. Quando perguntávamos se o jovem tinha sido humilhado, esculachado e achincalhado, os infratores, em sua maioria, referiam-se ao(s) episódio(s) da apreensão pela polícia. Em função disto, não foi possível detectar esta questão em todas as entrevistas. Uma possível suposição é que, talvez, os infratores encarem os maus-tratos como um comportamento mais aceitável no meio familiar, ou como uma situação com a qual eles se acostumaram. No entanto, não aceitariam tal experiência na esfera pública, como cidadãos.

Apenas um infrator relatou ter sido muito desejado por ambos os pais. Carlos é o caçula de quatro irmãs. Seus pais estavam ansiosos por ter um filho do sexo masculino: *“Eu sou o filho que ela mais queria ter!”*. Pelo seu discurso, Carlos tinha uma convivência estreita com o pai, que sofreu um acidente vascular cerebral. Relata que em sua infância pescava e caçava com o pai, tinha brinquedos, carinho, era o queridinho da família, principalmente dos provedores. Após o AVC de seu pai, Carlos ficou desorientado, sem a âncora que lhe agarrava ao caminho da correção, passando a se envolver com indivíduos que fazem uso de drogas até cometer seu primeiro delito, um assalto a uma residência, quando foi pego.

Em quatro relatos os infratores disseram se sentir rejeitados, seja pelo pai, mãe, irmão ou com a separação dos pais. Um deles, Bruno, conta que esta rejeição vem desde o período pré-natal. Este adolescente foi exposto à brutalidade desde tenra idade. Mora em comunidade com alto grau de violência. Sua irmã mais velha costumava abusar fisicamente dele, batendo, dando choque e prendendo seu

dedo na porta. Seu pai batia em sua mãe e nos filhos, fazia parte de grupo de extermínio e foi assassinado por um dos companheiros.

Em quatro casos, os jovens dizem ter se sentido isolados, deixados de lado pela família: *“Assim, senti mal, eu ficava com a minha irmã chata, não tinha ninguém em casa. Aí ficava me perturbando, aí eu falei, eu vou pra rua”*.(Célio). Cláudio é outro adolescente que relata a rejeição e o abandono da família e principalmente da mãe. A possibilidade de ressocialização deste jovem fica muito prejudicada, uma vez que não conta com o apoio familiar: *“... Aí, teve um dia que eu cheguei com o olho vermelho em casa e ela [mãe] começou a me esculachar e me botou pra fora de casa. Eu tinha até saído dessa vida...Eu não tenho família, ninguém se preocupa comigo. Se eu tivesse um apoio, de repente eu conseguiria sair dessa vida, mas assim fica difícil...”* Encontramos no prontuário de Cláudio um relatório da psicóloga que diz:

“[...] Sobretudo, diante de tão pouco tempo de convívio, podemos vislumbrar como resposta ao seu comportamento uma trajetória de dificuldades afetivas e emocionais, provavelmente a má introjeção das figuras parentais que são vistas como ausentes. Devido a sentir-se rejeitado, procura defender-se agredindo a família e a forma que encontrou para obter carinho e proteção da sociedade, apresenta-se em incapacidade de resolver seus conflitos, necessitando de apoio jurídico e social”.

Quando a família expulsa o infrator de casa e o manda “seguir seu caminho”, ela está tirando todo suporte e afrouxando o vínculo afetivo que poderiam sustentá-lo e reorientá-lo para sua socialização.

Clóvis sente-se rejeitado e deixado de lado pelo pai, desde que descobriu seu paradeiro. Desde a separação dos genitores, quando o pai descobriu que sua mãe estava se prostituindo para ajudar na renda familiar, vive dividido entre o pai e a mãe, morando ora com um ora com outro e sofrendo a dor do afastamento:

“... mas só que o meu pai saiu de casa e nunca mais voltou. Eu ficava sempre no portão esperando ele [...] quando eu ficava com o meu pai, ela [mãe] demorava muito tempo pra me ver. E com o meu pai também era a mesma coisa. Se eu não fosse atrás, ele demorava pra me ver...eu que tinha que ficar correndo atrás dos dois” .

Dois jovens relatam terem visto o pai espancar e humilhar a mãe, fato que podemos tomar como maus-tratos psicológicos, uma vez que a criança se sente acuada e impotente diante da violência sofrida pela provedora.

A agressão verbal com desqualificação da criança ou do jovem ocorreu em dois casos. Rodrigo sentia-se agredido, desrespeitado pelo pai quando este ameaçava bater nele com o cacete. Cassiano se sente à parte da família do pai, que tem mais posses. Cláudio sente vergonha e mágoa por não ter podido ser aquilo que queria.

Quanto aos não infratores, alguns relatam se sentirem queridos, guiados e protegidos pela família, como Almir e Aloísio:

“Acho que eu sou querido nas duas famílias” [nuclear e do primo].

“-Você sempre se sentiu protegido em casa? – Até demais... a primeira vez que eu saí e voltei sozinho eu tinha 16 anos. A minha mãe foi assim protetora.”

Há quatro relatos de rejeição e três jovens sentiram-se agredidos verbalmente, sendo desqualificados:

“Magoa né, uma mãe falar pra um filho que tem que sair de casa. Ela já expulsou o meu outro irmão”.(Anderson)

“-Você já se sentiu rejeitado pelo seu pai? – Eu senti assim, pô, eu não gosto dele, não”.(Afonso)

No livro “The Psychologically Battered Child” (A Criança Psicologicamente Maltratada), Garbarino e colegas (1986) afirmam que os maus-tratos psicológicos prejudicam o desenvolvimento da auto-estima, da competência social, da capacidade para intimidade de relacionamentos interpessoais positivos e saudáveis.

Os autores fornecem uma lista baseada em um modelo de “tortura psicológica” que inclui “correlatos de violência”, entre eles: ataques físicos aos pertences da vítima, animais, plantas e pessoas amadas e de “tortura psicológica” na forma de isolamento, debilidade induzida (privação do sono ou alimentação), monopolização de percepções, degradação verbal, drogas para alterar a consciência, ameaças contra a vida e indulgências ocasionais.

As definições de maus-tratos psicológicos incluem agressão verbal ou emocional. As definições de negligência emocional incluem educação/afeição inadequadas, permitindo, com conhecimento, comportamento mal adaptado e outras recusas em fornecer cuidado essencial.

Qualquer observação de maus-tratos psicológicos depende grandemente do contexto sociocultural. Em geral, um comportamento é considerado psicologicamente abusivo, quando ele transmite uma mensagem culturalmente específica de rejeição ou prejudica um processo psicológico socialmente relevante, tal como o desenvolvimento de um autoconceito positivo e coerente.

A questão da inserção étnica e cultural é importante para se estabelecer fronteiras na definição de maus-tratos, assim como a idade é importante para avaliar severidade.

As famílias nas quais ocorrem maus-tratos psicológicos, geralmente vivem isoladas de influências “naturalmente corretivas” e que dão amparo de sistemas de apoio pró-social. Frequentemente, a família se isola da comunidade ou a comunidade ou os vizinhos também rejeitam e isolam a família. Não há senso de responsabilidade coletiva e identidade de vizinhança. As condições dominantes são

pobreza, desemprego, crime, condições precárias de moradia e indisponibilidade de serviços (Garbarino et al., 1986).

Pressionadas pela sua situação de vida diária e subjugada pelas responsabilidades dos cuidados com as crianças, estas famílias tendem a perder quaisquer habilidades positivas de enfrentar a situação construtivamente e a cair num padrão crescente de maus-tratos.

Estas famílias não estão socialmente isoladas em sentido estrito, mas elas estão isoladas do amparo social construtivo e do mundo que está além da sua comunidade de baixos recursos.

Também nas classes média e média alta existem casos de maus-tratos psicológicos, em famílias que vivem em vizinhanças alienantes ou que adotam estilos de vida destrutivos. O senso de privacidade criado nesses ambientes leva essas famílias a terem de lidar com as pressões e o peso da vida por si próprias e seu isolamento pode dar chance aos maus-tratos em tempos de crise.

Famílias isoladas tendem a não confiar em serviços sociais e, às vezes, até na sociedade em geral. Nelas há um clima de tensão e agressividade e o ambiente da casa comunica ameaça psíquica.

Outra característica de famílias que maltratam seus filhos é a falta de habilidade e insegurança nos métodos de lidar com eles. Por duvidar da eficácia de suas habilidades para lidar com as crianças, freqüentemente e erraticamente variam seus métodos de relacionamento, portanto comunicando-lhes uma atmosfera de dúvida. Tal conduta tende a transmitir estresse, tensão e agressão, independente de se a unidade familiar tem ou não um significado para seus membros.

Hasselmann (1996) aponta, segundo diversos autores, os fatores que influenciam o risco de abuso e negligência familiar. Alguns deles são: fatores socioeconômicos, estresse familiar, fanatismo religioso, problemas psiquiátricos, ordem de nascimento do filho, gravidez indesejada, educação, história de violência familiar em gerações anteriores, maus-tratos sofridos pelos pais na infância, tamanho da família, alcoolismo dos pais, número de filhos menores de cinco anos e ausência de rede social de apoio.

Crianças pequenas, crianças em idade escolar e adolescentes respondem diferentemente aos maus-tratos psicológicos, como indivíduos e como representantes de categorias do desenvolvimento. Suas respostas variam ao longo dos estágios do desenvolvimento e entre contextos. Uma criança pequena responderá diferentemente de uma criança mais velha e uma criança em um contexto familiar responderá diferentemente de uma criança em outra conjuntura. Porque seus níveis de desenvolvimento e contextos diferem, elas percebem os pais de acordo com seu nível e manifestam comportamentos específicos desenvolvimental e contextualmente.

Crianças pequenas maltratadas psicologicamente podem ser identificadas pela falta de harmonia em suas relações com seus pais e pelas suas respostas socialmente impróprias e irregulares.

Crianças em idade escolar psicologicamente maltratadas são freqüentemente identificadas por características pessoais, percepções e comportamentos que transmitem baixa auto-estima, uma visão negativa do mundo e ansiedade e agressões internalizadas ou externalizadas. Quer a criança se aproxime de adultos ou os evite, seu comportamento e resposta social são impróprios e excepcionais.

O adolescente maltratado é semelhante à criança, com, provavelmente, duas exceções importantes: as conseqüências dos maus-tratos podem ter se tornado mais uma parte integral da sua personalidade, especialmente se os maus-tratos começaram na infância, as respostas a eles tendem a ser mais severas e perturbadas do que as respostas da criança.

Apesar da vulnerabilidade familiar compartilhada pelos infratores e seus irmãos/primos, como a vida em comunidades de baixos recursos, o trabalho não especializado e mal remunerado e a exclusão social que isto acarreta, pode-se constatar algumas **diferenças significativas entre os dois grupos pesquisados**, que podem ter contribuído, aliadas a outros fatores, para que um grupo entrasse para a vida infracional e o outro não.

Primeiro viu-se que a estrutura familiar dos irmãos/primos se encontrava mais preservada na infância, principalmente se os filhos são mais velhos, o que lhes permitiu maior contato com as figuras paterna e materna. Os não infratores, quando mais velhos, tenderam a viver numa estrutura e dinâmica familiar diferentes do ponto de vista econômico e relacional, das que seus irmãos experimentaram. Alguns irmãos/primos viveram em ambiente que os beneficiou em maior contato positivo familiar e comunitário.

Estas crianças puderam ter maior supervisão, controle e cuidados iniciais, fatores fundamentais para a construção do caráter e de uma personalidade sadia e estável.

Esses irmãos, se mais velhos, tiveram que contribuir muito cedo para a economia familiar, desenvolvendo um sentimento de responsabilidade pessoal.

Os não infratores se distinguem também por manter melhores relações com sua família estendida, especialmente os avós. Mantêm, assim, uma cadeia maior no suporte social e, também, tiveram melhor supervisão e orientação.

A história familiar dos primos entrevistados também não mostra envolvimento infracionais, além de revelar um menor número de violências sofridas.

¹ Malformação: formação anormal ou defeituosa, de origem congênita ou hereditária (Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, p.1303.)

V

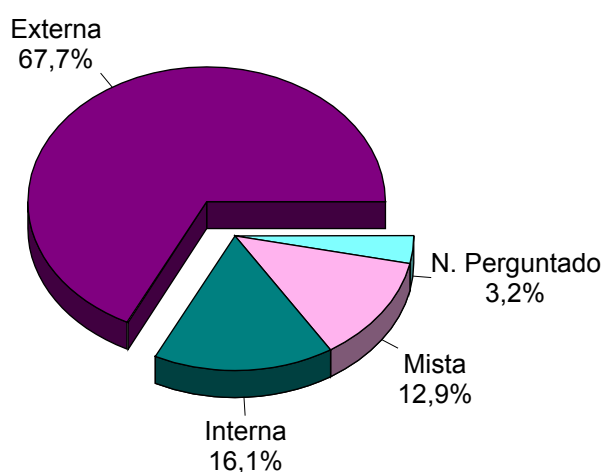
ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE, MOTIVAÇÃO, PERCEPÇÃO E JULGAMENTO DE RESPONSABILIDADE DOS JOVENS

1) ATRIBUIÇÃO DE CAUSALIDADE INTERNA x EXTERNA

Um dos objetivos deste trabalho foi verificar o *locus* de causalidade dos infratores e de seus irmãos não infratores. Foi hipotetizado que as predições teóricas de Jones e Nisbett seriam confirmadas pelos dados levantados. Como esperado, os infratores, em sua maioria, atribuíram aos fatores externos a causa de sua entrada na vida infracional. Como pode ser visto no gráfico 5.1, 25 infratores relataram fatores externos como causa, 4 infratores relataram causas tanto externas como internas, 5 fizeram atribuições internas e um entrevistado não foi perguntado sobre o assunto.

Gráfico 5.1

Tipo de Atribuição dos Infratores



Fonte: Dados das 31 entrevistas com os infratores.

As respostas que caracterizaram causas externas foram:

- levado pelos “amigos” (15),
- morte de algum parente (5),
- o roubo de sua bicicleta (1),
- destino (1),
- para se sentir protegido porque apanhava dos colegas quando pequeno (1),
- porque “faltou pai” (1),
- pelo mau relacionamento com o pai (1).

Algumas frases são exemplos do que os jovens pensam:

“Botaram tanta ‘pilha’ na minha cabeça, falaram pra caramba... os caras diz que é amigo, mas agora eu vi legal que não é. Amigo não leva o outro pro mal caminho” (Caetano).

“Aí pronto, fui pela cabeça dos outros. Sabe que quem vai pela cabeça dos outros é piolho, pronto” (Reginaldo).

Exemplo de atribuição mista:

“Depois que a minha mãe morreu... Eu me revoltei, não gostei do que tinha acontecido, aí comecei a fazer coisa errada. O meu pai me dava conselho, eu não escutava” (Ronaldo).

Alguns adolescentes forneceram duas causas externas que justificavam sua entrada na infração; como Cláudio que diz ter entrado para o crime depois da morte do irmão e porque foi influenciado pelo cunhado que era traficante. Rafael se inclui na mesma situação: depois de seus pais terem morrido, foi influenciado pelas “más companhias”.

As causas internas apontadas para o envolvimento no caminho da infração foram:

- porque eu quis (4),
- para ganhar dinheiro (4),
- por ciúme (1).

Relatos que são exemplos da atribuição interna dos infratores:

“Pô, eu entrei desde quando vim morar em... Ah, eu gostei...E vendo aquilo assim, eu sei lá, uma aventura que dá na gente de ver” (Cleiton).

“...aí eu tinha ciúme dela pra caramba... Então, eu escutava aquilo revoltado, ela ia sair com o ex-namorado para arrumar dinheiro pra tirar o filho que era nosso. Então, eu guardava aquilo tudo na cabeça...” (Clóvis).

Estes dados corroboram a Teoria das Perspectivas Divergentes, de Jones e Nisbett, no sentido de que os atores tendem a fazer atribuições mais externas. Estes autores destacam que a tendência dos atores em atribuir causa externa aos efeitos negativos de suas ações deve-se à necessidade da manutenção da auto-estima. Como foi visto no capítulo 1 desta tese, assim agindo eles tendem a manter o equilíbrio interno e a proteger-se da culpa pelo fracasso. Neste caso, o fracasso seria o ter sido apreendido, se sentindo humilhado perante a família; o fato de ter constatado que o que eles acreditavam ser um caminho fácil e lucrativo, como apontado pelos ‘amigos’, não o foi.

Silva (1999) pesquisou o estilo atribucional de jovens infratores e não infratores em Porto Alegre. Quando perguntados a que atribuíam a causa para os delitos cometidos, os primeiros se dividiram em causas internas (50,9%) e externas (44,5%). Os entrevistados incluíram nas causas externas o comportamento das vítimas (reação à abordagem e não ‘obediência’ às suas ordens) e o poder das drogas de controlar o comportamento.

Vale argumentar que quando o ator aponta uma causa externa como gatilho de uma ação, ele está se desligando do controle da causa: ou seja, se a causa não está na pessoa, ela não tem o poder de controlá-la. Neste caso está embutido o sentimento de impotência; então, não é de se estranhar o relato de vários infratores que alegam um sentimento de poder e auto-estima ao descreverem

ações de infração (assalto, briga de galeras ou comandos do tráfico) quando portavam arma e tomavam o controle da situação. Este dado será mais discutido nas considerações finais.

Além disso, quando a pessoa não sente que tem o controle da situação, não controla a causa de suas ações, ela não pode fazer nada para mudá-las. Está impotente para tomar outro rumo na vida, já que são as forças do ambiente que a controlam. Se o infrator não detém o controle de suas ações, é pouco provável que ele saia deste caminho e decida fazer da sua vida algo mais construtivo.

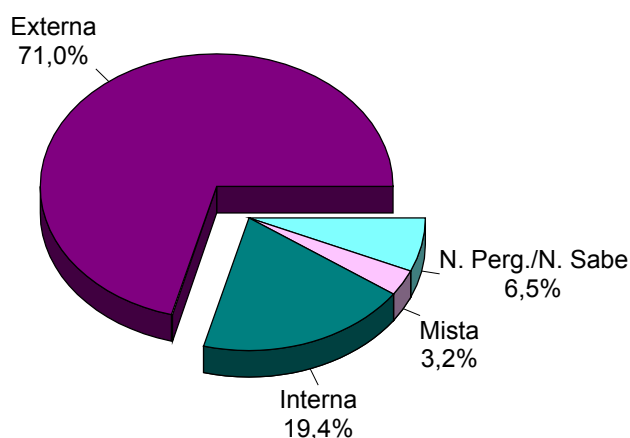
Dela Coleta (1982:136) verificou, em estudo realizado sobre atribuição de causalidade com cegos, amputados e presos, que estes últimos forneceram respostas de enfrentamento (*coping responses*, denominadas pelo autor de respostas de combate), que delineavam aos presos as seguintes características do processo de atribuição e das variáveis psicológicas consideradas, podendo as 3 primeiras afirmativas serem consideradas também no presente estudo:

- 1- maior emprego das explicações baseadas na teoria de atribuição defensiva e menor da teoria da busca de controle;
- 2- julgam-se menos culpados pela ocorrência dos eventos que os vitimaram;
- 3- julgam que não poderiam ter evitado a ocorrência do evento vitimador;
- 4- possuem menor sentimento de auto-estima.

Com relação aos não infratores, não se confirmou a hipótese de que eles apresentariam mais atribuições internas. Como pode-se ver no gráfico 5.2, a maioria (71%) deles atribuiu aos fatores externos a causa da entrada de seus irmãos/primos na infração; apenas 19,4% levantaram causas internas e um (3,2%) apontou os dois tipos de causas.

Gráfico 5.2

Tipo de Atribuição dos Irmãos



Fonte: Dados das 31 entrevistas com os não infratores.

Quatro irmãos/primos chegaram a fornecer duas causas externas para explicar o envolvimento do infrator. As respostas que configuraram atribuições externas foram:

- influência de “más companhias”;
- morte/ausência do pai;
- ausência emocional da mãe;
- mudança de residência;
- porque a vítima era de outra galera;
- falta de supervisão;
- surras dos pais;
- reação a uma provocação séria ou ameaça de morte.

Pode-se ilustrar esta classificação com algumas frases:

*“... Aí depois ele começou a se juntar com os moleques lá, aí começou a perdição dele. Acho que foi ali que acabou ele...
Você acha que foram as más companhias?
Foram, foram. E também que ele não teve uma oportunidade de emprego...” (Alan).*

“Eu acho que foi por causa dos pais, que depois que o pai dele morreu, a mãe dele foi se afastando muito dele... Eu acho que também foi isso, se sentiu sozinho. Também influência dos amigos, das pessoas que ele conhecia, que ele nunca andou com pessoa legal, era sempre com pessoa ruim” (Arnaldo).

As respostas que caracterizaram atribuição interna foram as seguintes:

- problema pessoal;
- revolta ou rebeldia;
- falta de força de vontade para não ceder às influências;
- porque quis;
- temperamento.

“Não faltou nenhuma assistência. Ele foi porque ele quis. Você entra porque quer, ninguém obriga ninguém a nada. Ninguém chega assim, ‘vem aqui, entra aqui’, se não quiser. Ele entrou porque quis”. (Ademar)

Exemplo de atribuição mista:

“Ele sempre foi uma pessoa rebelde. Mas pelo que eu estou sabendo, foi más influências também. Porque os colegas que ele começou a andar e cheirar cola, tudinho colocaram na cabeça dele...” (Elias)

Estes resultados, embora não estejam de acordo com a Teoria de Jones e Nisbett, são consistentes com dados de outras pesquisas realizadas. Shaver (1970) destaca que quanto maior a relação ou a similaridade do ator com o observador, menor será o grau de responsabilidade que este último atribuirá ao primeiro. Então, dependendo da afinidade do observador com o ator, a atribuição poderá ser discordante da predição de Jones e Nisbett. A autora afirma que as atribuições a eventos com conseqüências negativas são feitas defensivamente, a fim de se evitar a culpa e prevenir o envolvimento em acontecimentos vitimadores futuros. Ela verificou que o aumento da similaridade das pessoas com os sujeitos da ação, contribuía para a diminuição dos níveis de responsabilidade atribuída aos atores,

ocorrendo julgamentos mais tolerantes com sujeitos similares do que com sujeitos desiguais aos observadores.

Souza (1993) menciona que os observadores poderão fazer atribuições diferenciadas, segundo seu grau de empatia com o ator. Ela relata, também, o estudo de Cunningham, Kanouse e Star, onde estes autores afirmam que os observadores ativos, diretamente implicados na situação, têm uma posição diferente dos observadores passivos (não implicados). Então, de acordo com estes autores, é possível afirmar que uma pessoa (observador) que tem na família um infrator, provavelmente fará atribuições diferentes de um observador sem esta experiência, ao tentar explicar o comportamento do ator.

Kelley & Michela (1980, apud Costa, 1997) relatam que em várias circunstâncias as atribuições do observador partem de crenças prévias, simplificando, assim, o processo atributivo. Isto se dá quando o observador possui uma expectativa prévia em relação ao ator, porque o conhece pessoalmente. Se o comportamento observado é condizente com a expectativa, a atribuição será interna; se o comportamento fere a expectativa, então, a atribuição será externa.

É importante destacar que se os familiares atribuem às causas externas o envolvimento do infrator neste caminho, eles estão, de certa forma, tirando o poder do infrator para tomar um rumo diferente e, também, excluindo o poder da família para contribuir no processo de recuperação e ressocialização do jovem, eximindo-se da responsabilidade pela sua supervisão e seu apoio.

Glasgow et al. (1997) nos mostram que os estilos gerais de criação dos filhos podem ser produzidos através de práticas concretas que podem tanto promover ou inibir o desenvolvimento da auto-confiança, da responsabilidade e do

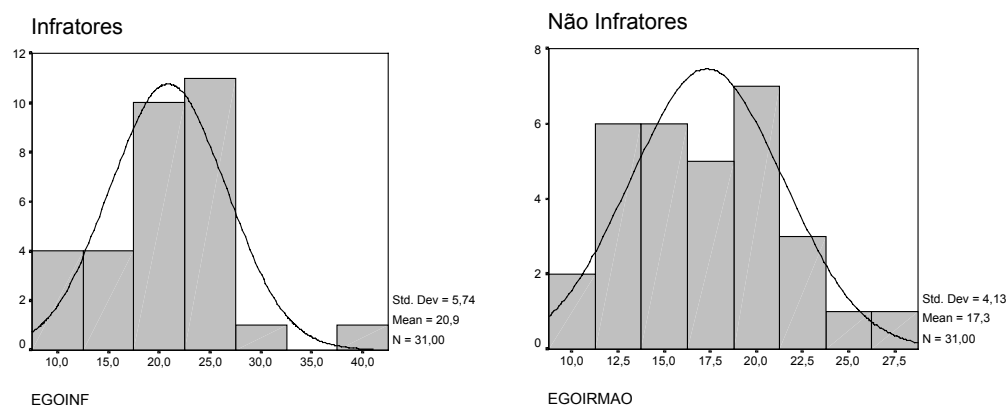
senso de adequação de desempenho nos adolescentes, qualidades estas que sustentam as tendências atribucionais. Se elas são tolhidas, pode-se criar uma propensão do jovem para expressar um estilo disfuncional de inferência causal (quando o sucesso/fracasso é atribuído à sorte/azar ou à presença/falta de habilidade). O uso contínuo de reforços externos e uma ênfase acentuada na obediência à autoridade diminui a percepção do adolescente de sua competência, da auto-confiança e das motivações internas para a realização.

Os adolescentes cujos pais são negligentes demonstram os menores níveis de auto-regulação e de competência cognitiva. *“O padrão de associações entre estilos de criação de filhos e competência instrumental provê o fundamento para o estabelecimento de relações adicionais para as tendências atribucionais do adolescente, as quais refletem níveis percebidos de auto-confiança, responsabilidade e capacidade de desempenho”* (Glasgow et al., 1996:511).

2) MOTIVAÇÃO DOS JOVENS E SUA PERCEPÇÃO DO CLIMA FAMILIAR

Com relação ao **Questionário de Orientação Tarefa e Ego na Família** (QOTEF) os infratores obtiveram para a subescala Ego a média de 20,9 (d.p. \pm 5,74) e mediana=22,0. O escore mínimo foi 12 e o máximo foi 38. Os não infratores apresentaram média igual a 17,3 (d.p. \pm 4,13) e a mediana foi 18,00. O escore mínimo foi 11 e o máximo alcançou 27 pontos. O gráfico 5.3 mostra a distribuição da pontuação do grupo.

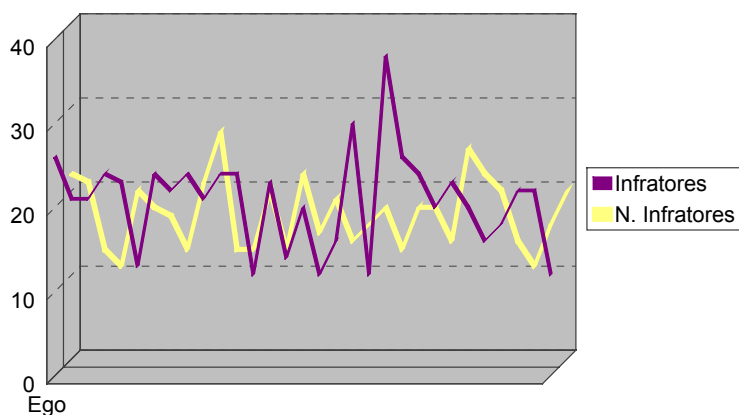
Gráfico 5.3 – Pontuação dos Jovens em Ego



O gráfico 5.4 compara a distribuição em Ego dos dois grupos. Vê-se aqui que os infratores demonstraram uma tendência maior a uma motivação Ego do que seus irmãos.

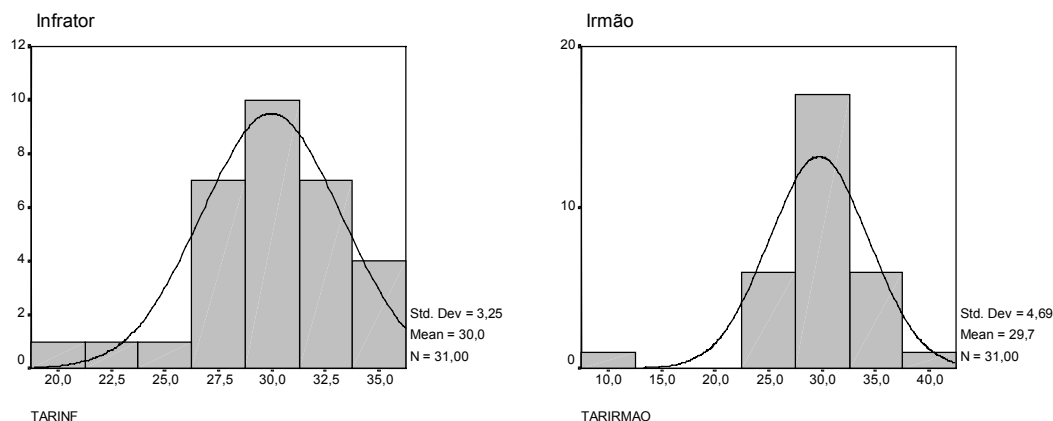
Gráfico 5.4

Comparando a Pontuação dos Jovens em Ego



Para a subescala Tarefa os infratores obtiveram média de 30,0 (d.p. $\pm 3,25$) e mediana de 31 pontos. O escore mínimo foi 21 e o máximo foi 35. Os não infratores apresentaram média de 29,7 (d.p. $\pm 4,69$) e mediana de 30,0. Os escores mínimo e máximo foram 12 e 38, respectivamente. Confira no gráfico 5.4.

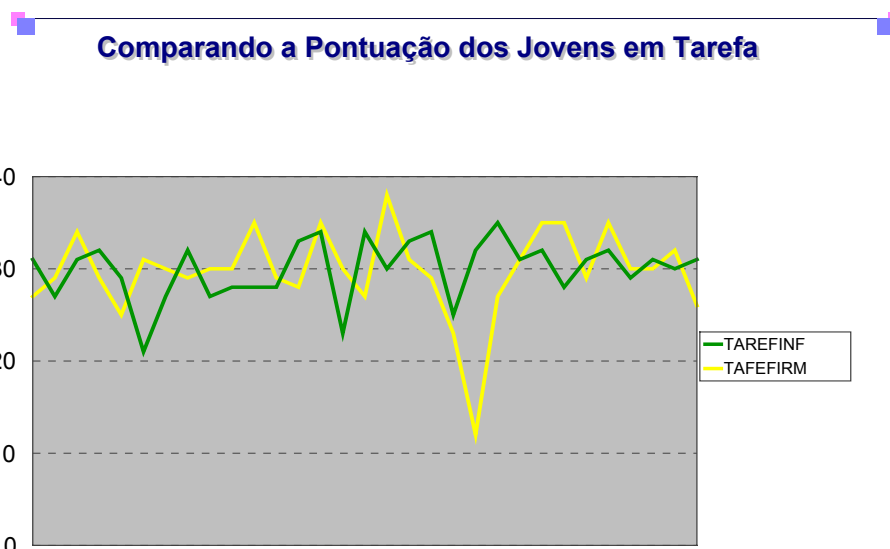
Gráfico 5.5 – Pontuação dos Jovens em Tarefa



O gráfico 5.6 compara os resultados da subescala Tarefa entre infratores e seus irmãos. Pode-se ver neste gráfico que os resultados dos dois grupos não

apresentam diferenças visualmente significativas, salvo alguns “outliers” entre os irmãos, que obtiveram pontuação tanto bem maior quanto bem menor que os infratores, discordando do que se havia hipotetizado.

Gráfico 5.6



Aplicando a prova de Wilcoxon para verificar o sentido e o valor da diferença entre os escores dos pares, obteve-se os seguintes resultados com relação ao **Questionário de Orientação Tarefa e Ego na Família**:

Tabela 5.1 – Teste de Wilcoxon para o QOTEF

		N	Média do Posto	Soma dos Postos
Ego Irmão – Ego Infrator	Postos Negativos	20 ^a	17,10	342,0
	Postos Positivos	10 ^b	12,30	123,0
	Empates	1 ^c		
	Total	31		
Tarefa Irmão – Tarefa Infrator	Postos Negativos	14 ^d	16,79	235,00
	Postos Positivos	16 ^e	14,38	230,00
	Empates	1 ^f		
	Total	31		

- a. Ego Irmão < Ego Infrator
- b. Ego Irmão > Ego Infrator
- c. Ego Infrator = Ego Irmão
- d. Tarefa Irmão < Tarefa Infrator
- e. Tarefa Irmão > Tarefa Infrator
- f. Tarefa Infrator = Tarefa Irmão

As estatísticas do teste para **Ego Irmão comparado com Ego Infrator** revelam um valor Z de $-2,256$ (baseado em postos positivos), com uma significância de $p=0,024$. Ou seja, com estes valores rejeita-se a hipótese nula de que os graus de motivação em relação à orientação Ego dos dois grupos não diferem. Pode-se ver pela tabela acima (postos negativos), que os irmãos tendem menos a uma motivação orientada a Ego do que os infratores.

Para **Tarefa Irmão comparado com Tarefa Infrator** o valor de Z é de $-0,52$, com significância de $p=0,959$. Então, não se pode rejeitar a hipótese nula de que não há diferença entre os graus de motivação em relação à orientação Tarefa dos infratores e de seus irmãos. Vê-se na tabela acima que há uma pequeníssima diferença entre irmãos e infratores, com os últimos tendendo mais a Tarefa. Porém esta diferença não é estatisticamente significativa.

Observa-se pela distribuição da pontuação das subescalas dos dois grupos que as amostras não apresentam distribuição semelhante à normal. Este dado corrobora a escolha do teste de Wilcoxon para comparação dos resultados dos grupos. Pode-se ver pelas distribuições, assim como pelas médias e pelos valores mínimo e máximo dos grupos, que os infratores alcançaram uma pontuação maior na subescala Ego do QOTEF do que os não infratores. Isto dá margem para confirmar o resultado do teste que rejeita a hipótese nula de que não há diferença entre os grupos quanto ao grau de motivação na orientação Ego.

Conforme a hipótese levantada, os infratores demonstram maior tendência à uma motivação com orientação a Ego. Esta característica implica em acreditar que o sucesso de uma pessoa depende mais de uma habilidade inata do que de um esforço e compromisso pessoal. As pessoas do tipo Ego estão mais predispostas à depressão e menor entusiasmo quando perdem uma disputa,

tendendo à somatização e à ansiedade antes de algum evento que envolva competição. Outra característica é a necessidade de derrotar o outro, para se sentir auto-realizado, exercendo o menor esforço possível. Na escala QOTEF, uma questão que exemplifica o tipo Ego é a de número 3: “Na minha família, eu me sinto vitorioso quando eu faço algo melhor que meu(s) irmão(s)”. Além disto, as pesquisas indicam que o indivíduo Ego tem a tendência de usar violência ou meios ilegais, quando percebe que esta postura ajudará a vencer o adversário (Walling et al., 1993).

Um exemplo de motivação orientada a Ego (extrínseca), referente ao relacionamento entre os infratores, surgido das entrevistas, é a valorização demonstrada pelos infratores ao comentarem sobre os homicídios cometidos. Eles privilegiam os homicídios, *“em detrimento da participação no tráfico como preparação e venda da droga, mostrando como o comércio e a violência estão entremeados”* (Assis, 1999a: 136). Isto ocorre porque a imagem que eles cultivam e que é valorizada no ambiente do tráfico é aquela do matador com requintes de crueldade. Este desfruta de uma visão positiva entre os traficantes, e os novatos se espelham em tal figura, como meio de adquirir “respeito” entre seus pares. Além disso, o indivíduo que possui arma e tem um “currículo” de homicídios detém mais poder no meio (ou, pelo menos, assim se sente). *“A mistura de respeito e medo que passam a impor aos colegas e à comunidade cresce à medida que são capazes de matar e trocar tiros sem demonstrar insegurança”* (Assis, 1999a: 137).

Dentre os infratores, um exemplo de motivação Ego vem de Célio, ao falar sobre sua experiência com o trabalho. O jovem conseguiu seu primeiro emprego, numa banca de jornais, através de seu irmão, porque Célio queria ter seu próprio dinheiro. Ficou apenas três meses na atividade porque *“tinha que levantar muito*

cedo. Aí, eu também pra mim não dava levantar muito cedo...pegava até ônibus errado". Ou seja, o perfil Ego desiste ao se deparar com uma atividade que requeira maior esforço, e/ou que na sua percepção o desempenho desta atividade requeira uma habilidade inata, no caso citado, a capacidade de levantar cedo e não cometer erros (como pegar ônibus errado).

Clodoaldo é um outro exemplo de perfil Ego. Caçula e temporão de oito filhos, sendo o mais velho de 37 anos, um de seus empregos foi com este irmão, que gerencia um ferro-velho. Comentando sobre esta atividade, o infrator revela que não tinha a intenção de se esforçar na tarefa, procurando levá-la da maneira mais fácil possível, aproveitando-se do fato de seu irmão ser o chefe:

"...trabalhei no ferro-velho com ele. Ele é gerente lá. É uma porção de moleza, né tia. Ele via que eu estou trabalhando, como assim pra...eu arrumando uma sombra só, né, aí o dia passava. Só na moleza. Às vezes você já trabalhou bastante, aí pô, aí descansava...Eu falava que estava cansado. Ele dizia 'senta aí e descansa um pouquinho'. A hora passava. Aí chega o dia do pagamento é melhor ainda."

Já no que tange à orientação Tarefa, o indivíduo demonstra maior prazer e alegria na execução da tarefa em si. Seu objetivo é superar-se a si mesmo e não ao seu par, ou outra pessoa qualquer. O que lhe interessa é o seu próprio desenvolvimento pessoal e não ganhar uma competição, ou um prêmio. Na escala QOTEF, duas questões que ilustram esta postura são a de número 8 e a de número 13: "Na minha família eu me sinto vitorioso quando me esforço muito no que eu faço"; "Na minha família eu me sinto vitorioso quando eu dou o melhor de mim mesmo".

Não se pôde encontrar diferença estatisticamente significativa entre os grupos nesta subescala. Estes resultados, como foi mencionado no capítulo 3, podem ter sido afetados pela tendência dos infratores em responder de acordo com

o que eles acreditavam ser o esperado ou aceitável pelas entrevistadoras (Haguette, 1995; Goode & Hatt, 1975). Esta tendência de não responder com autenticidade, por parte dos infratores, é coerente com a postura das pessoas com orientação Ego. As pesquisas de Duda e colaboradores (1987, 1989, 1991) indicaram que as pessoas Ego, pelo fato de dependerem dos estímulos externos, tendem a manipular as regras do jogo para garantir seu êxito e seu bem-estar. Já que o **indivíduo Ego é alimentado por estímulos externos**, ele não tem dificuldade em querer aparentar o que em sociedade se considera bons traços de caráter, sem os possuir. Em outras palavras, os indivíduos Ego não sentem constrangimento em dissimular a verdade e apelar para saídas ilegais ou agressivas: aliás, o fato de terem infringido a lei corrobora as afirmações sobre o perfil Ego.

Os dados das entrevistas dos irmãos/primos corroboraram as afirmações do parágrafo acima, já que percebe-se uma grande diferença nos relatos destes em relação aos dos infratores, no que tange ao esforço, dedicação e empenho. Alguns exemplos podem servir de ilustração.

Álvaro, irmão de Clodoaldo, começou a trabalhar com 14 anos por iniciativa própria. Homem batalhador, está trabalhando duro, pois pensa em melhorar financeiramente para cuidar bem dos seus dois filhos e constituir novo casamento com a mulher de quem está noivo. Aos 32 anos, possui uma loja de manutenção de aparelhos eletrônicos e não mede esforços para atingir seus objetivos. Trabalha até aos domingos em sua loja, pintando, consertando, para deixá-la bem apresentável.

Adilson, 23 anos, começou a trabalhar aos 9 anos de idade e estudou até a 6^a. série do primeiro grau. Por ocasião das entrevistas era o único filho que ajudava os pais em casa, pois seu pai se encontrava desempregado, fazendo

pequenos biscates, e sua mãe é dona de casa: *“Sempre fui um cara ali, entendeu, tudo suado. As coisas que eu tive sempre foi no suor.”* Seu irmão Benjamim, que estudou apenas até a 2^a série do primeiro grau, foi apreendido por tráfico, sua primeira atividade “profissional” iniciada aos 13 anos, porque queria ganhar dinheiro.

Alencar é um típico exemplo de um indivíduo motivado para Tarefa. Aos 15 anos, órfão de ambos os pais e morando com os avós maternos, obteve pontuação 11 em Ego (sendo 30 o máximo possível – ver capítulo de Métodos) e 29 em Tarefa (sendo 35 o escore máximo). Sua atitude é objetivada em sua fala:

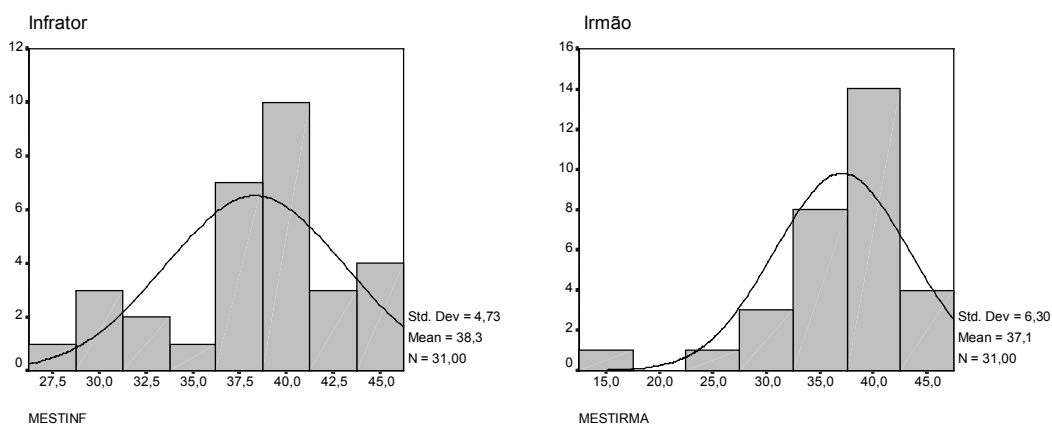
“...eu sempre gostei de trabalhar. Quando minha mãe morreu, arrumei emprego numa farmácia ao lado, trabalhei sete meses, depois saí, fui trabalhar na farmácia de cima, de 7:30 às 22:00...eu sempre gostei de trabalhar porque você vai aprendendo desde cedo...eu sempre gostei de estudar.”

Estas duas perspectivas de objetivos (Ego e Tarefa) se relacionam com os modos com os quais os indivíduos avaliam seu nível de competência. Na teoria da motivação para a realização, a percepção de competência é tida como o foco principal e o determinante para o esforço na realização (Duda, 1993). Os indivíduos Tarefa usam de auto-referência no que tange ao sentimento de habilidade e de sucesso. Ou seja, o indivíduo necessita ultrapassar a si mesmo e aos seus limites. Geralmente, seu envolvimento com determinado objetivo implica comportamentos de longo investimento para alcançar o sucesso. Os indivíduos Ego tendem a ser mais imediatistas, com menor envolvimento na execução da atividade, principalmente se julgarem não dispor de habilidade inata.

Com relação ao **Questionário de Percepção do Clima Motivacional Familiar** (QPCMF), os infratores apresentaram média de 38,3 (d.p.±4,73) e mediana de 39 pontos, para a subescala Mestria, com escore mínimo de 28 e máximo de 45.

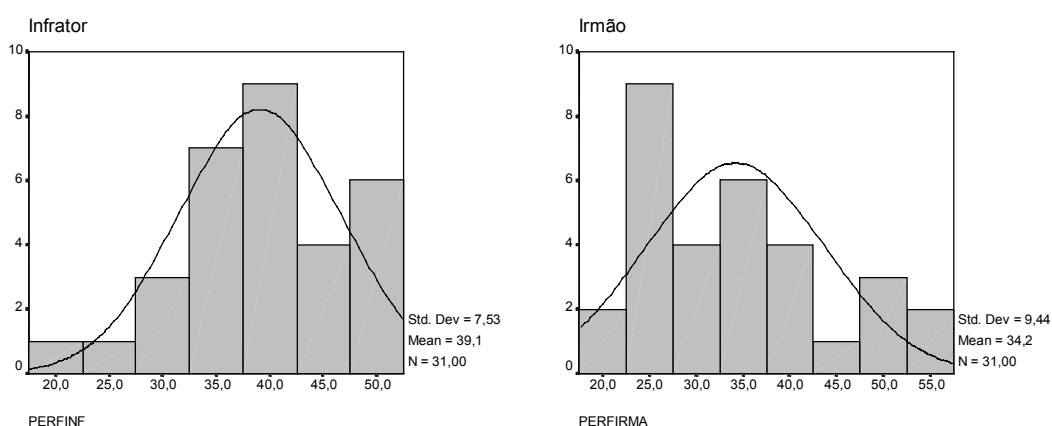
Os irmãos obtiveram média de 37,0 (d.p.±6,3) e mediana de 39. Seus escores mínimo e máximo foram 14 e 44. O gráfico 5.7 mostra os resultados.

Gráfico 5.7 – Pontuação dos Jovens em Mestria



A subescala Desempenho teve os seguintes resultados para os infratores: média igual a 39,06 (d.p.±7,53), mediana de 39,0, escores mínimo e máximo 19 e 51, respectivamente. Para os não infratores os resultados foram: média de 34,19 (d.p.±9,44), mediana de 34,0, escore mínimo = 22 e máximo = 53. Estas distribuições são visualizadas nos gráficos 5.8.

Gráfico 5.8 – Pontuação dos Jovens em Desempenho



Os gráficos 5.9 e 5.10 comparam a pontuação dos dois grupos nas subescalas do QPCMF. Vê-se que há uma diferença na pontuação dos infratores em

relação à dos não infratores na subescala desempenho. Esta diferença na pontuação dos grupos é muito pequena para a subescala Mestria:

Gráfico 5.9

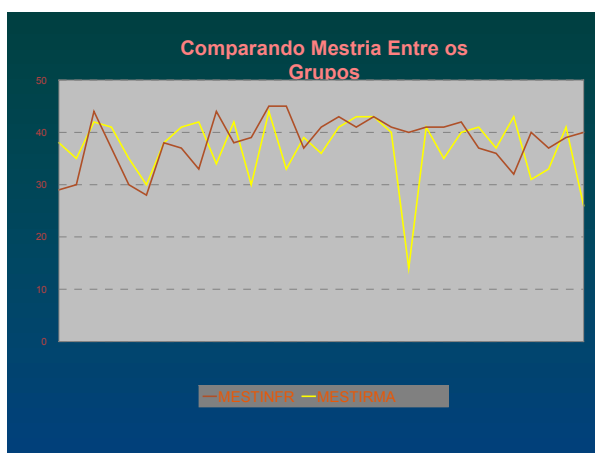
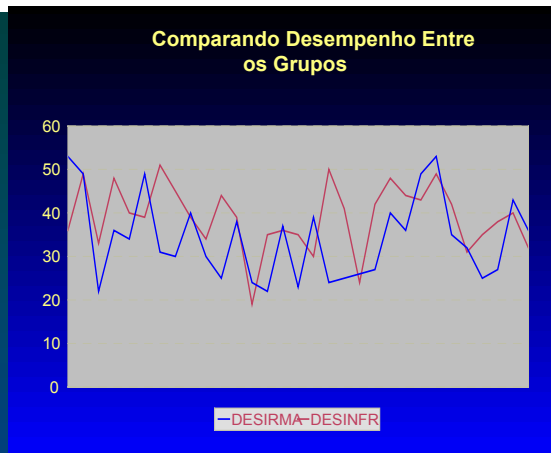


Gráfico 5.10



Em relação ao Questionário de Percepção do Clima Motivacional Familiar os resultados da prova de Wilcoxon foram os seguintes, conforme tabela 5.2:

Tabela 5.2 – Teste de Wilcoxon para o QPCMF

		N	Média do Posto	Soma dos Postos
Mestria Irmão – Mestria Infrator	Postos Negativos	14 ^a	15,86	222,0
	Postos Positivos	14 ^b	13,14	184,0
	Empates	3 ^c		
	Total	31		
Desirmão – DesInfrator	Postos Negativos	18 ^d	19,36	348,50
	Postos Positivos	12 ^e	9,71	116,00
	Empates	1 ^f		
	Total	31		

- a. Mestria Irmão < Mestria Infrator
- b. Mestria Irmão > Mestria Infrator
- c. Mestria Infrator = Mestria Irmão
- d. Desempenho Irmão < Desempenho Infrator
- e. Desempenho Irmão > Desempenho Infrator
- f. Desempenho Infrator = Desempenho Irmão

Comparando Desempenho do Irmão com Desempenho do Infrator

tem-se um valor de Z igual a $-2,38$, com uma significância de $p=0,017$. Então, rejeita-se a hipótese nula de que os graus de percepção em relação à orientação Desempenho da família dos dois grupos não diferem. Vê-se na tabela 5.2 acima,

pelos postos negativos, que há uma diferença em os grupos, com infratores tendendo para uma orientação Desempenho. Pela prova de Wilcoxon, esta diferença é estatisticamente significativa. Pode-se observar esta mesma diferença no gráfico 5.10: os infratores apresentaram uma distribuição mais concentrada nos escores mais altos, enquanto os irmãos produziram escores mais baixos.

Comparando Mestria do Irmão com Mestria do Infrator a estatística Z do teste aponta um valor de $-4,34$ (baseado em postos positivos), com uma significância de $p=0,664$, fazendo, assim, não se rejeitar a hipótese nula de que os graus de percepção em relação à orientação Mestria da família dos dois grupos não são diferentes. Os irmãos se concentraram numa faixa de pontuação mais alta nesta subescala, enquanto os infratores apresentaram uma distribuição um pouco mais uniforme da pontuação (gráficos 5.7 e 5.9).

Como na Escala QOTEF, nesta Escala QPCMF também confirmou-se a hipótese de que os infratores percebem suas famílias mais orientadas a Desempenho, o que condiz com indivíduos com perfil Ego. Quanto à percepção Mestria, não houve diferença entre os grupos. Contrariando o esperado, a média dos irmãos foi semelhante à dos infratores. Mais uma vez, menciona-se aqui que os resultados obtidos podem ter sido afetados pela tendência observada nos infratores de agradarem as entrevistadoras, como foi comentado no capítulo 3 e no item sobre Tarefa.

A teoria da Cognição Social supõe que o clima motivacional prevalente no ambiente do sujeito (seja escola, família, ou qualquer outro) influencia os objetivos da pessoa, assim como suas percepções, atitudes e comportamentos na realização de atividades. Famílias que se caracterizam pela orientação **Desempenho** tendem a educar seus filhos com uma atitude voltada à competição (ao invés de cooperação)

entre seus membros, os pais costumam punir os filhos pelos seus erros (ao invés de ensiná-los a acertar) e o reconhecimento é limitado ao(s) filho(s) mais talentosos ou que agradam mais, ou com quem os pais mais se identificam. Dois exemplos de questões da Escala que ilustram isto são as de número 8 e 9: “Na minha família, meus pais dão mais atenção aos filhos que agradam” e “Na minha família, o importante é fazer as coisas melhor do que os outros”. As questões 2 e 13 ilustram a subescala **Mestria**: “Na minha família aquele que se esforça muito é reconhecido” e “Na minha família os filhos são encorajados a melhorar seus pontos fracos”.

Alencar, jovem mencionado anteriormente, serve de exemplo de como o incentivo da mãe, a partir de uma atitude Mestria, o estimulou a desenvolver uma motivação Tarefa. Sua pontuação em Desempenho foi 36 (máximo de 60) e em Mestria foi 41 (máximo de 45). Desde sua infância, antes do falecimento da genitora, o adolescente ouvia seus conselhos para ele e sua irmã:

“Da escola ela nunca foi aquela pessoa de cobrar sempre. Ela falava ‘olha, vocês estão estudando para vocês, não para a gente’ ...ela sempre falava ‘o futuro é para vocês, vocês não vão ter mãe para sempre...mãe não é para a vida toda, tem que estudar agora para quando chegar no futuro vocês terem sua casa, a sua vida.’ Ela sempre falou na realidade para a gente”.

Ilustrando uma família orientada a Desempenho, recorreremos ao exemplo da mãe do infrator Cássio. Esta tinha muitos problemas de desentendimento e discussões com o marido, devido, dentre outras coisas, ao alcoolismo do pai do jovem. Até que um dia, quando Cássio tinha apenas 1 ano de idade, ateou fogo em si mesma, extinguindo sua vida. Sua família (pai e irmãos) nunca relatou a ele exatamente como foi o incidente e quais eram seus motivos. Uma pessoa que tem motivação externa tem muita dificuldade de enfrentar problemas e obstáculos, freqüentemente se retraindo, desistindo ou procurando a saída “mais fácil”.

Diferentemente, como um exemplo de atitude orientada a Mestria, pode-se citar o caso de uma mulher que enfrentou problemas semelhantes e conseguiu uma saída positiva, que resultou em aprendizagem e crescimento pessoal. A Delegada de Polícia de uma Delegacia de Mulheres da Baixada Fluminense, que deu seu depoimento no Programa Sílvia Popovic (Quadro Aprendendo com a Vida), em uma tarde de setembro de 2000, enfrentou o mesmo problema da mãe de Cássio: o alcoolismo do esposo, sofrendo inúmeras agressões físicas. Como não possuía meios para sustentar a si e a seus filhos, a atual delegada, resolveu estudar, tendo que enfrentar noites sem dormir para dar conta das obrigações domésticas e escolares. Não somente se formou em Direito e passou no concurso para Delegada, mas cursou outras duas faculdades. Separou-se do seu marido e reconstruiu a vida familiar, unindo-se a um novo companheiro. Seu filho está seguindo seu exemplo, no sentido de ir para a faculdade e ter mais do que uma graduação.

Não se objetiva aqui simplificar a situação e olvidar suas diversas nuances, ou as outras variáveis sociais envolvidas. É evidente que existem distintos fatores na vida de cada uma destas personagens que influenciaram para a tomada de caminhos diferentes diante do mesmo obstáculo. O intuito, com estes dois exemplos, é mostrar que enquanto uma pessoa sucumbiu diante da dificuldade (motivação externa), a outra conseguiu reverter a situação para seu benefício, **desenvolvendo meios** para enfrentá-la, superá-la e aprender com ela (motivação interna). Esta capacidade inerente em cada pessoa, pode ser desenvolvida, assim como, pode-se ajudar o indivíduo a percebê-la em si mesmo.

A título de curiosidade, pode-se traçar um perfil de comparação entre os resultados obtidos pelos infratores, não infratores e os atletas, sujeitos da validação

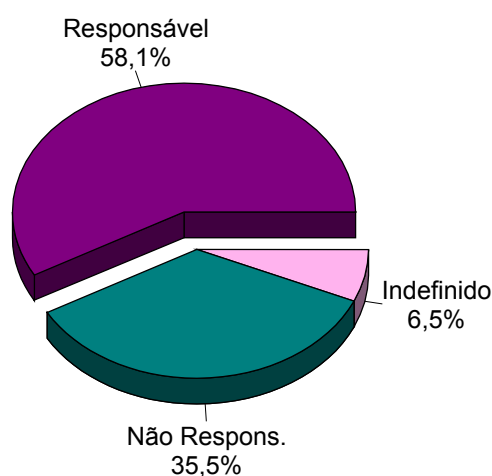
inicial das Escalas na sua modalidade para o esporte. No que tange a Ego e Desempenho os infratores obtiveram uma distribuição da pontuação um pouco maior do que os não infratores e bem maior do que os atletas. Com relação a Tarefa e Mestria os atletas obtiveram pontuação bem mais alta que os outros dois grupos. A percepção dos infratores e não infratores não diferiu muito em relação à orientação Mestria, porém estes últimos perceberam uma menor orientação de suas famílias para Desempenho. Estes dados revelam que, provavelmente em virtude da própria natureza da sua inserção desportiva, os atletas têm uma orientação mais voltada para o esforço pessoal, para o ultrapassar de obstáculos e para a auto-superação, tanto em termos de percepção do ambiente, quanto em termos de motivação pessoal.

3) JULGAMENTO DE RESPONSABILIDADE

Os adolescentes infratores se disseram, em sua maioria, responsáveis pelos delitos cometidos, ou seja, relataram que cometeram os atos dos quais foram acusados e aceitaram a medida sócio-educativa aplicada. Dos 31 jovens, 18 se disseram responsáveis, 11 não aceitaram a responsabilidade e 2 demonstraram sentimento ambíguo quanto aos atos praticados (gráfico 5.11). Entretanto, seus relatos muitas vezes demonstram um sentimento de arrependimento por estarem presos, mas pouca ou nenhuma reflexão quanto à responsabilidade pelos danos causados às vítimas.

Gráfico 5.11

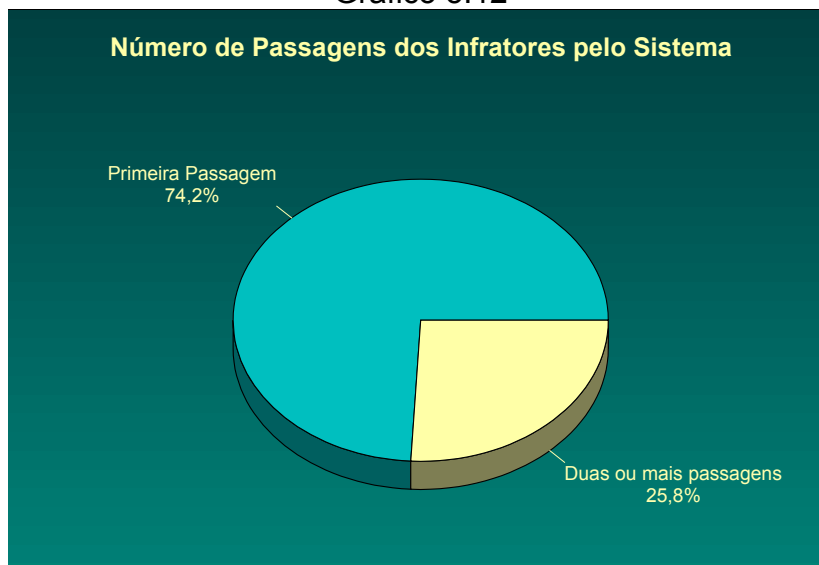
Nível de Responsabilidade dos Infratores



Fonte: Dados das 31 entrevistas com os infratores.

Dos 31 jovens, 23 estavam em sua primeira passagem no sistema judicial e 8 já tinham duas passagens ou mais (gráfico 5.12). Embora estes jovens não tivessem sido apreendidos antes, muitos deles já haviam cometido vários delitos, tendo sido esta a primeira vez que foram detectados pela polícia.

Gráfico 5.12



Fonte: Dados das 31 entrevistas e dos prontuários dos infratores.

Dos 18 jovens que se declararam responsáveis, 12 estavam em sua primeira passagem e 6 tinham mais de uma, sendo que 10 deles disseram que era a primeira vez que cometeram um delito e 8 confessaram que já haviam cometido outras infrações. Dos 11 infratores que alegaram não serem responsáveis, 4 estavam em sua primeira passagem e 7 já tinham outras, sendo que em 6 casos este tinha sido seu primeiro delito e 5 casos eram reincidentes.

Estes dados levam a indagar acerca da influência da internação sobre a reflexão dos infratores quanto à responsabilidade de suas ações. É possível questionar se, à medida que o jovem vai naturalizando o ato infracional e conforme vai aumentando seu número de passagens pelo sistema, ele vai flexibilizando seu julgamento de certo e errado, de ser ou não responsável; e desenvolvendo uma aparente “imunidade” aos valores da sociedade, seguindo uma ética própria da esfera infracional.

Um exemplo de não se responsabilizar pelo seu ato vem do infrator Cássio. Preso por tráfico, porém, na primeira entrevista, revela que também cometeu

homicídios. Ao relatar um deles, se exime da responsabilidade, dizendo que não foi ele quem matou, mas sim o tráfico:

“Inf. - O chefe mandou e eu não podia dizer que não ia fazer...Ele era gerente também, meu ex-patrão.

Entr. – Você matou um ex-patrão?

Inf. – Eu não, a boca mandou.

Entr.- Como fica isso no tráfico?

Inf.- Ah, a gente esquece. Mata ele e esquece, não precisa falar.

Entr.- Esquece?

Inf. – A gente colou fita crepe nele, aí depois demos tiro nele, aí depois queimamos ele.”

Atenta-se neste caso para a referência obviamente externa (motivação Ego) que a pessoa possui. O objetivo é ganhar dinheiro e sair-se bem neste exercício, não importa o que se tenha que fazer, mesmo se for matar um ex-patrão. Outrossim, este infrator referiu-se a uma causa externa ao justificar sua entrada na vida infracional.

Cleiton também não assumiu a responsabilidade por seus atos. Foi apreendido por tráfico e já cometeu dois homicídios. Revela que gosta da vida do tráfico, de “portar o ferro”¹ e de correr atrás de “alemão”¹. Diz não se arrepender de nada do que tenha feito e quando fosse liberado, voltaria ao tráfico: *“Entr.: Nunca se arrependeu de nada do que você fez? – Inf.: Não, porque se eu não cobrar deles, amanhã ou depois eu vou ser cobrado. Pra não chorar a minha mãe, vai chorar a deles”*.

Celso está em sua terceira passagem pelo sistema e foi apreendido, desta vez por assalto a mão armada. Já cometeu quatro homicídios, mas só se arrepende de um porque matou a pessoa errada – “um inocente”. Sabe que está errado, mas continua na vida infracional. Clemer, que é primário, não acha certo prender quem cometeu infração:

“Esse governo é todo errado ...Olha a mixaria de salário que ele paga pros outros. Isso daí é o maior esculacho. Uma porção de gente aí passando fome no mundo, aí o cara lá cheio de dinheiro e não dá um serviço pra ninguém. Por isso vagabundo rouba...Não tem comida pra comer dentro de casa com a família e começa a roubar. Se fosse por mim, eu soltava todo mundo.”

Bernardo, um jovem preso por tráfico pela primeira vez, é um exemplo de ambigüidade de sentimentos. Embora diga que quer sair do tráfico e reconheça que esta atividade é ilegal, também diz que gosta do que faz, que se pudesse teria arma e, caso fosse necessário, atiraria.

Como ilustração de um jovem que reconhece seu erro e se mostra muito arrependido de seu ato, podemos citar Clóvis. Este é um perfil bastante diferente dentre os jovens, já que não se encaixa na descrição dos assaltantes, traficantes e demais infratores. Bastante transtornado, o adolescente se entregou à polícia, após ter matado a companheira grávida. Ele relata que ela ameaçava abortar o filho e, freqüentemente, provocava-lhe ciúmes com um antigo namorado. Sua entrevista deixa transparecer um clima bastante agressivo entre os dois, inclusive com violência física. Além de se declarar responsável pelo seu ato, Clóvis apresentou maior tendência a uma motivação Tarefa do que a Ego, percebe sua família mais orientada a Mestria do que a Desempenho e atribuiu a fatores internos a prática do ato infracional.

Encontra-se, ao longo das entrevistas, características comuns à maioria dos infratores. **Imaturidade, inseqüência e indiferença**, aliadas a um senso de **aventura**, são marcas freqüentes, ilustradas nas falas de jovens como Ramon: *“Entr.: Como você se sente quando está assaltando? – Inf.: Me sinto um herói. Bate aquela alegria, aí eu vou e assalto. Eu acho bonito.”* Falando sobre seu primeiro homicídio, Cássio diz: *“Pô, eu gostei.”* Cláudio é um exemplo de empolgação ao

falar de suas ações: *“...Uma alegria, a gente que tá nessa vida fala alegria... Depois que a gente faz, a gente fuma maconha, conversa, dá tiro pro alto e esquece o que aconteceu. Só fuma depois, pra comemorar.”* Brian comenta o que sente ao matar: *“Eu não sinto nada...faz parte do meu trabalho (...). Senti nada, na hora senti alívio que eu não gostava dele mesmo, eu quase perdi a minha vida já por causa dele. Eu achei o máximo, eu gostei de matar ele. Se ele estivesse vivo, eu matava ele de novo...”*. Cristiano fala das vivências do tráfico e dos assaltos praticados como se fossem aventuras, algo para se alegrar e se gabar. Quando pensa no que fez, perguntado pela entrevistadora, sente-se mal, então procura não pensar e não medir as implicações. Os atos são praticados **sem muita reflexão**; muitas vezes são feitos no ímpeto. Ao refletirem sobre o que fizeram, deparam-se com a crueza do ato e passam a impressão de que não querem pensar, analisar, procurando esquecer suas ações. Alguns até oferecem explicações que tentam eximi-los de culpa ou responsabilidade, como “a vítima merecia”, por ser “X9”¹ ou reagir a um assalto.

Outras características encontradas são a **pouca tolerância à frustração**, **pouca resiliência** e a **necessidade de revidar**. Romário matou um rapaz, um dia após este ter lhe aplicado duas coronhadas na cabeça. Raimundo e um colega seu mataram dois rapazes que tentaram violentar a sua namorada. Relata não sentir nenhuma responsabilidade pelo ato cometido, porque acredita que os que morreram estavam errados. Apenas se arrepende pela infelicidade que causou à sua família. Não se arrepende do ato e demonstra ter um vida definida na infração e seu provável retorno a ela.

O sentimento de valorização à vida do outro é algo pouco cultivado entre os infratores: *“Os atos de crueldade são muito freqüentes e legitimados, já que matar é algo banal. É necessário praticar torturas antes que a vítima morra, para que*

creança a lenda pessoal do matador (Assis, 1999:137). Muitos deles sofreram tal prejuízo afetivo-emocional ao longo de seu desenvolvimento, que chegam ao ponto de não sentirem empatia ou identificação com outro ser humano, exceto os parentes mais chegados. Esta desvalorização é comum, também, em relação às suas próprias vidas, muitas vezes aliada à inseqüência e/ou à falta de reflexão, mencionadas anteriormente. A fala de Cristiano é ilustrativa do pouco valor que dá à sua vida e da falta de uma perspectiva positiva do seu futuro: *“Meu irmão me dá bastante conselho pra mim sair desta vida. Mas eu penso de um jeito: se eu trabalhar um dia vou morrer. Se eu for pra vida do crime, um dia também eu vou morrer. Não sei como, mas sei que um dia vou morrer. Aí eu prefiro fazer o que eu gosto.”*

A **ociosidade** é, também, comum entre estes jovens infratores. Caio a revela claramente:

*“Inf.: Pô, ele me chamou, ficou me insistindo. Aí ele falou ‘vamos, vamos, vamos’, me insistindo o maior tempão. Depois eu peguei e fui
Ent.: Por quê você foi?
Inf.: Pô, eu não tinha nada pra fazer.”*

A internalização do sentimento de responsabilidade, assim como do julgamento moral, dependem do desenvolvimento da capacidade do sujeito em participar e interagir positivamente no seu meio, absorvendo, assim, os padrões morais e éticos da sociedade. A moralidade comum entre estes jovens é aquela orientada para o castigo e obediência, ou para a satisfação das necessidades do próprio indivíduo e/ou dos entes mais próximos (nível pré-convencional - ver teoria de Kohlberg, capítulo 1, seção 1).

Analisando as diferenças clínicas que encontram entre as organizações de personalidade psicopata e delinqüente, Risso e Rego (1991) tecem algumas considerações interessantes quanto a determinadas características dos infratores.

Os autores afirmam que, em relação ao sentimento de culpa, eles internalizam um 'código criminoso de moralidade', havendo uma certa 'honra' entre eles, a qual possibilita sua inserção em uma sub-cultura particular. Eles registram a essência dos valores morais, mas, numa eleição *sui generis*, fazem um recorte dos mesmos. Para pertencer ao grupo infracional, eles necessitam se submeter às regras impostas por ele, regras estas que têm o objetivo de preservá-lo e manter o grupo protegido das ações legais da sociedade.

Com relação aos irmãos/primos, a grande maioria deles reconhece a responsabilidade dos infratores pelos delitos cometidos, ainda que 71% tenham atribuído às causas externas o envolvimento com a infração. Grande parte disse ter dado conselhos ao infrator, mesmo que junto com os conselhos ocorressem punições físicas:

"Eu nunca deixei ele de lado, como os outros irmãos deixava. Eu sempre, pô, batia nele. No dia do aniversário dele, eu dei um coça nele e dei um presente a ele depois. Eu expliquei que aquilo não era vida pra ele..."
(Adilson).

Alguns irmãos falam que outros familiares também exortaram o jovem quanto ao caminho que estava seguindo. Adilson expressa em sua fala o que é comum nos relatos dos não infratores: parece que os familiares têm como usual, manifestar suas preocupações e seu cuidado de maneira agressiva e, por vezes, até violenta. Fica bastante evidente em várias entrevistas, tanto dos infratores, quanto de seus irmãos, que esta agressividade (gritar, repreender com raiva, surrar) é uma prática habitual nas famílias. Por este e outros relatos, parece que a advertência nestas famílias raramente se dá num clima de tranquilidade e tolerância, mas freqüentemente com palavras severas, ameaças e agressões físicas. O experimentar liberdade, dentro do seio familiar, para exprimir seus medos, inseguranças, dúvidas

e toda uma gama de sentimentos, é algo raro, se não, inexistente, entre os infratores.

Este conteúdo do testemunho dos familiares dos infratores, no que se refere ao clima intranquilo e agressor do seu lar, corrobora os conceitos teóricos e experimentais de Rogers e seus pesquisadores (cf. capítulo 2, seção 4 deste trabalho e Milhollan e Forisha, 1978:148). Ao mesmo tempo que as técnicas rogerianas da Abordagem Centrada na Pessoa têm apresentado resultados positivos, quando postas em prática, a ausência dessas técnicas e princípios prevê resultados individuais e sociais negativos. Estas previsões negativas encontram sua concretização quase integral na destrutiva qualidade das famílias dos infratores entrevistados.

Poucos irmãos ou não reconhecem a responsabilidade do ato, ou acham que o infrator não deveria ter recebido a medida sócio-educativa que estava cumprindo. Estes somente a justificam pela segurança do irmão/primo: *“Foi bom porque ele foi pra lá, porque hoje em dia ou ele estava morto, ou estava fazendo bagulho errado por aí, matando, roubando”* (Edgar).

Verificando quais atributos de personalidade e razões que justificariam os irmãos/primos não terem seguido o caminho infracional, deparamos com características que os diferenciam bastante dos infratores, as quais poderiam ser entendidas como fatores protetores.

A primeira diferença que nos chama a atenção, demonstrada pelos irmãos/primos, é a **distinção** clara **entre certo e errado**, acompanhada de um movimento para o caminho certo. Ainda que alguns infratores tenham dito que acreditam existir certo e errado, e tenham consciência do que isto significa, a grande

maioria demonstra um movimento para o caminho errado, que ou foge ao seu controle, ou, em alguns casos, o controle e a vontade estão sendo perfeitamente exercidos. A fala de Edmundo elucida a idéia: *“Porque eu acho isso muito, muito errado. Isso não dá certo, não é direito. Depois que entra nessa vida, não pode mais sair, e se for sair, morre.”* Alencar é outro exemplo: *“Eu sempre pensei em vencer na vida, mas nunca pensei em coisas maiores. Sempre pensei em ganhar com o meu esforço, eu acho que vale pela mente da pessoa; o que vale é o pensamento dele.”* Os comentários de Ademar e Aloísio, ao falarem sobre o motivo da entrada do primo e do irmão na vida infracional, também são ilustrativos:

“Você entra porque quer, ninguém obriga a ninguém a nada. Ninguém chega assim ‘vem aqui, entra aqui’, não; vai se quiser” (Ademar).

“...pouca força de vontade dele mesmo. Muita gente já veio me oferecer droga, já me chamou pra não sei o que. Por quê eu não fui? Eu sabia que aquilo era errado, que não ia dar em nada aquilo ali. Que ia estar bom uma certa hora, mas quando estivesse ruim, ia estar muito ruim. Não ia tirar proveito nenhum” (Aloísio).

Além de saber a diferença e optar pelo certo, os não infratores demonstram ter mais **prudência**, com uma perspectiva de futuro, **medindo as conseqüências** dos atos e investindo em comportamentos de retorno a longo prazo. Também escolhem **caminhos menos fáceis**, porém mais seguros, tipicamente de pessoas com motivação orientada a **Tarefa**. A declaração de Alan ilustra bem esta idéia: *“(...) Isso aí só dá dois caminhos: ou é cadeia, ou é morte (...) Eu sempre saía pra vender doce, essas coisas assim. Queria arrumar dinheiro, eu queria ajudar em casa também, quando dava eu ajudava em casa. Minha vida sempre foi assim.”* Em função destes traços, o **juízo moral** dos não infratores parece ser mais amadurecido, parecendo se encontrar nos estágios 3 e 4, do nível convencional.

A **escolha das amizades** também é algo bastante diferenciado nos dois grupos. Enquanto os infratores tendem a se envolver com as ditas “más

companhias”, e a se **influenciar** por elas, os irmãos/primos relatam que, apesar destas pessoas fazerem parte do seu entorno, eles preferem não se cercar delas, relacionando-se apenas com figuras a quem chamam de trabalhadores e pessoas de bem.

“Nossos amigos são tudo trabalhador, né...Temos colegas também de infância, mas sendo que eles são trabalhador, mas têm o vício. Mas esses a gente já fala com eles, mas não pra andar junto, não. Porque se andar junto, eles vão na boca de fumo comprar as coisas deles...a gente não vai ter desculpa...se a polícia ver, vai levar nós dois.” (Alberto)

“É você saber escolher as amizades. Esses caras são tudo trabalhador, tudo estuda, nunca vão se envolver nisso” (Elias).

O temperamento dos dois grupos é, também, distinto. Os irmãos/primos se identificam como pessoas mais **tranqüilas, amigas, alegres**:

“Me considero muito calmo. Sou meio bobo, gosto de brincar um pouco em tudo. Tudo que eu faço, eu levo na brincadeira. Aí eu não consigo ficar triste, aborrecido com uma pessoa” (Anderson).

“Ah, sou franco assim, falo mesmo, sou amigo, gosto de todo mundo, não desejo o mal pra ninguém, quero só ver o bem de todo mundo, ajudo todo mundo, se, vamos supor, assim, se chegar um material ali que é de algum amigo assim ah, ele está ali carregando sozinho, eu vou lá e ajudo assim, de boa vontade que eu tenho” (Ademar).

“Eu sou uma pessoa mais quieta, mais tímida, ele não, é uma pessoa jogada, se tiver de fazer, faz logo. Não é uma pessoa de estar sentada num lugar, lendo. Eu sento, passo uma hora ali sentado. Ele tem que estar mexendo o corpo” (Eduardo).

Eles detêm **maior controle** de suas ações, são mais **pacientes**, e, por outro lado, descrevem os infratores como pessoas mais arrojadas, aventureiras, imediatistas, rebeldes e revoltadas:

“Eu nunca briguei na minha vida, desde minha infância, até o dia de hoje...Porque eu acho que se eu for enfrentar outra pessoa, aí vai gerar mais violência” (Alessandro).

“O Cleiton é calmo até onde o limite dele vai. Partir pra violência ele parte. Eu sou mais de conversar” (Amauri).

“...quando eu estou nervoso eu me seguro. Nem tudo a gente deve falar (...) Se revolta com o pai, sai de casa, foge, vai pra rua, começa a cheirar crack, fumar” (Adriano).

Alguns não infratores também dizem **pensar diferentemente** dos irmãos/primos infratores. Adriano é um deles: *“Já, teve um que até me chamou pra fumar. Falei com ele que eu não entro nessa. A minha cabeça é outra. O meu destino não é fumar esse negócio”*. Eli é outro caso: *“...Eu sempre fui muito diferente dele. Porque eu gosto de um negócio mais refinado (...) Ele é um cara de mente fraca. Eu sou uma pessoa que tenho personalidade muito forte. Eu sei o que é bom e o que é ruim desde pequeno. Nunca dei pra o errado.”* Anderson é um bom exemplo sobre ser diferente:

“Pô, eu fico pensando...por quê eu não entrei pra esse tipo de coisa. Acho que foi o meu jeito. Acho que eu mesmo vejo que não dou pra esse tipo de coisa, não, pra ladrão...ficar roubando. – Ent.: Você acha que a sua criação ajudou nisso? – Anderson: Não...foi a minha cabeça mesmo. Quando eu tinha uns 12 ou 13 anos, a minha intenção era de trabalhar pra mim arrumar dinheiro...se eu não tivesse esse espírito de trabalhar, correr atrás de alguma coisa, estava no mesmo esquema dele. A cabeça dele é totalmente diferente da minha.”

Os não infratores expressam **cuidado e preocupação** com a família, aliados a uma **capacidade de empatia**: *“...não gosto de negócio errado, não, porque se eu andar com um bocado de maconheiro, eu vou levar fama e eu não gosto de arranhar a moral da minha família. Porque a pior coisa que tem é uma pessoa não ter moral sobre si” (Eli)*. Afonso pondera sobre a infração: *“...já pensou, vou assaltar ou vou pro morro, ou vou preso, aí como é que vai ficar minha família, os meus amigos?”*. Aloísio critica o comportamento de seu irmão: *“mas por quê ele não pensa nas outras pessoas que sofrem?”*.

Um último destaque vai para a capacidade que os não infratores demonstram de **refletir sobre a vida**, fazendo **planos para o futuro**:

“Eu sempre penso no futuro, eu sempre penso em vencer na vida, em ter minhas coisas...Às vezes, eu sento de noite e penso: ‘amanhã eu vou fazer isso, amanhã eu vou fazer aquilo’, só para não ficar parado o dia inteiro...” (Alencar).

“Toda vez que eu estou parado assim, eu fico pensando em tudo que eu fiz a tarde toda, pensando no trabalho, quando eu trabalhei, fico pensando na vida” (Alan).

O conteúdo conseguido pelas entrevistas dos irmãos/primos dos infratores indica a existência de fatores motivacionais capazes de prevenir o comportamento delinqüente. Seria de se esperar que mais pesquisas enfatizassem a presença destes fatores e propusessem instituições e práticas que sistematicamente desenvolvessem tais motivações. Um dos raros experimentos objetivando testar os princípios rogerianos como construtores de adolescentes socialmente responsáveis é o de Serra & Cannon (1999).

¹ Conferir vocabulário dos infratores no Anexo 2.

V

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese objetivou estudar a estrutura e a interação familiar, a partir das quais os adolescentes, infratores ou não, desenvolvem a sua motivação, percepção e processo atribucional. Conforme as etapas naturais desta fase do desenvolvimento, observou-se que os adolescentes em conflito com a Lei entrevistados experienciaram um processo de busca de identidade, no qual vivenciaram conflitos e quebras de vínculos principalmente com a família, mas também com pares da infância e, por vezes, com a comunidade. Os irmãos/primos tenderam a adotar uma atitude mais em conformidade com o que a sociedade espera deles, preservando mais seus vínculos e assumindo papéis mais conservadores, dentro do seu campo de possibilidades.

Como foi visto nos capítulos anteriores, a participação da família (principalmente, dos pais) na formação e orientação da criança e do adolescente é de extremo valor, começando ainda no período pré-natal. A mãe e o pai têm a responsabilidade de providenciar uma gestação desejada e cuidada, assim como um parto tranquilo e um ambiente familiar não violento e seguro. Meneghel et al. (1998) chamam a atenção para as famílias não punitivas, que no enfrentamento de problemas e crises utilizam formas mais abertas, flexíveis, democráticas e bem-humoradas. Estas conseguem melhores resultados na educação dos filhos.

O núcleo familiar é a primeira experiência que a criança tem de socialização, configurando-se, portanto, como um dos mais importantes pontos de referência, que atua como centro e norteador do ser humano no mundo, tanto **cognitivamente**, como **afetivamente**. É direito de toda criança, segundo a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU), ter satisfeitas suas

necessidades de amor, compreensão, educação, saúde, lazer e segurança. No entanto, as condições em que vivem os jovens infratores, quer seja no que se refere às suas famílias, quer se trate do seu entorno comunitário, não fazem jus aos seus direitos sociais. As vulnerabilidades encontradas por esta pesquisa estão associadas ao um contexto de exclusão social em que vivem as famílias dos jovens entrevistados. Pode-se encontrar na literatura sobre delinquência juvenil vulnerabilidades semelhantes, geralmente vivenciadas por pessoas das minorias e com precária inserção social (Fergusson & Lynskey, 1996; Garbarino et al., 1986; Tinklenberg et al., 1996). Como nos mostra Violante (1989), a vida dos jovens infratores (alguns deles tendo sido meninos de rua) é calcada no medo, na violência, na tensão, na provisoriedade e na solidão.

Um dado relevante que se constatou é o fato de que todos os adolescentes infratores entrevistados apresentaram baixa escolaridade e todos eles pararam de estudar antes de entrar para a vida infracional. Muitos repetiam de ano 2 a 3 vezes e desistiam. Outros tinham problemas com os professores; outros, ainda, eram forçados a trocar de escola em função da mudança de domicílio e deixavam de estudar, talvez por não se adaptarem a um novo ambiente. Ficam claras duas realidades vivenciadas pelos jovens. Uma é a falta de supervisão e de estímulo dos pais e da família quanto à ida para a escola e seu desempenho. A criança fica solta, podendo ir para a rua e se unir a outros colegas sem supervisão. A segunda é a baixa qualidade do ensino público, que tem em seu plantel profissionais que mostraram pouca habilidade para estimular os alunos e interessá-los, oferecendo um serviço que não atende às suas necessidades e capacidades. A qualidade ruim da escola (professores mal pagos, mal preparados e, nem sempre, estimulados), é um dos maiores fatores que influem no fato dos jovens perderem o interesse pela escola. Assim, juntam-se a outros colegas na mesma situação e vão procurar

preencher o tempo vago, engajando-se em atividades que lhes tragam o estímulo da aventura e a possibilidade de adquirirem os bens que a mídia tanto apregoa.

Pensando nos fatores familiares que contribuíram para levar os jovens ao ato infracional, pode-se constatar que a supervisão inadequada da prole, a pouca atenção, a violência física, os maus-tratos, os conflitos de relacionamento, a pobreza e não inserção social, a pouca escolaridade e desqualificação profissional dos pais, a falta de uma rede social de apoio à família, a comunidade violenta e com poucos recursos: todos juntos têm grande poder de influência. Além disso, a família é o ambiente primeiro, onde o indivíduo inicia seu processo de percepção, desenvolve sua motivação, seu estilo atribucional, seu senso de responsabilidade e aprende a lidar com a liberdade. É neste primeiro núcleo que o indivíduo aprende a assumir ou não o controle do ambiente, a competir consigo mesmo ou a tomar o outro como referência, desenvolvendo uma motivação Ego ou Tarefa. Como foi visto no capítulo 5, a maior parte dos infratores e seus irmãos apresentaram uma atribuição de causalidade externa. Os infratores, mais do que seus irmãos/primos, tenderam a uma motivação Ego e à percepção de um clima motivacional familiar orientado ao Desempenho.

Pode-se ver a importância do processo de atribuição de causalidade, através das respostas de enfrentamento fornecidas pelos sujeitos e através dos resultados obtidos. As respostas apresentadas tanto por infratores quanto por seus irmãos/primos mostram o quanto estes atores e observadores se colocam fora do controle dos acontecimentos de sua vida e da vida dos seus familiares. O fato de atribuírem às variáveis exteriores a causalidade dos eventos, significa que estes jovens não se sentem no controle de suas vidas e do ambiente onde vivem. Neste sentido, como afirma Dela Coleta (1982), o mais importante não é o real exercício do

controle, mas sim a percepção de controle que o indivíduo exerce sobre a situação. Percebendo a possibilidade de controle, o indivíduo é mais apto a efetuar modificações em si e no ambiente. Da mesma forma, a família que atribui o envolvimento infracional de um membro às causas ambientais, não sente poder para modificar o comportamento deste jovem, para participar da sua reinserção social. O indivíduo que tem um estilo atribucional externo tende a ter uma motivação orientada a Ego (tendência esta observada nos infratores), tendo como referência o outro, contra quem compete, usando de todos os meios para vencê-lo. Ele julga que a habilidade inata é mais importante do que o trabalho árduo para melhorar e se superar. O indivíduo Ego, convivendo num ambiente orientado ao Desempenho, não compete consigo, quer derrotar os adversários.

Um processo de atribuição externa (observado nos jovens entrevistados) se configura em um estilo disfuncional, onde o ator resiste em chamar a si a responsabilidade pelas próprias ações e pelas conseqüências destas. Um tipo de atribuição interna constitui um estilo funcional e mais saudável, típico da pessoa que lida bem com a liberdade e a responsabilidade pessoal. Ele está intimamente ligado a uma motivação Tarefa e a uma percepção de um ambiente orientado a Mestria. Tudo isto associa-se à resiliência, uma vez que o indivíduo resiliente percebe-se capaz de controlar o ambiente e a si próprio, a fim de, em contornando as adversidades, atingir seus fins pessoais. Estas características estão mais presentes nos irmãos/primos entrevistados do que nos jovens infratores, que se mostraram menos resilientes em suas histórias de vida. Short & Simeonsson (1986) e Loeber & Hay (1997) declaram que a percepção de controle da causa, assim como o estilo atribucional, atuam como mediadores essenciais na cognição da agressividade em adolescentes. Além do processo de atribuição causal, é importante estudar e

trabalhar com os adolescentes suas habilidades cognitivas, como a capacidade de se colocar no lugar do outro, de avaliar situações e de resolver problemas.

Evidencia-se a necessidade de interferir neste processo para melhorar a qualidade e a intensidade destas respostas. O processo de atribuição, assim como os outros processos cognitivos, é passível de modificação por meio da ação do psicólogo e de profissionais da área social e educacional. Todas as estratégias de modificação do comportamento assumidas pelos professores, psicólogos, terapeutas e atores comunitários deveriam, antes de mais nada, abordar os fatores motivacionais do processo de atribuição causal, bem como suas dinâmicas de mudança, para que se possa atingir as metas de transformar a motivação e a percepção dos sujeitos.

Faz-se necessário o desenvolvimento de mais pesquisas, assim como de programas sociais e de saúde que lidem com as vulnerabilidades destas famílias, ensinando-as, entre outras coisas, a desenvolver mecanismos para lidar com suas carências e sentimento de incompetência. Assis (1994) mostra que o passo inicial para a prevenção é a sensibilização para as diversas formas de violência, assim como o seu reconhecimento. Para começar a prevenir é necessário antes reconhecer a violência doméstica, a violência do Estado, a violência de cada cidadão na sua prática diária. Estes comportamentos se tornaram tão naturalizados que, às vezes, passam despercebidos.

Apesar disto e de todos os fatores que agem contra, é possível atuar preventivamente, intervindo em três níveis distintos. A **prevenção primária** trabalha com o objetivo de evitar o surgimento da violência, agindo sobre os fatores de risco e promovendo os fatores protetores e a resiliência. Este é o tipo de maior dificuldade de execução e, como Assis (1999b) nos chama a atenção, ela requer a participação

de todos os setores da sociedade, contrariando interesses políticos e hábitos de comportamento. A **prevenção secundária** opera diretamente nas relações com crianças que estão sob risco, identificando-as e prevendo os possíveis casos. Esta ação é de responsabilidade dos setores da saúde ambulatoriais e emergenciais, das escolas, das associações de moradores e de outras instituições que atuam na comunidade. A **prevenção terciária** é a que mais tem sido utilizada pelos setores de saúde e de segurança pública, embora se devesse lançar mão deste tipo somente nos casos em que as outras intervenções não tenham tido resultado. *“Visa intervir, controlar e tratar os casos reconhecidos, buscando reduzir os efeitos e seqüelas e prevenir a cronificação da violência. A atuação do setor saúde enfoca a reintegração e a reabilitação física, psicológica, social e ocupacional da criança/adolescente”* (Assis, 1999b:62). Neste nível, a atuação do setor de segurança pública se dá no combate ao crime e apreensão dos infratores.

A modalidade de prevenção mais completa, no entanto, é a chamada **promoção da saúde**, sendo uma atividade multidisciplinar e intersetorial, não estando restrita ao setor saúde. Esta forma de atuação integra a saúde ao ambiente social em que o indivíduo vive, não apenas prevenindo ou tratando os casos de violência, mas promovendo os fatores protetores, evitando o surgimento de riscos ou de casos, estimulando a capacidade do indivíduo para tomar controle da situação, cuidar de si e dos que estão no seu entorno.

Para se conseguir enfrentar os números vultosos e crescentes da violência é necessário agir nos três níveis de prevenção, assim como promover a saúde da população, trabalhando em todas as suas camadas, especialmente as de maior risco, e nas faixas etárias mais jovens. Os resultados esperados seriam de

médio a longo prazo, pois trata-se de mexer na estrutura dos cidadãos e das instituições sociais.

Os programas mais eficazes em educação da saúde, no que tange à prevenção e/ou mudança de comportamentos não desejados, são aqueles que usam uma abordagem social-cognitiva, com base na teoria de aprendizagem social. Ela postula que os comportamentos prejudiciais à saúde são aprendidos socialmente, têm propósito e são funcionais, sendo o resultado da interação de fatores sócio-ambientais e pessoais. A fim de haver mudança do comportamento do adolescente é necessário prover a ele as razões para tal mudança, assim como os meios, os recursos e o suporte social. Os programas de prevenção devem ter o apoio e a participação de vários segmentos da sociedade, como também requerem mudanças no nível comunitário e institucional.

No caso de adolescentes que ainda não estão institucionalizados e, portanto, não são infratores, há a possibilidade de se atuar preventivamente, para promover a resiliência, a fim de que estes jovens atuem sem violência diante da adversidade. Dentre as atividades que se pode desenvolver com as famílias nas escolas públicas e privadas e em projetos que trabalham com meninos na rua, cabe um programa de reeducação de hábitos de relacionamento e mudança de valores. Tal iniciativa seria benéfica no sentido de ajudar famílias com processo de atribuição externa e/ou motivação Ego/Desempenho para reconhecerem e desenvolverem seu potencial de trabalho, auxiliando na criação de estratégias de reconhecimento e enfrentamento de problemas. Para que este tipo de programa tenha o impacto desejado, é necessária a ação conjunta de vários profissionais da área da saúde, educação e social, como psicólogos, assistentes sociais, educadores, médicos e educadores físicos. Planejar a intervenção no comportamento e hábitos do indivíduo

deve considerar o fortalecimento dos fatores que ajudam o jovem a lidar com as influências negativas, particularmente onde estas não têm muita probabilidade de mudança.

A teoria da psicologia social cognitiva, indica que as orientações Ego e Tarefa advêm do ambiente cultural: em outras palavras, dos pais, professores, dos líderes. Esta dimensão foi confirmada pela pesquisa de Vianna (1997), realizada no bairro Cidade de Deus, comunidade carioca conhecida pela violência: um curso de Karatê, com um instrutor caracterizado por orientação Tarefa, contribuiu para mudar a orientação dos adolescentes, saindo de Ego, para Tarefa.

Um exemplo de prevenção terciária, utilizando os conceitos da Abordagem Centrada na Pessoa, pode ser encontrado no trabalho de Bezerra & Linhares (1999), em relação ao uso de drogas. Os autores criaram uma abordagem que ajuda os pais de jovens drogadictos a desenvolver competência para resolver o problema do uso de drogas do filho, tornando a família *“poderosa em promover mudanças verdadeiras em todo o sistema familiar”*. Bezerra & Linhares acreditam que *“os vínculos dos pais com os filhos são mais poderosos em operar mudanças que qualquer vínculo terapêutico ou de autoridade constituída”* (p. 187).

O primeiro passo no restabelecimento da postura de ajuda dos pais para com os filhos é revigorar sua confiança na competência que possuem para orientar e auxiliar a prole nas suas escolhas, condutas e, também, para apoiar e servir como suporte afetivo primário. Para tal é necessário que o facilitador do processo ajude a família a resgatar o sentimento de amor entre seus membros. Este sentimento, às vezes, se perde ou não mais se expressa, em virtude das dificuldades do cotidiano e da cultura de imediatismo e velocidade em que vivemos. Neste processo, são trabalhados os sentimentos de mágoa, perda, impotência e culpa que os pais

sentem pela maneira como transcorreu a vida de seus filhos, pelo caminho que tomaram. Como afirma Moura (1991:174), *“a solução se encontra em fortalecer a família, mediante o concurso de políticas, de forma que estas possam contribuir para uma dinâmica de interação familiar mais integrada”*.

O ambiente familiar não deve ser somente uma instituição social, delimitada pelo sistema de parentesco e da coabitação. Uma família forte, que marca positivamente o indivíduo, deve prevalecer em densidade, permanência, continuidade e envolvimento dos seus membros, de tal forma que favoreça a criança em seu corpo e sua mente. Aqui cabem os princípios básicos da Abordagem Centrada na Pessoa. A família precisa ser encorajada a declarar o amor incondicional ao filho, a ter respeito, aceitação e tolerância para com ele e a assumir a responsabilidade na sua recuperação.

Outro exemplo de trabalho usando as técnicas rogerianas são as oficinas educativas para a promoção da saúde em adolescentes, propostas por Serra & Cannon (1999), referidas na seção 4.1 do capítulo 2. Estas oficinas objetivam a apreensão de conhecimento e a mudança de atitudes, sendo estruturadas sob os conceitos de ludicidade, criatividade, liberdade de expressão, postura educativa transformadora, conscientização, integração grupal, construção do próprio saber, reflexão crítica, respeito aos valores individuais e sócio-culturais e desenvolvimento da auto-estima.

Os conceitos e atitudes da abordagem rogeriana, juntamente com os conceitos e as técnicas da abordagem social-cognitiva, se bem aglutinados em programas de tratamento, prevenção e promoção da saúde, podem ser um instrumento valioso no enfrentamento da infração juvenil.

Um ponto fundamental que faz parte da prevenção terciária é a recuperação dos já infratores, em condições e ambiente propícios. Foi possível constatar no campo que os adolescentes institucionalizados que aguardam decisão da medida sócio-educativa e os que estão em regime de internação sofrem do problema de superlotação dos internatos. Além disso, os jovens que cometeram infrações mais leves ou que estavam em sua primeira infração eram internados juntamente com reincidentes, com homicidas, traficantes e seqüestradores. Dessa maneira, fica mais difícil a ressocialização do jovem, facilitando-se a cristalização do comportamento infrator, pela influência dos mais experientes, pela falta de atividades profissionalizantes, lúdicas e escolares. Os infratores, em geral, ficam ociosos, sem trabalhar, sem aprender algum ofício e sem escola, ou com número mínimo de horas escolares. Muitas vezes nada têm para preencher o tempo, para dar significado e utilidade à vida, sem se envolver em alguma atividade que lhes dê a possibilidade de uma reintegração social e profissional. Além disso, os internos são vítimas da violência dos próprios agentes educacionais, algumas delas presenciadas pelas pesquisadoras em campo. Os profissionais técnicos (assistentes sociais, psicólogas, educadores) não demonstram preparo específico nem sensibilidade para lidar com esta população. Um exemplo disto é o relato de Cláudio sobre a técnica que o obrigou a escrever 50 vezes “eu sou ladrão”. Infelizmente, em virtude de má remuneração, volume e condições de trabalho, os técnico, além de algumas vezes demonstrarem má vontade, encontram-se despreparados para lidar com os adolescentes. O recurso que esta técnica utilizou com o interno é um dos artifícios de Programação Neurolingüística usados para modificação de comportamento. Ela certamente não deveria saber que o cérebro humano funciona por imagens e que este recurso adotado por ela gravou a imagem de ladrão no cérebro do adolescente. O que poderia ter sido um instrumento útil, se bem utilizado, pode ter causado

prejuízo para aquele jovem, sobretudo pela humilhação pela qual passou. Um trabalho de modificação de hábitos e comportamentos começaria, neste caso, pela reciclagem e treinamento do pessoal técnico das instituições de internamento e semi-internato para os jovens infratores.

O processo de prevenção da delinqüência envolve a ação conjunta dos cidadãos e do Estado, para que saiam do seu conformismo e comodismo e decidam agir. As palavras quase poéticas de Alvarez (1999:115) retratam bem esta idéia: *“resiliência é uma dança bem sucedida na música da vida. Não uma dança com bailarinos solitários: ela pede parcerias, empatia, encontros. Ela fala de amor”*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) ADORNO, R. C. F., 1997. *Caracterização das Famílias de Autores de Atos Infracionais da Febem/SP*. Relatório Preliminar. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP.
- 2) AGUDELO, S. F., 1990. La violencia: um problema de salud pública que se agrava en la región. *Boletín Epidemiológico de la OPS*,11:01-07.
- 3) ALVAREZ, A. M. S., 1999. A resiliencia e a história de vida de jovens moradores de rua: a família, os amigos, o sentido da vida. In: *Cadernos Juventude Saúde e Desenvolvimento* (N. Schor; M. S. T. Mota; V. C. Branco, orgs.) vol.1, pp.109-116, Brasília: Ministério da Saúde.
- 4) AMES, C., 1988. Achievement goals in the classroom: student's learning strategies and motivation processes. *Journal of Educational Psychology*, 80:260-267.
- 5) AMES, C., 1992. Achievement goals, motivational climate, and motivational process. In: *Motivation in Sport and Exercise* (G.C. Roberts, ed.) pp.161-176, Champaign, IL: Human Kinetics.
- 6) ARMISTEAD, L.; WIERSON, M.; FOREHAND, R. & FRAME, C., 1992. Psychopathology in incarcerated juvenile delinquents: does it extend beyond externalizing problems? *Adolescence*, 27(106): 309-314.
- 7) ARONSON, E.; WILSON, T. D.; AKERT, R. M., 1998. Social perception: how we come to understand other people. p.103-141. In: *Social Psychology*. New York: Longman.
- 8) ASSIS, S. G., 1992. *Criança, Violência e Comportamento: Um Estudo em Dois Grupos Sociais Distintos*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- 9) _____, 1994. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(supl.1): 126-134.
- 10) _____, 1999(a). *Traçando Caminhos em uma Sociedade Violenta – A Vida de jovens infratores e de seus irmãos não infratores*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- 11) _____, 1999(b). O percurso da violência na história ocidental: infância e saúde. *Horizontes*, 17:11-77.
- 12) BARDIN, L., 1979. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- 13) BELÉM, R.; FARIA, S.; RIZZINI, I. & CHALHUB, T., 1998. *Adolescentes em Conflito com a Lei: O Caso do Rio de Janeiro*. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula / Juizado da Infância e Juventude.

- 14) BEZERRA, V. C. & LINHARES, A. C. B., 1999. A família, o adolescente e o uso de drogas. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, vol. 1 (N. Schor, M. S. S. T. Mota & V. C. Branco, org.). Brasília: Ministério da Saúde.
- 15) BIDDLE, S.; CURY, F., GOUDAS, M.; SARAZIN, P.; FAMOSE, J. P. & DURAND, M., 1995. Development of scales to measure perceived physical education class climate: a cross-national project. *British Journal of Educational Psychology*, 65: 341-358.
- 16) BLOOM, M., 1996. Primary prevention and resilience: changing paradigms and changing lives. In: *Preventing Violence in America: Issues in Children's and Families' Lives* (L R. Hampton; P. Jenkins, & T. P. Gullotta, orgs.) vol.4, pp.87-114, Thousand Oaks, CA.: Sage Publications.
- 17) BOWLBY, J. , 1989. O papel do apego no desenvolvimento da personalidade. In: *Uma Base Segura*. pp. 117-132, Porto Alegre: Editora Artes Médicas.
- 18) BRASIL, 1994. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Rio de Janeiro: Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro.
- 19) BRONFMAN, M., 1993. *Multimortalidad y Estructura Familiar: Un Estudio Cualitativo de Las Muertes Infantiles en Las Familias*. Tese de Doutorado. Escola Nacional de Saúde Pública, FIOCRUZ.
- 20) BROOK, J.; NOMURA, C. & COHEN, P., 1989. A network of influences on adolescent drug involvement: neighborhood, school, peer and family. *Genetic, Social and General Psychology Monographs*, 115(1):125-145.
- 21) CARNEIRO, L. O. & CAVALCANTI, I. C., s/d. *O ABC do Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Edição com apoio da Petrobrás.
- 22) CASHWELL, C. & VACC, N. A. Family functioning and risk behaviors: influences on adolescent delinquency. *The School Counselor*, 44: 105-114.
- 23) CHAMBERLAIN, D. B., 1995. What are babies teaching us about violence? *Pre and Perinatal Psychology Journal*, 10(2): 57-74.
- 24) CHI, L. & DUDA, J. L., 1995. Multi-Sample confirmatory factor analysis of the task and ego orientation in sport questionnaire. *Research Quarterly for Exercise and Sport*, 66(2):91-98.
- 25) CLARK, R. C. & SHIELDS, G., 1997. Family communication and delinquency. *Adolescence*, 32(125): 81-92.
- 26) CLEMENTE, M. & MOLERO, F., 1994. Estudio Psicosocial de la Delincuencia y participación política no convencional. In: *Psicología Social*. (J. F. Morales, org.) pp. 845-873, Madrid: McGraw-Hill.
- 27) COHLER, B., 1991. The life story and the study of resilience and response to adversity. *Journal of Narrative and Life History*, 1:169-200.

- 28) COSTA, M. A. L., 1997. *Atribuição de Causalidade à Deficiência Mental*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, Universidade Gama Filho.
- 29) CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R.; OLIVEIRA, S. C.; SUCENA, L. F.; MOTA, J. C. & VICENTE, R. C., 1999. Um século carioca: estudo sobre adolescência, atos infracionais e tráfico de drogas no município do Rio de Janeiro. In: *Adolescentes Envolvidos Pelo Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro* (O. Cruz Neto, coord.) pp. 10-39). Rio de Janeiro: Fiocruz/Abrasco.
- 30) DECKEL, A. W.; HESSELBROCK, V. & BAUER, L., 1996. Antisocial personality disorder, childhood delinquency, and frontal brain functioning: eeg and neuropsychological findings. *Journal of Clinical Psychology*, 52(6):639-650.
- 31) DELA COLETA, J. A., 1982. *Atribuição de Causalidade: Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- 32) DENZIN, N. K., 1970. *The Research Act*. New York: Aldine Publishing Co.
- 33) DUARTE, L. F. D., 1995. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: *Família em Processos Contemporâneos: Inovações Culturais na Sociedade Brasileira* (I. Ribeiro & A. C. T. Ribeiro, org.) pp. 27-41. Rio de Janeiro: Edições Loyola.
- 34) DOWNIE, N. M., 1967. *Fundamentals of Measurement*. New York: Oxford University Press.
- 35) DUDA, J. L., 1987. Toward a developmental theory of achievement motivation in sport. *Journal of Sport Psychology*, 9:130-145.
- 36) DUDA, J. L., 1989. Relationship between task and ego orientation and the perceived purpose of sport among high school athletes. *Journal of Sport and Exercise Psychology*, 11: 318-335.
- 37) DUDA, J. L. & NICHOLLS, J. G., 1991. The task and ego orientation in sport questionnaire: psychometric properties (cópia reprográfica).
- 38) DUDA, J., 1993. Goals: a social-cognitive approach to the study of achievement motivation in sport. In: *Handbook of Research on Sport Psychology* (R. Singer et al. – ed.) pp. 421-436. New York: MacMillan.
- 39) DURANT, R. H.; CADENHEAD, C.; PENDERGRAST, R. A.; SLAVENS, G. & LINDER, C. W., 1994. Factors associated with the use of violence among urban black adolescents. *American Journal of Public Health*, 84(4): 612-617.
- 40) DUSHKIN, D. A. (org.), 1970. Problems of Perception. In: *Psychology Today, An Introduction* (D. A. Dushkin, org.) pp.317-338, California: CRM Books.
- 41) ERICKSON, E. H., 1972. *Identidade: juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- 42) ESCOREL, S., 1999. *Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- 43) FARRINGTON, D. P., 1993. Motivations for conduct disorder and delinquency. *Development and Psychopathology*, 5:225-241.
- 44) FEIJÓ, M. C. C., 1997a. Apego Materno-Fetal: Validação da Maternal-Fetal Attachment Scale Traduzida para o Português. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz.
- 45) FEIJÓ, O. G. & FEIJÓ, M. C. C., 1997. *Validação Brasileira da Bateria de Testes da Dra. Joan Duda e Associados Sobre Motivação Para a Prática Do Esporte*. Relatório Final de Pesquisa ao CNPq. Brasília.
- 46) FEIJÓ, O. G., 1998. *Uma Psicologia para o Esporte: Corpo e Movimento*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Shape.
- 47) FERGUSSON, D. M. & LYNKEY, M., 1996. Adolescent resiliency to family adversity. *Journal of Child Psychiatry*, 37(3):281-292.
- 48) FERREIRA, A. B. H., 1996. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa (versão eletrônica 2.0)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- 49) FIGUEIREDO, J. B.; SCHIRAY, M. & LUSTOSA, T. Q. O., 1990. *Relações da Pobreza com Trabalho e Família: Estudo de Identificação para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 50) FONSECA, V., 1986. Alguns aspectos do desenvolvimento da adolescência. *Ludens*, 11(1):3-11.
- 51) FRASER, M. W., 1996. Aggressive behavior in childhood and early adolescence: an ecological-developmental perspective on youth violence. *Social Work*, 41(4):347-361.
- 52) GABINETE DE ASSESSORIA JURÍDICA ÀS ORGANIZAÇÕES POPULARES (GAJOP), 1998. *Política Pública de Atendimento ao Adolescente Infrator no Estado de Pernambuco*. Recife: Gajop.
- 53) GARBARINO, J.; GUTTMAN, E. & SEELEY, J., 1986. *The Psychologically Battered Child*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- 54) GARBARINO, J.; BEDARD, C., 1996. Kids who kill and kids who don't. Ithaca: Family Life Development Center / Cornell University. (cópia reprográfica)
- 55) GILLIGAN, J., 1996. *Violence: Our Deadly Epidemic and its Causes*. New York: Grosset/Putnam.
- 56) GLASGOW, K. L.; DORNBUSCH, S.; TROYER, L.; STEINBERG, L. & RITTER, P. L., 1997. Parenting styles, adolescents' attributions, and educational outcomes in nine heterogeneous high schools. *Child Development*, 68(3): 507-529.

- 57)GOODE, W. & HATT, P. K., 1975. *Métodos em Pesquisa Social*. 5ª. edição. São Paulo: Cia. Editora Nacional.
- 58)GROSSMAN, F. K.; BEINASHOWITZ, J.; ANDERSON, L.; SAKURAI, M.; FINNIN, L. & FLAHERTY, M., 1992. Risk and resilience in young adolescents. *Journal of Youth and Adolescence*, 21(5):529-550.
- 59)GUIVERNAU, M. & DUDA, J. L., 1994. Psychometric properties of a spanish version of the task and ego orientation in sport questionnaire and beliefs about the causes of success inventory. *Revista de Psicología del Deporte*, 5:31-51.
- 60)GÜNTHER, I. A., 1999. Adolescência e projeto de vida. *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento*, 1:86-92.
- 61)HAGUETTE, T. M. F., 1995. *Metodologias Qualitativas*. 4ª. edição. Petrópolis: Editora Vozes.
- 62)HARVEY, J. H. & WEARY, G., 1985. *Attribution: Basic Issues and Applications*. New York: Academic Press Inc.
- 63)HASSELMANN, M. H., 1996. *Violência Familiar e Desnutrição Severa na Infância: Modelo Teórico e Estudo de Confiabilidade dos Instrumentos*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- 64)HEIDER, F., 1970. *Psicologia das Relações Interpessoais*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.
- 65)HOGE, R.; ANDREWS, D. A. & LESCHIED, A. W., 1996. An investigation of risk and protective factors in a sample of youthful offenders. *Journal of Child Psychology*, 37(4): 419-424.
- 66)KINGERY, P. M.; McCOY-SIMANDLE, L. & CLAYTON, R., 1997. Risk factors for adolescent violence. The importance of vulnerability. *School Psychology International*, 18: 49-60.
- 67)KLEIN, K.; FOREHAND, R.; ARMISTEAD, L. & LONG, P., 1997. Delinquency during the transition to early adulthood: family and parenting predictors from early adolescence. *Adolescence*, 32(125):61-79.
- 68)LARSON, H. J., 1982. *Introduction to Probability Theory and Statistical Inference*. Third edition. New York: John Wiley & Sons.
- 69)LECA, M. H., 1996. Carences cognitives et délinquance juvénile. *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique*, 49(3):288-299.
- 70)LI, F., 1996. Cross-Cultural validation of the task and ego orientation in sport questionnaire. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 18:392-407.

- 71)LIPTON, B., 1995. Cellular memory: aggression and violence. Conferência Proferida no VII Congresso Internacional de Psicologia Pré e Perinatal, promovido pela APPPAH. (áudio).
- 72)LOEBER, R. & HAY, D., 1997. Key issues in the development of aggression and violence from childhood to early adulthood. *Annual Review of Psychology*, 48: 371-410.
- 73)MAY, R., 1974. *Psicologia Existencial*. Porto Alegre: Editora Globo.
- 74)McDAVID, J. H. & HARARI, H., 1980. *Psicologia e Comportamento Social*. Rio de Janeiro: Interciência.
- 75)McGARVEY, E. L.; CANTERBURY, R. J. & WAITE, D., 1996. Delinquency and family problems in incarcerated adolescents with and without a history of inhalant use. *Addictive Behaviors*, 21(4): 537-542.
- 76)MELBY, J. N. & CONGER, R. D., 1996. Parental behaviors and adolescent academic performance: A Longitudinal Analysis. *Journal of Research on Adolescence*, 6(1):113-137.
- 77)MENEGHEL, S. N.; GIUGLIANI, E. J. & FALCETO, O., 1998. Relações entre violência doméstica e agressividade na adolescência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14(2):327-335.
- 78)MIELNIK, I., 1993. *Mãe, Pai e Filhos: Encontros e Desencontros*. São Paulo: Editora Hucitec.
- 79)MILHOLLAN, F. & FORISHA, B. E., 1978. *Skinner x Rogers: Maneiras Contrastantes de Encarar a Educação*. 3ª. ed. São Paulo: Summus Editorial.
- 80)MINAYO, M. C. S., 1990. A violência na adolescência: um problema de saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 6(3): 278-292.
- 81) _____, 1993. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco.
- 82) _____, 1994. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(supl.1):07-18.
- 83)MINAYO, M. C. S. & SOUZA, E. R., 1998. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 4(3):513-531.
- 84)MOURA, W., 1991. A família contra a rua: uma análise psicossociológica da dinâmica familiar em condições de pobreza. In: *O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80*. (A. Fausto & R. Cervini, org.) pp.151-194, São Paulo: Unicef/Flasco, Cortez Editora.
- 85)MUSSEN, P.; ROSENZWEIG, M. R.; ARONSON, E.; ELKIND, D. ; FESSHBACH, S.; GEIWITZ, P. J.; GLICKMAN, S. E.; MURDOCK, B. B. &

- WERTHEIMER, M., 1973. *Psychology: An Introduction*. Massachusetts: D.C. Heath and Co.
- 86)MUSSEN, P. H.; CONGER, J. J. & KAGAN, J., 1977. Adolescência. In: *Desenvolvimento e Personalidade da Criança* (P. H. Mussen; J. J. Conger & J. Kagan) pp.447-529, São Paulo: Harbra.
- 87)MUZA, G., 1996. *Alcoolismo e Drogadicção na Adolescência: Histórias de Vida*. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.
- 88)NICHOLLS, J., 1984. Achievement motivation: conceptions of ability, subjective experience, task choice and performance. *Psychological Review*, 91: 328-346.
- 89)O'DONNELL, J.; HAWKINS, J. D. & ABBOTT, R., 1995. Predicting serious delinquency and substance use among aggressive boys. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63(4):529-537.
- 90)OPAS (Organización Panamericana de la Salud), 1993. Resolución XIX: Violência y Salud. Washington, D.C.: Opas.
- 91) _____ , 1995. Salud y violencia: plan de acción regional. Washington, D.C.: Opas.
- 92)PASQUALI, L. & ANDRADE, M.^ªC., 1986. Percepção dos pais e comportamento associal em jovens. *Psicologia:Teoria e Pesquisa*, 2(3): 265-275.
- 93)PASQUALI, L.; PINHEIRO, A. A. A. & LIMA, V. M. L. M., 1987. Delinqüência: etiologia. Desenvolvimento de um modelo explicativo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 3(2):151-165.
- 94)PEDERSEN, W., 1994. Parental relations, mental health and delinquency in adolescents. *Adolescence*, 29 (116):975-990.
- 95)PEISER, N. C. & HEAVEN, P. C., 1996. Family influences on self-reported delinquency among high school students. *Journal of Adolescence*, 19:557-568.
- 96)PENNA, A. G., 1980. *Aprendizagem e Motivação*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- 97)PEREIRA, M. G., 1995. *Epidemiologia: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- 98)PERRY, B. D., 1995. Incubated in terror: neurodevelopmental factors in the cycle of violence. In: *Children, Youth and Violence: Searching for Solutions* (J. D. Osofsky, editor) pp.1-29, New York: The Guilford Press.
- 99)RAINE, A., 1993. *The Psychopathology of Crime: Criminal Behavior as a Clinical Disorder*. San Diego, USA: Academic Press.

- 100) RAINE, A.; BRENNAN, P. & MADNICK, S. A., 1994. Birth complications combined with early maternal rejection at age one year predispose to violent crime at age 18 years. *Annual Meeting of the American Association for the Advancement of Science*, São Francisco, 18-23 de Fevereiro (cópia reprográfica).
- 101) REGATO, V. C., 1997. *A AIDS de Nossos Dias: Uma Leitura da Psicologia Social Sob o Enfoque da Teoria de Atribuição de Causalidade*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia, Universidade Gama Filho.
- 102) RICHTERS, J. E. & MARTINEZ, P., 1993. Violent communities, family choices, and children's chances: an algorithm for improving the odds. *Development and Psychopathology*, 5:609-627.
- 103) RISSO, R. E. & REGO, A., 1991. Consideraciones clínicas respecto de psicopatía y delincuencia. *Acta de Psiquiatria y Psicología de la América Latina*, 37(4):309-315.
- 104) RIZZINI, I., 1995. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever – um histórico da legislação para a infância no Brasil (1930-1990). In: *A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil* (F. Pilotti & Irene Rizzini, orgs.) pp. 99-168, Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora.
- 105) RODRIGUES, A., 1979. *Estudos em Psicologia Social*. Petrópolis: Editora Vozes.
- 106) ROGERS, C. & KINGET, G. M., 1977. *Psicoterapia e Relações Humanas*. Vol. 1. Belo Horizonte: Interlivros.
- 107) ROGERS, C. R., 1978a. *Sobre o Poder Pessoal*. São Paulo: Livraria Martins Fontes.
- 108) _____, 1978b. *Liberdade Para Aprender*. Belo Horizonte: Interlivros.
- 109) _____, 1985. *Liberdade Para Aprender em Nossa Década*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- 110) RUTTER, M., 1989. Pathways from childhood to adult life. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 30(1):23-51.
- 111) SAKUTA, T., 1996. Social factors leading to juvenile delinquency. *The Keio Journal of Medicine*, 45(4):287-295.
- 112) SARTRE, J. P., 1956. *Being and Nothingness. An Essay on Phenomenological Ontology*. New York: Philosophical Library.
- 113) SERRA, A. S. L. & CANNON, L. R. C., 1999. Pelo andar se faz um caminho! Uma proposta metodológica de educação em saúde para adolescentes. In: *Cadernos Juventude, Saúde e Desenvolvimento* (Schor, N.;

- Mota, M. S. T & Branco, V.C., orgs.) pp. 276-288. Brasília: Ministério da Saúde.
- 114) SHAVER, K. G., 1970. Defensive attribution: effects of severity and relevance on the responsibility assigned for an accident. *Journal of Personality and Social Psychology*, 14(2):101-103.
- 115) SHOEMAKER, D. J., 1996. *Theories of Delinquency - An Examination of Explanations of Delinquent Behavior*. New York: Oxford University Press.
- 116) SHORT, R. J. & SIMEONSSON, R. J., 1986. Social cognition and aggression in delinquent adolescent males. *Adolescence*, 21(81): 159-176.
- 117) SIEGEL, S., 1975. *Estatística não-paramétrica - para as ciências do comportamento*. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 350 p.
- 118) SILLAMY, N., 1998. *Dicionário de Psicologia*. Porto Alegre: Editora Larousse – Artmed.
- 119) SILVA, D. F. M., 1999. *Estilo Atribucional em Adolescentes Infratores e Não Infratores*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 120) SOKOL-KATZ, J.; DUNHAM, R.; ZIMMERMAN, R., 1997. Family structure versus parental attachment in controlling adolescent deviant behavior: a social control model. *Adolescence*, 32(125): 199-215.
- 121) SOUZA, E., 1993. Atribuição causal. In: *Psicologia Social* (J. Vala & M. B. Monteiro, org.) pp. 141-165. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- 122) SOUZA, E. R., 1994. Homicídios no Brasil: o grande vilão da saúde pública na década de 80. *Cadernos de Saúde Pública*, 10(supl.1):45-60.
- 123) SOUZA, E. R. & ASSIS, S. G., 1996. Mortalidade por violência em crianças e adolescente do município do Rio de Janeiro. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 45(2):85-94.
- 124) STOUTHAMER-LOEBER, M; LOEBER, R.; FARRINGTON, D. P., et. al., 1993. The double edge of protective and risk factors for delinquency: interrelations and developmental patterns. *Development and Psychopathology*, 5:683-701.
- 125) TINKLENBERG, J. A.; STEINER, H.; JUCKABY, W. J. & TINKLENBERG, J. R., 1996. Criminal recidivism predicted from narratives of violent juvenile delinquents. *Child Psychiatry and Human Sciences*, 27(2):69-79.
- 126) TITUS, H., 1964. Existencialism and related movements. In: *Living Issues in Philosophy*. (H. Titus, autor) pp.296-316. New York: American Book Company.
- 127) TOMAZ, M. M., 1998. Caracterização Psicossocial e Avaliação do Nível de Julgamento Moral de Adolescentes Infratores e Não-Infratores.

- Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, Universidade Gama Filho.
- 128) TREASURE, D. & ROBERTS, G., 1994. Cognitive and affective concomitants of task and ego goal orientations during the middle school years. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 16:15-28.
- 129) VENÂNCIO, R. P., 1999. *Famílias Abandonadas: Assistência à Criança de Camadas Populares no Rio de Janeiro e em Salvador – Séculos XVIII e XIX*. Campinas: Editora Papirus.
- 130) VERNY, T. R., 1995. Build babies, not jails. *Pre and Perinatal Psychology Journal*, 10(2):75-81.
- 131) VIANNA, J. A., 1997. *O Impacto dos Valores Humanos do Instrutor Sobre a Conduta do Atleta: O Caso do Karatê*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Departamento de Educação Física, Universidade Gama Filho.
- 132) VIEMERÖ, V., 1996. Factors in childhood that predict later criminal behavior. *Aggressive Behavior*, 22:87-97.
- 133) VIOLANTE, M. L., 1989. A vida pré-institucional do menor. In: *O Dilema do Decente Malandro* (M. L. Violante) pp.43-53, São Paulo: Editora Cortez.
- 134) VOGEL, A., 1995. Do estado ao estatuto: propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: *A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil* (F. Pilotti & Irene Rizzini, orgs.) pp. 299-346, Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, AMAIS Livraria e Editora.
- 135) WALLING, M. D.; DUDA, J. L. & CHI, L., 1993. The perceived motivational climate in sport questionnaire: construct and predictive validity. *Journal of Sport & Exercise Psychology*, 15:172-183.
- 136) WEINER, B., 1990. History of motivational research in education. *Journal of Educational Psychology*, 82(4):616-622.
- 137) _____, 1993. On sin versus sickness: a theory of perceived responsibility and social motivation. *American Psychologist*, 48(9):957-965.
- 138) _____, 1995. *Judgments of Responsibility : A Foundation for a Theory of Social Conduct*. New York: The Guilford Press.
- 139) _____, 1997. An attributional analysis of punishment goals and public reactions to O. J. Simpson. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 23(4): 331-346.
- 140) WERNER, D., 1990 . Estudos Internacionais Sobre as Causas Sociais do Crime e Suas Implicações num Caso Brasileiro de Menores Carentes.

- 141) WERNER, D.; BLOCK, E. M. & COUTINHO, M. R., 1993. *Antecedentes Familiares e Crime*. Relatório para CNPq. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina. (cópia reprográfica)
- 142) ZALUAR, A., 1994. Crime, justiça e moral: a versão das classes populares. In: *Condomínio do Diabo*, pp. . Rio de Janeiro: Ed. Revan?UFRJ.
- 143) _____, 1995. A ilusão dos jovens e o crime organizado. In: *Comunicação e Política: Mídia, Drogas e Criminalidade*. Vol. 1, no. 2, pp. 231-250. Rio de Janeiro: Editora Cebela.
- 144) ZIMERMAN, D. E., 1997. Grupos espontâneos: as turmas e gangues de adolescentes. In: *Como Trabalhamos com Grupos* (D. E. Zimerman & L. C. Osório, orgs.) pp.59-67, Porto Alegre: Artes Médicas.

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1a. Entrevista

(Apresentação, Consentimento, Árvore familiar, incluindo família que eles tenham formado. Relações familiares, da família nuclear e estendida. Ecologia do adolescente desde a infância até agora).

- ⇒ Cumprimentar, dizer seu nome.
- ⇒ Dizer sua profissão (ou se apresentar como estudante). Estou trabalhando numa pesquisa coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz. Explicar que a FIOCRUZ é aquela do Castelo que se vê da Av. Brasil e explicar o que se faz na fundação, inclusive o trabalho com violência e menores infratores.
- ⇒ Explicar o objetivo da pesquisa. Queremos conhecer melhor a população de menores infratores para trabalhar a prevenção, para que outros meninos não entrem na vida do crime. Os adolescentes que vão ser entrevistados são aqueles que cometeram homicídio, ou tentativa de homicídio, ou lesão corporal grave, ou assalto a mão armada (artigos 121, 157 parág. 3 e 129 parág. 2 e 3).
- ⇒ Explicar o que é a pesquisa. Vamos fazer duas entrevistas com você e uma entrevista com seu irmão que não seja infrator. Vou querer conhecer um pouco de você, sobre sua vida e a mesma entrevista será feita com um de seus irmãos. Nós vamos falar da sua vida de modo geral, antes de você chegar aqui, da sua vida aqui e depois de você sair daqui. Eu quero saber o que você acha e como você sente as coisas da sua vida. Tudo o que for conversado aqui será mantido em sigilo, ninguém vai ficar sabendo. Nem o seu nome vai aparecer no relato da entrevista. Os funcionários da escola não poderão ler o material da entrevista. Você não precisa se preocupar em dizer nomes das pessoas envolvidas. Se você quiser, pode até inventar. Isso não é importante para nós. Você pode desistir de ser entrevistado a qualquer hora e decidir não participar mais.
- ⇒ Há alguma dúvida que você gostaria de me perguntar?
- ⇒ Você gostaria de participar e ser entrevistado? - Se sim, agendar os dias das duas outras entrevistas.
- ⇒ Você se incomodaria se suas entrevistas fossem gravadas? - Se não, ligar o gravador a partir daqui.

- ⇒ Hoje eu gostaria de saber sobre a sua família. Quantos anos você tem? Você tem pai e mãe? Eles estão vivos? Eles vivem juntos? Quando se separaram? Você sabe por quê se separaram? Você tem irmãos? Quantos são? Qual a idade deles? O que os seus irmãos fazem? Eles estão na escola? Você teve irmãos que morreram? Quando? Morreram grandes ou ainda pequenos? Como morreram?
- ⇒ Quem mora com você atualmente? Você conviveu com essas pessoas desde pequeno? Quais eram as pessoas que moravam com você quando era pequeno?
- ⇒ Na família da sua mãe: você tem tios, tias? Quantos são? Onde moram? Primos, primas? Quantos são? Onde moram? Você tem avós? Estão vivos? Quantos anos têm agora? Onde eles moram? Sua avó ou seu avô chegou a se casar novamente?
- ⇒ Na família de seu pai: Fazer as mesmas perguntas.

- ⇒ Você tem namorada? Como é essa relação? (Se tiver mulher e filhos, investigar essa família - nascimento, moradia, idade etc.)
- ⇒ Você sabe se a sua gravidez foi desejada ou aconteceu por acaso? Como foi a sua gravidez, complicada ou sem problemas? O que a sua mãe conta de quando estava grávida de você? E o seu nascimento, como foi? Sua mãe amamentou você? Até que mês?
- ⇒ Como foi para você a experiência de ser pai? Como é a sua relação com seus filhos?
- ⇒ Quais são as suas boas lembranças em relação a sua família? E as más? Quando essas coisas aconteceram? Com que idade?
- ⇒ Sua relação com a família mudou depois da infração? Ficou melhor ou pior?
- ⇒ Tem algum irmão com quem você se dá melhor? Como é o relacionamento com os outros irmãos? Na sua família existe alguém em quem você confie a ponto de fazer confidências?
- ⇒ Como é a sua mãe em casa? Como você vê a sua mãe? E como ela se dá com seus irmãos? Ela tem alguma profissão? Você sabe até que ano ela estudou?
- ⇒ E o seu pai/padrasto, como ele é em casa? E com você? Ele tem alguma profissão? Você sabe até que ano ele estudou?
- ⇒ Como você vê a relação de seus pais (padrasto/madrasta)?
- ⇒ Existe alguém na sua casa com quem você não se dá bem?
- ⇒ Como você se sente na sua casa? Por quê?
- ⇒ Como é a sua relação com seus tios maternos? Você gosta deles?
- ⇒ E com seus tios paternos, como você se relaciona?
- ⇒ Você se dá bem com seus primos?
- ⇒ O que você acha de seus avós maternos? Você se sente próximo (chegado) a eles?
- ⇒ E dos seus avós paternos? Como eles te tratam?
- ⇒ Na sua família já teve alguém que foi preso? E história de internação psiquiátrica?
- ⇒ Como você acha que deveria ser a sua família?
- ⇒ Você lembra de quando você era criança se sua mãe lhe colocava numa creche, ou deixava com algum parente ou amigo? Como era lá?
- ⇒ Com quantos anos você foi para a escola? Onde era? Como era? Você gostava?
- ⇒ Você tem alguma lembrança dessa época?
- ⇒ Você estudava antes de vir cumprir medida? Se sim, como era sua vida na escola? Como você se relaciona com os colegas e as professoras?
- ⇒ Há quanto tempo parou de estudar? Por quê? No que você tinha mais dificuldade? Você lê e escreve com facilidade?
- ⇒ Gostaria de voltar a estudar?
- ⇒ Como você acha que deveria ser a escola?

- ⇒ Você já trabalhou? Desde quando? O que você fazia? O que você fazia com o seu dinheiro? Você gostaria de poder trabalhar em alguma profissão?

Instabilidade nos Cuidados Iniciais	Insegurança e Experiência de Traumas Precoces	Rejeição e Experiência de Maus-Tratos Psicológicos	Privação Econômica	Proteção e Preservação na Infância
Avaliar a estabilidade do padrão de cuidados.	Determ. a quantidade de violência que a criança. experienciou capaz	Tipos de maus-tratos: <u>rejeitar</u> , <u>isolar</u> , <u>aterrorizar</u> , <u>ignorar</u> , <u>corromper</u> .	Determinar o tipo atividade econômica que a família possui.	1) Se a criança tem figuras adultas próximas exercendo papéis

	de levá-la a reações traumáticas.	Quando começou, duração e severidade.		protetores. 2) Se a çça. pode experienciar a infância ou teve uma entrada prematura na adoles./vida adulta
--	-----------------------------------	---------------------------------------	--	---

- ⇒ Onde você nasceu? Como era o lugar? Como era a sua casa?
- ⇒ Como era a comunidade, era violenta? Tinha problemas de agressão, ou homicídio, ou prostituição, ou batida policial, ou agressão entre pais e filhos?
- ⇒ Você se mudou de lá? Onde você foi morar depois? Como é a sua casa? E a vizinhança, é violenta?
- ⇒ Tem condução fácil, posto de saúde, associação de moradores, escola, delegacia?
- ⇒ E o lazer, o que você fazia para se divertir?
- ⇒ Você mora agora no mesmo lugar? Se não, como é a sua casa? Como é a comunidade?
- ⇒ O que você costuma fazer para se divertir?
- ⇒ Como você acha que deveria ser a comunidade?

Alienação da Comunidade

Avaliar o grau de inserção/integração ou alienação da comunidade na cidade/sociedade.

2a. Entrevista (Vida espiritual, pensamentos sobre Deus, significado da vida e experiência com o crime).

- ⇒ Como eram seus amigos onde você morava? E agora, você tem um grupo de amigos? O que eles significam para você? Os amigos da infância ainda são seus amigos? Nesse grupo, seus amigos usavam drogas ou praticavam atos infracionais?
- ⇒ Você entrou no crime porque você quis ou alguém levou você?
- ⇒ Você usa drogas? Você usa porque você mesmo quer ou alguém fez a sua cabeça?
- ⇒ O que aconteceu para você estar aqui agora? Como foi isso? Você já estava pensando nisso ou foi algo repentino? Como você se sentiu agindo? Foi a primeira vez que você cometeu infração? Quando foi e como foi? Você consegue identificar a causa de você ter agido dessa forma? Alguém o levou a fazer isso? Quem? Conte-me uma lembrança de sua ação.
- ⇒ Como tem sido a sua vida aqui na escola agora e nas outras vezes que você esteve aqui? Como é a sua relação com seus parceiros? Como é a sua relação com os funcionários? Como você acha que deveria ser uma escola para adolescentes infratores?
- ⇒ Quais as soluções que seriam possíveis neste tal problema (dependendo do que o adolescente traga)?
- ⇒ Que tipo de medida você acha que merece um adolescente que cometeu uma infração como a sua?
- ⇒ Seus pais têm alguma religião?

- ⇒ Você tem religião?
- ⇒ Você acredita em Deus ou em alguma entidade superior? Você pensa assim desde criança? Passou a acreditar assim com que idade? Por quê?
- ⇒ O que é Deus para você?
- ⇒ Você acha que Deus para seus pais é o mesmo que é para você?
- ⇒ Você pede proteção para algum santo ou entidade? Você usa algum objeto para dar sorte? Ou não usa um objeto para não dar azar? Desde quando? O que significa este objeto para você? Quem te ensinou isso?
- ⇒ Você teme alguma entidade?
- ⇒ Como está esta relação com Deus (ou a entidade que ele definiu) agora que você está aqui?
- ⇒ Você acha que a vida é boa? A vida vale a pena?
- ⇒ Você se arrepende de alguma coisa que você tenha feito?
- ⇒ Você acha que existe certo e errado?
- ⇒ Você acha que a vida se resume só nisso aqui, nesse plano material, ou você acha que a vida tem algo além daqui, uma vida depois desta?
- ⇒ Nesse período dentro da instituição, você tem pensado na sua vida?
- ⇒ Em algum momento do dia você pára para pensar nas coisas que você fez?

- ⇒ Qual o significado da sua vida? Você está satisfeito? Como ela poderia ter sido?
- ⇒ A vida tem valor para você, a sua vida e a de outra pessoa? Fale um pouco disso.
- ⇒ Diga-me uma lembrança alegre da sua vida.

- ⇒ Em algum momento da sua vida você ou alguém da sua família se sentiu humilhado ou foi esculachado? E quando você foi preso? Alguma vez você já se sentiu por baixo na vida, por exemplo, as pessoas debochavam de você?
- ⇒ Alguém já fez alguma coisa com você que fez você sentir muita raiva? Isso fez você se sentir por baixo, humilhado?
- ⇒ Teve alguma coisa que fez você se sentir orgulhoso, por cima, de bem com você mesmo? Algo que você tenha feito que as pessoas te elogiaram?

- ⇒ O que você realmente gosta em você? Por quê?
- ⇒ Tem algo em você que lhe incomoda que você mudaria?
- ⇒ Como você geralmente se vê? Você se vê como uma pessoa otimista, que acha que tudo vai dar certo ou como uma pessoa pessimista?
- ⇒ Verificar se o adolescente atribui sempre a mesma causa aos seus problemas.
- ⇒ Como você costuma perceber as pessoas? Você acredita que as pessoas podem cometer maldade? Você acredita nas pessoas?
- ⇒ Você mereceu isso (dependendo do que o ad. trouxe: castigo, apanhou do pai/mãe, foi reprovado na escola etc.?)
- ⇒ Qual o significado da sua experiência com a violência? O que você aprendeu com isso?

- ⇒ Você se sente responsável pelas pessoas que você agrediu?
- ⇒ Quais são as suas expectativas para o futuro? O que você espera?
- ⇒ O que você pretende fazer quando sair daqui? Quais são seus planos?
- ⇒ Você acha que existe alguém que pode lhe ajudar? Por quê?
- ⇒ O que você pode fazer para mudar a sua vida?

Competência	Otimismo/Esperança	Espiritualidade	Sentido da Vida	Orgulho/
--------------------	---------------------------	------------------------	------------------------	-----------------

Plena de Planejar				Humilhação
<ul style="list-style-type: none"> - Orientação futura - Locus de Controle Interno/Externo - Solução Criativa de Problemas 	<ul style="list-style-type: none"> - Atribuição Variável - Forte Fé na natureza humana - Senso de Merecim. - Expectativa positiva do futuro 	<ul style="list-style-type: none"> - Aprecia a natureza transcendente da vida - Comporta-se baseado em princípio - Engaja-se em auto-reflexão 	<p>Recupera-se de traumas e atribui benefícios e propósito a eles.</p>	

ANEXO 2Vocabulário Próprio dos Adolescentes

- ⇒ Alemão = inimigo
- ⇒ Bagageirado = menino paparicado, privilegiado
- ⇒ Bagulho = maconha
- ⇒ Bucha = ser pego “de bucha” é ser pego de “bobeira”, sem ter culpa
- ⇒ C.V. = comando vermelho - tipo de organização do tráfico. São 2 as organizações:
CV e o 3o. comando.
- ⇒ Desenrolar = conversar
- ⇒ Ferro = arma
- ⇒ Levando Enganado = enrolando, enganando
- ⇒ Mansão = forma pela qual se referem à Escola João Luiz Alves
- ⇒ “Uzomi” = polícia
- ⇒ Parceiro = amigo
- ⇒ Pris = tipo de furto onde o adolescente, em um ato rápido e preciso, furta a carteira ou o dinheiro da vítima (principalmente gringos).
- ⇒ Sangue bom = pessoa confiável, legal
- ⇒ vapor = aquele que vende a droga.
- ⇒ avião = aquele que transporta a droga.
- ⇒ fogueteiro = pessoa que fica na entrada do morro para ver se está chegando polícia e então solta fogos.
- ⇒ olheiro = tem a mesma função, porém fica mais próximo da boca de fumo.
- ⇒ segurança = faz a segurança do gerente, do dono da boca e da carga.
- ⇒ gerente = mão direita do dono.
- ⇒ dono = chefe da boca de fumo.

ANEXO 3
QUESTIONÁRIO SOBRE ORIENTAÇÃO TAREFA E ORIENTAÇÃO
EGO NA FAMÍLIA (QOTEF)

INSTRUÇÕES

Por favor, leia ca uma das frases impressas abaixo. Verifique o que é que você acha de cada uma delas. Depois de descobrir o que você pensa sobre cada uma delas, faça um círculo ao redor do número correspondente a uma das respostas, à direita de cada frase. Você vai marcar a resposta que representa como você se sente em cada uma das situações.

Este questionário está procurando saber o que é que faz você se sentir bem sucedido (vitorioso) na sua família. Na sua família, quais das coisas abaixo fazem você se sentir ótimo e vitorioso? Lembre-se que o início de cada frase abaixo deve ser “Na minha família, eu me sinto bem sucedido (vitorioso) quando...”

- 1- Não concordo mesmo
- 2- Apenas não concordo
- 3- Não faz diferença
- 4- Apenas concordo
- 5- Concordo mesmo

Na minha FAMÍLIA, eu me sinto vitorioso (por cima)...

E1. Quando eu sou o único que sabe fazer as coisas direito.	1	2	3	4	5
T2. Quando eu aprendo a fazer uma coisa nova e dá vontade de fazer várias vezes.	1	2	3	4	5
E3. Quando eu faço algo melhor que meu(s) irmão(s).	1	2	3	4	5
E4. Quando meu(s) irmão(s) não fazem algo tão bem quanto eu.	1	2	3	4	5
T5. Quando eu aprendo alguma coisa que é divertido fazer.	1	2	3	4	5
E6. Quando meus irmãos se atrapalham e eu não.	1	2	3	4	5
T7. Quando eu aprendo uma coisa nova.	1	2	3	4	5
T8. Quando me esforço muito no que eu faço.	1	2	3	4	5
E9. Quando eu consigo fazer o máximo.	1	2	3	4	5
T10. Quando alguma coisa que eu aprendi me dá vontade praticar (fazer) bastante.	1	2	3	4	5
E11. Quando eu sou o melhor.	1	2	3	4	5
T12. Quando eu aprendo um macete que dá muito certo.	1	2	3	4	5
T13. Quando eu dou o melhor de mim mesmo.	1	2	3	4	5

Obs. à banca: As letras antes dos números das questões indicam a que sub-escala a questão pertence. Estas letras não constam no instrumento aplicado aos sujeitos.

QUESTIONÁRIO SOBRE PERCEPÇÃO DO
CLIMA MOTIVACIONAL NA FAMÍLIA

Por favor, leia cuidadosamente cada uma das sentenças abaixo e responda cada uma delas, indicando de modo geral o que é que você pensa da sua família. Faça um círculo ao redor do número correspondente a uma resposta que mais se aproxima da sua opinião. Lembre-se que todas as frases começam por “Na minha família...”.

- 1- Não concordo mesmo
2- Apenas não concordo
3- Não faz diferença
4- Apenas concordo
5- Concordo mesmo

Na minha família...

D1. As pessoas se sentem bem quando fazem as coisas melhor que os outros.	1	2	3	4	5
M2. Aquele que se esforça muito é reconhecido.	1	2	3	4	5
D3. Os filhos são punidos (castigados) quando cometem erros.	1	2	3	4	5
M4. Meus pais insistem que os filhos melhorem naquilo que eles não são bons.	1	2	3	4	5
M5. A preocupação é melhorar cada vez mais.	1	2	3	4	5
D6. É importante fazer as coisas melhor que meu(s) irmão(s).	1	2	3	4	5
D7. Quando um filho erra, a tarefa dele é passada para outro.	1	2	3	4	5
D8. Meus pais dão mais atenção aos filhos que agradam.	1	2	3	4	5
D9. O importante é fazer as coisas melhor do que os outros.	1	2	3	4	5
M10. Os filhos se esforçam muito, porque eles querem aprender coisas novas sobre a vida.	1	2	3	4	5
D11. Meus pais gostam mais de alguns filhos do que de outros.	1	2	3	4	5
D12. Os filhos são estimulados a fazer as coisas um melhor do que o outro.	1	2	3	4	5
M13. Os filhos são encorajados a melhorar seus pontos fracos.	1	2	3	4	5
D14. Todos os filhos querem fazer as coisas da melhor maneira possível.	1	2	3	4	5
M15. Todos os irmãos sentem que são importantes na família.	1	2	3	4	5
M16. Meus pais querem que os filhos experimentem novos macetes (novas habilidades).	1	2	3	4	5
M17. Meus irmãos gostam de enfrentar dureza.	1	2	3	4	5
D18. Somente os melhores filhos são notados pelos meus pais	1	2	3	4	5
M19. Todos os filhos têm a mesma chance de fazer as coisas.	1	2	3	4	5
D20. Os filhos têm medo de cometer erros.	1	2	3	4	5
D21. Somente alguns filhos conseguem ser favoritos.	1	2	3	4	5